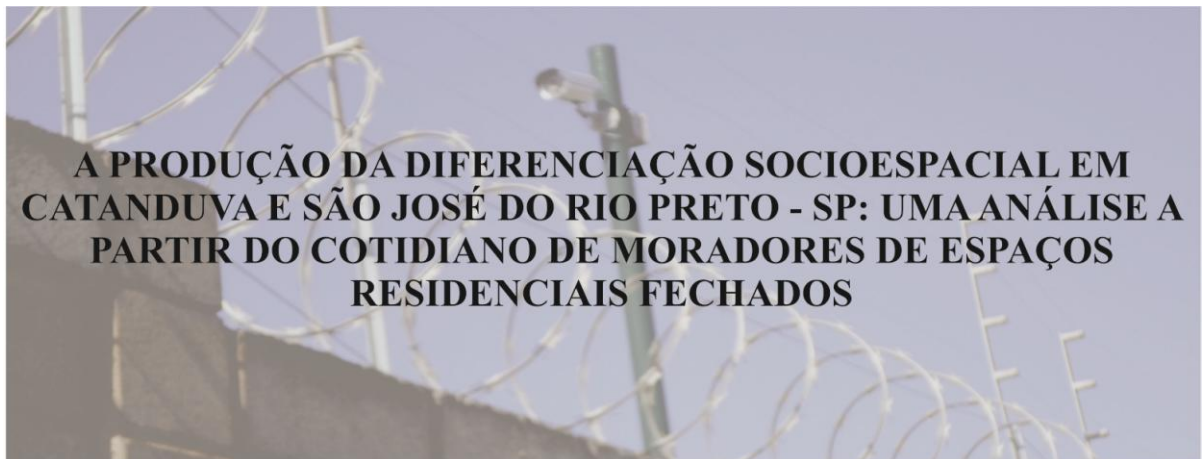




**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PATRÍCIA HELENA MILANI



**PRESIDENTE PRUDENTE
2016**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PATRÍCIA HELENA MILANI

**A PRODUÇÃO DA DIFERENCIAÇÃO SOCIOESPACIAL EM
CATANDUVA E SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP:
UMA ANÁLISE A PARTIR DO COTIDIANO DE MORADORES DE
ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Eda Góes

**PRESIDENTE PRUDENTE
2016**

FICHA CATALOGRÁFICA

M585p Milani, Patrícia Helena.
A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto – SP : uma análise a partir do cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados / Patrícia Helena Milani. - Presidente Prudente : [s.n.], 2016
250 f. : il.

Orientadora: Eda Maria Góes
Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Diferenciação socioespacial. I. Góes, Eda Maria. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **A produção da diferenciação socioespacial em Catanduva e São José do Rio Preto-SP: uma análise a partir do cotidiano de moradores de espaços residenciais fechados**

AUTORA: PATRICIA HELENA MILANI

ORIENTADORA: EDA MARIA GOES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. EDA MARIA GOES
Departamento de Geografia / UNESP/Presidente Prudente

Profa. Dra. MARIA ENCARNACAO BELTRAO SPOSITO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

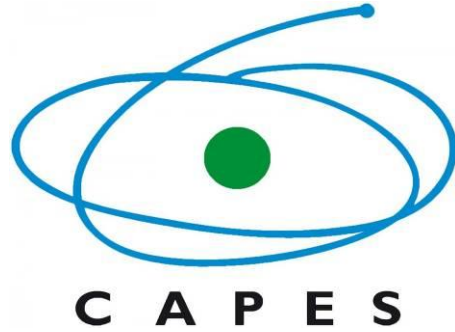
Prof. Dr. NECIO TURRA NETO
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia

Profa. Dra. MARIA ANGELICA DE OLIVEIRA MAGRINI
Faculdade de Ciências Integradas do Pontal / UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Profa. Dra. EDIMA ARANHA SILVA
Departamento de Ciências Humanas / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Presidente Prudente, 07 de dezembro de 2016

APOIO FINANCEIRO



APOIO ACADÊMICO



SUMÁRIO

RESUMO	12
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – UMA APROXIMAÇÃO DAS CIDADES PESQUISADAS...	19
1.1 Caracterização das cidades de Catanduva/SP e São José do Rio Preto/SP.....	19
1.2 Uma leitura dos contextos urbanos, da dimensão empírica e dos processos pesquisados.....	30
1.2.1 Espaços residenciais fechados e <i>shopping centers</i>	38
1.3 A relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado: apontamentos sobre a metodologia qualitativa de pesquisa.....	46
1.4 Cotidiano e práticas espaciais: a construção do referencial teórico-metodológico da pesquisa.....	57
CAPÍTULO 2 – O ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SOCIAL	70
2.1 “Outra atmosfera que não era aquela da rua”.....	74
2.2 “Eu me sinto nu”.....	77
2.3 Características de um estilo de vida distintivo socioespacialmente.....	82
2.3.1 “Não entra ninguém sem interfonar, ninguém te pega de surpresa”.....	90
2.4 Diferenças e semelhanças entre as estratégias de distinção social: o espaço urbano de uma cidade média e de uma cidade média nos limiares.....	100
CAPÍTULO 3 – ENTRE <i>FRONTEIRAS</i> E <i>PONTES</i>: PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MORADORES DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS	118
3.1 <i>Fronteiras</i> e descontinuidades: “tudo que a gente puder fazer para não sair daqui, a gente acha melhor”.....	130
3.2 Relações de vizinhança entre <i>fronteiras</i> e <i>pontes</i>	145
3.2.1 Conflitos nos espaços internos: “tem gente que não tem um comportamento adequado para morar num condomínio”.....	170
CAPÍTULO 4 – CONEXÕES E DESCONEXÕES ENTRE ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS E <i>SHOPPING CENTERS</i>	178
4.1 O contexto de São José do Rio Preto.....	182
4.2 Espaços de consumo e o processo de fragmentação socioespacial.....	193
4.2.1 “Eu nem passo pela cidade”.....	200
4.3 A articulação de escalas e o processo de fragmentação socioespacial em Catanduva.....	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	231
ANEXOS	237

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Catanduva e São José do Rio Preto. Serviços oferecidos e equipamentos dos espaços residenciais fechados pesquisados.....	43
Quadro 2: Catanduva e São José do Rio Preto. Caracterização dos <i>shopping centers</i>	46
Quadro 3: Caracterização dos entrevistados – Catanduva.....	56
Quadro 4: Caracterização dos entrevistados – São José do Rio Preto.....	56
Quadro 5: Franquias do Iguatemi Rio Preto, por segmento.....	190
Quadro 6: Franquias do Garden Shopping, por segmento.....	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Catanduva e São José do Rio Preto. Crescimento Populacional (%) no período.....	25
Tabela 2: Catanduva e São José do Rio Preto. Crescimento populacional de 1991 a 2010.....	28
Tabela 3: Catanduva e São José do Rio Preto. Valor adicionado total por setores de atividade econômica, 2012.....	29

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estado de São Paulo. Situação geográfica das cidades pesquisadas, 2015.....	24
Figura 2: São José do Rio Preto. Localização dos espaços residenciais pesquisados e equipamentos urbanos.....	36
Figura 3: Catanduva. Localização dos espaços residenciais fechados e equipamentos urbanos.....	37
Figura 4: São José do Rio Preto. Entrada principal do Residencial Recanto Real.....	93
Figura 5: São José do Rio Preto. Localização dos empreendimentos na área leste da cidade.....	106
Figura 6: São José do Rio Preto. Entorno dos espaços residenciais fechados do Grupo Damha.....	107
Figura 7: São José do Rio Preto. Estabelecimentos comerciais ao entorno dos empreendimentos da área leste.....	108
Figura 8: Catanduva. Imagens do entorno e portal de entrada do Residencial Acapulco.....	137
Figura 9: São José do Rio Preto. Imagens do entorno do Residencial Village Damha I e portal de entrada.....	140
Figura 10: São José do Rio Preto e Catanduva. Espaços internos dos residenciais fechados.....	146
Figura 11: Catanduva e São José do Rio Preto. Interiores dos espaços residenciais fechados.....	150
Figura 12: São José do Rio Preto. Espaços Residenciais fechados e equipamentos urbanos pesquisados.....	180
Figura 13: Rio Preto Shopping Center, Plaza Avenida Shopping e Iguatemi Rio Preto.....	184
Figura 14: São José do Rio Preto. Shopping Cidade Norte.....	196
Figura 15: São José do Rio Preto. Shopping Iguatemi.....	197
Figura 16: Imagens da Revista Estilo Damha.....	198
Figura 17: Catanduva. Espaço residencial fechado pesquisado e equipamentos urbanos.....	209
Figura 18: Imagens do Garden Shopping Center, Catanduva.....	213
Figura 19: Imagens do Iguatemi Rio Preto.....	214

AGRADECIMENTOS

Inicio agradecendo a Deus, pela luz e força que me concede todos os dias, para que possa ter sempre o entusiasmo de continuar nos estudos.

À Professora Eda Góes, pelo comprometimento, dedicação e profissionalismo com que me orientou durante o doutorado. As reuniões de orientação foram primordiais para meu desenvolvimento e autoentendimento desta tese; suas leituras atentas e críticas e as sugestões foram fundamentais. Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia, em especial Nécio Turra Neto e Maria Encarnação Beltrão Sposito, pelas contribuições no Exame de Qualificação.

Agradeço à Professora Carmen Bellet, docente da Universidade Lleida, por supervisionar meu doutorado sanduíche, assim como agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DGU/CAPES) pelo apoio financeiro que viabilizou a realização desta fase do doutorado.

Ao meu namorado Luís Otávio Camargo do Vale, que em todos os momentos não deixou faltar incentivo, sobretudo para observar as possibilidades de avanço mesmo nas dificuldades e intempéries, de maneira a desenvolver uma sensibilidade para enxergarmos o lado positivo das situações. Obrigada pelas palavras de carinho, as quais foram fundamentais para essa fase cheia de desafios e que não apenas me fizeram mais forte, mas me ajudaram no equilíbrio essencial para a vida.

Aos amigos Tatiana Colasante e Elvis Ramos, por compartilhar muitos momentos e etapas da pesquisa, pelas conversas e companheirismo que estiveram comigo durante essa experiência. Agradeço também a amiga Aline Angelini e as minhas primas Virgínia Milani e Manuela Doro que mesmo a distância nunca deixaram de valorizar e incentivar minha pesquisa e trajetória, sempre com sinceras palavras de apoio.

Aos meus pais Pedro G. Milani e Rosangela O. Milani e aos meus irmãos Pedro H. Milani e Cristiane Milani, pelo apoio e incentivo em todas as minhas decisões.

A todos os colegas do Gasperr (Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais), de forma especial, Claudio, Viviane, Márcio e Gabriel, pelas conversas e trocas de experiências, por estarem sempre dispostos a ajudar.

Às colegas Rízia e Larissa, pela amizade. Agradeço também a Marina Borges, Mariana Souza e Renata Prates, com quem, nos últimos anos de doutorado, compartilhei muitas experiências.

A todos que me cederam um pouco de tempo para a realização das entrevistas, material fundamental para a pesquisa, bem como a todos que ajudaram nos contatos para que isso pudesse se efetivar.

À Capes pelo apoio financeiro que permitiu o desenvolvimento desta tese.

*“Se você se sente só, é porque ergueu
muros em vez de pontes”*

(William Shakespeare)

RESUMO

A produção da diferenciação socioespacial é analisada levando em conta suas dimensões objetivas e subjetivas, a partir da comparação entre duas cidades médias com diferentes níveis de complexidades, Catanduva e São José do Rio Preto-SP. O cotidiano, enquanto unidade de espaço e tempo, é nossa dimensão de análise, tendo as práticas espaciais dos sujeitos sociais pesquisados, enquanto plano analítico, o que nos permitiu identificar como o processo de fragmentação socioespacial se expressa na produção do espaço urbano, sobretudo a partir dos espaços vividos, conferindo sentidos e significados às práticas, que envolvem relações contraditórias entre dentro e fora, antes e depois, mudança e permanência, espaço e tempo. Com base na realização de 22 entrevistas e em observações de campo, a pesquisa revelou que, sob o discurso da busca por segurança, os sujeitos pesquisados, moradores de espaços residenciais fechados de classe média e elite, valorizam e produzem estratégias de distinção socioespacial, nas quais o espaço é dimensão estratégica que não se limita ao âmbito do morar. Tal busca modifica as maneiras como esses sujeitos sociais vivenciam o urbano e aquilo que lhe é inerente, sendo a cidade cada vez mais vivida e representada em fragmentos. Essa tendência à separação, presente nas duas cidades pesquisadas, estende-se também para as práticas de consumo, evidenciando-se de maneira mais significativa em São José do Rio Preto, cidade na qual há maior presença de espaços fechados de moradia e consumo, amplamente valorizados. Em Catanduva, ainda há permanências das práticas tradicionais de consumo, no centro principal da cidade. Porém, quando operamos a partir do processo de articulação escalar, levando em conta as práticas de consumo dos entrevistados de Catanduva que frequentam certos *shopping centers* de São José do Rio Preto, verifica-se que a produção da diferenciação socioespacial se efetiva, mas exige uma transposição da escala intraurbana para ser apreendido no contexto de cidades não metropolitanas, sobretudo cidades médias nos limiares. Concluimos, assim, que não se trata de medir em que cidade a diferenciação ocorre com maior ou menor intensidade, mas de identificar as lógicas que guiam os processos de urbanização no período contemporâneo.

Palavras-Chave: Produção do Espaço Urbano; Diferenciação Socioespacial; Fragmentação Socioespacial; Práticas Espaciais; Espaços Residenciais Fechados; *Shopping Centers*; Catanduva e São José do Rio Preto-SP.

ABSTRACT

The production of socio-spatial differentiation is analyzed in this paper considering its objective and subjective dimensions, through the comparison of two midsize cities with different complexity levels, Catanduva and São José do Rio Preto. The daily life, understood as a space-time unity, is our analysis dimension, and the spatial practices of the researched subjects are our analytical plan, which allowed us to identify how the social and spatial fragmentation process is expressed in the production of the urban space. This occurs mainly in relation to the lived spaces, which attributes meaning and significance to the practices that involve contradictory relations between the inside and the outside, the before and the after, the transformation and the continuity, space and time. We conduct our research through 22 interviews and field observations, which revealed that the researched subjects – middle class and elite residents of gated communities -, under the speech of search for security, value and produce strategies of social and spatial distinction, in which the space is a strategic dimension that is not restricted to the scope of inhabiting. This quest modifies the ways these social subjects experience the urbane, with all the things that are connected to it, and in this manner the city is progressively lived and represented in fragments. This tendency to separation, observed in the two researched cities, also reaches the purchasing practices, despite being more significant in São José do Rio Preto, because there are more gated spaces of residence and purchase in this city. In Catanduva, there still are traditional practices of purchasing in the center of the city. However, when we operate in the scale articulation process, considering the purchasing practices of the interviewed subjects that live in Catanduva but attend the shopping centers of São José do Rio Preto, we observe the existence of the differentiation process as well. The difference is that this process requires a transposition of the intra-urban scale in order to be apprehended in the context of non-metropolitan cities, mainly in the case of threshold midsize cities. Our conclusion is that we should not consider the size of the city in order to analyze the process, but to identify the logics that drive the urbanization processes in the contemporary period.

Keywords: Urban space constitution; Social and spatial differentiation; Social and spatial fragmentation; Spatial practices; Gated communities; Shopping centers; Catanduva and São José do Rio Preto-SP.

RÉSUMÉ

La production de la différenciation socio-spatiale est analysée, en tenant compte de leurs dimensions objectives et subjectives, à partir de la comparaison entre deux villes de taille moyenne avec de différents niveaux de complexités, Catanduva et São José do Rio Preto. Le quotidien, tandis qu'une unité de l'espace et de temps est notre dimension de l'analyse, en ayant les pratiques spatiales des sujets sociaux étudiés, alors que le plan analytique, qui nous a permis d'identifier la façon dont le processus de fragmentation socio-spatiale s'exprime dans la production de l'espace urbain, surtout à partir des espaces vécus, donnant du sens et de la signification à des pratiques, qui entourent des relations contradictoires entre l'intérieur et à l'extérieur, avant et après, le changement et la permanence, l'espace et le temps. Sur la base de la réalisation de 22 entretiens et des observations sur le terrain, la recherche a révélé que, dans le discours d'une recherche de sécurité, les personnes interrogées, des habitants des espaces résidentiels fermés de classe moyenne et de l'élite, valorisent et produisent des stratégies de distinction socio-spatiale, auxquelles l'espace est dimension stratégique qui ne se limite pas au cadre d'habiter. Telle recherche modifie les façons de comme ces sujets sociaux connaissent l'urbain et ce qui lui est inhérente, étant la ville de plus en plus vécue et représentée dans les fragments. Cette tendance à la séparation, présente dans les deux villes étudiées, étend également aux pratiques de consommation, ce qui démontre de manière plus significative à São José do Rio Preto, une ville où il y a une plus grande présence de espaces fermés, d'habitation et de consommation, largement valorisés par les segments de la classe moyenne et de l'élite. À Catanduva, il reste encore des pratiques de consommation «traditionnelles», dans le centre-ville traditionnel. Cependant, quand nous opérons à partir du processus de mise à l'échelle commune, en tenant compte les pratiques des consommations des interviewés de Catanduva qui fréquentent certains centres commerciaux de Sao Jose do Rio Preto, on vérifie que la production de la différenciation socio-spatiale est efficace, mais il exige une transposition de l'échelle intra-urbaine à être considérée dans le contexte des villes non métropolitaines. Nous concluons qu'il ne traite pas de mesurer dans quelle ville le processus se produit avec plus ou moins d'intensité, mais d'identifier les logiques qui guident les processus d'urbanisation dans la période contemporaine.

Mots-clés: La Production de l'Espace Urbain; Différenciation Socio-spatiale; Fragmentation socio-spatiale; Pratiques Spatiales; Espaces Résidentiels Fermés; Centres Commerciaux; Catanduva et São José do Rio Preto.

INTRODUÇÃO

Expansão territorial, implantação de novos loteamentos e áreas comerciais voltados para o consumo de diferentes segmentos socioeconômicos são algumas das principais tendências que marcam o processo de urbanização brasileiro, desde as últimas décadas de século XX, inclusive com alteração da relação “centro-periferia”, que orientou durante muito tempo a lógica de produção do espaço urbano e as práticas espaciais dos sujeitos sociais.

Esse conjunto de mudanças envolve transformações nas formas de articulação entre espaço e tempo, tanto na escala intraurbana, como nas relações entre as cidades, estabelecidas pelas práticas espaciais que caracterizam o cotidiano urbano. A consolidação desses novos empreendimentos não resulta no desaparecimento de outras formas de habitação e espaços de consumo, mas revela uma recombinação entre as práticas espaciais que dão conteúdo e compõem a cidade e assim a complexificam.

Diante dessa intensificação do processo de implantação de empreendimentos murados e vigiados com câmeras de segurança – para moradia e consumo –, reconhecemos a necessidade de compreender como os espaços urbanos estão sendo produzidos e representados, a partir do processo de fragmentação socioespacial, levando em conta, além da dimensão objetiva, as subjetividades espaciais. Nesse contexto é que apreendemos o ponto de vista de sujeitos sociais que protagonizam esse processo, moradores de espaços residenciais fechados, tendo como recorte espacial duas cidades do Estado de São Paulo: Catanduva e São José do Rio Preto.

O tamanho demográfico das duas cidades pesquisadas não se assemelha, o que favoreceu a demonstração, via resultados empíricos da pesquisa, da complexidade que o processo de fragmentação socioespacial adquire quando se leva em conta as práticas espaciais e a dimensão do cotidiano desses sujeitos como perspectiva de análise. Contudo, apesar dos recortes espaciais e da pesquisa comparativa, não perdemos de vista o processo de urbanização brasileiro, suas tendências e lógicas de produção no período contemporâneo.

Para abordar a problemática da pesquisa, o principal instrumento metodológico foram as entrevistas, no âmbito da metodologia qualitativa, por meio das quais procuramos privilegiar a fala dos sujeitos, seus depoimentos sobre as experiências vividas socioespacialmente, opiniões e pontos de vista, envolvendo relações

contraditórias entre dentro e fora, antes e depois, mudança e permanência, espaço e tempo.

Esse instrumento metodológico permitiu a apreensão dos significados que os sujeitos sociais pesquisados atribuem ao espaço. Significados que não se apresentam por si mesmos, já que são produzidos a partir das práticas espaciais desses sujeitos, ao mesmo tempo em que as práticas são por eles também influenciadas. Combinadas às entrevistas, foram feitas observações de campo nos espaços internos e externos dos residenciais fechados, as quais possibilitaram uma ampliação das análises, sobretudo pela observação de práticas espaciais dos próprios entrevistados que ora confirmavam, ora se complementavam, ora se contrapunham às suas falas.

As entrevistas combinadas às observações permitiram apreender como os sujeitos elaboram representações sociais voltadas à promoção de um estilo de vida próprio desses espaços residenciais fechados, concebidos, cada vez mais, como distintivos socioespacialmente. Isso porque eles apresentaram as razões que justificam suas escolhas relacionadas ao consumo desses espaços fechados de moradia e consumo, o modo como avaliam tais experiências e os discursos que elaboram a respeito de suas próprias práticas cotidianas, os quais serão apresentados oportunamente.

Com o objetivo de discutir as implicações desses resultados para os estudos urbanos, dividimos a tese em quatro capítulos, cuja discussão nos permitiu o avanço sobre a temática abordada, fornecendo elementos para se pensar a produção contemporânea do espaço urbano com base no processo de fragmentação socioespacial, tanto no âmbito intraurbano, quanto nas possíveis relações escalares entre as duas cidades investigadas. Estes são apresentados a seguir, de maneira resumida.

No primeiro capítulo, “Uma aproximação das cidades pesquisadas”, tivemos a preocupação de evidenciar um conjunto de dados, informações e representações cartográficas que contribui para uma aproximação da realidade econômica e social de Catanduva e São José do Rio Preto, bem como os critérios de escolha dessas cidades para a pesquisa. Mostramos ao leitor uma caracterização dos objetos de pesquisa e uma discussão da dimensão analítica, assim como os primeiros apontamentos acerca do processo de fragmentação socioespacial a partir do qual estamos compreendendo a produção dos espaços urbanos em questão. Realizamos também nesse capítulo uma apresentação e discussão acerca da metodologia qualitativa empreendida na pesquisa, na qual evidenciamos as etapas das pesquisas de campo e todas as situações de interações entre os sujeitos pesquisados e o sujeito pesquisador, além de alguns desafios que isso

nos colocou. Por fim, ainda no capítulo 1, realizamos uma discussão teórico-metodológica que teve como objetivo fundamentar os principais conceitos e noções que nortearam a pesquisa, principalmente no que se refere às práticas espaciais e ao conceito de *habitus*, de Bourdieu (2007), ainda que, ao longo do texto, essas noções e conceitos sejam retomados, sobretudo no plano de sua aplicabilidade em relação à dimensão empírica da pesquisa, com a inserção de novos elementos que substanciaram as análises.

No capítulo 2, “O espaço como estratégia de distinção social”, fizemos alguns apontamentos sobre classes sociais em função da sua importância para o desenvolvimento da pesquisa, com base em autores que tratam desse tema na atualidade, no contexto brasileiro. Essas reflexões nos deram base para as análises que seguem nesse capítulo, em que a classe média, a qual possui importante papel no processo de produção do espaço urbano nas cidades investigadas, emprega estratégias de distinção social, tendo o espaço como importante dimensão para a consolidação desse estilo de vida distintivo que almeja. Tal dimensão é tratada de maneira intrínseca na análise, compreendendo que as intencionalidades dos sujeitos pesquisados, que consomem e valorizam os espaços residenciais fechados de Catanduva e São José do Rio Preto, estão vinculadas às formas de se distinguirem socioespacialmente, reforçando a maneira como a desigualdade social produz o espaço urbano e caracteriza o processo de diferenciação socioespacial em cidades médias com diferentes níveis de complexidades.

Para além da dimensão objetiva, buscando problematizar os sentidos dos muros, no Capítulo 3, “Entre *fronteiras* e *pontes*: práticas espaciais dos moradores dos espaços residenciais fechados”, procuramos compreender os muros como barreiras materiais e simbólicas que separam o interior e o exterior dos espaços residenciais fechados no âmbito das práticas e das relações socioespaciais cotidianas, bem como a conformação de *fronteiras*, mesmo dentro dos espaços internos dos residenciais, devido à atual tendência a evitar o outro. Novos significados que modificam as práticas dos moradores podem ser elaborados, expressando não somente um novo modo de morar na cidade, mas o estabelecimento de formas particulares de relações com o espaço exterior.

Na confluência dos resultados obtidos e das análises feitas nos capítulos anteriores, no Capítulo 4, “Conexões e desconexões entre espaços residenciais fechados e *shopping centers*”, incorporamos à análise os *shopping centers*, que constituem, junto com os espaços residenciais fechados, a dimensão empírica da investigação. A conformação desses espaços fechados de moradia e consumo, no contexto de São José

do Rio Preto e Catanduva, vem substanciando a produção de um estilo de vida distintivo por meio do habitar *a* e consumir *na* cidade, ou seja, a espacialidade da vida cotidiana desempenha um papel importante nestes processos de produção da distinção socioespacial, sendo o espaço urbano uma dimensão estratégica para que ela se efetive. Aliadas à comparação entre as expressões do processo de fragmentação em espaços urbanos de duas cidades médias com diferentes níveis de complexidade, consideramos também as articulações escalares entre elas, sobretudo a partir das práticas espaciais dos sujeitos sociais pesquisados, articulação fundamental para se compreender a urbanização contemporânea sob o viés do processo de fragmentação socioespacial.

Capítulo 1. UMA APROXIMAÇÃO DAS CIDADES PESQUISADAS

1.1 Caracterização das cidades de Catanduva/SP e São José do Rio Preto/SP

Nesta seção do texto, apresentamos um conjunto de dados, informações e representações cartográficas que contribuí para uma aproximação da realidade econômica e social das cidades pesquisadas. Apresentamos também os critérios de escolha dessas cidades e dos objetos de pesquisa, assim como os primeiros apontamentos acerca dos processos de segregação e fragmentação¹ socioespacial a partir dos quais estamos compreendendo a produção dos espaços urbanos em questão. Não é nossa intenção realizar uma descrição exaustiva, por isso não apresentamos dados mais detalhados acerca da formação e processos de crescimento das duas cidades para não nos distanciarmos do foco principal da investigação. Além disso, para melhor compreensão de algumas informações contidas nessa seção, há pesquisas em andamento e concluídas, nas quais tanto nos apoiamos como remetemos ao leitor quando necessário.

As cidades de Catanduva e São José do Rio Preto², caracterizando-se como cidades médias, ambas no Estado de São Paulo, são os contextos socioespaciais da investigação. A segunda cidade integra, conjuntamente com outras cinco³, o Projeto Temático “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo” (2012 – 2017), desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais – Gasperr, de cuja equipe também fazemos parte.

A possibilidade que a pesquisa comparativa entre São José do Rio Preto e Catanduva nos abre é a de apreendermos as diferenças e semelhanças entre as duas cidades no âmbito dos processos investigados, bem como novos elementos que

¹ O conceito de segregação é atinente ao uso residencial do solo, na medida em que ampliamos a separação socioespacial dos sujeitos pesquisados para outros âmbitos da vida social no conjunto das formas de uso do espaço urbano. Nesse caso, para o consumo, utilizamos o conceito de fragmentação socioespacial, que discutiremos no decorrer do texto. Ao longo da pesquisa, buscaremos evidências desse processo mais amplo nas duas realidades urbanas investigadas. Em alguns momentos do texto, utilizamos a expressão “segmentação socioespacial” também indicando os processos que levam à distribuição e usos desiguais da população no espaço urbano, sem, no entanto, atribuir-lhe valor conceitual.

² A ideia de recorte corresponde à escolha de partes de igual valor. Nesse sentido, de acordo com a perspectiva de Castro (2014, p. 135), cada recorte implica a constituição de “unidades de concepção”, que não têm necessariamente o mesmo tamanho ou a mesma dimensão, mas que colocam em evidência relações que, em outro recorte, não teriam a mesma visibilidade.

³ Além de São José do Rio Preto, são pesquisadas as cidades de Marília, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São Carlos, no Estado de São Paulo, e Londrina, no Estado do Paraná.

caracterizam a fragmentação socioespacial⁴ a partir do olhar sobre as práticas espaciais dos sujeitos pesquisados, sem perder de vista suas articulações escalares.

Na busca por diferenças, as semelhanças são evidenciadas e, por conseguinte, as tendências, considerando os diferentes níveis de urbanização que não se encerram nas duas realidades investigadas. Na busca pelas semelhanças, a capacidade de homogeneização na produção do espaço urbano que os processos de segregação e fragmentação socioespacial⁵ engendram se evidencia. Além disso, esta pesquisa permite uma análise que se diferencia dos estudos comparativos entre as cidades médias⁶ e as metrópoles, uma vez que as primeiras possuem níveis de complexidade inferiores ao metropolitano e com diferenças significativas entre si no âmbito das cidades médias. Isso exige uma reflexão acerca da urbanização e suas relações com outras escalas⁷, em um esforço de transpor leituras metropolitanas para o entendimento dos processos elencados para investigação nessas cidades⁸, sem, contudo, desconsiderar a necessidade de dialogar com as pesquisas sobre as metrópoles.

A análise comparativa ainda nos permite compreender a produção do espaço urbano a partir da relação entre o contexto socioespacial de cada cidade e uma ordem mais ampla, constituída em relação a essa ordem local. Essa relação gera diferenças entre os processos investigados, por conseguinte, na configuração do espaço enquanto produto e produtor dos processos, em uma simultaneidade entre o global, o intermediário e o local, indicados como os três níveis espaçotemporais do urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 77). Tomamos o cuidado de não fragmentar o real, mas

⁴ Adotamos a terminologia “socioespacial” para o processo de segregação e fragmentação por considerarmos que duas dimensões importantes de sua constituição estão contidas nessa adjetivação.

⁵ Conforme demonstraremos, nossa análise não se deterá ao estudo da morfologia urbana, embora não a desconsideremos, mas nas dinâmicas pormenorizadas por meio das práticas espaciais cotidianas dos sujeitos pesquisados.

⁶ O recorte demográfico identifica apenas a faixa que pode conter cidades médias, mas distingue sobretudo as cidades de porte intermediário e não aquelas que exercem essencialmente o papel de cidade média (BESSA, 1995). A importância de uma cidade média tem relação direta com a área sobre a qual ela é capaz de exercer influência ou, em outras palavras, a área a partir da qual alguém está disposto a se deslocar até uma cidade média para nela ter acesso ao consumo de bens e serviços (SPOSITO *et al.* 2007, 37).

⁷ Sobretudo porque Geografia é sempre o tratamento das relações espaciais, apenas a localização não é o suficiente para alcançar uma análise mais abrangente, principalmente tratando de cidades não metropolitanas.

⁸ Levando em conta que estamos sob o mesmo capitalismo, sob os mesmos interesses econômicos, o fato de as cidades também serem produzidas e vendidas aos pedaços, terem desigualdades socioespaciais, sejam elas médias, pequenas ou grandes (SPOSITO, 2009, p. 41), o fato é que os processos se estabelecem de forma diferente entre essas cidades, daí o perigo das transposições metodológicas advindas das pesquisas acerca das metrópoles, estas que em si mesmas oferecem elementos em quantidade e qualidade suficientes para compreender o quadro nas macro e das micro determinações (SPOSITO, 2009, p. 30).

apreendê-lo por meio de articulações escalares, sobretudo devido às cidades médias constituírem uma ponte entre o global e o local, principalmente em função das crescentes necessidades de intermediação (BATELLA, 2013, p. 123), na confluência entre as horizontalidades e verticalidades (SOBARZO, 2009, p.205).

Embora a distinção entre escalas seja realizada para auxiliar na compreensão dos processos em questão e da sua expressão na produção do espaço urbano de cada cidade investigada, o desafio que a pesquisa nos coloca é de apreendê-las de modo relacional, considerando que as definições de escala não se restringem às delimitações espaciais na perspectiva local, regional, nacional e global, mas envolvem as relações que podem, com diferentes intensidades e pesos, ocorrer entre esses níveis escalares (SPOSITO, 2006, p. 146).

Sendo a segregação e a fragmentação socioespacial processos atinentes à escala intraurbana, quando nos referimos às tendências dos processos elencados nas duas cidades pesquisadas em relação ao contexto metropolitano no texto, denominamo-las “cidades não metropolitanas”. Quando a análise ocorre na perspectiva comparativa entre as duas cidades, utilizamos a classificação evidenciada de cidades médias, cujas diferentes complexidades discutiremos mais adiante. Embora não adentremos nas discussões sobre os papéis e funções de cada cidade no âmbito da rede urbana, a contextualização é feita nessa perspectiva, pela necessidade de uma primeira aproximação.

Os critérios de escolha das duas cidades para o desenvolvimento da pesquisa foram pautados em dois aspectos principais. O primeiro diz respeito à escolha da cidade de Catanduva, considerada uma cidade de porte médio pelo número de habitantes⁹ mas também, no contexto da investigação, por ser uma cidade média nos limiares¹⁰, já que exerce um papel importante, porém menos expressivo entre as cidades da rede urbana em que se insere frente às cidades médias pesquisadas pelo Recime¹¹, por exemplo.

O segundo aspecto, que se desdobra do primeiro, diz respeito ao critério de escolha de São José do Rio Preto entre as seis cidades médias do Projeto Temático, que

⁹ Segundo Censo do IBGE (2014), Catanduva possui 118. 853. As cidades de porte médio são aquelas que possuem entre 50 mil e 500 mil habitantes, desconsiderando os papéis que a cidade exerce na rede urbana.

¹⁰ A noção de limiar como contribuição teórica metodológica para o estudo das cidades médias foi desenvolvida primeiramente por Batella (2013), tendo a intenção de problematizar a noção de cidade média por meio de suas características, funções e limiares, o que retomaremos mais adiante.

¹¹ Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias, que investigam cidades como Passo fundo-RS e Chapecó-SC, na Região Sul, São José do Rio Preto-SP e Uberlândia-MG, na Região Sudeste, e Mossoró-RN, na Região Nordeste.

se deu pela proximidade em relação à Catanduva (58 Km), mas principalmente pelos diversos tipos de fluxos e relações – de pessoas, mercadorias, informações – entre as duas cidades. Estes influenciam diretamente nas representações sociais e práticas espaciais¹², sobretudo dos entrevistados de Catanduva.

Elegemos os espaços residenciais fechados de classe média¹³ por integrarem de forma significativa a produção do espaço urbano, bem como pela importância de considerarmos a classe média¹⁴ (principal consumidora desses espaços residenciais fechados pesquisados) como sujeitos reais que atuam na produção do espaço urbano de forma expressiva, sobretudo por meio de suas práticas espaciais cotidianas, estilos de vida e representações sociais que não se restringem ao âmbito do morar, mas se desdobram nas práticas de consumo. Esses aspectos são importantes porque uma representação moderna de mundo deve levar em conta a maneira como o sujeito vive o mundo e não somente o mundo em que ele vive, sendo essa uma das obrigações desafiadoras da Geografia Humana contemporânea, na concepção de Werlen (2000, p. 23).

Frente à intensificação do processo de implantação de empreendimentos destinados a atender às classes médias e à elite nas dimensões do morar e consumir – ainda que não de maneira absoluta –, elegemos como objetos de pesquisa, além dos espaços residenciais fechados, os *shopping centers*¹⁵. Propomos a hipótese de que a conformação desses espaços fechados está mudando a maneira como a classe média mora, consome e gasta seu tempo de lazer em cidades não metropolitanas, no âmbito dos processos de segregação e fragmentação socioespacial. Apesar de se tratar de uma dinâmica global, esses processos não se manifestam da mesma maneira, nem com o mesmo ritmo e intensidade, em todas as cidades.

¹² Com base no argumento de que toda prática é intrinsecamente social, conforme proposto por autores como Roberto Lobato Corrêa, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação B. Sposito e Eda Maria Góes, optamos por utilizar a terminologia “espacial” no texto.

¹³ Sobre essa denominação, faremos uma discussão mais adiante. Neste texto introdutório, por um lado, utilizamos a expressão “classe social” quando consideramos, além da dimensão econômica, os estilos de vida dos sujeitos pesquisados. Por outro lado, quando utilizamos a expressão “segmentos socioeconômicos”, nos atemos ao âmbito econômico e às suas implicações sociais.

¹⁴ Nesse sentido, tal foco nas classes médias também leva em conta pesquisas anteriores, como de Sposito e Góes (2013) e Svampa (2012), os quais identificaram forte relação entre a opção pelos loteamentos fechados e o perfil dessa classe social.

¹⁵ Corroborando Sposito e Góes (2013), é válido destacar que, embora tenhamos eleito para a pesquisa os espaços residenciais unifamiliares cercados por muros e sistemas de segurança e suas conexões/desconexões com os *shopping centers*, eles não são os únicos espaços a refletir as mudanças observadas na cidade.

Tanto para a caracterização de Catanduva e São José do Rio Preto quanto para nossas análises comparativas entre elas ao longo da pesquisa, um pressuposto permeou nossas reflexões: não as compreendemos apenas como cidades em estágios diferentes de desenvolvimento, mas como diferentes cidades sendo comparadas ao mesmo tempo (Massey, 2008). Por não minimizarmos as especificidades presentes em cada cidade, não atribuímos essas diferenças socioespaciais entre Catanduva e São José do Rio Preto à sequência temporal, tampouco às diferenças em termos de estágios de avanço ou atraso.

A investigação pressupõe pensar nas recentes dinâmicas sociais e econômicas de Catanduva e São José do Rio Preto, mais precisamente a partir da década de 1990, com o início dos avanços mais significativos do setor imobiliário, do comércio e de serviços. Ou seja, a partir desse contexto é que começou a ser esboçado um conjunto de dinâmicas, processos e acontecimentos, de mudanças de práticas espaciais pelos quais se redefinem tanto a importância das duas cidades na escala da rede, de maneira mais expressiva São José do Rio Preto, quanto mudanças de algumas lógicas intraurbanas, na medida em que se alteram as estruturas¹⁶ de organização dos espaços urbanos (SPOSITO, 2009, p. 39). Não consideramos o espaço já constituído, em uma perspectiva teórico-metodológica baseada na articulação entre espaço e tempo, espacialidades¹⁷ e temporalidades. Na figura 1, temos a representação cartográfica da situação geográfica das duas cidades pesquisadas, no Estado de São Paulo.

¹⁶ Compreendemos como estrutura urbana, o arranjo de diferentes usos do solo no interior das cidades, ou seja, o mosaico-resultado do processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residenciais, de lazer e de circulação nas cidades (Sposito, 1996, p. 111).

¹⁷ Para Werlen (2000, p. 10), o sujeito social é espacial e espacializa o mundo através do seu modo de ser, de suas práticas cotidianas. Em um desdobramento da perspectiva de Werlen (2000), que concebe a geografia cotidiana pela perspectiva da ação, para o desenvolvimento de uma investigação acerca da “espacialidade” dos processos em questão, vinculamos essa categoria, do ponto de vista metodológico, tanto às práticas espaciais quanto ao espaço, produto e condição delas, uma vez que a materialidade é significativa no desempenho das ações com certas intenções e sob certas condições sociais e subjetivas (WERLEN, 2000, p. 13).

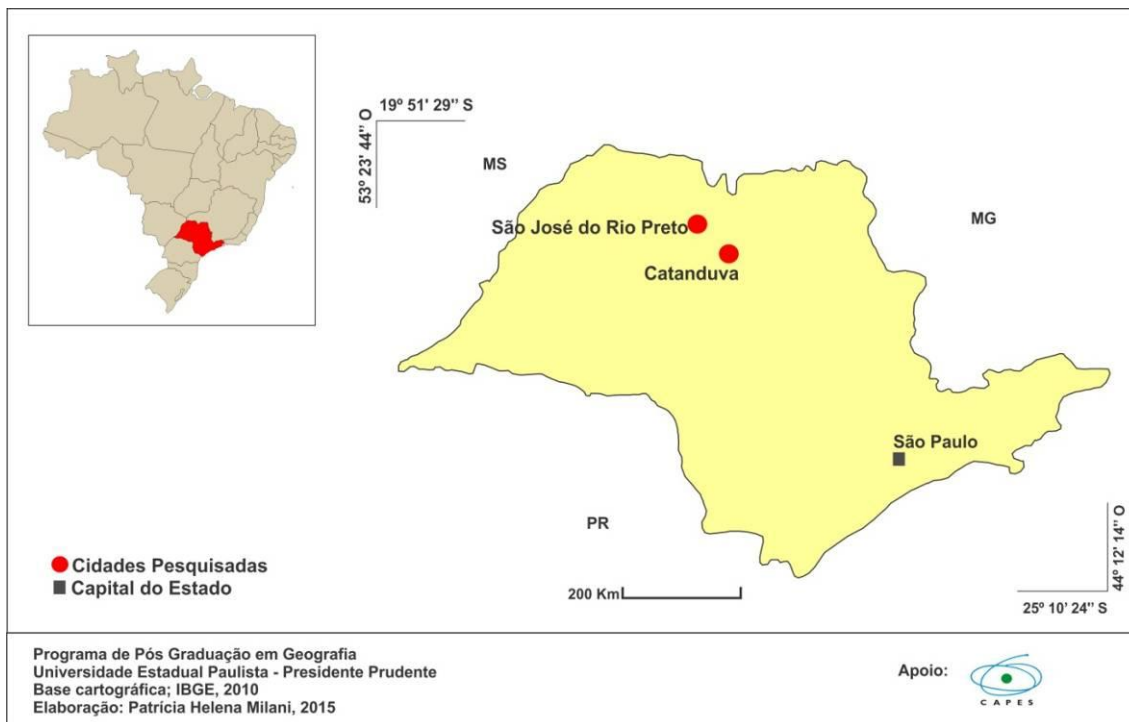


Figura 1: Estado de São Paulo. Situação geográfica das cidades pesquisadas, 2015.

Quanto à dimensão populacional, a partir dos dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), observamos que o município de Catanduva apresenta um número consideravelmente menor de habitantes (112.820 habitantes) em comparação a São José do Rio Preto (408.258 habitantes). Essa diferença populacional entre as duas cidades deve-se, sobretudo: ao desigual processo de industrialização após a crise de 1929, período em que se redefiniu o sentido da urbanização brasileira; às diferentes intensidades dos fluxos migratórios entre as duas cidades; finalmente, às diferentes demandas por novos espaços de produção e consumo¹⁸, que, somados a uma gama de outros fatores, modificaram e modificam o contexto intraurbano e os papéis que essas cidades exercem na rede urbana (BATELLA, 2013), resultando em níveis diferentes de complexidades nas escala intra e interurbana.

A combinação dessas características tem promovido uma diversificação dos papéis urbanos, mais intensamente em São José do Rio Preto, cujas principais alterações foram derivadas da transição de uma economia com base agrário-exportadora para urbano-industrial. Essa transição teve ritmo diferente no contexto de Catanduva, uma vez que as mudanças foram direcionadas para uma economia baseada na produção canavieira. Ainda que urbanização e industrialização sejam processos distintos, há uma

¹⁸ Esses elementos reafirmam a importância dos estudos acerca das cidades médias, não apenas pelo recente crescimento do número de núcleos urbanos que superam a faixa de 100.000 habitantes, mas sobretudo pelas transformações nas dinâmicas urbanas e regionais (BATELLA, 2013, p. 32).

profunda imbricação entre ambos, já que o processo de industrialização, ao definir a urbanização, contribui para a ampliação expressiva dos papéis urbanos (SPOSITO, 1993).

Com a intensificação da industrialização nas décadas de 1950 e 1960, combinada à ampliação da presença de estabelecimentos comerciais e de serviços diversos, São José do Rio Preto reforçou sua centralidade no escopo da rede regional das cidades e teve seu papel ampliado, estendendo sua influência, sobrepondo-se e justapondo-se às cidades da região¹⁹. Isso ocorreu porque conseguiu atrair maiores investimentos públicos e privados, que redefiniram sua configuração espacial, principalmente a partir da década de 1990, conforme explicitado anteriormente. Uma das faces do dinamismo econômico reflete-se em sua expansão territorial urbana e na produção imobiliária que nela se concentra (SPOSITO, 2003).

Por sua vez, Catanduva, que teve seu processo de industrialização vinculado à economia agrária, embora a indústria desempenhasse papel importante para a urbanização, evidencia um papel menos expressivo comparado ao de São José do Rio Preto entre as cidades da região. Na Tabela 1, temos organizados os índices de crescimento populacional em dois períodos (1991 a 2000 e 2000 a 2010), das duas cidades, o que nos permite comparações.

Municípios	1991-2000	2000-2010
Catanduva	13,43%	6,59%
S. J. do Rio Preto	26,35%	13,87%

Tabela 1: Catanduva e São José do Rio Preto. Crescimento Populacional (%) no período. Fonte: IBGE, 2012.

Mais influenciada pelos vetores de desconcentração econômica da metrópole, São José do Rio Preto tem suas taxas de incremento elevadas em relação à Catanduva, principalmente no período de 1991 a 2000.

Catanduva e São José do Rio Preto no contexto dos estudos sobre a Tipologia das Cidades Brasileiras²⁰ (FERNANDES; BITOUN; ARAÚJO, 2009) foram classificadas

¹⁹ Sobre as formas de como os processos de verticalidades e horizontalidades (relações regionais) se expressam nas redes urbanas, ver Batella (2013).

²⁰ Essa pesquisa foi elaborada pelo Observatório das Metrópoles de Pernambuco com foco na realidade metropolitana do Brasil, embora a análise não considere a importância de uma interpretação que aborde o sistema de cidades, incluindo aquelas que ficam às margens dos processos intrínsecos às regiões metropolitanas, como constatou Batella (2013). Para entender as cidades, segundo seus objetivos, Fernandes; Bitoun; Araújo (2009) articularam a abordagem pelo território e pela rede de cidades. A primeira perspectiva foi norteada pelo PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Territorial de 2003), que considera duas principais informações: estoque de riqueza acumulada (por meio do PIB municipal

no grupo MR1, considerada uma microrregião com “alto estoque de riqueza acumulada”²¹. Em termos hierárquicos, Catanduva se situa no nível 6 e São José do Rio Preto no nível 5.

No âmbito das pesquisas do IBGE/Regic (Regiões de Influência das Cidades), São José do Rio Preto é classificada como uma Capital Regional de Nível “B”, atraindo fluxos de pessoas, informações, produtos das cidades de sua região²², dentre elas Catanduva, classificada como um Centro Subregional “A”.

Catanduva, no âmbito da rede, atrai fluxo de pessoas das cidades menores do entorno²³, principalmente para serviços de saúde e educação, porém com menor alcance e intensidade de fluxos do que São José do Rio Preto. Parte do baixo grau de centralidade exercido por Catanduva decorre da proximidade com São José do Rio Preto, uma vez que a localização das cidades também consiste em um fator de influência de suas expressões na rede urbana. Nesse sentido, a cidade média deve ser pensada segundo uma determinada escala espacial, em relação à qual pode adquirir sentido (CORRÊA, 2007, p. 26).

Transpondo a discussão demográfica e a concepção das redes urbanas hierarquizadas por um lado e, por outro, levando em conta a importância que Catanduva desempenha para as cidades do seu entorno, bem como a existência de relações que perpassam o movimento hierárquico da rede, concebemos Catanduva nos limiares²⁴ das cidades médias, segundo a proposta de Batella (2013).

O autor constrói uma noção de limiar que não se restringe à ideia de limite, mas que permite explorar os contextos de transição nos quais muitas cidades médias vêm sendo pensadas. Tal noção justifica-se por não concebermos as cidades como espaços

dos anos de 1990 e 1998 e rendimento domiciliar médio do Censo de 2000), considerando a escala das microrregiões. Adotando perspectiva que se refere à abordagem pela rede de cidades, os autores se basearam nas pesquisas do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) de 2002, e em pesquisa realizada pelo CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da Universidade Federal de Minas Gerais, de 2000.

²¹ Por se tratar de uma pesquisa com teor econômico e majoritariamente de indicadores quantitativos, bem como de uma ampla escala de análise, pois tratam do território nacional, as desigualdades sociais e as contradições espaciais também presentes nas microrregiões com “alto estoque de riqueza” não são evidenciadas.

²² Para ampliar a discussão sobre a centralidade que São José do Rio Preto exerce na escala da rede urbana, a partir dos deslocamentos pendulares de diversas escalas que a cidade atrai, principalmente no âmbito do consumo, ver Castro (2015) e Engel (2015).

²³ Embora não estritamente, mas sua área de influência é composta por dezesseis cidades classificadas como “Centros Locais”, pela Regic.

²⁴ Por um lado, a noção de limiar é compreendida para além da ideia de limite ou fronteira, mas como espaço em transição; nesse sentido, a tese de Batella (2013) deu uma significativa contribuição. Por outro lado, reafirmamos a ideia de que as cidades estão sendo comparadas ao mesmo tempo (Massey, 2008).

iguais, o que permite deduzir que classificá-las como médias não implica que necessariamente haverá uma correlação de funções ou papéis (BATTELLA, 2013, p. 44) entre elas, diferenças que se evidenciam na comparação entre Catanduva e São José do Rio Preto, nesse sentido. Segundo esse autor, além da diferença do ponto de vista populacional, a estrutura de serviços, infraestruturas, comercialização, gestão, consumo, controle e poder político e cultural é que definem os papéis diferenciados entre as cidades de uma região.

[...] o movimento globalizante da urbanização não envolve todas as cidades de maneira homogeneizante, nos mesmos ritmos e com as mesmas intensidades. Já foi dito que a diversidade é uma premissa a ser seguida nos estudos, mas também é um resultado visível dos estudos que vem sendo realizados. Não há modelos sobre cidades médias. Dessa forma, é na contradição do próprio processo de produção dessas cidades que surgem os processos de produção da condição de limiares. (BATELLA, 2013, p. 158)

Embora Batella (2013) se apoie no debate feito por Amorim Filho e Rigotti (2013), os quais desenvolveram um estudo sobre os limiares demográficos das cidades médias, o autor vai além, uma vez que não se restringe à análise demográfica de Teófilo Otoni (cidade pesquisada por ele), tampouco a uma perspectiva de rede urbana limitada à hierarquização.

Para o desenvolvimento da noção de limiar, Batella (2013, p. 55) faz uma discussão filosófica, baseando-se, sobretudo em Benjamin (2006), e considera que limiar não corresponde a uma linha divisória entre duas cidades, mas sim ao hibridismo que se encontra a uma posição de transição.

O conceito de limiar se inscreve num registro mais amplo, que envolve movimento, passagem, transbordamentos e transgressões. O limiar se difere da fronteira por não se limitar a separar territórios, mas por permitir a transição entre duas condições diferentes e/ou muitas das vezes opostas. (BATELLA, 2013, p. 54)

Nesse sentido, combinamos na pesquisa a análise que considera duas cidades com diferentes níveis de complexidade sendo comparadas ao mesmo tempo, ambas em fase de transição. Desconsiderar as transições “seria o mesmo que construir homogeneidades entre os espaços, entre as cidades”, como afirma Batella (2013, p. 56), que ainda justifica:

As cidades médias brasileiras têm, de forma bastante heterogênea, se transformado muito rapidamente no contexto da urbanização das últimas décadas. Isso reforça a importância de se apropriar do debate acerca dos limiares como recurso analítico para esta realidade, ainda que a velocidade dificulte uma reflexão que contemple seus limiares pela rapidez dessas transformações. (BATELLA, 2013, p. 55)

Por fim, o limiar é revelador da própria complexidade da urbanização. Ele supera a dimensão taxonômica e permite captar os híbridos, as mudanças e as mutações. Sua essência está nas tensões produzidas pelas articulações de escalas temporais e espaciais imprescindíveis para a compreensão das cidades médias contemporâneas. (BATELLA, 2013, p. 56)

Na Tabela 2, temos organizados os dados acerca do crescimento populacional das duas cidades pesquisadas, o que favorece uma comparação no âmbito dessa variável.

	1991	1996	2000	2007	2010
Catanduva	93.317	100.182	105.847	109.362	112.820
S. J. do Rio Preto	283.761	324.492	358.523	402.770	408.258

Tabela 2: Catanduva e São José do Rio Preto. Crescimento populacional de 1991 a 2010.

Por meio dos valores representados, vemos maior crescimento populacional nas duas cidades em proporções diferentes, de 1991 a 2000. Trata-se do processo em curso iniciado nos anos 1950, com a intensificação da industrialização a partir da desconcentração industrial da metrópole. Ressalta-se também as tentativas, como ações de planejamento governamental, de barrar as correntes migratórias em direção à metrópole, redirecionando-as para algumas cidades do interior²⁵. Isso modifica não apenas seus contextos intraurbanos, mas, sobretudo, seus papéis na escala da rede²⁶, como é o caso de São José do Rio Preto (CORRÊA, 2007).

A estagnação do crescimento populacional durante o período seguinte, de 2000 a 2014, conforme representado no mapa, observado tanto nas taxas de São José do Rio Preto quanto de Catanduva, deve-se, entre outras condições, à diminuição da taxa de

²⁵ Embora não consideremos na pesquisa apenas o tamanho populacional das cidades, reconhecendo a fragilidade do critério quantitativo, ele deve ser levado em conta como primeiro passo para a definição de uma cidade média, pelo seu potencial para a análise da estrutura das cidades, bem como para inferir o grau de complexidade dos núcleos mediante sua infraestrutura, concentração das atividades e tamanho do mercado consumidor local (BATELLA, 2013, p. 41), aspectos que são significativos na investigação.

²⁶ Essa diferença entre Catanduva e São José do Rio Preto reafirma que a transformação dos papéis que se deu em várias escalas não abarcou de forma simétrica todas as cidades, sendo característica desse processo a heterogeneidade do desenvolvimento das funções, estruturas e formas urbanas das cidades médias (BATELLA, 2013, p. 63).

natalidade, resultado direto de fatores como a inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento do acesso à informação e métodos contraceptivos, os movimentos associados à urbanização geral da sociedade (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 30).

Outra variável que utilizamos para comparar as duas cidades, numa primeira aproximação, diz respeito à composição de suas atividades econômicas. Por meio dos dados apresentados na Tabela 3, verificamos que a estrutura da distribuição dos valores gerados em cada setor econômico no ano de 2012 revela outras diferenças entre as cidades. A primeira delas é a renda adicionada no setor da agropecuária, sendo maior em Catanduva do que em São José do Rio Preto, ao contrário dos demais índices - indústria e serviços -, que são maiores na segunda cidade, principalmente o setor de serviços, que desponta tanto em relação a Catanduva quanto em relação aos demais setores econômicos do próprio município.

Valor adicionado (em milhões de reais)	Catanduva	S. J. do Rio Preto
Agropecuária	32,13	28,23
Indústria	701,20	1.424,69
Serviços	1.741,01	8.029,02

Tabela 3: Catanduva e São José do Rio Preto. Valor adicionado total por setores de atividade econômica, 2012.

Fonte: Fundação SEADE, 2012.

Apresentamos sucintamente um perfil demográfico e econômico das duas cidades investigadas, bem como as posições que ocupam no âmbito na rede urbana e seus diferentes papéis e níveis de complexidades. Contudo, as informações e dados pertinentes a essas dimensões resultam em inúmeras análises e desdobramentos, cujo aprofundamento neste momento pode nos distanciar das reflexões acerca de nossos objetos centrais de pesquisa, sem prejuízo de, ao longo do texto, retomarmos essas informações quando necessário. Vemos a necessidade de avançar nas reflexões que possibilitem uma compreensão da produção do espaço urbano das cidades pesquisadas pelo viés dos processos de segregação e fragmentação socioespacial.

1.2 Uma leitura dos contextos urbanos, da dimensão empírica e dos processos pesquisados

Nesta seção, buscamos uma contextualização das diferenças relacionadas à produção do espaço urbano de Catanduva e São José do Rio Preto, compreendidas a partir dos processos de segregação e fragmentação socioespacial, com a implantação dos espaços residenciais fechados e dos *shopping centers*. Isso, por conseguinte, permite uma definição da dimensão empírica da pesquisa, de maneira a construir uma base contextualizada para as discussões posteriores.

Os espaços residenciais fechados pesquisados correspondem àqueles em que realizamos entrevistas²⁷ com moradores; já em relação aos *shopping centers*, abrangemos quatro²⁸ de São José do Rio Preto e o único de Catanduva.

Adotamos na investigação a expressão “espaços residenciais fechados”, assim como Sposito e Góes (2013, p. 61), que trataram de espaços semelhantes. Essa terminologia designa todos os empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por sistemas de segurança, ainda que haja diferenças entre eles, tanto do ponto de vista jurídico, como dos elementos – físicos e simbólicos – que os caracterizam.

A desigual forma de expansão do espaço urbano de Catanduva e São José do Rio Preto evidencia diferenças entre formas e conteúdos dos processos elencados na pesquisa. Para verificar algumas das diferenças fundamentais para a compreensão da produção do espaço urbano de cada cidade e definir alguns pressupostos norteadores, apoiamo-nos em Barroso (2012)²⁹, Caldeira (2000), Dal Pozzo (2014)³⁰, Magrini (2013), Santoro (2012)³¹, Sposito (2004), Sposito e Góes (2013) e Sposito (2013). Essas referências nos forneceram pontos de partida, tanto no âmbito metodológico da abordagem das cidades e dos processos de produção dos seus espaços urbanos quanto

²⁷ Realizadas a partir de uma rede de contatos que se intensificou no transcorrer das pesquisas de campo, conforme discutido em nossa proposta metodológica.

²⁸ São José do Rio Preto possui cinco *shoppings centers*; sua identificação e caracterização, bem como os critérios de escolha dentre eles, serão explicitados em tópico posterior.

²⁹ Barroso (2012) trata da expansão dos condomínios horizontais e loteamentos fechados em São José do Rio Preto, no âmbito da Engenharia Urbana (Universidade Federal de São Carlos). Apesar das diferenças teórico-metodológicas, essa pesquisa nos foi relevante principalmente para uma aproximação dos principais aspectos físicos dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto.

³⁰ Dal Pozzo (2014) trata do processo de fragmentação socioespacial e dos espaços autosssegados no âmbito das cidades de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Ribeirão Preto.

³¹ A autora trata do planejamento e expansão urbana e tem como estudo de caso as cidades de Catanduva e São Carlos, ambas no interior do Estado de São Paulo, além de Bogotá, na Colômbia.

nos fundamentos para compreensão da realidade investigada, como a possibilidade de desdobramentos e contrapontos.

A malha urbana de Catanduva, a partir da década de 1970, começou a ser produzida em áreas descontínuas do espaço urbano consolidado, favorecendo a constituição de um modelo urbanístico excludente, com a manutenção das áreas centrais ocupadas pela população de segmentos de médio e alto poder aquisitivo e loteamentos destinados aos segmentos de baixo poder aquisitivo em áreas periféricas³². Apesar de a lei de parcelamento proibir o crescimento urbano sem conexão com o já construído (Santoro, 2012), a produção do espaço continuou a ocorrer de maneira descontínua, também por meio de loteamentos irregulares isolados.

São José do Rio Preto, a partir da mesma década até meados dos anos 1990, vivenciou um ritmo acelerado de expansão territorial da malha urbana (DAL POZZO, 2014), produzindo discontinuidades territoriais. Operando de forma comparativa entre as duas cidades, vemos que o ritmo de crescimento de São José do Rio Preto começou nesse período a ser mais acelerado em relação a Catanduva, anunciando que, tanto na forma quanto no conteúdo, as diferenças - que hoje nos interessam - começaram a marcar a produção do espaço urbano das duas cidades.

Em São José do Rio Preto, ampliaram-se os níveis de complexidade funcional do espaço urbano (DAL POZZO, 2014), além de ampliar-se a produção de espaços residenciais fechados, com a constituição de áreas³³ em intenso processo de segregação imposta no setor norte da cidade e ritmos mais intensos do processo de auto segregação na área sul³⁴. Essa separação se expressa na cidade, tanto no âmbito objetivo, concretizando um afastamento espacial entre segmentos socioeconômicos diferentes, quanto subjetivo, por meio de construções simbólicas verificadas nas narrativas dos entrevistados dos espaços residenciais fechados das áreas sul e leste, em relação à área norte da cidade.

No âmbito dessa separação, no setor sul de São José do Rio Preto, verificamos a produção do espaço destinado majoritariamente aos segmentos de maior poder

³² Resultado principalmente da atuação do poder público, ao fazer essas escolhas locacionais para a construção de conjuntos habitacionais (CDHU) que passaram a marcar a paisagem da periferia urbana das cidades brasileiras (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 102).

³³ Ainda que considerando as heterogeneidades que marcam a produção do espaço urbano, utilizamos a terminologia “áreas” para designar determinados espaços da cidade onde há a tendência de homogeneização pela ocupação por segmentos socioeconômicos, conforme proposta de Corrêa (2013).

³⁴ Assim como verificado em pesquisas realizadas em Presidente Prudente e Ribeirão Preto por Dal Pozzo (2014), salvo as particularidades de cada contexto urbano, verificou-se uma polarização entre as áreas norte e sul, caracterizadas por espaços segregados e auto segregados, respectivamente.

aquisitivo com agrupamentos de espaços residenciais fechados, refletindo também na consolidação de estabelecimentos comerciais e de serviços destinados a esses moradores. Isso acentua um processo de segmentação em relação à área norte da cidade que, por sua vez, também recebe empreendimentos comerciais voltados para os segmentos de menor poder aquisitivo.

A segregação socioespacial é um processo de separação que envolve de maneira inerente a dimensão espacial, implicando o rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando, dessa forma, as relações e articulações que movem a vida urbana (SPOSITO, 2013, p. 65). Porém há algumas diferenças importantes a serem evidenciadas entre as realidades metropolitanas e das cidades média, no âmbito do processo de segregação socioespacial.

Mesmo com a mudança da lógica centro-periferia³⁵ que orienta a estruturação do espaço também nas cidades não metropolitanas, principalmente em São José do Rio Preto, no contexto da pesquisa, as distâncias entre as áreas centrais em relação às periféricas, do ponto de vista espacial, são menores nas cidades não metropolitanas e isso não é insignificante para compreendermos o processo de segregação nos contextos urbanos em pauta.

Outra particularidade das duas cidades pesquisadas em relação à metrópole é a consolidação da maior parte dos espaços residenciais fechados dos segmentos de médio e alto poder aquisitivo em áreas periféricas diferentes das habitadas pelos de menor poder aquisitivo³⁶, haja vista a cidade de São José do Rio Preto, em que há uma polarização, entre a área sul³⁷, predominantemente habitada pelos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, e a norte, em que a predominância é dos populares. A divisão é menos nítida em Catanduva, mas nela, os espaços residenciais fechados para os segmentos de médio e alto poder aquisitivo também não são construídos ao lado dos bairros populares. Contudo, nos dois casos, essas divisões não são rígidas.

³⁵ Quando utilizamos a ideia de centro e periferia, não se trata apenas de desigualdade, de uma distribuição desigual das condições para a vida econômica, social e política, mas também das diferenças de conteúdo entre essas duas áreas (SPOSITO, 2009, p. 34).

³⁶ Contudo, isso não é regra nas cidades médias, haja vista a proximidade entre áreas ocupadas por segmentos de baixo poder aquisitivo com alguns espaços residenciais fechados na cidade de Marília, conforme verificado por Sposito e Góes (2013).

³⁷ No setor sul, há um total de 24 espaços residenciais fechados de médio e alto padrão (DAL POZZO, 2014, 186), cujo acesso se dá predominantemente pelas Avenidas Anísio Haddad e Juscelino Kubitschek de Oliveira. Além disso, essas duas avenidas constituem-se como prolongamento das Avenidas Bady Bassitt e Brigadeiro Faria Lima, duas das principais vias de acesso ao centro tradicional.

Tomamos a pesquisa de Sposito e Góes (2013, p. 66) que analisa a relação entre a ampliação desse novo modo de morar em cidades não metropolitanas com a crescente insegurança a que está submetida a sociedade contemporânea. Considerando a ideia pertinente das autoras, vemos que há outra motivação que impulsiona os sujeitos a optarem pelos espaços residenciais fechados: a busca por distinção social³⁸ e a consolidação de um estilo de vida distintivo, sendo o espaço uma dimensão estratégica tanto para a separação espacial quanto para sua utilização como atributo distintivo em relação aos que desejam se diferenciar.

Portanto, segurança e a distinção social são os “valores” que motivam esses sujeitos sociais – que podem pagar por isso – a consumir esse produto imobiliário, valores os quais redefinem suas formas de relação com a cidade, no plano espacial e temporal (SPOSITO, 2013, p. 82), reproduzindo e ampliando desigualdades que são históricas, no caso brasileiro. Nesse sentido, a diferenciação a que nos propomos analisar nesta tese vincula-se ao processo de presentificação vivenciado pelos sujeitos sociais pesquisados.

A busca por distinção social, que tem conformado um estilo de vida distintivo desses sujeitos, é uma dimensão imprescindível para compreendermos a produção do espaço urbano dessas cidades a partir das práticas espaciais e representações sociais que esses sujeitos engendram entre os espaços residenciais fechados e os espaços de consumo valorizados, especificamente os *shopping centers*, produzindo um estilo de vida nas cidades não metropolitanas cujas diferenças ressaltadas em relação à metrópole não inibem o avanço desses empreendimentos. Por isso, é fundamental entendermos o modo como os sujeitos que moram nesses espaços residenciais fechados vivem e representam essas cidades (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 101), considerando uma transposição de valores associados aos espaços metropolitanos.

Propomos uma análise da complexificação das relações e práticas espaciais dos moradores dos espaços residenciais fechados em relação a esses espaços de consumo que são os *shopping centers* sobrepostas às práticas que permanecem nos espaços públicos. Haja vista que, embora os entrevistados identifiquem nos muros limites físicos e simbólicos que separam os de dentro dos de fora, complexificando as relações entre os

³⁸ Dimensão também elencada pelas autoras, mas que pretendemos desenvolver. Uma vez que a aspiração pela exclusividade social de alguma forma sempre esteve no horizonte da elite, se pensarmos na elite brasileira, conforme analisou Maia (2006, p.163), desde que essa fração da sociedade passou a residir nas cidades, procurou se distanciar do restante da população, conduzindo muitas vezes à expansão das cidades através das construções de seus palacetes em avenidas recém-abertas.

espaços internos e externos, o público e o privado, isso não implica um processo radical em que as “ruas estão sendo abandonadas para os pobres, os marginalizados e os sem-teto”, nos termos de Caldeira (2000), tampouco os espaços residenciais fechados prevalecem como a única forma de morar em Catanduva e São José do Rio Preto, embora essa seja uma tendência.

Isso fica evidente em bairros “abertos” das duas cidades em que predomina o uso residencial das classes média e alta³⁹, bem como o uso de outras áreas comerciais (além dos *shopping centers*), mencionadas pelos moradores entrevistados, principalmente a Nova Redentora, uma área de uso comercial e de serviços voltados majoritariamente para os segmentos socioeconômicos mais elevados⁴⁰. O que vemos são sobreposições de formas e conteúdos, relações contraditórias entre mudanças e permanências, no âmbito do morar e do consumir, que se recombina e complexificam as relações socioespaciais que substanciam as cidades e a produção do espaço urbano.

Dessa forma, compreendemos a segregação enquanto um processo contínuo⁴¹ de acirramento das diferenças, o qual produz e é produzido pelo espaço urbano. Em determinados períodos, são elaboradas novas formas de expressão da segregação e, portanto, novas maneiras de produção do espaço, acarretando mudanças nas relações socioespaciais, sem, contudo, anular a anterior⁴². Essas novas maneiras têm desdobramentos, uma vez que geram separações socioespaciais cada vez mais acirradas para além do âmbito do morar, que exigem o emprego de novas noções e conceitos para compreender, nesse viés, a produção do espaço urbano no período contemporâneo.

³⁹ Como por exemplo, o Jardim Tarraf II, em São José do Rio Preto, e o Jardim Agudo Romão, em Catanduva. A despeito da forte tendência a atender os segmentos médio e alto, nesses “espaços diferenciados”, nos termos de Dal Pozzo (2014), há maiores níveis de diversificação em termos da composição socioeconômica, bem como marcam diferenças entre os espaços residenciais fechados do ponto de vista das relações público-privado, uma vez que a rua, nesses “bairros abertos”, mesmo sendo parcialmente vigiada por seguranças particulares, continua sendo pública, de livre acesso.

⁴⁰ Não pretendemos nos aprofundar nas relações dos moradores com os diversos espaços da cidade, públicos ou privados. O foco principal da pesquisa permanece na análise das relações com os *shopping centers*, mas recorremos aos exemplos citados para comprovar a existência de múltiplas práticas que não se restringem aos espaços fechados e controlados por sistemas de segurança. Nosso argumento visa mais a uma problematização do que a uma ampliação do foco da pesquisa.

⁴¹ Também optamos por não utilizar a expressão “ruptura” na análise da produção do espaço urbano com base nos processos de segregação e fragmentação socioespacial, sobretudo porque essa produção é permeada de inovações e permanências, sincronismo e defasagem (SECCHI, 2007), ou ainda por diferentes temporalidades conexas.

⁴² Partilhamos da crítica de Sennett (1998, p. 38) acerca da ideia de ruptura aplicada à história humana. Quando falamos em revolução, pensamos em “divisores de água”, como se fosse possível durante um período a sociedade parar e, depois de uma ruptura, retornar como uma nova sociedade. O erro maior está em não ver como uma condição de vida vai se infiltrando na outra, em constante (e lento) processo de mudança, embora exista uma dificuldade em conceber o novo e, além disso, uma tendência em (re)produzir o que está dado.

Diante das sobreposições dos conteúdos das práticas espaciais das diferentes temporalidades, as diferenças entre os espaços urbanos de Catanduva e São José do Rio Preto evidenciam ações diferenciadas de agentes produtores do espaço⁴³, atuando de forma desigual e combinada nas cidades, tanto por lógicas externas, quanto pelo papel que o espaço de cada cidade exerce na (re)produção desses processos.

As Figuras 2 e 3 apresentam os mapas das duas cidades, com a localização dos espaços residenciais fechados e dos *shopping centers*, dentre eles, os aqui pesquisados. O objetivo é evidenciar a maior complexidade do espaço urbano de São José do Rio Preto em comparação a Catanduva, a partir da organização espacial de cada cidade, o que, por conseguinte, vai condicionar, de forma combinada com outros aspectos, as diferentes práticas e representações sociais dos sujeitos pesquisados.

⁴³ Referimo-nos especificamente aos proprietários de terras, incorporadores, corretores imobiliários e o capital financeiro, conforme Corrêa (1995).

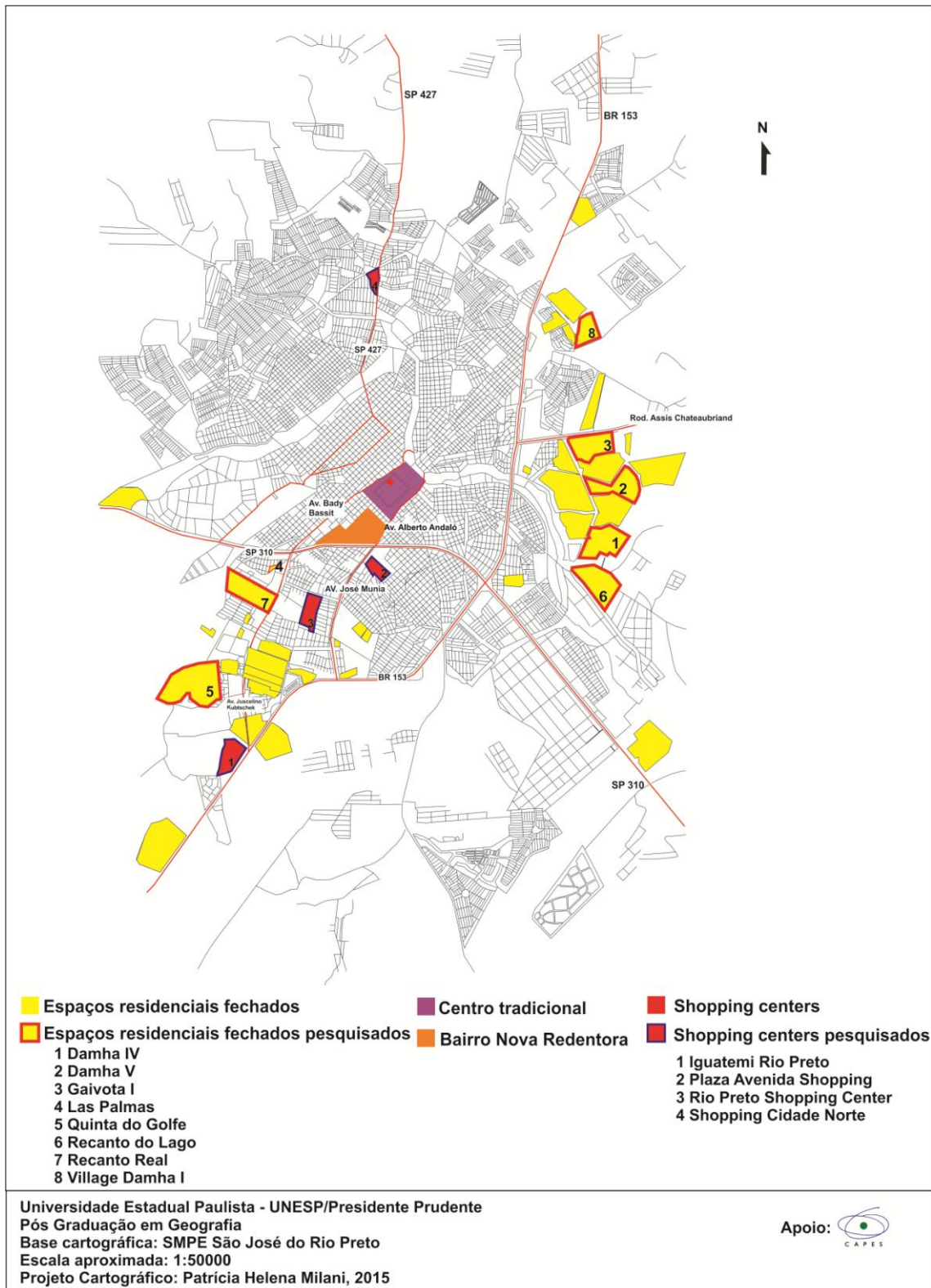


Figura 2: São José do Rio Preto. Localização dos espaços residenciais pesquisados e equipamentos urbanos.

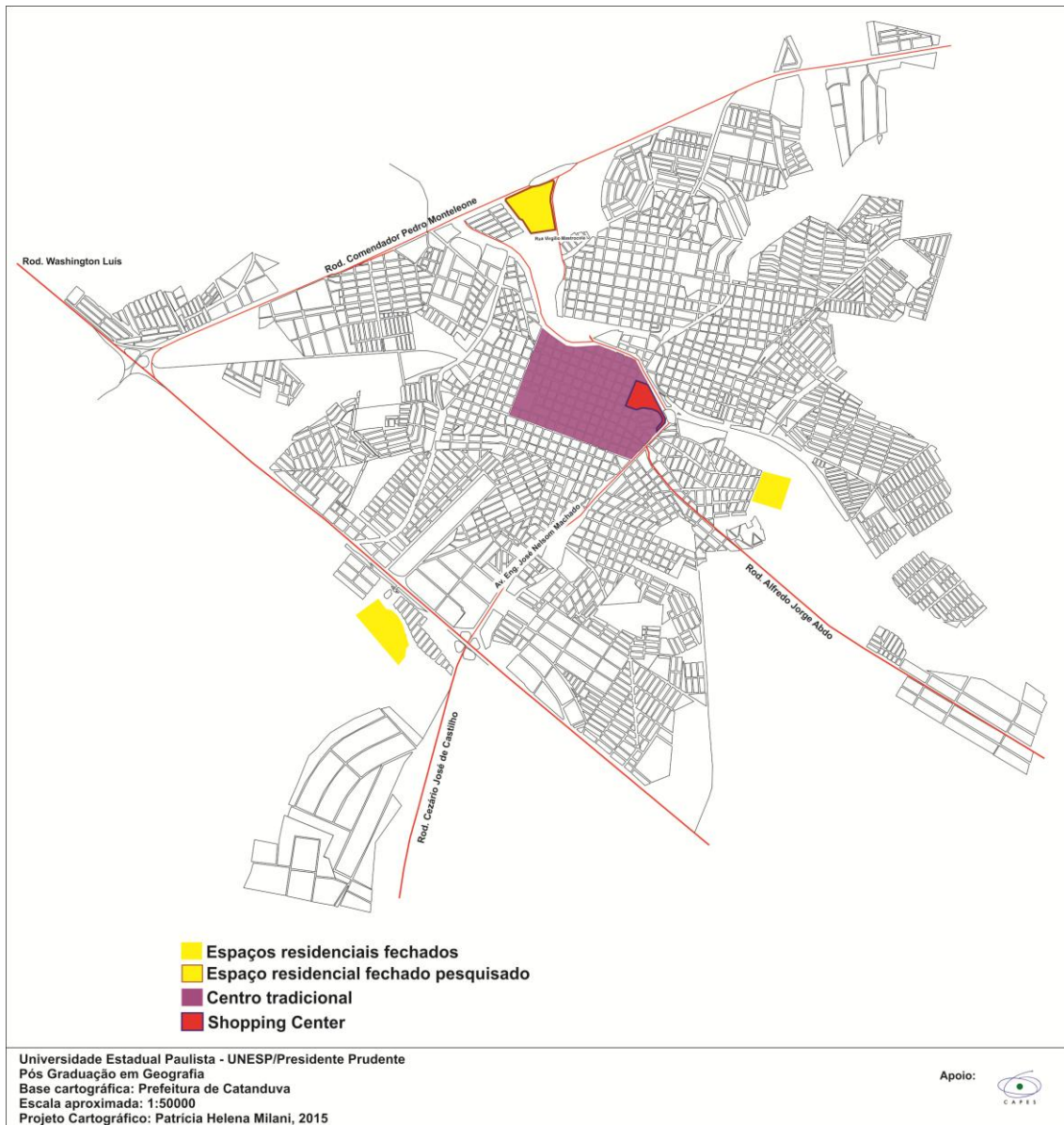


Figura 3: Catanduva. Localização dos espaços residenciais fechados e equipamentos urbanos.

A maior complexidade na produção do espaço urbano de São José do Rio Preto em relação a Catanduva é evidente, considerando, além da polarização de diferentes segmentos sociais entre as áreas norte e sul, uma expansão nas áreas leste e nordeste da cidade, com a implantação de espaços residenciais fechados voltados para os segmentos de médio e alto poder aquisitivo, inicialmente, pelas ações da incorporadora Encalso, uma empresa do Grupo Damha, bem como no nordeste da cidade, com a instalação dos Villages Damha, um segmento da mesma empresa. Diante disso, evidencia-se a necessidade de adentrarmos nas discussões acerca das dimensões empíricas da investigação.

1.2.1 Espaços residenciais fechados e *shopping centers*

Ainda que tenhamos justificado nossa opção pela expressão “espaços residenciais fechados” para os novos *habitats* urbanos murados e controlados por sistemas de segurança, não podemos deixar de esclarecer as diferenças entre esses espaços de moradia, tanto do ponto de vista jurídico, como dos atributos físicos que os caracterizam.

Condomínios fechados e loteamentos fechados são as duas denominações legais dos nossos objetos de pesquisa, sendo esta última uma forma espacial ilegal pela lei brasileira. Segundo Rodrigues (2013, p. 152), a legislação de parcelamento do solo urbano (Brasil - Lei 6.766/1979) prevê o parcelamento de uma gleba em parcelas menores de terra, os lotes, acompanhadas de infraestrutura urbana, ruas e espaços públicos (áreas de uso comum e uso institucional). As ruas e espaços públicos devem ser entregues à municipalidade para serem utilizados por todos, sendo de responsabilidade municipal os serviços de coleta de lixo, iluminação pública e manutenção dos espaços livres. Dessa maneira, o fechamento de espaços públicos pelo setor privado é inconstitucional; ao fechar um loteamento e não permitir a livre circulação, comete-se uma irregularidade do ponto de vista urbanístico (RODRIGUES, 2013, p. 152). Nessa forma não regularizada de urbanização, cada comprador é proprietário de seu lote, porém não é proprietário de partes das áreas públicas, que continuam pertencendo ao poder público municipal.

Os condomínios fechados seguem a legislação condominial (Brasil – Lei 4.591/1964), a qual estabelece que os condôminos sejam proprietários de fração ideal de terrenos e coproprietários das áreas de circulação e de uso coletivo, sendo os responsáveis pela sua manutenção. Estes são fundamentalmente diferentes dos espaços públicos que permanecem sendo propriedade pública, destinados para uso de todos, enquanto os espaços coletivos localizados intramuros são propriedade privada, destinados para uso dos residentes e, eventualmente, de seus convidados.

No contexto das cidades da pesquisa, até a década de 1980, foram lançados dois espaços residenciais fechados⁴⁴ em São José do Rio Preto, tendo ocorrido, a partir da década de 1990, a maior expansão desse tipo de urbanização. Nos dias atuais, totalizam

⁴⁴ Residencial Bourganville, em 1974, e o Residencial Débora Cristina, em 1978, com total de 34 e 172 lotes, respectivamente. Porém, o êxito desses espaços ocorreu mais tarde, quando houve o lançamento de novos empreendimentos e a ampliação da valorização desses espaços residenciais fechados.

mais de trinta empreendimentos consolidados, destinados aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo. Segundo Barroso (2012), na segunda metade da década de 1990, não houve lançamentos de loteamentos abertos voltados para a classe média em São José do Rio Preto, além disso, a demanda por apartamentos e o financiamento público para esse tipo de imóvel passou a recuar a partir do final da década anterior (SPOSITO, 2003). Evidencia-se o período estratégico para o mercado imobiliário combinado às preferências das classes médias pelo novo produto imobiliário.

Dos primeiros lançamentos, na década de 1970, aos empreendimentos produzidos já na década de 1990, houve uma diminuição da área média dos lotes e, por conseguinte, dos preços⁴⁵, tendência que resulta de duas dinâmicas simultâneas e articuladas entre si.

De um lado, a contínua expansão territorial urbana, que potencializa o preço das terras disponíveis melhor localizadas no entorno da área urbana já constituída, eleva o preço de custo da implantação e, por conseguinte, dos lotes colocados à venda [...].

De outro lado, o número potencial de compradores se amplia à medida que a área média e, conseqüentemente, o preço dos lotes diminui, ainda que o preço do m² aumente em função da expansão urbana. A combinação desses elementos possibilita uma maior demanda solvável. (SPOSITO, 2003, p. 3-4)

Por sua vez, Catanduva possui um espaço residencial fechado consolidado – o Residencial Acapulco – com moradores e infraestrutura instalada, lançado em 2003, pela incorporadora Setpar, e dois em fase de consolidação. O Lluminar⁴⁶, lançado em 2008, com doze casas, infraestrutura finalizada e com lotes a venda, e o Village Damha I, em estágio de consolidação de infraestruturas internas e construção das primeiras casas.

Dentre as estratégias de difusão dos empreendimentos do Grupo Damha⁴⁷, destaca-se a expansão das tipologias dos espaços residenciais fechados, voltados para as

⁴⁵ A observação dos dados relativos à área média dos lotes é indicativa dos segmentos socioeconômicos a que se destinam esses loteamentos. O Residencial Bourganville possui a área média dos lotes de 1.449,91 e o Residencial Débora Cristina 1.033,51, ao passo que o Village Sta. Helena e o Parque Residencial Damha, lançados no início da década de 1990, possuem áreas médias dos lotes de 793,37 e 695,44, respectivamente.

⁴⁶ Empreendimento lançado pelo incorporador Roberto Cacciari, agente produtor local.

⁴⁷ Fundado em 1964, o Grupo Encalco Damha é um conglomerado empresarial que atua nas áreas de Engenharia Civil, Agronegócios, Concessão de Rodovias, Gestão de *Shopping Center*, Concessão de Energia e Empreendimentos Imobiliários, tendo relevante papel na produção de espaços residenciais fechados, bem como influência sobre as representações e subjetividades dos moradores acerca desse tipo de *habitat*.

classes médias e altas, “um estilo Damha de viver”, conforme exposto nos anúncios dos empreendimentos.

Segundo entrevista publicada no jornal “O Regional”, de Catanduva (07/08/2013), com o diretor institucional da incorporadora, “os condomínios fechados não são exclusivos para a classe alta, já que temos três produtos para diferentes classes ...”. A empresa comercializa empreendimentos com terrenos de 600, 300 e 250 metros quadrados, denominados Damha, Village Damha e Damha Fit, respectivamente, cujos preços dos lotes variam de quatrocentos e cinquenta a noventa mil reais.

Essas informações evidenciam as estratégias de atuação da incorporadora de maximização dos lucros, ampliando, para além da elite, um estilo de vida representado como exclusivo, com segurança e tranquilidade, produzindo espaços concretos de moradia cercados de muros e sistemas de segurança como o modelo “ideal” de se viver na cidade, acentuando uma espécie de “efeito cascata” (SOBARZO, 2006, 205) que explica, em parte, o prestígio simbólico que essas novas formas de morar possuem em amplos setores da sociedade.

[...] a estratégia dos incorporadores em, continuamente, apresentar ao mercado novos “produtos” aos quais se associam novos valores, visto que, com a estagnação econômica e o aumento das disparidades que se verificaram no país, a partir dos anos de 1980, o principal alvo dos produtores do espaço urbano passou a ser aqueles que já tinham imóveis residenciais e só se dispunham a nova aquisição se a ela se associassem **qualidades objetivas e/ou subjetivas que justificassem a troca de um local de moradia por outro** ou, em outras palavras, de um produto imobiliário por outro. (SPOSITO, 2003, p. 14, grifos nossos)

De uma maneira similar, os sujeitos entrevistados, tanto em Catanduva quanto em São José do Rio Preto, expressam o desejo de viver como a elite, (re) produzindo, salvo as polifonias⁴⁸ e as ressignificações, parte dos discursos imobiliários acerca dos espaços residenciais fechados e do estilo de vida proposto. Contudo, confirmamos que há diferenças em relação ao papel que a classe média e a elite exercem em cada uma dessas cidades.

O primeiro e, por enquanto, único empreendimento do grupo Encalso em Catanduva é o “Village Damha”, dentre os três segmentos (Damha, Village Damha e Damha Fit) que a incorporadora produz. O termo “village”, como exposto, indica ser um

⁴⁸ Expressão utilizada ao longo da pesquisa e discutida mais adiante. De forma preliminar, polifonia se refere às diferentes respostas, contendo distintas opiniões, descrições de práticas espaciais e representações sociais entre os entrevistados para os mesmos questionamentos do roteiro de entrevista. Esse é um aspecto que comparece no conjunto das narrativas.

empreendimento intermediário, na hierarquia dos residenciais fechados da empresa, ou seja, os lotes são menores e mais baratos em relação ao segmento Damha. Enquanto em São José do Rio Preto, a empresa possui seis Damhas e três Villages, em Catanduva a produção ainda se inicia e, vale ressaltar, com um empreendimento intermediário.

Em complemento a esse argumento, é necessário também enfatizar que há lotes à venda no Residencial Lluminar (lançado em 2008), em Catanduva, que giram em torno de seiscentos mil reais, enquanto os lotes do residencial fechado Quinta do Golfe (lançado em 2013), em São José do Rio Preto, foram todos vendidos⁴⁹. Salvo especificidades, os dois espaços residenciais fechados, mesmo produzidos em cidades diferentes, possuem semelhanças físicas, principalmente entre os preços e as metragens dos lotes⁵⁰; contudo, evidencia-se que o empreendimento em São José do Rio Preto teve um desenvolvimento (venda de lotes, construções de casas, etc.) mais acelerado em comparação ao empreendimento Lluminar, de Catanduva. Assim, o que se observa é que as características e o público alvo a que se destinam se assemelham, mas os ritmos em que se desenvolvem se diferenciam. Entendemos que o motivo disso está, em parte, relacionado à classe média e elite de São José do Rio Preto, a qual desempenha papel mais significativo no consumo desses espaços fechados de moradia e, por conseguinte, na incorporação do estilo de vida proposto, o que contribui para que o ritmo da produção e consumo desses *habitats* seja mais acelerado em comparação à Catanduva, embora outros fatores também influenciem.

A cidade de São José do Rio Preto não pode mais ser entendida pela lógica centro-periferia que, durante o século XX, orientou o crescimento do tecido urbano e a divisão econômica e social do espaço da cidade (SPOSITO, 2013). Contudo, o processo de mudança de conteúdo da periferia não implica a diminuição das desigualdades socioespaciais, pelo contrário, acirram-se as separações e se reafirmam as diferenças por meio de sistemas de controle e segurança que separam física⁵¹ e simbolicamente os espaços internos e externos, tanto espaços residenciais fechados quanto *shopping centers*.

⁴⁹ Segundo informações do *site* do empreendimento (www.quintadogolfe.com.br, acesso em 25 mai. 2015), reforçadas por dois moradores entrevistados no Damha IV – São José do Rio Preto, sendo uma arquiteta e um empresário do setor imobiliário, e por um morador entrevistado do próprio Residencial Quinta do Golfe.

⁵⁰ Os terrenos no residencial Quinta do Golfe variam entre seiscentos a mil metros quadrados e, no Residencial Lluminar, de oitocentos a mil e duzentos metros quadrados. No residencial Quinta do Golfe, os preços dos terrenos variam de quinhentos a um milhão de reais.

⁵¹ Separação física marcada pela materialidade dessas barreiras que permitem a circulação entre o interior e o exterior dos muros apenas pelos portões de acesso, com as guaritas e sistemas de controle daqueles que entram e saem.

Os espaços residenciais fechados a que nos referimos no texto são aqueles em que adentramos para realizar entrevistas com moradores, o que também viabilizou as observações de campo, tanto dentro das residências quanto de alguns espaços coletivos. Em Catanduva, elencamos o Residencial Acapulco e, em São José do Rio Preto, os residenciais Damha IV e V, Gaivota I, Las Palmas, Quinta do Golfe, Recanto do Lago, Recanto Real e Village Damha I, cujas posições geográficas podem ser vistas nos mapas das Figuras 2 e 3, nas páginas 35 e 36.

Como ponto de partida, tomamos alguns atributos comuns a todos os espaços residenciais fechados pesquisados das duas cidades, ressaltando que, apesar de estarem presentes em todos eles, a qualidade, a valorização por parte dos moradores e o poder simbólico que esses atributos exercem na elaboração de subjetividades variam. Tanto o Residencial Acapulco de Catanduva quanto os oito⁵² de São José do Rio Preto possuem em comum os serviços oferecidos e equipamentos: um salão para festas⁵³ (centro de convívio), duas piscinas, sendo uma para adultos e uma para as crianças, vestiários e *playground*. Quanto ao sistema de segurança, são características presentes em todos eles: portaria com cancela abaixada 24 horas, ronda noturna, muro alto e obrigatoriedade do cadastro dos visitantes na portaria. No Quadro 1, indicamos os serviços oferecidos de maneira particular, em cada espaço residencial fechado.

⁵² A ordem dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto no Quadro 1 está de acordo com o ano de lançamento.

⁵³ Para reforçar: todos os espaços internos são privados, de uso comum, para os moradores e convidados.

Espaços residenciais fechados	Total de lotes	Ano de Lançamento	Tamanho dos lotes (m ²)	Serviços oferecidos e equipamentos
Catanduva				
Residencial Acapulco	265	2003	360	Duas quadras de tênis, uma de futebol, uma poliesportiva.
São José do Rio Preto				
Residencial Recanto Real	445	1992	360	Um lago com pista de caminhada no entorno, um restaurante interno, uma academia, uma quadra poliesportiva e uma quadra de vôlei de areia.
Residencial Las Palmas	42	2002	85	Possui os atributos em comum com os demais residenciais
Residencial Damha IV	548	2003	450	Pista de caminhada, dois lagos artificiais, academia, uma quadra poliesportiva, uma praça, duas quadras de tênis, duas quadras de vôlei de areia, um campo e um mini campo de futebol.
Residencial Gaivota	686	2004	400	Uma quadra de vôlei de areia, uma quadra poliesportiva, uma quadra de tênis e um campo de golfe.
Residencial Damha V	498	2007	400 a 800	Duas quadras de tênis, quadra poliesportiva, duas quadras de vôlei de areia, campo de futebol, pista para caminhada e três lagoas artificiais.
Residencial Recanto do Lago	648	2008	400	Área verde, quiosques com churrasqueiras, uma quadra poliesportiva, uma quadra de tênis, uma quadra de vôlei de areia.
Residencial Quinta do Golfe	500	2008	400 a 1000	Campo de Golfe, espaço <i>grill</i> com churrasqueira e bar, piscina semiolímpica para natação, duas piscinas de biribol, quadra de vôlei de praia, duas quadras de tênis, quadra poliesportiva, campo de futebol semioficial, salão de jogos, academia, sala de dança e uma quadra de <i>squash</i> .
Village Damha I	457	2009	250 a 424	Um lago artificial, pista de caminhada, academia, uma quadra poliesportiva, um restaurante, uma quadra de tênis, uma quadra de vôlei de areia, um campo e um minicampo de futebol.

Quadro 1: Catanduva e São José do Rio Preto. Serviços oferecidos e equipamentos dos espaços residenciais fechados pesquisados.

Fontes: Barroso (2012), *sites* dos empreendimentos (acesso em 20 de março de 2015) e entrevistas.

No Residencial Las Palmas, diferentemente dos demais pesquisados, as casas seguem o mesmo modelo e foram comercializadas prontas; são de dois pavimentos, compostas por um andar térreo com abrigo para dois carros, sala de estar e jantar, escada de acesso para o pavimento superior, uma área de serviço, cozinha, área com churrasqueira, banheiro e varanda; no andar superior, possui três dormitórios, sendo uma suíte e um banheiro social.

No que tange às regras de entrada cotidiana das empregadas domésticas, a administração de todos os residenciais confecciona um cartão que deve ser apresentado na entrada e na saída, nas portarias. Esse documento é feito a partir de consultas prévias de dados pessoais⁵⁴. O período de permanência das empregadas, prestadores de serviços, entre outros trabalhadores, nos espaços internos dos espaços residenciais fechados é limitado entre as sete e as dezessete horas, sendo proibida a entrada dos mesmos aos sábados e domingos⁵⁵, exceto às empregadas domésticas, que, mediante aviso à administração, são autorizadas a entrar em dias em horários extras, assim como há um caso em que a funcionária mora com os patrões, como veremos adiante.

A diferença entre as regras referentes aos visitantes é a presença, em todos os espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, do equipamento de entrega de *tickets*⁵⁶ (instalado na portaria), inexistente no Residencial Acapulco, em Catanduva. De maneira particular, no Residencial Quinta do Golfe, há duas portarias. Na primeira, é necessária uma pré-identificação antes de passar para a segunda, onde se localiza a máquina de entrega de *tickets*, e mais um porteiro, além dos seguranças.

Na primeira entrada para a realização de entrevistas, tanto no Residencial Acapulco quanto nos residenciais de São José do Rio Preto, foi necessário, na portaria, fazer um cadastro com nome completo, RG (Registro Geral) e uma foto tirada pelo funcionário da portaria no momento da realização do cadastro. Com esse registro, as informações dos visitantes permanecem arquivadas em um banco de dados. A partir da segunda visita, faz-se a identificação na portaria e a autorização de entrada com o morador por meio de uma ligação para sua casa. Nos empreendimentos que possuem o equipamento, o *ticket* é impresso com os dados pessoais do visitante e deve ser devolvido na saída, o que implica maior controle sobre o acesso dos visitantes e seu

⁵⁴ Em todos os espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, há verificação de antecedentes criminais dos trabalhadores, antes da confecção do cartão.

⁵⁵ Nesses dias, a portaria de serviços não funciona. Apenas o Residencial Acapulco não possui portaria separada para entrada dos empregados.

⁵⁶ Como mostra a imagem no Anexo III, referente ao residencial Recanto Real.

tempo de permanência, pelos sistemas de segurança dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto.

Em todos os empreendimentos, os moradores possuem uma entrada separada em relação à entrada dos visitantes, embora a portaria seja a mesma. Nos Residenciais Damha IV, Recanto Real e Village Damha I, os moradores possuem o “Tag”⁵⁷, nos demais residenciais, para a entrada dos moradores, é necessário que os porteiros os “reconheçam” e habilitem a entrada, acionando a abertura da cancela.

Para os moradores e visitantes de todos os residenciais, também há regras de convivência, como limite máximo de velocidade dos veículos, de som, dos cuidados para com os animais de estimação quando estão nas vias internas, já que, nas frentes das casas, não há (não é permitido) grades e muros⁵⁸. Além dessas regras condominiais, identificamos esforços voltados à promoção de um estilo de vida próprio desses espaços residenciais fechados, que se referencia nos modos de vida e principalmente no consumo da elite, atribuindo valores econômicos e simbólicos a determinados produtos.

Para caracterizar as práticas espaciais dos moradores dos espaços residenciais fechados para além dos seus limites físicos, direcionamos nossa atenção para as relações que estabelecem com os *shopping centers*, ou seja, buscamos identificar conexões/desconexões entre esses espaços residenciais fechados e os referidos espaços de consumo e lazer, entre dois tipos de “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000). No Quadro 2, organizamos algumas informações relevantes a respeito dos *shopping centers* das duas cidades pesquisadas.

⁵⁷ Cartão que garante acesso livre ao ser introduzido na catraca eletrônica, sem controle do funcionário responsável pela guarita (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 257).

⁵⁸ Isso gera conflitos entre os moradores, como veremos.

<i>Shopping centers</i>	Ano de Inauguração	Área Total Construída m ²	ABL em m ²	Vagas Estacionamento	Número de lojas
Catanduva					
Garden Catanduva Shopping	1995	18.002	11.843	300	90
São José do Rio Preto					
Rio Preto Shopping Center	1988	50.000	38.500	1.800	225
Plaza Avenida Shopping	2007	36.000	19.800	1.000	150
Shopping Cidade Norte	2012	20.613	18.000	750	113
Iguatemi Rio Preto	2014	50.000	42.125	1.810	201

Quadro 2: Catanduva e São José do Rio Preto. Caracterização dos *shopping centers*.

Fontes: *Sites* Institucionais e Associação Brasileira de Shopping Center (ABRASCE); Castro (2015).

Diante do exposto, apresentaremos, no próximo tópico, a fundamentação metodológica da tese.

1.3 A relação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado: apontamentos sobre a metodologia qualitativa de pesquisa

Nosso desafio foi encontrar, no contexto da pesquisa, maneiras de compreender a vivência espacial dos outros, moradores de espaços residenciais fechados. Porém, as maneiras de compreender essa vivência sempre terão como ponto de partida o nosso lugar no mundo, então, “como nos colocarmos nos sapatos dos outros”? Ou “como interpretar os pontos de vista dos outros”? Essas questões baseadas nas pesquisas de Lindón (2008)⁵⁹ nos apontam para um problema de âmbito teórico-metodológico que envolve a articulação dos conceitos científicos e de sentido comum com os quais os sujeitos interatuam na vida cotidiana. Por isso, propomos o questionamento: como compreender e interpretar o que o outro experimenta acerca de um lugar? Como compreender, enquanto sujeito pesquisador, a experiência espacial do outro, sujeito pesquisado?

Para nós, a reflexão sobre os outros não pode ser apoiada exclusivamente nos princípios das ciências que questionam e analisam a alteridade, como a psicologia social, porque, quando pensamos no “outro”, levamos em conta, sobretudo, a dimensão

⁵⁹ Que realiza uma densa revisão teórica metodológica acerca das “geografias da vida cotidiana”.

espacial do espaço vivido e representado pelos sujeitos pesquisados, assumindo sentidos e significados a partir das práticas espaciais, na escala do cotidiano.

Explicitamos, desse modo, uma preocupação que surgiu a partir do desafio de realizar uma pesquisa na qual os moradores de espaços residenciais fechados são entendidos como os sujeitos principais com os quais compartilhamos o mesmo tempo, mas não os mesmos espaços, nem as mesmas condições de reprodução da vida social. A partir daí, colocamos as questões/problemas da pesquisa, na medida em que nos deparamos com certo estranhamento em relação a esses sujeitos e suas práticas cotidianas, por meio de um processo de “desnaturalização” e questionamento das realidades descritas por meio das entrevistas.

A metodologia qualitativa nos possibilita apreender os significados do espaço, que não se apresentam por si mesmos, já que eles são produzidos a partir das práticas espaciais dos sujeitos, ao mesmo tempo em que as práticas são por eles influenciadas. Para isso, tornam-se necessários instrumentos metodológicos que viabilizem a apreensão dessas práticas, por mais banais e/ou naturais que pareçam ser a maior parte delas, na perspectiva de alguns autores, como discutiremos mais adiante. Nessa conjuntura, surge uma questão de cunho prático: como captar essas práticas espaciais cotidianas?

Apoiando-nos em Lindón (2008, p. 14), a resposta para o questionamento leva a três caminhos possíveis: a) a observação das práticas e de sua espacialidade; b) apreender as práticas e suas espacialidades através de imagens e c) capturá-las por meio dos discursos dos próprios sujeitos que as realizam.

Para abordar a problemática da pesquisa a partir do cotidiano e tomando como referência e foco analítico as práticas espaciais, um dos instrumentos metodológicos eleitos foram as entrevistas, por meio das quais procuramos privilegiar a fala dos sujeitos, ou seja, seus depoimentos sobre as experiências⁶⁰ vividas espacialmente, as razões que apresentam para justificar suas escolhas relacionadas ao consumo de um “novo estilo de vida”, o modo como avaliam tais experiências e os discursos que elaboram a respeito de suas próprias práticas cotidianas. Desse modo, apostamos em diferentes movimentos das opiniões, justificativas e descrições sobre o vivido e os fatos que, por vezes, confluem, e, outras vezes, divergem. Daí sua potencialidade, inclusive,

⁶⁰ Mais que uma sucessão internalizada de sensações, a experiência é uma fértil multiplicidade de coisas e relações que se associam e interagem constantemente, sendo sua espacialidade tão significativa quanto a dimensão temporal (MASSEY, 2008, p. 265).

como estratégia de apreensão do cotidiano, considerando também as observações feitas e registradas quando visitamos os espaços residenciais fechados para realizar algumas das entrevistas, conforme discutiremos adiante.

Como um processo de interação social, a entrevista tem por objetivo a obtenção de informações por parte do entrevistador sobre o comportamento e a consciência dos sujeitos investigados (COLOGNESE e MÉLO, 1998). A entrevista está sendo utilizada, portanto, como um instrumento metodológico para buscamos informações, opiniões, pontos de vistas, significados do espaço, a partir das experiências vividas que não se restringem aos espaços residenciais fechados, mas ao âmbito da cidade. Esse instrumento metodológico não tem como finalidade um levantamento “censitário” de informações e dados, ou seja, de atingir amostras estatísticas. Estamos envolvidos não na coleta, mas na produção das informações, como é próprio da pesquisa qualitativa, tendo como foco as interações humanas, com todos os seus humores, temores, enfim, com toda intromissão da subjetividade de sujeitos em interação, ou seja, a relação pesquisador/pesquisado não é sem importância para os resultados que a pesquisa pode produzir (TURRA NETO, 2012).

Por isso, é importante reconhecer que, na produção de uma narrativa de experiências vividas, operam simultaneamente duas dimensões: das interações e dos jogos em que a memória desliza entre o que se recorda e o que se esquece. Na concepção de Lindón (2006), essas interações possuem três níveis, sendo que, durante uma entrevista, o sujeito pesquisado transita espontaneamente entre eles, passando de um ao outro de forma natural.

O primeiro nível ocorre pela interação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, uma vez que o grau de confiança do segundo em relação ao primeiro interfere nos conteúdos das falas e, por conseguinte, na entrevista como um todo. O “desconforto”, se é que podemos chamar assim, demonstrado por alguns moradores entrevistados se deu principalmente durante as primeiras questões do roteiro de entrevista, porém, outros não evidenciaram nenhum desconforto desde o início. Esse aspecto teve variação devido, principalmente, à maneira como, ou melhor, por meio de quem, chegamos até eles. A aproximação com nossos entrevistados ocorreu por intermédio de outro sujeito conhecido por ambas as partes, morador ou não do mesmo espaço residencial fechado, tecendo uma rede de contatos. Além disso, ao final de cada entrevista, solicitávamos a indicação de algum vizinho, conhecido do mesmo residencial

e/ou de outros, que pudesse nos ceder uma entrevista, prática que nos rendeu observações importantes no decorrer da pesquisa, narradas no texto.

O roteiro utilizado para orientar a entrevista baseou-se naquele empregado no âmbito do Projeto “Urbanização difusa, espaço público e insegurança urbana”⁶¹; porém, foi sendo modificado com a incorporação de novos questionamentos, frente às especificidades encontradas nas realidades de pesquisa, o que variou também em relação a cada entrevistado, de acordo com situações de interações descritas, entre sujeito pesquisado e pesquisador. O roteiro, semi-estruturado, foi dividido nos seguintes blocos de questões: perfil do entrevistado, motivações em escolher morar em um espaço residencial fechado, cotidiano e cidade, lazer e cidade, consumo, vizinhança, visitas, serviços oferecidos pelo condomínio e avaliação final do entrevistado sobre a experiência de morar num espaço residencial fechado. Essa divisão em assuntos visou a facilitar uma coesão do diálogo acerca dos temas definidos, porém não foi explicitada para o morador durante a realização das entrevistas; a divisão também foi importante para a análise, de modo a possibilitar a identificação de conjuntos de falas sobre os mesmos temas, conforme se evidencia ao longo do texto. A versão final deste roteiro está disponibilizada no Anexo II da Tese.

No momento da entrevista, concedemos ao morador o máximo poder de fala, mesmo colocando as questões previstas, para que ele construísse livremente seu relato, selecionando e ou (re)formulando experiências espaço-temporais, expressando opiniões, fatos, enfim. Isso nos possibilitou tanto colocar novos questionamentos não previstos anteriormente no roteiro como apreender de forma mais detalhada algumas experiências vividas, o que também variou entre os entrevistados, do ponto de vista da quantidade de novas questões colocadas e do detalhamento das informações narradas.

A abertura que cada morador nos dava naquele momento foi captada por meio da maneira como se expressavam, pelos gestos, pela forma com que nos recebiam, tendo também influência, nesse âmbito, o tempo disponibilizado para cada entrevista, informação que alguns moradores nos forneciam previamente, enquanto outros nos informavam entre os relatos que estavam sem pressa, o que possibilitava novos questionamentos e respostas mais detalhadas.

Alguns moradores nos receberam no ambiente de trabalho, outros em suas próprias residências, o que sempre preferimos. Os primeiros cederam menos tempo para

⁶¹ Os resultados dessa pesquisa integram o livro “Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial” (SPOSITO e GÓES, 2014).

a entrevista, enquanto aqueles que nos receberam em suas residências, além de disponibilizarem mais tempo, exemplificavam algumas práticas relatadas, apontando com as mãos os lugares de que estavam falando, os vizinhos, as crianças, espaços da casa e sistemas de segurança da entrada, que sempre era explicado a partir de nossa própria entrada pela guarita e por todos os mecanismos de identificação a que fomos submetidos.

A reação às observações sistemáticas e registros fotográficos que fizemos no interior dos residenciais confirmou o caráter de exclusividade desses espaços residenciais fechados. As estratégias de controle e desconfiança frente àquilo que não é previsto, como nos momentos em que fotografamos os espaços internos, evidenciaram-se quando os moradores ou os seguranças que fazem a ronda nos intimidavam por meio de olhares, o que era suficiente para nos dizer que não estávamos agradando.

As entrevistas, somadas às “visitas” aos espaços intramuros, bem como ao interior das próprias residências, favoreceram um contato mais próximo, não somente com o morador que cedeu a entrevista, mas, em alguns momentos, com membros da família que estavam presentes na ocasião e nem sempre participavam da entrevista⁶². As observações feitas, ainda que em períodos curtos de tempo, nos possibilitaram a apreensão de minúcias cotidianas expressivas para a pesquisa, que foram registradas, são narradas e analisadas ao longo do texto.

O segundo nível de interação (LINDÓN, 2006) se dá entre o sujeito e uma situação passada. O procedimento seguido era o de que alguns entrevistados voltavam a interagir com aquela situação e reproduziam diálogos, descrições dos lugares em que ocorreram, em alguns casos, mudando de humor no momento da entrevista, ao lembrar algum fato que o irritou, por exemplo. Nas citações de entrevistas ao longo do texto, esses diálogos relacionados a interações passadas, muito presentes nas falas de Lucas, o síndico de um residencial fechado de Catanduva, por exemplo, estão entre colchetes.

Por fim, um terceiro nível de interação consiste naquele em que o entrevistado constrói, ao longo da entrevista, sua imagem para o entrevistador e para ele próprio, da maneira como se vê, sobretudo no caso da classe média. Esse nível de interação ocorreu em todas as entrevistas, sendo o sujeito pesquisado previamente conhecido ou não por nós. Tanto por parte do sujeito pesquisado, como por nós, enquanto pesquisadores, essa

⁶² Isso foi significativo porque, ao continuar suas práticas como se nós (pesquisadores) não estivéssemos ali, possibilitaram-nos a observação de diversos detalhes da vida cotidiana desses sujeitos, que se confirmavam ou não nas narrativas de quem estava sendo de fato entrevistado.

preocupação perpassou todo o tempo das entrevistas. Os esforços para a construção de nossa imagem foram permanentes para engendrar uma relação de confiança com o morador. Isso influenciava o conteúdo das respostas e seu grau de detalhamento, considerando que, para nós, as minúcias são importantes, não somente para captar os diferentes sentidos e significados das práticas, mas, sobretudo, para apreender as contradições que permeiam as narrativas. Apesar de os moradores empreenderem esforços para manter uma coerência, nem sempre tiveram êxito, uma vez que, ao longo das narrativas, a maioria deles se contradisse em relação às respostas anteriores, ou mesmo em relação às nossas observações nos espaços internos dos residenciais.

Pelo lado do sujeito pesquisado, inferimos que vários objetivos permearam a construção de sua imagem perante o pesquisador, sendo algumas mais evidentes que outras. Tal interação foi de profunda influência durante as entrevistas, principalmente em relação aos sujeitos que encontramos pela primeira vez, em relação aos quais a desconfiança presente no início do diálogo foi diminuindo gradualmente até o final dele. Houve uma exceção no caso de Mauricio, morador do Residencial Acapulco, que, no início da entrevista, dava detalhes e minúcias cotidianas em suas narrativas e, ao longo dela, foi desenvolvendo uma desconfiança em relação aos questionamentos.

Nossa presença enquanto pesquisador tem um peso que não podemos desconsiderar na construção da narrativa do entrevistado. Ela pode ser interpretada como uma particular presença social frente à qual o sujeito reelabora hoje o vivido de ontem, como pode acontecer em outras situações da vida social nas quais uma pessoa, no encontro com alguém (que não seja um pesquisador), reinterpreta o vivido (LINDÓN, 2008, p. 20). Desse ponto de vista, as informações que obtemos por meio das entrevistas nem sempre correspondem às práticas, tais como ocorreram, mas sim a uma reconstrução do vivido frente ao sujeito pesquisador, em uma situação de entrevista.

Vale ressaltar que alguns elementos influenciaram nas três situações de interação, como o lugar onde ocorreu a entrevista, o horário, a presença ou não de outros sujeitos, a interrupção por alguma chamada, seja por telefone, ou pessoalmente de algum familiar, o que era comum, quando a entrevista ocorria na casa do morador.

Até mesmo as temperaturas no período em que realizamos entrevistas influenciaram em algumas respostas relacionadas, principalmente no que se refere ao uso dos espaços coletivos dos residenciais fechados, uma vez que as primeiras delas

foram feitas durante a segunda quinzena de janeiro de 2014, quando predominavam altas temperaturas nas duas cidades da pesquisa.

A presença do gravador também foi um elemento de influência em algumas entrevistas, principalmente durante os minutos iniciais. Porém, com o desligamento do aparelho no final, muitos relatos foram feitos sem nenhum incômodo em relação ao assunto abordado. Isso ocorreu sobretudo quando havia referências a situações envolvendo relações de vizinhança (brigas, discussões e reclamações) e opiniões que guardavam para si.

As falas foram transcritas, bem como as observações registradas em um diário de campo, logo após as entrevistas, com esforço para ser fiel aos detalhes, não somente relacionados ao período da entrevista, mas aos momentos anteriores e posteriores a ela.

Esses aspectos metodológicos contribuíram para que construíssemos nossa perspectiva analítica sobre a produção do espaço urbano. Primeiramente, descartamos a compreensão do espaço enquanto uma colagem de tempos passados, o que o reduz ao tempo, compreendemo-lo como a esfera de uma simultaneidade dinâmica, constantemente desconectada por novas chegadas, constantemente esperando por ser determinada (portanto, sempre indeterminada), pela construção de novas relações (MASSEY, 2008, p. 160); o espaço está sempre sendo feito e é sempre, portanto, em certo sentido, inacabado, numa condição de *devir*. Consideramos, sobretudo as múltiplas trajetórias dos sujeitos que o produzem, não descartando os conflitos, as contradições e, principalmente, as estratégias de controle para impedir a indeterminação do/no espaço nos interiores desses residenciais fechados.

Com as entrevistas, imobilizamos um momento da trajetória de cada morador, porém as diferentes espaço-temporalidades dos sujeitos (simultaneidade de histórias-até-então) continuam em processo. Enquanto escrevemos este texto, por exemplo, não estão imobilizadas, tampouco acabadas. Por assumirmos a impossibilidade de captarmos todas as práticas espaciais e experiências cotidianas dos entrevistados por meio dos instrumentos metodológicos empregados, o sentido amplo da investigação volta-se a reter algum caminho dos múltiplos *devires* contemporâneos que engendram tendências em nossas realidades de pesquisa, sem desconsiderar as polifonias apreendidas através do conjunto das entrevistas, as quais constroem heterogeneidades por meio das falas.

Nesse âmbito dos limites que os instrumentos metodológicos nos colocam, é preciso levar em conta a linguagem por meio da qual as práticas nos foram relatadas, que deriva de uma organização sequencial dos acontecimentos vividos, implicando dar

linearidade a acontecimentos simultâneos, pela impossibilidade de recriá-los na simultaneidade.

Para Lindón (2008, p. 19), o que se comunica é uma versão interpretada do vivido, isso porque a experiência, ao ser comunicada, é moldada pelas palavras. As palavras sempre vão omitir alguns aspectos e ressaltar outros, sendo assim, a versão contada não é idêntica à vivida. Mas, ao mesmo tempo, a única que é socialmente comunicável e construída é a versão que se põe em palavras, porque estas são um meio coletivo, um instrumento básico de construção do vínculo social. De forma simultânea, os sujeitos constroem os significados das experiências vividas, considerando que o significado surge na e da narração.

Assim, as narrativas foram (devido principalmente aos direcionamentos das questões do roteiro) uma mescla de experiências vividas no espaço de moradia, articuladas a um conjunto de outros espaços da cidade (escola, trabalho, compras...), nas quais os deslocamentos conectam esses lugares pelas práticas. Porém, a sequencialidade espaço-temporal das narrativas não precisa coincidir com a ordem e sucessão dos lugares referidos na superfície topográfica, nem com a linha do tempo cronológica (LINDÓN, 2008).

A realidade que apreendemos por meio das falas dos moradores é uma releitura subjetiva que fazem de suas experiências espaciais, é o produto de um trabalho de reconstrução da realidade. Isso não quer dizer que temos, por meio disso, uma realidade distorcida, mas sim uma construção do vivido por meio do constante processo de unir intersubjetivamente elementos que, além do sujeito, poderiam resultar peças soltas (LINDÓN, 2008, p. 20). Por exemplo, quando um sujeito vai por diversas razões a lugares diferentes, ele pode interpretar isso como um simples deslocamento, no entanto, também implica a conexão de dois “micromundos”, que possivelmente não teriam uma clara conexão anteriormente.

Não nos importa a narrativa somente enquanto uma ferramenta de aproximação da realidade, pois a própria fala tem um valor adicional por expressar algo mais que a vivência passada a partir da reelaboração de acontecimentos já vividos, mas avaliados por uma trama de sentido dentro da qual o sujeito está imerso em seu aqui e agora (LINDÓN, 2008). Desse modo, o que era um limite, do ponto de vista metodológico, tornou-se uma possibilidade na investigação. A realidade e o que os sujeitos dizem sobre ela têm peso semelhante, na concepção de Lindón (2008), já que as palavras carregam seus próprios sentidos e significados. Os discursos adquirem profundidade

quando as formas espaciais e as práticas são reconhecidas com seus significados, incluindo os imaginários urbanos nos quais se inscrevem esses significados.

A maneira como interpretam e reelaboram os acontecimentos pode ser um condicionante de práticas posteriores, pois compreendemos que a construção simbólica está inserida em uma rede de significados já construídos e é sobre essa rede e dentro dela que se dão os trabalhos do sujeito de re-criar o que já existe. Segundo Jovchelovitch (2002, p. 78), o sujeito psíquico não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la, sua tarefa é elaborar uma permanente tensão entre um mundo que já se encontra construído e seus próprios esforços para ser um sujeito.

Dáí a importância da escolha cuidadosa dos depoentes, a partir de critérios qualitativos e, sobretudo, do cuidado na elaboração do roteiro e das condições para a realização da entrevista, levando-se em conta que o texto final, obtido a partir da necessária transcrição das entrevistas, é o resultado de um diálogo entre pesquisador e pesquisado. Isso porque, a despeito de toda ética que deve permear essa relação, o pesquisador nada tem de passivo neste processo (FREITAS, 2002, p. 77).

As questões norteadoras do roteiro que elaboramos pretenderam fazer das entrevistas um diálogo; assim, mesmo havendo perguntas e colocações que direcionavam o assunto, novos temas levantados pelo entrevistado foram valorizados. O roteiro pode servir como estímulo aos entrevistados, até para que reflitam sobre o assunto posto, situação que ocorreu em vários momentos nas entrevistas. Como estratégia para desconstruir a situação artificial da conversa, fomos ao encontro do entrevistado com o roteiro em mente (decorado), o que favoreceu a informalidade.

Para atingir nossos objetivos de pesquisa, faz-se necessário entender as narrativas, procurando seus sentidos e significados muitas vezes subjacentes, uma vez que a linguagem não é um meio neutro para refletir, ou descrever o mundo. Não pretendemos seguir uma tendência de personificação dos coletivos, que implicam a existência de uma “consciência coletiva” de grupo e/ou de classe. Nos termos de Bourdieu (1974), essa personificação atribui aos grupos disposições que só podem se constituir nas consciências individuais, ainda que sejam o produto de condições coletivas. Por essa via, o autor rejeita a teoria da ação enquanto mera execução do modelo e adere à sentença de Marx, para quem as “coisas da lógica não devem ser tomadas pela lógica das coisas” (*apud* BOURDIEU, 1974, p.156).

Entendemos o próprio discurso dos sujeitos da nossa pesquisa como uma prática espacial e, por sua vez, a linguagem como uma prática em si mesma. Para Gill (2002), como sujeitos sociais, nós estamos continuamente nos orientando pelo contexto interpretativo em que nos encontramos e construímos nosso discurso para nos ajustarmos a esse contexto, ou seja, com quem, quando e onde estamos falando. Quando propomos interpretar, na pesquisa, as narrativas dos moradores, nos envolvemos de forma simultânea na análise do discurso e no contexto interpretativo em que ele se dá.

As entrevistas orais semi-estruturadas foram feitas com agendamento e nos locais de preferência dos entrevistados. No momento seguinte, sem mais a presença do entrevistado, elaboramos um diário de campo, ou seja, um caderno de anotações referentes ao contexto do diálogo, a fim de deixar registradas algumas informações não verbais que pudemos obter mediante observação, durante a entrevista e depois dela.

Posteriormente, as entrevistas foram transcritas, sendo a primeira transcrição feita de forma fiel, como a pessoa falou, com algumas observações gestuais dos entrevistados. Contudo, ao passar a fala para o formato de citação no texto, retiramos algumas palavras que pertencem à linguagem coloquial, mantendo gestos e expressões dos entrevistados que consideramos relevantes, entre colchetes, na tentativa de registrar mais sentidos e significados subjacentes.

Finalmente, uma vez produzidas as narrativas, enfrentamos outro desafio no tratamento das falas, bem expresso por Lindón (2008, p.20): “como reconstruir as tramas de significados que vem debaixo da narrativa, ou melhor, que vem contidas nos relatos de práticas socioespaciais, aparentemente banais?”. Para nós, essa interrogação emergiu no momento posterior às entrevistas e primeiras transcrições, quando foi necessário elaborar um caminho para decifrar o que estava subjacente aos relatos, para evitar que nos limitássemos ao elementar, a fala pela fala.

Iniciamos pela identificação dos sentidos que organizavam as narrativas, condensando muitas palavras para chegar a um processo de compreensão da experiência espacial do outro à luz de construtos teóricos que nós, enquanto sujeitos pesquisadores, elegemos para a análise.

Foram realizadas nove entrevistas com moradores do Residencial Acapulco, na cidade de Catanduva, e treze na cidade São José do Rio Preto⁶³, nos Residenciais

⁶³ Além de aspectos específicos que serão mencionados ao longo do texto, os quais justificam a pequena diferença entre o número de entrevistas entre cidades de tamanho populacional desigual, e além do caráter qualitativo da abordagem adotada, também foi levado em conta o número significativo de pesquisas que

Damha IV e V, Gaivotas I, Las Palmas, Recanto do Lago, Recanto Real, Village Damha I e Quinta do Golfe. Nos Quadros 3 e 4, apresentamos uma caracterização básica do perfil de cada entrevistado⁶⁴.

Nome Fictício	Profissão	Idade	Residencial	Renda familiar informada
Célia	Aposentada	59 anos	Acapulco	R\$ 10.000,00
Karen	Professora	40 anos	Acapulco	R\$ 8.000,000
Lucas	Comerciante	32 anos	Acapulco	R\$ 5.000,00
Ligia	Projetista	36 anos	Acapulco	R\$ 10.000,00
Marta	Empresária	38 anos	Acapulco	R\$ 13.000,00
Maurício	Advogado	36 anos	Acapulco	R\$ 50.000,00
Regina	Funcionária pública	41 anos	Acapulco	R\$ 10.000,00
Rubens	Funcionário público	42 anos	Acapulco	R\$ 10.000,00
Sandra	Aposentada	53 anos	Acapulco	R\$ 15.000,00

Quadro 3: Caracterização dos entrevistados – Catanduva.

Nome Fictício	Profissão	Idade	Residencial	Renda familiar informada
Amanda	Arquiteta	26 anos	Damha IV	R\$ 13.000,00
Ana	Educadora Física	49 anos	Damha V	R\$ 15.000,00
Ariane	Dentista	28 anos	Las Palmas	R\$ 10.000,00
Carlos	Aposentado	49 anos	Recanto Real	R\$ 16.000,00
Débora	Professora Universitária	41 anos	Village Damha I	R\$ 20.000,00
Júnior	Desenvolvedor de Sistemas	25 anos	Quinta do Golfe	Não informada
Letícia	Empresária	50 anos	Recanto Real	R\$ 10.000,00
Marcelo	Engenheiro	41 anos	Recanto do Lago	R\$ 25.000,00
Natália	Advogada	28 anos	Gaivota I	R\$ 11.000,00
Olga	Arquiteta	26 anos	Damha V	R\$ 15.000,00
Rosí	Professora Universitária	46 anos	Village Damha I	R\$ 10.000,00
Selma	Dona de casa	42 anos	Village Damha I	R\$ 8.000,00
Vivian	Professora Universitária	44 anos	Village Damha I	R\$ 20.000,00

Quadro 4: Caracterização dos entrevistados – São José do Rio Preto.

tratam dos espaços residenciais fechados e dos processos de segregação e fragmentação socioespacial em São José do Rio Preto, algumas das quais bastante recentes. As pesquisas de Dal Pozzo (2015) e Sposito (2004 e 2010) são exemplos dessa produção. Nesse mesmo sentido, as entrevistas realizadas com cidadãos de São José do Rio Preto, por pesquisadores no âmbito do Projeto Temático, também foram significativas para as análises por nós realizadas.

⁶⁴ Mais informações acerca dos perfis dos entrevistados, ver Anexos IV e V.

As pesquisas de campo que fundamentam esse texto foram realizadas entre janeiro de 2014 e abril de 2016, divididas em quatro viagens para Catanduva e seis para São José do Rio Preto.

1.4 Cotidiano e práticas espaciais: a construção do referencial teórico-metodológico da pesquisa

No terceiro capítulo da obra “A vida cotidiana no mundo moderno”, Lefebvre (1991, p.122) chama a atenção para um processo, iniciado no século XX, por ele denominado de “queda dos referenciais”. Anteriormente, a sociedade possuía um código geral (ou acreditava possuir, o que dá na mesma): o código da honestidade e da honra, ou da dignidade, cujo pano de fundo era a referência às atividades produtoras, aos “valores” de criação, inseparáveis da produção.

O “reino da eletricidade”, da luz elétrica, da sinalização elétrica, dos objetos movidos e comandados eletricamente, começa por volta de 1910 e, sob essas pressões variadas, os referenciais saltam uns após os outros. Essa importante inovação não atingiu apenas a produção industrial, ela também penetrou na cotidianidade⁶⁵, modificou as relações do dia e da noite, a percepção dos contornos.

Para Baudrillard (1991), foi o capital que se alimentou, no decurso de sua história, da desestruturação de todo o referencial, foi ele que fomentou a realidade, o princípio de realidade, foi também ele o primeiro a tê-la liquidado quando ocorre o “extermínio” de todo valor de uso, na própria sensação que nós temos da irrealidade das questões e da onipotência da manipulação. Para o autor, vivemos em um período em que o real sucumbiu, nos reproduzimos na hiper-realidade, ou ainda, na simulação da realidade.

Como se uma “segunda natureza” substituísse a primeira ou a primeira camada de realidade prático-sensível, os objetos se tornam signos e os signos se tornam objetos. Lefebvre (1991, p. 123) exemplifica a mudança pela pintura, quando o expressionismo, por volta de 1910, começa a dar primazia ao significado e deixa o interessado trazer os significantes, enquanto o cubismo traz o significante e deixa o “expectador” buscar o significado. Ambos quebraram a unidade do significante e do significado, contingente e conteúdo, na concepção de Baudrillard (1991), deixando de existir referencial no plano

⁶⁵ Esta que passou a ser, nos termos de Lefebvre (1999, p. 129), o lugar social de uma exploração refinada e de uma passividade cuidadosamente controlada.

prático-sensível. Para esse autor, que se utiliza de termos das ciências biológicas como metáforas para escrever sobre a realidade, vivemos em um período de “agonia” dos referenciais fortes, do real e do racional, uma “leucemia” da história e do político, uma “hemorragia” dos valores, que abrem suas portas para uma era de simulações, emergindo uma cultura da simulação e da fascinação, que substitui a produção dos sentidos. Ela está em toda parte, mas em lado nenhum. Hoje, a única prática verdadeira, segundo o autor, “é manipulatória, aleatória, labiríntica de signos e que já não faz sentido” (BAUDRILLARD, 1991, p. 86).

Em uma perspectiva similar à de Lefebvre, para Baudrillard (1991), o modelo que se conforma é baseado na infalibilidade programática, segurança e dissuasão máxima, como norteadores da extensão social, de forma que cada vez menos ocorrerá o acaso. Considera que a socialização dirigia-se para um limite que se julgava explosivo - a revolução -, mas que caminha para um processo inverso, “implosivo”, irreversível: dissuasão generalizada de todo o acaso, de todo o acidente, de toda a transversalidade. Dessa forma, constata-se o descrédito de Baudrillard numa revolução, a partir das forças da sociedade contemporânea, com base na sua análise crítica das práticas enquanto conformadoras e reprodutoras de uma ordem vigente: “enquanto tantas gerações vivenciaram a história, na perspectiva eufórica, hoje se tem a impressão que a história se retirou, deixando para trás de si uma nebulosa indiferença” (BAUDRILLARD, 1991, p. 60).

Frente a um contexto de perda de referenciais analisado pelos autores, emergiu em nós, enquanto leitores de Lefebvre e Baudrillard, uma instabilidade, como se uma liquidez perpassasse todas as relações. Assim, indagar o que subsiste como referencial na contemporaneidade foi inerente à leitura.

Não há mais que dois: um ao nível da mais alta cultura, o outro ao nível mais trivial e comum: a filosofia e a cotidianidade [...]. Não a uma determinada filosofia, mas à Filosofia como mensagem, como elaboração, através de uma longa história, de uma imagem do universo e de uma ideia do Homem [...]. A filosofia é necessária, mas não basta [...] defronte está a cotidianidade. Vale dizer que os referenciais desapareceram, mas não a lembrança e a exigência de um sistema de referências. (LEFEBVRE, 1991, p. 127-8)

Somente o discurso persiste enquanto forma da comunicação, torna-se também o seu instrumento e conteúdo: através de uma nuvem verbal, que logo se faz mais espessa, pode-se entrever o conteúdo escondido, o cotidiano (LEFEBVRE, 1991, p.127).

A partir da apreensão inicial das ideias de Lefebvre (1991), assumindo nosso momento histórico, marcado pela perda de referenciais⁶⁶, procuramos refletir sobre o cotidiano, levando em conta também, apesar de algumas divergências principalmente na concepção de espaço, as proposições de Certeau (1996), cuja proposta é olhar para as práticas estranhas ao espaço “geométrico” ou “geográfico”, das construções visuais, panópticas ou teóricas. Para ele, essas práticas do espaço remetem a uma forma específica de “operações”, as “maneiras de fazer”. Não podemos omitir os modos de reapropriação das coisas em situações cotidianas, pois, na atividade do re-uso, encontra-se uma abundância de oportunidades para pessoas comuns subverterem os rituais e representações que as instituições buscam impor sobre elas.

Em outra perspectiva, Lindón (2012, p. 608) analisa a “standardização” de algumas práticas, ou seja, uma tendência de uniformização de certas características do fazer assumido por diferentes sujeitos e não somente por quem o realiza, adquirindo força e peso social. Trata-se da institucionalização ou construção do instituído em relação a esse fazer particular, no qual se localiza o núcleo da produção da sociedade. No âmbito da perspectiva interacionista, a capacidade dos sujeitos de negociar o instituído é reconhecida e, por conseguinte, também de inovar. Essa concepção tenta evitar as visões mais deterministas do social (tendências de reprodução), que negam a capacidade criativa do sujeito, mas sem esquecer as construções sociais.

Para Lefebvre (1991, p. 125), com a consciência das relações de produção, a imagem e a ideia do “homem” ativo, criador, produtor em sentido amplo, também tende a desaparecer. A sociedade perdeu o ímpeto transformador e revolucionário que teve no século XIX e se transformou numa sociedade repetitiva. A partir de então, pode-se definir, na dimensão do cotidiano, a sociedade contemporânea como a “sociedade organizada pelo consumo dirigido”, de modo que o estudo não se reduz a um ponto de vista irônico, à determinação de uma fração ou nível parcial, mas permite captar o essencial e o global, entendendo que a constante vinculação do autor das práticas cotidianas com uma dimensão global seja, acima de tudo, seu método de análise:

⁶⁶ O que, a nosso ver, está relacionado à tendência de insegurança endêmica, identificada por Bauman (2007), discutida mais adiante.

O cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade e a razão ou à bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e a grandeza da condição humana. Não é mais apenas um setor colonizado, racionalmente explorado, da vida social, porque não é mais um “setor” e porque a exploração racional inventou formas mais sutis que outrora. O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. (LEFEBVRE, 1991, p. 81)

Para ele, há uma ordem que comanda e organiza a sociedade e o cotidiano, como uma força de comando, mas podemos encontrar brechas, uma vez que não há homogeneidade nas práticas cotidianas. Por meio do “método regressivo progressivo”, Lefebvre faz a crítica da vida cotidiana. Ele não distingue o macro e o micro como entidades separadas, seja no âmbito analítico, seja no interpretativo, por isso assume o desafio de atrelar o macro e o micro pela mediação do espaço e, por conseguinte, abolir a separação entre escalas distintas, já que uma contém e é contida pela outra, de forma dialeticamente relacionada.

Compreendemos que as práticas cotidianas são exercidas em subsistemas a partir da proposta teórica de Lefebvre (1991). Ao pensarmos o cotidiano enquanto um sistema, ou conjunto de significações, ele “desmorona”, revelando-se desprovido de sentido. É um conjunto de não significações ao qual se pretende dar um sentido. O cotidiano é fragmentado, atomizado, ou seja, fraturado em subsistemas, sendo estruturado apenas pelo sistema de álibis.

Consideramos que as forças globais exercem influência nas práticas espaciais cotidianas, também não podemos negligenciar a existência de práticas que não necessariamente correspondem a essas forças, em função da simultaneidade entre as escalas, sobretudo. Por um lado, há práticas paralelas que retroalimentam as forças globais, mas, por outro, existem práticas que consideramos perpendiculares, ou seja, que seguem um caminho não unidirecional. Ao longo da pesquisa, verificamos que, a partir das narrativas dos entrevistados a respeito de suas práticas cotidianas na cidade, a tendência de sustentar uma ordem derivada de uma escala mais ampla é maior em relação às práticas que agem de forma perpendicular a essas forças, uma vez que as classes médias e elites são justamente as mais conectadas às redes globais, principalmente por meio das práticas de consumo.

Conforme debatemos mais adiante, as práticas de contestação são contraposições às ordens que se referem às regras internas dos residenciais fechados, ou seja,

contestações em pequena escala, que assumem significados e sentidos particulares. Nossa pesquisa caminha, portanto, em uma via de duas mãos: de um lado, procuramos identificar as tendências que perpassam as narrativas e, de outro, não desconsiderar as polifonias nelas presentes.

Indubitavelmente, as práticas espaciais dos sujeitos pesquisados tendem mais à reprodução e retroalimentação de uma lógica de consumo em detrimento das práticas de contestação, porém, pretendemos tecer uma compreensão de práticas a partir de uma dimensão mais ampla, vinculada ao cotidiano dos sujeitos (enquanto unidade de espaço - tempo), considerando as experiências espaciais e temporalmente vividas por eles. Tais experiências produzem sentidos e significados para o espaço, atrelados ao imaginário e às representações no âmbito da vida cotidiana, em um processo de espacialização das subjetividades na cidade, entendida como uma esfera de coexistência de múltiplas trajetórias (MASSEY, 2008, p.100). São dimensões que caminham em uma constante relação dialética, nas quais as representações influenciam nas práticas e essas produzem as primeiras, desempenhando papel fundamental na produção do espaço urbano.

Quando comparados a outros agentes, sejam industriais ou proprietários fundiários, os sujeitos sociais também integram esse processo de produção, haja vista que as ordens homogeneizantes não atuam de forma igual em todas as cidades⁶⁷. Isso ocorre porque, além de outras influências, há uma força horizontal com capacidade de particularizações, com rebatimentos diferentes porque o espaço não é um receptáculo, um palco. O espaço é capaz de mudanças e atua também como uma força de produção, como um conjunto de relações entre coisas, sujeitos, poderes e corporações que, ao serem produzidas, intervêm na produção em si. Entendemos que se trata de um espaço praticado, de uma construção relacional, com sua produção através de práticas de envolvimento material (MASSEY, 2008, p. 97). Ao considerar as múltiplas trajetórias que produzem o espaço, mantemos o futuro em aberto.

Devemos levar em conta que alguns moradores entrevistados integram corporações que atuam na produção da cidade, de forma mais ampliada, porém, nosso foco de pesquisa é a abordagem de suas práticas enquanto sujeitos cidadãos, no âmbito de sua experiência vivida espaçotemporalmente.

Muitas são as perspectivas acerca de práticas espaciais e muitos os autores que se debruçam sobre esse tema e são relevantes no contexto atual na Geografia. Para

⁶⁷ Fazemos essa afirmação sobretudo porque as cidades não estão em estágios diferentes na fila do tempo, as semelhanças e diferenças se dão de forma simultânea.

Souza (2015) a prática social é a ponte conceitual entre as relações sociais e o espaço, considerando inclusive as práticas triviais do cotidiano.

[...] podemos dizer que, se nenhuma prática humana é totalmente independente do espaço social, por outro lado é preciso admitir que muitas das ações humanas se mostram como sendo dependentes da dimensão espacial da sociedade de um modo indireto, fraco, sem grande complexidade ou, ainda, mais ou menos banal. (SOUZA, 2015, p. 246)

Outros autores tratam das práticas espaciais a partir de pressupostos diferentes, como Corrêa (2007)⁶⁸, que analisa as práticas enquanto uma estratégia das corporações empresariais capitalistas, tomando por base estudos empíricos realizados sobre o grupo empresarial Souza Cruz, que delinea táticas para maximizar os lucros nas quais o espaço é elemento chave.

Na perspectiva de Corrêa (2007) que utilizamos na pesquisa, as práticas espaciais são engendradas por um agente particular – o capitalista -, que atua em larga escala, as quais são compreendidas enquanto: seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora. Difere, portanto, da perspectiva de Souza (2015, p. 250), que identifica práticas espaciais que dizem respeito a ações cujo sentido e conteúdo político-social são diametralmente opostos aos interesses dominantes.

De uma forma ampliada em relação à Corrêa (2007), Carlos (2013, p. 96) considera que as denominadas “práticas socioespaciais são os vários níveis da realidade, como momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, dominação política e estratégias do capital, para garantir sua reprodução continuada. Esses níveis da realidade correspondem às práticas socioespaciais reais e se revelam produtoras dos lugares, tendo um conteúdo social dado pelas relações que se realizam num espaço-tempo determinado, de qualidade de produção/apropriação/reprodução dos indivíduos em sociedade. “Tal prática ao se realizar no plano do lugar, expõe a construção de uma história coletiva na vida cotidiana como modo de apropriação que se realiza por meio das formas e possibilidades de acesso e uso dos espaços-tempos” (CARLOS, 2013, p. 97).

⁶⁸ Ainda que Corrêa não restrinja sua compreensão e discussão acerca das práticas espaciais no âmbito exposto, nossas contraposições são em relação ao texto “Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais”, publicado na Revista Cidades (2007) e apontamentos feitos pelo autor no livro “Estudos sobre a rede urbana”.

Evidencia-se que Carlos considera a apropriação pelos indivíduos dos espaços produzidos pelas forças do capital. A prática espacial se apoia na determinação dos valores de uso dos lugares. Seu sentido subjetivo não se separa da materialidade objetiva, permitindo que as relações sociais se efetivem e revelando um conjunto articulado de lugares, espaços-tempos de realização da vida urbana (CARLOS, 2013, p. 97).

Porém, é preciso considerar que a autora refere-se ao movimento de transição, na história, da cidade produzida como lugar da vida, como uso, para a cidade reproduzida em um processo de valorização, isto é, a cidade como valor de troca, enquanto mercadoria. Dessa maneira, a produção do espaço urbano, comandada pelas necessidades da realização do processo de acumulação e generalização do mundo da mercadoria, torna o uso do espaço da cidade cada vez mais dominado pelo valor de troca (CARLOS, 2013). Ainda que considere os usos, tanto produtivos, quanto improdutivos, todos eles estão submetidos ao valor de troca, o que normatiza as atividades, redireciona a prática socioespacial, impõe a racionalidade da ordem econômica, invadindo e determinando o social e realizando a cisão dos elementos da vida urbana, que se esvaziam dos seus conteúdos (CARLOS, 2013, p. 204). A autora desenvolve suas análises a partir da economia política, sendo com base nela que compreende a produção do espaço urbano.

Em uma posição crítica, Gottdiener (2010, p. 230) afirma que economistas políticos entendem as formas espaciais como sendo receptáculos de processos sociais. Em contraposição a isso, defende que os fenômenos socioespaciais são, ao mesmo tempo, produtos e produtores: uma vez que nem todas as formas espaciais são funcionais para o capitalismo, certos aspectos do espaço são funcionais para o capitalismo, enquanto outros não o são. Gottdiener (2010) propõe um paradigma de produção do espaço, baseado na convergência entre os fenômenos econômicos, políticos e culturais.

Por outro lado, para Carlos (2013), a vida cotidiana é “colonizada” pelas necessidades do capital, estando as relações e práticas subjugadas à sua reprodução. Isso impossibilita cogitarmos que, por meio das práticas cotidianas, seja possível gerar inovações, as quais consideramos importante, uma vez que as práticas tomam forma em função do espaço, porém, ao mesmo tempo, podem conformar o espaço (LINDÓN, 2006), alterando seus sentidos e significados.

Se restringimos nossa análise às determinações do capital, não temos margem para refletir sobre possíveis mudanças e, acima de tudo, sobre o que tem a nos dizer a vida cotidiana, já que, na concepção de Carlos (2008), o cotidiano está alienado e os espaços de vida estão sob o controle do capital. Segundo Lindón (2008, p. 376), cuja crítica compartilhamos, tal concepção desconsidera a figura dos sujeitos sociais, enquanto perspectiva de análise: “o olhar é definido pelas estruturas que os dominam”.

Discutimos essas perspectivas de abordagem sobre as práticas espaciais para refletir sobre as possibilidades postas pelos resultados da pesquisa que realizamos e sobre nossa posição frente a essa complexidade teórico-metodológica, sobretudo porque nossos pressupostos acerca das práticas espaciais dialogam com a própria problemática da pesquisa. Entendemos que, por meio das práticas cotidianas, os sujeitos sociais também agem na produção do espaço urbano, não desconsiderando o papel que cada agente⁶⁹ possui nesse processo, bem como seus diferentes alcances e escalas de atuação. Tratamos dos sujeitos sociais como não menos importantes, uma vez que as capacidades produtoras do espaço emergem a partir de “práticas materiais ativas” (MASSEY, 2008, p. 175) e o espaço é uma produção relacional.

Essa posição dialoga parcialmente⁷⁰ com a concepção defendida por alguns autores sobre a “teoria da ação”⁷¹, tais como Werlen (2000) e Löw (2013), os quais pensam a ação como categoria mediadora entre os aspectos materialmente perceptíveis dos espaços e as consequências sociais das estruturas espaciais (LÖW, 2013, p. 21), sendo a ação um fluxo contínuo de atividades, não somente uma ação intencional isolada.

Nesta pesquisa, compreender as práticas espaciais em seu sentido amplo, não implica que todas (em todas as dimensões da vida) sejam postas em questão. A entrevista favorece o direcionamento (sem engessamento) dos assuntos, já que os roteiros são semiestruturados, permitindo captar as práticas constituintes da atual produção do espaço urbano que têm mais tendência a reproduzir do que contestar, mas

⁶⁹ Como agentes, referimo-nos aos proprietários de terras, incorporadores, corretores imobiliários e o capital financeiro, os quais possuem maior escala de atuação no processo de produção do espaço urbano em relação aos sujeitos sociais pesquisados e suas práticas espaciais cotidianas.

⁷⁰ Parcialmente, tanto em relação à Massey (2008) quanto em relação a nossa posição teórica, sobretudo porque Werlen (2000) defende que a ação deve substituir o espaço como conceito chave na pesquisa geográfica, o que, a nosso ver, reduz o espaço ao fixo, desconsiderando as implicações do movimento, da simultaneidade de sua produção.

⁷¹ Esta que se contrapõe à concepção materialista de espaço, resultando em um dissenso particularmente em relação à questão da hipótese de o espaço, como condição e resultado de processos sociais, ser apenas formado, ou operar em si de modo estruturador (LÖW, 2013, p. 18).

constatamos esse aspecto a partir das narrativas e não a partir de uma predeterminação teórica. Assim, não negamos a relação dialética entre as lógicas econômicas e as práticas da vida cotidiana, na qual cada sujeito é capaz de elaborar suas próprias representações espaciais, gerando, sobretudo, heterogeneidades e tendências, uma das principais características do cotidiano.

Como Bourdieu (2007, p. 296), não apreendemos os sujeitos sociais como “suportes” de estruturas investidas de poder, mas inseridos em uma realidade em que as “estruturas tendem a se reproduzir, produzindo os agentes dotados do sistema de disposições, capaz de engendrar práticas adaptadas às estruturas”. Não desconsideramos que as práticas delineiam e são delineadas pelas subjetividades sociais, o que nos permite falar em ressignificação, uma vez que os sujeitos que vivenciam essas subjetividades não são iguais, apesar das tendências homogeneizantes⁷² que fortalecem um sistema de significação dominante.

Mesmo que compartilhemos da ideia de Guattari (1986, p. 25), que diz respeito à “máquina capitalística” enquanto forte produtora de subjetividades⁷³, no período contemporâneo, consideramos que elas são essencialmente fabricadas, modeladas, recebidas e, quando consumidas, podem ser ressignificadas pelos sujeitos sociais.

As práticas de resistência são valorizadas e analisadas por diversos autores, dentre os quais Souza (2015), como destacamos. Na esfera política, só as práticas de libertação, de expressão, de constituição, como sujeito político, são tidas como válidas e subversivas. Isso significa que se ignora o impacto igual, ou superior, de todas as outras práticas – as práticas de massa – que enterramos sob o termo depreciativo de “alienação e de passividade” (Baudrillard, 1991, p. 110).

As práticas apreendidas na pesquisa não são compreendidas com base nas proposições de Souza (2013), Corrêa (2007) e parcialmente de Carlos (2013), uma vez que a autora não descarta as práticas de uso do espaço. O que Souza (2015) considera “ações não reflexivas”, com pouca vinculação espacial, é o que denominamos de práticas espaciais, são as ações cotidianas, experiências vividas espaço-temporalmente.

⁷² Essas que não podem ser desconsideradas, uma vez que se trata de “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (GUATTARI, 1986, p. 27).

⁷³ O autor propõe uma definição ampla no que diz respeito à produção de subjetividades, antes de considerar casos de individualização das subjetividades. De forma semelhante ao que encaminhamos na pesquisa, para Guattari (1986, p. 32), essa produção é adjacente a uma multiplicidade de agenciamentos sociais, a uma multiplicidade de processos de produção maquínica, a mutações de universos de valor e de universos históricos.

Entendemos as práticas espaciais num universo mais amplo, inclusive aquelas que se pretendem desinteressadas ou gratuitas, numa apreensão que valoriza o cotidiano dos sujeitos pesquisados e suas experiências vividas na cidade, num plano em que, apesar de submetidas às lógicas econômicas (seria possível pensar o oposto na atualidade?), elas não se reproduzem de forma igual e ainda evidenciam elementos do processo de fragmentação socioespacial relevantes para a análise e, por conseguinte, da produção do espaço urbano de cidades médias com diferentes níveis e graus de complexidades.

Isso nos leva a refletir sobre a produção na vida cotidiana, uma vez que os sujeitos produzem representações diferentes, mesmo sob as mesmas lógicas mercantis, gerando sentidos e significados diferentes do espaço. Ao contrário do que afirma Carlos (2013), entendemos que não há o esvaziamento de conteúdos, mas a conformação de outros, principalmente por meio das representações sociais geradas pela vivência de cada um.

Por outro lado, mesmo levando em conta as representações individuais, assim como Bourdieu (2007), não negamos as tendências coletivas, representações que possuem uma existência material, na medida em que condicionam práticas. Compreendemos que o domínio das práticas se correlaciona com o domínio das estruturas por meio do *habitus*, segundo a teoria do autor, mediando a “passagem das estruturas constitutivas de um tipo singular de contexto ao domínio das práticas e representações” (MICELI, 2007, p. XL). Esse conhecimento tem por objeto sobretudo as “relações dialéticas entre as estruturas objetivas e as disposições estruturadas pelas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (MICELI, 2007, p. XXXIX).

Nesse duplo processo de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2007), o *habitus* vem a ser um princípio operador que leva a cabo a interação entre dois sistemas de relações, as estruturas objetivas e as práticas. Os estilos de vida são os produtos sistemáticos dos *habitus* que, percebidos em suas relações mútuas, tornam-se sistemas de sinais socioespacialmente qualificados como distintos (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Consideramos as práticas tanto como o nível mais concreto do cotidiano, na forma objetiva, como em suas subjetividades, sentidos e significados no espaço e tempo em que são praticadas. O cotidiano não é um receptáculo, um *locus*, mas uma dimensão que nos permite analisar a relação espaço/sociedade, na intenção de compreender a realidade pesquisada (LINDÓN, 2006). No âmbito do fazer – dimensão fundamental da

vida cotidiana –, as práticas são tão importantes quanto suas relações com a subjetividade; em outras palavras, os sentidos fazem referência ao porquê os sujeitos fazem o que fazem, incluindo porquês mais profundos, dos quais os sujeitos não têm consciência⁷⁴.

Assim, nossa análise na dimensão da vida cotidiana, da microescala, volta-se à compreensão da relação espaço/tempo/sociedade das situações de interações, o que exige necessariamente a incorporação das relações interescares dos sujeitos sociais. A interação refere-se às pessoas situadas espaço-temporalmente em um contexto intersubjetivo no qual dão sentido ao espaço e ao outro, em um processo constante de interpretação e de construção dos espaços de vida (LINDÓN, 2006).

La interrelación entre las prácticas y la subjetividad es compleja ya que se retroalimenta constantemente: los sentidos, significados e imágenes sobre el espacio se construyen y toman forma, en el desarrollo de las prácticas, y al mismo tiempo, una vez construidos condicionan las prácticas futuras. Éstas, a su vez, pueden llevar a la reconstrucción de los sentidos. (LEY, 1983 *apud* LINDÓN, 2006)

As heterogeneidades são geradas a partir da particularização de modelos na vida prática, frente às diversas formas pelas quais as forças homogeneizantes chegam aos sujeitos, por meio da televisão, cinema, revistas, redes sociais, que sugerem como se deve viver, o que se deve comer, beber, vestir, enfim, formas de difundir e construir imaginários urbanos e estilos de vida. As imagens que circulam nos meios de difusão impõem suas cores e suas formas, seus estilos, e tendem a homogeneizar os imaginários urbanos (LINDÓN, 2006). Porém, a vida prática de cada um nem sempre obedece a essas lógicas de forma linear. Os sujeitos têm o poder de ressignificá-las a partir do vivido, das experiências espaço-temporais que produzem o espaço, tanto material quanto simbolicamente.

Nessa conjuntura, para Bourdieu (2007), as práticas resultam, por intermédio do *habitus*, da relação dialética entre uma estrutura e uma conjuntura, entendida como as condições de atualização deste *habitus*, o qual não passa de um estado particular de estrutura, devido, sobretudo, ao espaço e ao tempo, bem como às condições materiais e simbólicas compartilhadas por determinado grupo social, cujas práticas pretendemos apreender.

⁷⁴ É o que Lefebvre (1991) denomina *grau zero* que caracteriza a cotidianidade. Entendemos que o nível a que o autor se refere esteja relacionado a práticas em que os sujeitos não têm a *apropriação* daquilo que fazem. No mesmo sentido, para Certeau (1994), é como se uma espécie de cegueira caracterizasse algumas práticas organizadoras da cidade.

Em função da afinidade com nossas análises, há um questionamento de Lefebvre (1991, p.127) que nos chama atenção: onde se localiza o cotidiano?⁷⁵ A resposta de Lefebvre estimula a reflexão: “por toda parte e em nenhum lugar, evidente e escondido. Há uma consciência do cotidiano na linguagem do cotidiano”. Então nos indagamos: onde está o cotidiano que queremos analisar? Está em tudo e em nada, mas podemos apreendê-lo pela linguagem, que consideramos ser o meio e o depositário de códigos sociais, de acordos, de sentidos e significados coletivamente construídos (LINDÓN, 2012, p. 608). A partir dessa proposta, buscamos o significado das descrições na linguagem do cotidiano, entendendo-as, segundo a perspectiva de Certeau (1996, p. 207), como uma forma pela qual os relatos, as falas, exercem o papel cotidiano de uma instância móvel e magisterial em matéria de demarcação. Compreendemos estas demarcações como narrações compostas de fragmentos, de espaço e de tempo bricolados com a função de fundar e articular espaços e tempos.

Nessa organização, o relato tem relevante papel. Ele descreve, mas toda descrição é mais que uma fixação, é também um ato criador. Considerando o papel do relato na delimitação de fronteiras (CERTEAU, 1996, p. 209), podemos reconhecer a função de autorizar o estabelecimento, o deslocamento e a superação de limites. Além disso, e como consequência, funcionando no campo fechado do discurso, podemos reconhecer a oposição de dois movimentos que se cruzam (estabelecer e ultrapassar o limite) de maneira que se faz do relato uma espécie de quadrinho de “palavras cruzadas”, do qual a “fronteira” e a “ponte” podem ser as figuras narrativas, ou ainda, metáforas essenciais.

Mas assinalamos nossas divergências em relação à compreensão do espaço de Certeau (1996), o qual, ao associar espaço à representação⁷⁶, subjuga-o ao tempo, em uma relação de “priorização do tempo sobre o espaço”, de acordo com Massey (2008, p. 41). A autora faz uma crítica ao modo como Certeau descreve o mundo vivido, como se ele fosse apenas temporal, desconsiderando em suas propostas a dimensão espacial, que é tão importante quanto.

⁷⁵ Ele simula ser interrompido por um “interlocutor” que dirige a ele a pergunta.

⁷⁶ O problema, no entanto, é mais profundo do que uma simples priorização; é uma questão de conceituação, uma vez que, ao associar espaço com a representação, nos privamos de pensar em dinamismo (MASSEY, 2008, p. 45). Para Certeau (1996), um traçado é, em si, uma representação, não é “espaço”, sinalizando, nos termos de Massey (2008, p.55), uma vitória da representação sobre a realidade, da estabilização sobre a vida.

Com base nessa associação, o espacial é equiparado à estabilização⁷⁷, o traçado espacial é entendido como uma maneira de conter o temporal, em uma “privação de dinamismo” (MASSEY, 2008, p.45) e reduzindo o espaço à imobilidade, silenciando o *devoir* temporal. Mais que um recorte estático através do tempo, é necessário considerar a condição de *devoir* do espaço, que nos abre possibilidades para pensarmos o futuro, rejeitando uma contemporaneidade estática em prol de uma simultaneidade dinâmica (MASSEY, 2008, p. 89).

No capítulo que segue, tendo o cotidiano enquanto dimensão de análise, procuramos problematizar o caráter dialético das relações que nossos entrevistados delineiam entre interior e exterior dos muros, antes e depois de aí residir, mudança e permanência, espaço e tempo, uma vez que a opção por esses espaços residenciais fechados gera uma redefinição de suas relações com os demais espaços urbanos e substanciam estratégias de distinção e diferenciação socioespacial.

⁷⁷ Nesse âmbito, Certeau fala sobre a “espacialização” através da qual surpresas são evitadas. Segundo Massey (2008, p. 165), nessa representação do espaço, não somos jamais surpreendidos com um encontro com o inesperado, nunca enfrentamos o desconhecido.

Capítulo 2. O ESPAÇO COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SOCIAL

Embora as relações entre classes sociais não sejam o foco analítico principal da pesquisa, elas compõem e estruturam a realidade, portanto, se desconsiderarmos que a sociedade é dividida em classes sociais, tenderemos a distorcer a realidade vivida e a praticar uma violência simbólica, que encobre relações de dominação e opressão (SOUZA, 2010).

Quando nos referimos aos sujeitos pesquisados como membros da classe média das respectivas cidades de estudo, experimentamos uma inquietação por haver, em certa medida, uma ausência de clareza a respeito do que estamos entendendo por classe média, ou mesmo por classes sociais. Isso ocorre mesmo que, nos últimos anos, as referências a uma “nova classe média” tenham se tornado frequentes. Diante da relevância dessa questão, optamos por evidenciar os critérios teóricos e metodológicos que norteiam a tese, a partir de algumas reflexões atuais sobre classe média.

O economista Marcelo Neri (2011) foi um precursor do debate atual. Seu principal objetivo era formular novas estratégias de mensuração da distribuição de renda no Brasil, que tradicionalmente tem sido feita pelo IBGE. Mas o autor adverte que não trata de classes sociais, mas sim de extratos econômicos. A metodologia utilizada foi baseada na renda domiciliar *per capita*, ou seja, a soma dos salários dos membros de uma família dividida pelo número de membros dessa família – a renda.

Vemos que os procedimentos metodológicos empregados para trabalhar com a problemática das classes sociais foram de cunho quantitativo e voltados para análises econômicas, uma vez que a escala de análise foi a sociedade brasileira (milhões de pessoas que cruzam os limites dos diferentes estratos econômicos), um extenso universo de estudo, necessitando, dessa forma de dados numéricos que viabilizassem as análises.

A renda das famílias foi a base dos estudos de Neri (2011) e também de Márcio Pochmann (2012), outro economista que, além de tudo, tem forte atuação política que se reflete em suas análises, articulando sobretudo as duas dimensões, econômica e política, a partir do foco no trabalho e nos trabalhadores. Os dois autores investigaram outro viés de importância para nossa discussão: o consumo. Ambos buscaram, embora principalmente Neri, avaliar o potencial de consumo dos sujeitos em cada extrato social, elaborando um índice de potencial de consumo que utiliza a métrica da renda como fio condutor e unidade de medida do indicador.

Em outra perspectiva, o sociólogo Jessé de Souza (2010) parte da crítica contundente à redução da sistematização de classe com base somente na renda, para propor um estudo com mais profundidade das realidades sociais, na tentativa de superar as análises estritamente econômicas e envolver outras dimensões analíticas nas abordagens sobre classes sociais.

Para Souza (2010, p. 22), no liberalismo, a verdade da existência de classes sociais é transformada em meia verdade, uma vez que o discurso confirma a existência de classe social e nega, ao mesmo tempo, sua existência ao vincular classe à renda. Tendo em vista que a “nova classe média” possui relativo poder de compra, esse fato ameniza as diferenças e nos evidencia uma contradição ao enxergamos as classes somente sob a perspectiva econômica.

Pelo viés econômico, as classes sociais estão associadas apenas à compra e posse de bens materiais e, nesse aspecto, reside a “cegueira”, identificada pelo autor. Para Souza (2010, p. 23), as transferências de valores imateriais na reprodução das classes e privilégios ao longo do tempo são fundamentais e seu encobrimento alimenta o ofuscamento dessa realidade e a dominação de classe que se dá no cotidiano, com sua naturalização em práticas sociais sem discurso e sem articulação consciente e, por isso mesmo, muito mais eficaz socialmente (SOUZA, 2013, p. 61).

Ao tratar dos valores imateriais, o autor remete-nos aos estilos de vida que os filhos da elite e de classes médias herdaram, na forma de capital cultural e simbólico⁷⁸, o que possibilita não só a reprodução do capital material⁷⁹, como a permanência na mesma classe social, reproduzindo-a no tempo: as classes sociais não podem ser definidas apenas pela renda e pelo padrão de consumo, mas, antes de tudo, por um estilo de vida e uma visão de mundo prática, que se materializa no cotidiano dos sujeitos (SOUZA, 2010, p. 26).

Em uma perspectiva de análise semelhante, Featherstone (1995, p. 126) afirma que a tentativa de mapear o gosto simplesmente em termos de renda deixa escapar os princípios duais em funcionamento, pois o capital cultural tem sua própria estrutura de valor, que equivale à conversibilidade em poder social, independentemente da renda ou

⁷⁸ O capital deixa de ser apenas uma categoria econômica e passa a incluir tudo aquilo que é decisivo para assegurar o acesso privilegiado a todos os bens e recursos escassos em disputa na competição social (SOUZA, 2013, p. 58), é constituído tanto pelas pré-condições afetivas e psíquicas para o aprendizado, quanto pelo aprendizado em si do conhecimento útil (p. 61).

⁷⁹ Souza (2013), na mesma perspectiva de Bourdieu, reconhece que o capital econômico é decisivo para assegurar vantagens permanentes nessa disputa, mas ele não está sozinho.

do dinheiro. O domínio da cultura possui, portanto, lógica e moeda próprias, além de sua própria taxa de conversão em capital econômico, segundo o autor.

Ao confrontar sobretudo Neri (2011), Pochmann (2012) e Souza (2010), percebemos que, por um lado, há um limite nas análises dos dois primeiros, que, apesar de abordarem com detalhamento as divisões de classes, têm em comum uma forte tendência a privilegiar a renda enquanto principal dimensão analítica. Por outro lado, os estudos sobre classes sociais na perspectiva de Souza (2010), além de se contraporem, ultrapassam os limites dos dois primeiros autores, na medida em que lançam o foco sobre capitais culturais e estilos de vida dos sujeitos pesquisados, colocando novos desafios aos pesquisadores, uma vez que implica novas fontes e procedimentos de pesquisa muito mais qualitativos.

Os sujeitos pesquisados por nós compõem uma classe média, não apenas pela renda, mas por visões práticas de mundo, especialmente pela busca por distinção social, uma característica dessa classe. A partir dessas considerações, podemos identificar um sistema de diferenças (BOURDIEU, 2008), de posições diferenciais, ou seja, por tudo que distingue uma classe do que ela não é, e de tudo que lhe é oposto, de fato para construir uma “identidade”, para saber e mostrar quem você é, primeiro é preciso saber quem você não é (FEATHERSTONE, 1995, p. 117). Em um movimento de distinção das classes populares, a classe média deseja ser um reflexo da elite, afastando-se cada vez mais dos “batalhadores” (SOUZA, 2010), na tentativa de se aproximar dos ricos, sobretudo simbolicamente, transpondo seus estilos de vida.

Nesse movimento de reflexos, a classe média influencia os “batalhadores”, da mesma maneira que é influenciada pela elite. Algumas influências da classe média sobre os “batalhadores” são mais evidentes, principalmente no que diz respeito ao consumo de bens materiais, sem a correspondência de bens culturais. Há uma maior tendência ao desejo de roupas, calçados e aparelhos eletrônicos, ao invés de livros, cursos de idiomas e viagens culturais, por exemplo, o que também se deve à influência da mídia e do *marketing*.

Há também uma tendência dos “batalhadores” consumirem as novas formas de morar, materializada nos espaços residenciais populares fechados, cuja expansão já vem sendo objeto de primeiras pesquisas, como de Batista (2015) e Oliveira (2014)⁸⁰

⁸⁰ As pesquisas trataram de temas relacionados com as práticas espaciais cotidianas dos moradores e o controle social; embora apresentem diferenças entre si, têm como recortes espaciais cidades não metropolitanas e os espaços residenciais fechados destinados aos segmentos populares.

afirmam. Essa é apenas uma das expressões visíveis das relações entre classes sociais e a produção do espaço urbano que, no entanto, não tem sido levada em conta por pesquisadores como Souza (2010).

Nesta pesquisa, compreendemos classes enquanto uma construção cotidiana, um *devoir* e não como algo estruturado na realidade, redutível à classificação de acordo com as rendas familiares em A, B ou C. Consideramos que as tendências para afinidades de estilos de vida entre sujeitos e o capital cultural são uma dimensão relevante na formação de uma classe social mas, do ponto de vista da pesquisa, não se pode ignorar os desafios metodológicos inerentes, ainda mais quando a dimensão urbana é priorizada.

As regras presentes nos espaços residenciais fechados de Catanduva e São José do Rio Preto, além das destinadas aos moradores, também se voltam ao controle dos trabalhadores que neles adentram cotidianamente para a realização de atividades tão necessárias quanto desvalorizadas (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 251). Na perspectiva de Sposito e Góes, os equipamentos de segurança e as regras atuam no controle desses trabalhadores por serem representados cada vez mais pelos moradores entrevistados como integrantes de uma “ameaça difusa”, embora essa noção vá muito além dos próprios trabalhadores.

Considerando a pertinência dessa proposta, na investigação não só inserimos, mas voltamos nossa atenção para um elemento que atua no acirramento desses controles: a busca por distinção social dessa classe e a conformação de um estilo de vida distintivo em relação à cidade. Tal busca consiste em um aspecto significativo para compreender esse estilo de vida, resultante e conformador de um *habitus*⁸¹ (BOURDIEU, 2007) em consolidação no interior dos espaços residenciais fechados pesquisados, tendo a valorização e a demarcação do espaço como uma dimensão importante nesse sentido.

⁸¹ Adotamos o conceito de *habitus* na investigação segundo a proposta Bourdieu (2008), compreendido como o princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o *habitus*, ou seja, capacidade de produzir práticas e obras classificáveis, além da capacidade de diferenciar e de apreciar essas práticas e esses produtos (gosto), é que se constituem os estilos de vida (BOURDIEU, 2008, p. 162), os quais são denominados distintivos no contexto da investigação. Nos termos de Featherstone (1995, p. 128), o conceito de *habitus*, de Bourdieu, é útil para descrever o conjunto de disposições que determinam os gostos e caracterizam essa camada social; o conceito de *habitus* é utilizado para designar as disposições inconscientes, esquemas classificatórios, preferências implícitas e evidentes para a noção que o indivíduo tem da adequação e validade de seu próprio gosto por certas práticas e bens culturais. No âmbito da proposta desta pesquisa, de promover um diálogo constante entre teoria e empiria, a contextualização de *habitus* e estilo de vida permeia o desenvolvimento do texto de maneira a evidenciar mais elementos que os definem.

Nesta pesquisa, identificamos o espaço como uma dimensão estratégica para consolidação desse estilo de vida distintivo. Tal dimensão é tratada de maneira intrínseca na análise, compreendendo que as intencionalidades dos sujeitos pesquisados, que consomem e valorizam os espaços residenciais fechados de Catanduva e São José do Rio Preto, estão vinculadas às formas de se distinguirem socioespacialmente, reforçando a maneira como a desigualdade social produz o espaço urbano e caracteriza o processo de diferenciação socioespacial na cidade.

Nas próximas seções, tratamos dos diferentes critérios dos entrevistados nas escolhas pelos espaços residenciais fechados, depoimentos que nos oferecem elementos para avançar nas discussões acerca das estratégias socioespaciais empregadas por essa classe média na sua busca por distinção no contexto das duas cidades pesquisadas. Alguns entrevistados confluíram na valorização de elementos como o “espaço”, no sentido de uma casa maior, com quintal e área de lazer, contraposto ao apartamento, onde residiam anteriormente; outros valorizaram de maneira mais veemente a segurança e outros combinaram esses dois elementos numa valorização concomitante do espaço e da segurança.

2.1 “Outra atmosfera que não era aquela da rua”

As opiniões e representações sociais que os sujeitos elaboram ao expressarem sobre os critérios de escolha pelo espaço residencial fechado evidenciam as primeiras estratégias de distinção socioespacial no âmbito da pesquisa, as quais vão se explicitando ao longo da entrevista, sobretudo por fazerem de maneira constante uma contraposição entre o espaço residencial fechado e o estilo de vida distintivo que valorizam, e os diversos espaços da cidade, os quais, na maioria das vezes, desvalorizam e fazem representações negativas.

Nas respostas sobre os critérios de escolha pelo espaço residencial fechado, as quais subsidiaram as análises dessa seção, a maioria dos entrevistados fala da trajetória pregressa e dos fatores que influenciaram na opção pela mudança, evidenciando a diversidade de experiências vividas, que conformam uma polifonia no conjunto das narrativas. Ainda que esse tema seja tratado logo no início das entrevistas, algumas pistas que evidenciam as estratégias de distinção já surgem e se tornam mais explícitas ao longo delas, quando as contradições também se revelam.

Ainda que não cheguemos a esses resultados exclusivamente com essas respostas iniciais, as falas que evidenciaram como critério de escolha pelo espaço residencial fechado a valorização de novos espaços de lazer, como os oferecidos pelos empreendimentos, mas sobretudo uma casa espaçosa e a “liberdade” para os filhos (como no exemplo abaixo), expressaram uma constante produção de hierarquização espacial (MAGRINI, 2013, p. 168), baseada em critérios socioeconômicos, evidenciando uma naturalização do processo de segregação socioespacial presente em cidades de diferentes tamanhos populacionais.

Na verdade a gente nem escolheu, foi assim: morávamos em apartamento e enquanto era só eu e meu marido, estava ótimo [...], daí, quando meu filho nasceu, eu comecei a ficar mais em casa e comecei a me sentir presa e ele também [...]. E aí nós começamos a procurar terreno, **só que aqui em Catanduva não tinha terreno em bairro bom**. Assim, você não achava mais. Foi quando eu conheci aqui, o corretor nos trouxe, eu fiquei encantada, nós gostamos de tudo do condomínio, mas na época que nós compramos, se eu falar para você que nós estávamos pensando assim em segurança, não. [...] Mas, então, foi mais por isso mesmo, por ser um lugar legal, eu achei, e um terreno que apareceu de um tamanho bom... (Grifos nossos. Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

A atenção às particularidades de cada cidade não pode ser desconsiderada quando analisamos as entrevistas, assim, a pesquisa empírica sobre Catanduva revelou a existência de terrenos à venda em bairros predominantemente habitados pela classe média alta e pela elite. Quando Karen comprou o terreno no Residencial Acapulco, em 2012, existiam terrenos à venda, por exemplo, no Bairro Agudo Romão; no entanto, o preço de um terreno estava em torno de cem mil reais, enquanto o preço pago por ela foi 50% menor do que isso, segundo relato da moradora. Karen atribui a valorização do espaço residencial fechado, dentro outros elementos, à possibilidade da instalação de um presídio em Catanduva, reforçando o binômio presídio-violência, também presente na pesquisa de Sposito e Góes (2013, p. 214). A entrevistada foi taxativa ao identificar um possível agravamento da situação da segurança, diretamente relacionado à instalação do presídio que, implicitamente no seu discurso, também remeteu à vinda dos familiares dos presidiários e suas facções criminosas.

Constatamos que a opção pelo residencial fechado foi baseada tanto na construção simbólica positiva de seus atributos, quanto no menor preço do terreno no período em que foi adquirido, em relação a outros bairros da cidade. A consolidação dos

espaços residenciais fechados no plano simbólico está associada a uma relação que os entrevistados fazem entre o moderno e o novo e, por conseguinte, com a vida metropolitana (SPOSITO, 2004, p. 379), que reforça cada vez mais uma representação negativa da rua, enquanto espaço público e elemento basilar para a existência das cidades (MAIA, 2006, p. 170), valorizando características dos espaços internos dos empreendimentos, como o parquinho, o lago, as áreas de lazer de uso coletivo. Mas isso não significa, como veremos mais adiante, que sejam usados pelos moradores.

Além de Karen, nas narrativas de Letícia e Ana, a insegurança não foi mencionada como fator importante para a opção por morar em um espaço residencial fechado, como mostram os trechos abaixo. Contudo, passaram a valorizá-la depois da mudança, numa relação de “interiorização das exterioridades” (BOURDIEU, 2007).

A minha sogra mora aqui e eu vinha visitar, achei interessante, um lugar bonito e um lugar mais tranquilo para se morar. [...] A questão da segurança, que todo mundo fala, veio depois [...]. Então eu escolhi mais porque o ambiente era gostoso, **parecia até que você estava em outra atmosfera que não era aquela da rua** [...], aí depois que veio a questão da segurança, depois que você muda, que você começa achar legal poder sair a qualquer hora na rua [...]. Quando eu vim conhecer aqui, eu vi o lago, o lugar todo, parecia que você estava em um outro lugar [...], não tem aquele fluxo grande de carro, aquela coisa. De certa forma, é uma segurança, mas não aquele segurança de “estou segura por estar num lugar fechado”, mas um outro tipo de segurança, de você ficar mais a vontade... (Grifo nosso. Letícia, empresário, 50 anos, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Eu e Murilo [*namorado*] resolvemos nos unir e o apartamento, que era um espaço que eu gostava muito, ficou pequeno pras coisas dele. Ele já morava em uma casa, que era no Village Damha, aí eu falei “mas eu não quero, porque eu acho muito longe”, **aí começamos a ver casas em bairro, mas nenhuma agradou** e um dia ele saiu e veio sozinho pra cá, viu essa e adorou. Eu vim, eu não sei se fui na empolgação dele, falei “ah ta bom”, mas sempre com aquele pezinho atrás. Mas aquela coisa assim, **eu também me vejo fora daqui**, até falo para ele **parece que estou passando uma temporada aqui**, mas assim estou me adaptando a um lugar, é gostoso, mas nunca me vi morando num condomínio, sempre morei em casa em bairro, depois no apartamento pequeno no centro, se eu ficasse sem carro iria trabalhar a pé numa boa. Agora estamos numa adaptação. (Grifos nossos. Ana, educadora física, 49 anos, Damha V, São José do Rio Preto)

Nesse mesmo conjunto de narrativas, cujo critério de escolha não está relacionado estritamente à segurança, a fala de Ana, apesar de se contrapor aos dois depoimentos anteriores e a outros que evidenciam uma presentificação dessa forma de

morar na cidade, também se combina com eles, uma vez que, apesar de não conceber essa forma de morar como a única ou a mais adequada para ela, foi a sua escolha. Isso se deve a uma combinação de fatores, como a valorização desses empreendimentos por um número cada vez maior de sujeitos sociais da classe média e uma maior oferta de imóveis de médio e alto padrão de construção, oferecida de forma contundente em espaços residenciais fechados em São José do Rio Preto, nas áreas leste e sul da cidade, como evidenciam as narrativas do casal morador no residencial Damha I⁸²:

Como que você vai comprar um terreno na zona norte? Zona norte é o seguinte, Rio Preto, zona norte é um lugar para pobre. É ao contrário da zona sul, [...] **porque, quem tem dinheiro para comprar uma casa cara hoje em Rio Preto, não compra no bairro, compra a casa dentro do condomínio.** (Grifos nossos. Roberto, 50 anos, construtor e Claudia, 46 anos, decoradora, Damha I, São José do Rio Preto)

Considerando as possibilidades de diálogo entre esse conjunto de narrativas e aquelas em que os entrevistados enfatizaram a segurança e os que combinaram a segurança com maiores espaços na casa, na próxima seção voltaremos nossa atenção aos dois últimos, cujas narrativas são analisadas de maneira integrada, tanto pela impossibilidade de separação quanto pela possibilidade de um debate mais ampliado a partir dos elementos explicitados.

2.2 “Eu me sinto nu”

As narrativas, sobretudo aquelas que evidenciam a segurança como critério de escolha pelo espaço residencial fechado, implicam a reflexão acerca dessa questão, também em sentido amplo⁸³, para além de sua ligação com a ocorrência de crimes, sendo a estabilidade, um componente valorizado pelos entrevistados. Mas questionamos: em que consiste essa estabilidade almejada pelos sujeitos sociais pesquisados? Para problematizar essa questão, apoiamo-nos em autores que se debruçam sobre esse assunto, principalmente tratando dos resultados subjetivos de mudanças objetivas nesse sentido.

⁸² Roberto e Claudia, moradores do Damha I, trabalham no setor da construção civil. Essa entrevista foi realizada por outros pesquisadores no âmbito do Projeto Temático cuja equipe integramos.

⁸³ Tal como fizeram Sposito e Góes (2013), entre outros.

Refletimos acerca da insegurança evidenciada pelos entrevistados, a partir de cinco aspectos que permeiam relações na sociedade contemporânea (BAUMAN, 2007), as quais reforçam a tese de as mudanças nas ordens de valores não serem independentes das inovações na orientação cognitiva criadas por perspectivas cambiantes sobre o mundo social (GIDDENS, 1991, p. 50).

Segundo Bauman (2007, p. 8), há um divórcio entre poder e política, em que parte do poder de agir efetivamente, antes disponível ao Estado, agora se afasta em direção a um espaço global, politicamente descontrolado, enquanto a política é incapaz de operar efetivamente na dimensão planetária, já que permanece local. Os órgãos do Estado transferem ou terceirizam um volume crescente de funções que desempenhavam anteriormente. Agora se trata da eficiência apoiada nos mecanismos de mercado, num processo de desregulamentação e privatização (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 37).

Para Souza⁸⁴ (2014), esse processo de privatização constitui um dos maiores problemas no Brasil contemporâneo e ainda permanece camuflado pelo discurso que dramatiza a corrupção (com efeitos políticos), sem questionar a quem interessa na verdade essa imagem de Estado “denegrado”. Enquanto se instala uma ideia de Estado “incompetente e corrupto”, intensifica-se o privado “virtuoso”; como decorrência, o setor público não pode realizar ações socialmente eficazes, porque deixaria de ser financeiramente eficiente em um entorno de competitividade exacerbada (ALONSO, 2005, p. 73). Para Souza (2014), não se pode separar Estado e mercado, toda corrupção sistemática do Estado tem relação com a motivação do mercado. A corrupção passa a ser, assim, um dado endêmico do capitalismo e, nessa mesma perspectiva, Alonso afirma que:

Essa autoconstrução da gestão privada e individualizada dos riscos se faz central em uma cultura de consumo onde a autorresponsabilidade em temas como educação, saúde, moradia e segurança, se convertem em bens adquiridos em mercados de serviços cada vez mais atuantes (...). Estamos vendo aumentar, na lista de **consumos defensivos**, que são aqueles destinados a aumentar a segurança frente às políticas de riscos oriundas da crise do Estado do bem-estar. (Grifo do autor. ALONSO, 2005, p. 74)

⁸⁴ Em uma entrevista no Programa “Jogo do Poder”, pela emissora CNT, em 24 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lqUbAB6oBe8>. Na citada entrevista, Jessé de Souza defende a ideia de que o maior problema político econômico no Brasil atual não é a corrupção, o problema é mais amplo, vinculando-se também às privatizações de serviços que deveriam ser oferecidos (com qualidade) pelo Estado, mas que estão sendo privatizados e encarecidos, desqualificando o público e valorizando o privado.

Esse fato salientado pelo autor consiste em outro aspecto identificado por Bauman (2007a, p. 8): a redução gradual da segurança comunal, com exposição dos indivíduos aos caprichos dos mercados de mão de obra e de mercadorias, que tende a promover a divisão e não a unidade, atribuindo os méritos e os fracassos individualmente. As condições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o “indivíduo” (SOUZA, 2010, p. 24), atuam no encobrimento dos conflitos de e entre classes sociais, que se reproduzem no tempo, sobre privilégios econômicos e culturais. A posição privilegiada das classes altas está relacionada à reprodução da sociedade injusta e desigual tal como ela é e a legitimam, como se todo privilégio fosse resultado de um “mérito individual” (SOUZA, 2013, p. 55).

Nesse sentido, o colapso do planejamento de longo prazo que, por conseguinte, acarreta uma incerteza sobre o futuro, também consiste em um aspecto relativo à insegurança. Isso leva ao desmembramento da história política e das vidas individuais, numa série de projetos e episódios de curto prazo, ou do futuro enquanto reprodução do presente, haja vista a narrativa de Carlos⁸⁵ que, ao associar, de forma metafórica, os muros às suas roupas, mostra-se incapaz de se imaginar morando fora desses espaços residenciais fechados, com seus sistemas de controle, e naturaliza essa experiência vivida espaço-temporalmente na cidade.

Segurança, pra mim é mais pela criança e pela esposa, mesmo porque viemos de uma cidade muito violenta que é Belém, e eu não consigo, como morei a vida toda dentro de condomínio militar, eu praticamente não consigo morar mais fora de condomínio. **Eu me sinto nu.** (Grifo nosso. Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

De forma semelhante, Rosí e Júnior, moradores, respectivamente, do residencial Village Damha I e Quinta do Golfe, não consideram mais a hipótese de morar em bairro “aberto”, o que reafirmam em outras respostas durante as entrevistas, conferindo ao espaço residencial fechado, sobretudo na dimensão simbólica, uma característica espacial e os concebendo como a “forma de morar” quase única para os segmentos de maior poder aquisitivo. Nos três casos, uma perspectiva do futuro ligada a uma continuidade do presente, num “presente perpétuo” (JAMESON, 2006) é explicitada.

⁸⁵ A carreira militar progressiva de Carlos é uma característica que nos ajuda a compreender algumas de suas narrativas/opiniões, sobretudo aquelas em que valoriza a ordem e a autoridade.

Bom, primeiro porque eu moro sozinha. [...], eu sempre tive a preocupação com a segurança, desde quando eu vim para Rio Preto, eu moro em condomínio. Já faz treze anos e **não considero mais a hipótese de morar na rua.** (Grifo nosso. Rosí, 46 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

No condomínio é muito silêncio, tranquilo, nós já vimos com histórico de condomínio, então a segurança é melhor, área comum é bem legal, essa é diferente, o ambiente é bonito, nós achamos mais aconchegante, tem espaços que não tinham no outro, então **nós nunca mudaremos para um lugar que não tenha essas coisas.** (Grifo nosso. Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Além de não conceber mais a ideia de morar fora dos espaços residenciais fechados, Júnior promove uma inversão de valores em outra narrativa, uma vez que, para ele, os bairros abertos também estão seguindo as lógicas desses espaços de moradia como modelos, como *simulação*, enquanto, na realidade, os encontros em espaços públicos entre os cidadãos é que são característicos da cidade e dos espaços públicos e não dos interiores dos espaços residenciais fechados, onde isso acontece de maneira pouco espontânea, controlada, com menor intensidade e menor frequência.

Agora que se tem esses projetos de colocarem aparelhos de exercícios nas praças públicas nos bairros, as casas que estão ali perto... nada impede de ser uma simulação de um condomínio. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Nesse sentido, a expressão “insegurança urbana” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 167) é mais coerente para o contexto da pesquisa, pois abrange dificuldades decorrentes dessas mudanças recentes elencadas, que impulsionam a busca por estabilidade, como dimensão ampla da segurança, combinada à distinção socioespacial. Optamos por essa expressão, insegurança urbana, por melhor explicar as relações entre as dimensões objetivas e subjetivas que a constituem e as relações de poder subjacentes, sem desconsiderar que todas elas são socialmente construídas. Entende-se que a insegurança urbana vai muito além da violência urbana, evitando, desse modo, possíveis encobrimentos e simplificações, sem, no entanto, desvalorizar a questão da criminalidade e de seu crescimento (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 167).

Com a valorização da necessidade de se reconhecerem e serem reconhecidos no espaço de residência, que identificam com o “estilo americano” de viver, como evidencia a fala de Mauricio (citada em seguida), os entrevistados revelam uma

capacidade de manipular um conjunto de signos que possibilitam tal identificação, assim como valorizam elementos ligados a uma vida moderna, a arte de viver com estilo, como no “primeiro mundo”, o qual se liga a uma dimensão da segurança que almejam, como também revela a narrativa de Marta.

Primeiro, eu tinha anseio de ter uma casa grande com um projeto do meu gosto, *lá [no residencial]* as casas são de um padrão muito bom. Aquela questão também da liberdade, de você ter uma casa sem grade, sem câmera, sem alarme, isso também me chamou muito atenção, porque eu gosto daquele estilo americano de viver [...]. Segundo motivo, o valor do condomínio é muito barato perto do que se oferece [...]. Segurança também é um ponto, o condomínio oferece uma segurança maior que a do prédio [...]. E também porque *lá* moram pessoas que eu tenho convívio já há algum tempo, de amizade, então eu quis unir tudo isso, o ideal de ter uma boa casa, grande, aberta, sem ter que me preocupar com questões de segurança... (Maurício, 36 anos, advogado, Acapulco, Catanduva)

Olha, sair do apartamento, a gente tomou a decisão por causa de espaço, falta de espaço, tenho duas crianças, então pra gente seria melhor morar numa casa, e por questão de segurança, eu optei por condomínio fechado. (Marta, empresária, 38 anos, Acapulco, Catanduva)

No processo de manipulação dos signos, destaca-se a invisibilidade conferida aos aparatos de segurança existentes nos limites entre os espaços internos e externos do Residencial Acapulco e determinantes na separação entre os moradores e os *outros*⁸⁶ que desejam manter do lado de fora. Tais aparatos são invisibilizados para produzir uma “nova realidade”⁸⁷, de modo que as distinções entre interior e exterior, inclusive os muros, são ressignificados, de acordo com os interesses e as circunstâncias identificáveis ao longo das entrevistas.

A segurança e a valorização da casa espaçosa e das áreas de lazer no interior dos residenciais fechados são elementos que integram o conjunto de características que

⁸⁶ Nesse caso, a expressão *outros* não se refere apenas aos sujeitos que trabalham nos espaços residenciais fechados, conforme abordamos posteriormente, mas aos sujeitos que representam “perigo” para os entrevistados, que tanto em Catanduva quanto em São José do Rio Preto foram personificados em jovens pobres e carentes, como no seguinte exemplo: “A violência, eu atribuo à educação, à falta da educação aqui no Brasil, à falta de uma distribuição melhor de renda. E pobre, com essa mídia que fica na cabeça mostrando tudo que tem pra comprar, comprar, essa coisa do consumo, então eles acabam se marginalizando, se drogando e consequentemente assaltando” (Célia, 59 anos, aposentada, Catanduva). A representação dos sujeitos violentos nas cidades é similar entre os entrevistados, principalmente porque se deve à mídia, como um dos principais agentes produtores dessas representações (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 175).

⁸⁷ Reforçando as tentativas tanto de recuperar os “referenciais” quanto de reatar uma ligação entre significante e significado (LEFEBVRE, 1991, p. 124).

substanciam o estilo de vida distintivo almejado por esses sujeitos sociais e que se associam a esses empreendimentos fechados. Porém, outros elementos se evidenciam ao longo da investigação, os quais tanto reforçam as estratégias dos entrevistados se diferenciarem socioespacialmente, quanto comprovam que, sobretudo a segurança que valorizam, se expressa como um álibi na escolha do espaço residencial fechado, enquanto modo ideal de morar na cidade no período contemporâneo. Tão relevantes para a análise quanto a segurança, outros elementos que caracterizam esse estilo de vida e suas estratégias de diferenciação socioespacial serão tratados na seção seguinte.

2.3 Características de um estilo de vida distintivo socioespacialmente

De maneira mais contundente nos últimos conjuntos de narrativas, a combinação dos elementos ligados à segurança com os de distinção social é evidente, produzindo um imaginário desses espaços residenciais fechados, contraposto a um “imaginário das cidades inseguras” (MAGRINI, 2013), que valoriza, além da segurança, a comodidade, o lazer e a tranquilidade, materializados num espaço onde foi possível realizar o desejo de viver em uma casa espaçosa, com churrasqueira, piscina, áreas para descanso e “cozinha *gourmet*”, numa referência direta ao culto do produto desenhado para as necessidades do cliente (SOUZA, 2010, p. 42), bem como ao avanço dos serviços personalizados.

Embora agrupemos as narrativas por afinidades, compreendemos que existe um conjunto de falas, composto pela maioria dos entrevistados de Catanduva e São José do Rio Preto⁸⁸, que explicita essas estratégias de distinção, confirmando nosso pressuposto de que, além da insegurança, a busca por um estilo de vida distintivo, que inclui uma separação socioespacial da cidade, é uma importante dimensão que influencia as práticas dos sujeitos pesquisados. Isso demanda esforços para que se compreenda os processos nos quais se inserem essas estratégias e as mudanças que são produzidas a partir dessas práticas, simbolicamente justificadas (BOURDIEU, 2007) durante as entrevistas.

É exemplar o caso de Carlos, que nos falou de um sonho – morar no Residencial Quinta do Golfe - também em São José do Rio Preto, que considera ainda mais

⁸⁸ As diferenças entre as duas cidades serão ressaltadas.

exclusivo que o Recanto Real, onde mora atualmente, porque lá residem alguns dos sujeitos de mais alto *status* social da cidade.

Mas eu estou planejando comprar um terreno e fazer uma casa num outro condomínio, *to* planejando já, *to* querendo morar no Quinta do Golfe, eu quero morar lá. [...] vai ser tudo em volta do campo de golfe, muito bonito, meu sonho de consumo. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

A combinação entre os atributos físicos do Residencial Quinta do Golfe com a alta capacidade de produzir representações positivas desse espaço, tido como exclusivo, faz com que ele simbolize, para a maioria dos entrevistados de São José do Rio Preto, um espaço que corresponde ao estilo de vida distintivo, o que também sustenta uma “economia coletiva do desejo”⁸⁹ (GUATTARI, 1986, p. 26). Segundo informações do *site* do empreendimento⁹⁰ e entrevista com o morador, os lotes na Quinta do Golfe variam de quatrocentos a mil metros quadrados e os preços chegam a um milhão de reais, enquanto, no Recanto Real, possuem em média trezentos e cinquenta metros quadrados e os preços variam de trezentos a quinhentos mil reais.

Os trechos das falas de Júnior⁹¹, morador do Quinta do Golfe, reafirmam a existência de elementos que caracterizam esse espaço residencial fechado que se diferenciam da maioria dos empreendimentos fechados da cidade, atributos que substanciam uma representação desse espaço de moradia por alguns dos entrevistados como mais exclusivo e como um modelo ideal de moradia. Porém, o que essas falas reforçam são medidas discriminatórias e estratégias de distinção a partir de uma separação espacial cada vez mais acirrada em relação à cidade.

⁸⁹ Dentre outros atributos físicos, o Residencial Quinta do Golfe possui um campo de golfe exclusivo para moradores e convidados, projetando uma prática que integra, entre inúmeros elementos objetivos e subjetivos, um conjunto de representações positivas associadas ao *status* social e ao “melhor lugar para se viver”, segundo Carlos.

⁹⁰ *Site* do empreendimento: www.quintadogolfe.com.br, acesso em 25 jun. 2015.

⁹¹ As falas do entrevistado são fragmentos de três respostas de diferentes questões. A opção por trazê-las em conjunto é para comprovar o uso constante de elementos, durante a entrevista, que caracterizam e diferenciam o empreendimento Quinta do Golfe da maioria dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, tornando-o, tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo, mais exclusivo. Essa característica também foi reforçada quando tentamos realizar entrevistas com outros moradores desse espaço residencial fechado e obtivemos negativas. Inclusive por meio de um corretor de imóveis da cidade que tinha contatos com alguns moradores e que se disponibilizou a ajudar com as entrevistas em alguns residenciais fechados e nos assegurou sobre as dificuldades de acesso com moradores do Residencial Quinta do Golfe. Tais características explicam por que apenas a entrevista com Júnior foi realizada nesse empreendimento.

Uma coisa que eu gosto da Quinta é que não tem casas diretamente nos muros do condomínio, por que, caso o cara pular para dentro, ele cai numa área que dá para ver, porque tem câmeras no condomínio inteiro, então de longe consegue ver, em outros condomínios que eu já morei, a casa era direto na parede, o cara podia pular direto na sua casa, e eu acho que isso aumenta a segurança. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

O que me incomodava lá [*residencial Recanto Real, onde morava anteriormente*] é que as ruas são muito estreitas, isso me incomodava, e eu acho que isso acaba acarretando menos segurança para o trânsito, e no Quinta as ruas são mais largas. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

[...] tem um interfone bem longe, na rua, onde fazem a primeira abordagem, depois disso, entra para falar com o porteiro, o interfone está bem longe, inclusive para fora do portão de acesso à portaria, já no Recanto, você [*visitante*] já entra direto na portaria. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Dentre todos os espaços residenciais fechados das duas cidades pesquisadas, apenas o Recanto Real e o Village Damha I⁹², ambos de São José do Rio Preto, possuem restaurante nos espaços internos dos muros. As referências aos equipamentos são expressivas da combinação entre um atributo concreto e a produção de subjetividades ligadas ao espaço residencial fechado. Carlos e Letícia basearam-se na sua presença para diferenciar o residencial onde moram dos outros, da mesma forma que Selma, moradora do Village Damha I. Porém, por não saberem que outro residencial fechado da cidade também dispõe desse serviço, enfatizaram não apenas que o *seu* residencial fechado é o único a possuir restaurante no interior dos muros, mas que é exclusivo de moradores e convidados. A fala seguinte é reveladora da valorização dessa diferenciação.

[*O dono do restaurante é um morador?*]

Não é um morador, na verdade é arrendado. [...] antes tinha um restaurante que servia prato feito [...]; como tem muito pedreiro [...], começou ficar aquela coisa assim... sabe? Os moradores começaram a não gostar, porque a gente se sentia mal de ir *lá*, tinha muita gente desconhecida, começou a descaracterizar muito [...]. Depois deram uma melhorada no restaurante [...] e ficou *só* para os moradores e convidados. (Selma, dona de casa, 42 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

⁹² No Village Damha I, ele foi arrendado por um comerciante não morador. No Recanto Real, o restaurante é gerido por um morador, que já atuava no ramo de alimentação na cidade.

Compreendemos que a busca por uma identidade social seja parte do processo de constituição simbólica (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 65), porém, no contexto da pesquisa, esse reconhecimento se dá sobretudo pelas semelhanças socioeconômicas. Tendem à negação da diversidade, enquanto característica fundamental da vida na cidade, aspecto mais evidente entre os entrevistados de São José do Rio Preto, principalmente devido aos residenciais disporem de atributos físicos, como restaurantes e academias, inexistentes nos espaços internos do Residencial Acapulco, de Catanduva. A presença desses equipamentos possibilita aos entrevistados de São José do Rio Preto acirram as delimitações e diferenciações entre os espaços internos e externos aos muros, utilizando estratégias de diferenciações tanto sociais quanto espaciais.

Os entrevistados que valorizaram o uso do restaurante nos residenciais fechados compreendem a prática de utilização desse espaço como provedora de igualdade, enquanto constatamos o oposto, a produção de um espaço no qual a desigualdade se torna ainda mais explícita, especialmente quando ampliamos a análise para a escala da cidade e nos deparamos com práticas segregadoras, baseadas em preconceitos, haja vista a narrativa de Selma (acima). Alguns entrevistados evidenciaram o anseio de que houvesse mais empreendimentos comerciais nos espaços internos dos residenciais, porém sempre reforçando a ideia de exclusividade e separação em relação aos sujeitos não moradores.

Eu gostaria que houvesse, como no Recanto Real [*onde morava anteriormente*], o restaurante, porque eu acho que facilita, porque você tem que tirar o carro, sair do condomínio; no Recanto Real, onde eu morei, tinha e íamos sempre pra lá. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Eu gostaria que houvesse aqui dentro mesmo, **mas, assim, só para os moradores do condomínio**, por exemplo, minha irmã mora em um prédio em Campinas que tem um salão de beleza só para as moradoras. Tem uma mulher aqui dentro do condomínio que depila e tira a sobrancelha, mas nunca fui, tem outra que arruma roupa, mas também nunca fui, aos poucos eu vou sabendo dessas coisas, esse povo faz o serviço na casa deles, aqui dentro. **Mas acho que não pode abrir assim, para atender pessoas de fora, de jeito nenhum.** (Grifo nosso. Maíra, 39 anos, médica, Recanto Real, São José do Rio Preto)

As falas dos entrevistados nem sempre refletem as mesmas opiniões, embora a semelhança entre as práticas⁹³ seja o aspecto mais significativo, haja vista a narrativa de Ana (a seguir), que se declara insatisfeita com o aumento da distância em relação às áreas comerciais da cidade, uma vez que a proximidade com comércios e serviços permitia a satisfação de algumas necessidades imediatas e uma parcial apropriação do entorno. Segundo essa moradora, caminhar até a padaria e o supermercado, no centro da cidade, onde morava anteriormente, era prática frequente.

A distância é muito negativo. Olha, porque, assim, por exemplo, que estou aqui no final do condomínio não dá pra você ir numa padaria, eu sei que não é longe, não é impossível porque vamos de carro, mas não é aquela coisa de bairro, que tinha uma padaria a um quarteirão, ou um supermercado a dois. Aqui, até chegar na portaria, é no mínimo uns dez quarteirões, depois andar até algum lugar, e tem que passar pela portaria, aquela coisa chata e tal, vai dando uma preguiça só de pensar. (Ana, educadora física, 49 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Frente a isso, quando questionada sobre os locais de consumo depois da mudança para o espaço residencial fechado, Ana pouco falou sobre permanências nas práticas de consumo nas áreas onde residia, expressando uma preferência pelos *shopping centers* – conforme discutiremos adiante – sugerindo, de um lado, um modo de consumo atrelado ao lazer, em tempos e espaços diferentes ao que era feito anteriormente⁹⁴, e, de outro, uma crescente proximidade entre esses espaços de moradia e consumo, do ponto de vista das práticas espaciais dos sujeitos pesquisados.

As comparações foram recorrentes nas narrativas, tanto entre elementos que caracterizam o interior e o exterior dos muros, numa relação de valorização e desvalorização respectivamente, como entre elementos que diferenciam os próprios residenciais no âmbito da cidade, citando itens supostamente exclusivos de onde moram, como o restaurante que tanto Carlos e Letícia quanto Selma acreditam ser

⁹³ Haja vista que, mesmo valorizando o comércio de bairro e expressando uma insatisfação em relação à distância entre o residencial em que mora (Damha V) em relação às áreas centrais “abertas”, Ana, assim como a maioria dos entrevistados de São José do Rio Preto, frequenta, para consumo e serviços, os *shopping centers* de maneira mais significativa em relação às outras áreas, evidenciando as contradições que caracterizam as falas dos entrevistados.

⁹⁴ De maneira semelhante, García e Peralta (2016) identificaram, no âmbito das “urbanizações multifamiliares fechadas” de Cali (Colômbia), novos modos de consumo dos sujeitos moradores de *La Hacienda*, tanto pela escassa disponibilidade de acesso a um comércio local, de proximidade, quanto pela consolidação de hipermercados e *shopping centers*, o que indica tendências de novas formas de morar e consumir – embora com diferenças significativas – entre cidades dos países da América Latina. Outros resultados dessa pesquisa, que favorecem comparações e diálogos com nossa investigação, são retomados adiante.

exclusividade do *seu* residencial. Nesse caso, a exclusividade, mesmo que suposta, está diretamente relacionada à hierarquização entre os próprios espaços residenciais fechados da mesma cidade.

Por outro lado, as narrativas dos moradores do Residencial Acapulco, em Catanduva, evidenciaram estratégias de distinção entre moradores, na escala do próprio condomínio, principalmente do ponto de vista do consumo. Porém, no caso do Residencial Acapulco, quando alguns entrevistados compararam com outros espaços residenciais fechados, referiram-se aos localizados em São José do Rio Preto como um exemplo a ser seguido, principalmente no âmbito de estilo de vida distintivo a ser construído no interior desses espaços, como evidencia a fala de Célia.

Essa problemática da manutenção do condomínio que é muito complicado, muito complicado. Talvez, eu acho que esse condomínio não tenha tomado as rédeas bem mesmo, porque eu tenho minha sobrinha que mora no Damha em Rio Preto, **eles são velhos de condomínio**, então eles já têm uma outra organização. Eu acho que esse daqui ainda deixa muita coisa a desejar, porque não é uma que as pessoas... São os moradores que fazem parte dessa diretoria, então cada um tem seu emprego, seus compromissos, então fica aquela coisa meio que desajustada pro meu gosto. Eu gostaria de uma coisa mais organizada, porque não é uma coisa tão grande e acho que mereceria uma organização cem por cento eficiente, que não é. (Grifo nosso. Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

De maneira similar, ocorreu após a entrevista com Maurício⁹⁵, síndico do Residencial Acapulco (sucessor de Lucas nessa função), quando nos perguntou sobre os sistemas de segurança dos espaços residenciais fechados em que realizamos pesquisa em São José do Rio Preto, especialmente no que se refere à entrada de visitantes e trabalhadores, afirmando que iria visitá-los, pois planeja intensificar os sistemas de segurança do Residencial Acapulco.

Nesses casos, as relações entre as duas cidades e, especialmente, a polarização exercida por São José do Rio Preto explicita-se na dimensão simbólica ao servir de modelo e inserir-se numa outra temporalidade, mais adiantada, porém, ocorrendo simultaneamente. Além disso, revela processos de articulação de escalas e reforça a necessidade de analisar as cidades médias em suas relações e interações espaciais (SPOSITO, 2011, p. 25), que se expressam por meio das práticas dos próprios sujeitos sociais no contexto da investigação.

⁹⁵ Realizada em abril de 2015.

Outros aspectos ainda se revelam importantes no âmbito da conformação de um estilo de vida distintivo dessa classe média. A fala de Marcelo, morador do espaço residencial Recanto do Lago (São José do Rio Preto), contém uma particularidade em relação aos demais entrevistados, característica que o morador ressaltou também em outros momentos da entrevista, quando mencionou seu motorista particular⁹⁶ que, segundo ele, fica à disposição de sua família, para buscar os filhos nas escolas, nos cursos que fazem durante o período da tarde. Inferimos que essa característica relaciona-se à possibilidade de Marcelo arcar com os custos desse serviço que, no contexto da pesquisa, pode ser considerado exclusivo e compõe o estilo de vida distintivo no qual a escolha pelos espaços residenciais fechados desempenha papel central, desencadeando um conjunto de novas práticas espaciais que mais se combinam à lógica de exclusividade e de negação da cidade e daquilo que representam como negativo. É bem possível que, caso Marcelo e sua família ainda morassem no apartamento na área central de São José do Rio Preto, conforme mencionado no início da entrevista, ele não pagaria por esse serviço exclusivo.

Além disso, a narrativa do morador também reforça mais um aspecto que caracteriza o estilo de vida dessa classe média, que se refere aos (cada vez mais elevados) investimentos em capital simbólico dos filhos, que garantem, além do capital econômico, a reprodução de uma classe social ao longo do tempo. Nesse sentido, a atenção ao *habitus* (BOURDIEU, 2007) desses entrevistados revelou-se importante para a investigação.

Como instrumento de ascensão social⁹⁷ (BOURDIEU, 2007, p. 9) e pela possibilidade de sua reprodução ao longo do tempo, a classe média acredita no valor da educação e na percepção da vida como formação contínua (pensamento prospectivo), segundo a qual qualquer coisa que se refira ao futuro é mais importante do que o que se é no presente (SOUZA, 2013, p. 59).

⁹⁶ O uso cada vez mais frequente do carro para todos os deslocamentos dos entrevistados também consiste em um elemento que caracteriza esse estilo de vida distintivo em curso, porém ele será tratado mais adiante pela possibilidade de diálogo com outros aspectos relacionados às formas de deslocamentos, do ponto de vista das vias de acesso, pela cidade desses sujeitos sociais.

⁹⁷ Uma vez que o sistema de ensino reproduz tanto melhor a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes quando a cultura que transmite encontra-se mais próxima da cultura dominante e da educação familiar (BOURDIEU, 2007, p. 306), esses investimentos de tempo, esforços e dinheiro, necessários para conservar e aumentar o capital cultural dos filhos, tendem a duplicar os efeitos simbólicos e econômicos da distribuição desigual do capital cultural, ao mesmo tempo em que os dissimula e os legitima (p. 310).

Assim, os moradores relataram ensinamentos aos filhos que apontam uma herança imaterial dessa classe média, invisível para a perspectiva econômica dominante em algumas pesquisas (SOUZA, 2010, p. 24), como ressaltamos. Por sua vez, o sistema escolar tende a cumprir uma função de legitimar a perpetuação da “ordem social” (BOURDIEU, 2007, p. 311), sem desconsiderar que a posse de um diploma, por mais prestigiosa que seja, não é, por si mesma, capaz de assegurar o acesso às posições mais elevadas, bem como dar acesso ao poder econômico (BOURDIEU, 2007, p. 333).

A gente sai cedinho, as crianças estudam no período da manhã, eu e minha mulher vamos trabalhar, quando dá o horário deles saírem, meio dia e meio, minha mulher já sai, pega eles e vai para casa, aí tem as atividades à tarde, **um tem inglês, outro tem Kumon**, o outro vai fazer outra coisa e aí a gente tem um motorista nosso também que esta sempre buscando e levando pra essas coisas aí. No ano passado, eu não estava almoçando em casa, eu tenho um restaurante aqui [*no próprio edifício comercial onde a entrevista foi realizada*], eu almoçava por aqui mesmo, mas esse ano eu marquei de voltar, sempre almocei em casa quando eu morava no apartamento, está certo que eu morava um quarteirão daqui, mas agora *to* voltando, espero o restaurante fechar, vou almoçar e retorno depois. (Marcelo, 41 anos, engenheiro, Recanto do Lago, São José do Rio Preto)

Eu não trabalho, parei de trabalhar quando tive meu filho e acabei virando dona de casa, eu fico com ele a parte da manhã, meu marido é policial da Polícia Federal, ele trabalha em turnos, tem dia que ele está em casa e tem dia que não. Quando ele está, divide algumas tarefas, ajuda meu filho nas tarefas de escola. Eu faço todo o serviço da casa, almoço, essas coisas, não tenho ninguém que ajuda [...] [*a moradora ressaltou essa última característica várias vezes ao longo da entrevista*]. (Selma, 42 anos, dona de casa, Acapulco, São José do Rio Preto)

Além da atenção à educação do filho, Selma, em diversos momentos ao longo da entrevista, fez referência às características próprias do estilo de vida da classe média, que o *habitus* (BOURDIEU, 2007) congrega, como a presença da empregada doméstica, entendida como uma necessidade inquestionável, haja vista que, ao pedirmos que ela falasse sobre sua rotina, enfatizou que era “dona de casa” e não possuía uma “funcionária” que a ajudasse, embora tenha falado também da escola do filho e dos horários de trabalho do marido. Ao longo da entrevista, essa foi uma característica ressaltada diversas vezes, como se ter empregada doméstica fosse uma regra para os moradores desses espaços residenciais fechados e algo inerente ao estilo de vida distintivo em construção. Selma narra sua condição de dona de casa sem empregada,

tentando mostrar que ela é uma exceção dentre suas vizinhas e que não poderia ficar muito tempo sem uma “funcionária”. Sua narrativa evidencia que as classes médias e a elite compartilham de inúmeros princípios que influenciam suas práticas (MICELI, 2007, p. XLII).

Como demonstramos, a compra de um imóvel em um espaço residencial fechado se insere em um conjunto de atributos e elementos subjetivos que caracterizam o estilo de vida que os sujeitos entrevistados almejam construir, tanto em relação à cidade quanto internamente, nos empreendimentos, na medida em que valorizam os sistemas de segurança, as áreas de lazer, as academias, as pistas de caminhadas, etc. Porém, após adquirido esse imóvel, sentem a dificuldade em mantê-los exclusivos, ou seja, sem a presença de sujeitos não moradores dos residenciais e, de maneira mais fundamental, os trabalhadores que adentram cotidianamente. Há, portanto, copresença, ao menos durante certos horários, mas a convivência é desvalorizada, do mesmo modo que são desvalorizados os espaços públicos, devido à maior probabilidade de encontro com sujeitos de diversas classes, incluindo também sem tetos, pedintes, enfim, a diversidade, as imprevisibilidades e os conflitos que são inerentes à vida nas cidades.

O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos do terreno. Segregação que produz uma desagregação da vida mental e social. Para evitar as contradições, para alcançar a harmonia pretendida, um certo urbanismo prefere a desagregação do laço social. O urbano se apresenta ao contrário, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. (LEFEBVRE, 1999, p. 160)

A partir disso, vemos a necessidade de avançar nas discussões acerca da necessidade constante de fechamento e acirramento dos controles nos espaços internos dos residenciais que identificamos pelas entrevistas, como esforço para demarcar posições hierárquicas e para anular diferenças que são, no entanto, articuladas sob o discurso da segurança.

2.3.1 “Não entra ninguém sem interfonar, ninguém te pega de surpresa”

Em sentido mais amplo, da sociedade brasileira como um todo, é preciso levar em conta que o poder econômico pressupõe o exercício de uma dominação simbólica

que lhe é concomitante (SOUZA, 2010, p. 40). Assim, os produtos simbólicos mais valorizados por essa classe média são sempre os que mais se aproximam dos consumidos pela elite e se afastam das classes populares. Algumas evidências dessa dominação simbólica se expressam em práticas espaciais mencionadas durante as entrevistas, principalmente entre os entrevistados dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto.

Os depoimentos evidenciam uma satisfação pela previsibilidade dos encontros, mas, sobretudo, pelos não encontros com aqueles que não têm autorização para entrar; nesse caso: pedintes, vendedores ambulantes. Verificamos que os muros e o caráter privado desses empreendimentos promovem uma despreocupação com a ordem urbana como um todo e, portanto, pautam-se num estilo de vida exclusivo e excludente (CALDEIRA, 2000, p. 309). A fala da moradora que segue é exemplar nesse sentido.

Não, bom, aqui também não passa vendedores, não passam nem para pedir, nem para vender. Eu acho ótimo, não entra ninguém sem interfonar, ninguém te pega de surpresa, [...] e, se você mora num bairro aberto, *aí* o pessoal bate, toca a campainha, e aqui não, é tudo avisado, e não tem problema nenhum. (Selma, dona de casa, 42 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Por outro lado, não desconsideramos que o cotidiano vivido engendra situações que implicam a impossibilidade do fechamento em uma totalidade sincrônica (MASSEY, 2008, p. 168), seja pelos funcionários e prestadores de serviços que entram e saem cotidianamente desses espaços, seja pelas imprevisibilidades presentes, mesmo que de modo esporádico. De acordo com Dunker (2015, p. 54), apesar dos muros e do síndico, dentro do “condomínio” ocorrem eventos inesperados, formas imprevistas de encontro e desencontro, irrupções da vida como ela é. Conforme relataram os entrevistados de São José do Rio Preto em diferentes momentos, nem mesmo o emprego de mecanismos de controle cada vez mais sofisticados, diretamente relacionados com a incontornável necessidade de defrontar-se cotidianamente com esses trabalhadores pobres, elimina a ocorrência das imprevisibilidades. Isso faz com que outras práticas discriminatórias e de distinção sejam produzidas no âmbito dos espaços internos aos muros.

[Quais são as medidas de segurança adotadas pelo condomínio?]

É o mesmo de todos os condomínios da Encalço. Eles fazem a carteirinha hora que entra, tem a identificação com RG, CPF, eu que trabalho com obras, todo vez que a gente começa uma obra nova, a gente tem que deixar uma lista de todos os pedreiros, todo mundo que vai entrar, os antecedentes criminais deles, documentos deles e *tal*. Isso fica muito difícil na hora do acabamento da obra, porque aí entra muito fornecedor, marmoraria, **aí nessa hora, eles [seguranças] dão uma perdidinha de controle sabe, e é onde acontece furto dentro de condomínio, principalmente em horário comercial. Então horário comercial é onde a gente tem preocupação, a gente fecha tudo e de noite a gente fica mais tranquilo.** (Grifo nosso. Amanda, 27 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

A narrativa de Amanda evidencia características também presentes nas outras, dentre as quais a relação direta entre pobreza e violência, de maneira semelhante aos depoimentos colhidos por Sposito e Góes (2013, p. 262). Essa relação, evidente no âmbito da cidade, desdobra-se nos espaços internos aos muros, especializando-se ao associar a necessidade de maior controle no horário dos trabalhadores, embora regras adicionais sejam implementadas nos casos em que os trabalhadores moram nos espaços internos aos muros.

Ela mora com minha família [*a empregada*], mas não pode frequentar academia, se for empregado não pode, a piscina só como acompanhante, que eu saiba sozinho não, sem ser morador não pode frequentar, só para os moradores. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Nesse caso, ela é uma moradora, mas, antes disso, ela é empregada, então as diferenças entre as classes sociais são naturalizadas. Porém, quando questionados acerca das medidas de controle em relação aos trabalhadores, os entrevistados tendem a simplificar, anulando uma distância construída ao longo da narrativa. Produzindo uma violência simbólica, por meio de uma linguagem e um discurso baseado no encobrimento, na dissimulação e da transfiguração da real demarcação das diferenças entre esses sujeitos de diferentes classes sociais e suas posições, em alguns casos, são valorizadas inclusive medidas de invisibilização desses sujeitos sociais: “de forma específica, na Quinta do Golfe, os ônibus não passam lá perto, porque o condomínio é extenso, o ônibus passa só num pedaço, na parte de cima, onde está a portaria de serviço, ele não chega até a frente”, como descreve Júnior, morador da Quinta do Golfe que revela, além da portaria separada em relação aos de moradores e visitantes e as

estratégias de controle diário desses trabalhadores, ainda que não há pontos de ônibus na área frontal do empreendimento, acirrando medidas discriminatórias e excludentes.

Embora com diferenças em relação ao residencial Quinta do Golfe, o Residencial Recanto Real, assim como todos os empreendimentos fechados de moradia de São José do Rio Preto que pesquisamos, possui portarias separadas, destinadas exclusivamente para a entrada de moradores, visitantes e empregados. Para Dunker (2015, p. 50), as diferenças de classe não foram tocadas, mas “resolvidas” por meio de um sutil código de circulação apartada entre os serviços e os moradores.

Quando visitamos o Residencial Recanto Real, não identificamos a portaria de serviço, o que somente ocorreu a partir da fala de Letícia que, de maneira naturalizada⁹⁸, contou-nos que a portaria destinada aos empregados se localiza do lado oposto da entrada “principal” (exclusiva para moradores e visitantes) do residencial, como mostra a Figura 4. Além da separação discriminatória das entradas, a distância física entre elas contribui com a separação e a invisibilização desses sujeitos sociais.

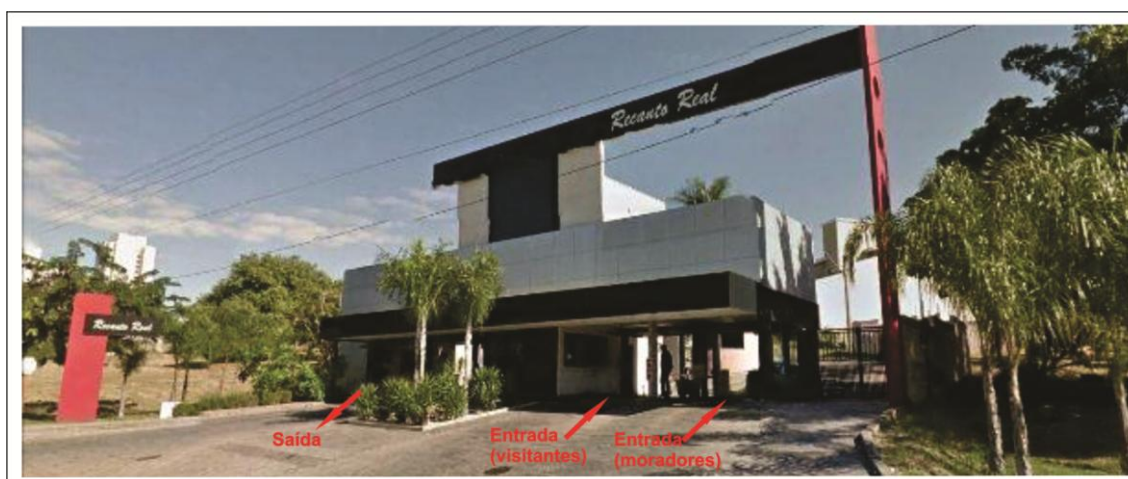


Figura 4: São José do Rio Preto. Entrada principal do Residencial Recanto Real.
Foto: www.diarioimoveis.com.br. Acesso em outubro de 2015.

Mas, por outro lado, o caso de assalto no Residencial Recanto Real, em São José do Rio Preto, narrado por Maíra e envolvendo os próprios moradores, contradiz as suspeitas que recaem sobre os trabalhadores, embora permaneçam sendo alvos das desconfianças. Nesse caso, também merece destaque o esforço da administração do empreendimento em ocultar as notícias sobre o ocorrido, sobretudo para reduzir o impacto das “habilidades imperfeitas e da falibilidade humana” (GIDDENS, 1991, p.

⁹⁸ Compreendemos que os princípios de diferenciação, por serem eles próprios o produto de tais diferenças, estão objetivamente ajustados a elas e, portanto, tendem a ser naturalizados (BOURDIEU, 2008, p. 164).

90), responsáveis por um espaço que tende a ser, e é valorizado por isso, cada vez mais controlado por sistemas de segurança.

Quando é alguém da parte de... Alguém que vai fazer obras, ou de quem trabalha aqui, como prestadores de serviços, são todos revistados, têm que parar, abrir o porta-malas, fazer tudo certinho, porque já teve assalto aqui dentro. (Maíra, 39 anos, médica, Recanto Real, São José do Rio Preto)

[E foi descoberto o responsável?]

Envolveu o filho do dono da casa. E aqui dentro não tem câmeras, agora vai ser comprado toda essa parte das câmeras, para colocar nas ruas. Isso faz uns oito meses [*o assalto*], ninguém sabe como entraram, ficou estacionado em frente da casa, esperou a mulher [*empregada*] ir embora, entraram, pegaram o cofre e saíram, mas ficou todo mundo quieto. (Maíra, 39 anos, médica, Recanto Real, São José do Rio Preto)

[Você notou algum esforço do condomínio, para que esses casos não fossem divulgados?]

Esse assalto que teve aqui dentro, que roubaram o cofre da casa, que falam que foi o próprio filho [*do dono da casa*] o mandante, que eu percebo que o condomínio abafa pra ninguém falar sim, com certeza, abafam. (Maíra, 39 anos, médica, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Por sua vez, no âmbito dos empreendimentos do Grupo Damha e do Quinta do Golfe, ficaram evidentes as medidas mais acirradas de controle e discriminação em relação aos demais residenciais fechados pesquisados; contudo, tais medidas são valorizadas por todos os moradores e tidas como modelos, como evidencia a fala abaixo apresentada de Maíra, moradora do Recanto Real. Um exemplo do sistema mais rígido de segurança são as normas de identificações dos moradores adotadas pelos empreendimentos do Grupo Damha, implementadas no Quinta do Golfe⁹⁹ desde a inauguração, por meio de digitais, além do Tag¹⁰⁰, sistema combinado para identificar o morador na entrada, quando estiver em situações consideradas de risco, por meio de uma digital específica, pré-combinada, como explica a narrativa de Olga, moradora do Damha V.

⁹⁹ “Tem o Tag e a digital, depois de uma certa hora, os portões fecham e aí tem que passar a digital também, tem que ter os dois” (Junior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, São José do Rio Preto).

¹⁰⁰ Cartão com acionamento automático da portaria para moradores.

Quando a gente entra, o morador, entramos com a digital, e se tiver alguém com a gente, por exemplo, um assaltante e está entrando com a gente, aí temos uma outra digital de segurança. Temos duas digitais gravadas na portaria, uma para entrar normal e outra que eles ficam sob alerta e enviam um carro da segurança para averiguar se está tudo bem, como um código de segurança, registramos uma digital específica e quando a usamos, estamos avisando que algo está errado. É como se fosse um botão do pânico, quando vamos cadastrar as digitais, eles já pedem uma para esse tipo de aviso. (Olga, 25 anos, arquiteta, Damha V, São José do Rio Preto)

Eu ainda acho que falta um pouquinho de segurança, nessa coisa assim de não ter câmera nas ruas ainda, eu não sou a favor dos carros terem o Tag, porque tem morador que já comprou para filha que não mora aqui, pra mãe que não mora aqui, pro genro, por exemplo, minha mãe mora em Votuporanga e tem o Tag, meu marido vendeu o carro e esqueceu de tirar o Tag. Então eu acho que tem que ser uma digital, eu acho que tinha que ser um outro esquema [...]. Então eu vejo que falta câmera de segurança nas ruas, faltam as coisas [...], eu acho que falta acontecer alguma coisa grave para alguém tomar providência. (Maíra, 39 anos, médica, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Além da valorização do sistema de digital para a entrada dos moradores, Maíra também ressaltou a necessidade de implantação de câmeras por todas as vias internas, uma vigilância sem intervalo de tempo, por vinte e quatro horas¹⁰¹.

Nesse contexto de vigilância, a previsibilidade tende a predominar nas relações sociais conformadas nesse espaço, o que a própria narrativa de Célia, moradora do Residencial Acapulco, nos reforça, na medida em que deseja uma realidade “mais fortemente assistida”, valorizando um olhar panóptico que tudo vê nos espaços internos aos muros, destinado a tornar possível o controle total. Se, por um lado, os maiores investimentos em vigilância tendem a garantir a sensação de segurança e “intimidade” para os moradores, por outro, ocasionam uma redução e empobrecimento das experiências espaciais desses sujeitos.

Eles vão reforçar mais essa coisa de câmera, de cerca elétrica, de ter mais uma coisa mais fortemente assistida, porque já tá meio... A gente sempre quer mais, porque, como é beira de estrada [*o Residencial Acapulco*], então a gente quer mais câmeras, e uma sala só pra ficar um funcionário olhando essas câmeras direto, porque por enquanto eles ficam tomando conta da frente e vendo as câmeras, agora vão ter muito mais câmeras e uma sala só monitorando. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

¹⁰¹ Isso possibilita um paralelo com uma realidade mostrada no cinema, no filme “*Show de Truman*”¹⁰¹, cujas ações e comportamentos do personagem principal são monitorados permanentemente e assistidos por centenas de pessoas.

O mais próximo disso pode ser verificado na Quinta do Golfe, porém, mesmo que haja esse sistema mais acirrado de vigilância e controle, ainda não é possível identificar uma satisfação do morador.

Eu acho que a prevenção existe, sempre é possível burlar, se o cara quiser, só ele estudar um pouco ele vai conseguir, mas é lógico que a gente gostaria de mais coisas, eu acho que talvez mais rondas [...]. Eu não acho que o número de seguranças seja pouco, mas não há seguranças vinte e quatro horas em todos os lugares, porque o custo seria muito grande, **mas esse tipo de coisa que resolveria**. Porque câmera, a pessoa que faz o serviço de olhar as câmeras, ela não consegue ver tudo ao mesmo tempo e, mesmo que conseguir, até ela contatar alguém para chegar no local, talvez alguma coisa já aconteceu. (Grifo nosso. Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Esse é um aspecto que compareceu em todas as entrevistas, entre os moradores das duas cidades pesquisadas, ou seja, um contínuo desejo de que os aparatos de segurança sejam reforçados. A fala de Junior, que exemplifica muitas outras da pesquisa, foi escolhida por ele ser morador de um dos espaços residenciais fechados que possui medidas e sistemas de segurança mais rígidos dentre os empreendimentos pesquisados, de modo semelhante aos Damhas.

Além disso, o morador explicita uma valorização dos serviços privados, nesse caso de segurança, com desvalorização simultânea de um problema que é público, evidenciando uma crescente busca por soluções individuais e mercantilizadas de problemas que são coletivos. Assim se conforma uma realidade de crise, sobretudo, política, em relação à cidade, que dificulta a compreensão dos papéis e posicionamentos que os sujeitos sociais devem exercer e assumir em relação aos problemas coletivos. Nesse quadro, o mercado propõe soluções mercantis e comerciais para tais problemas, que devem ser consumidas individualmente, assumindo um protagonismo que caberia, em primeira instância, ao poder público. Como decorrência, a segurança, que seria um direito de todos, torna-se, cada vez mais, uma mercadoria de quem pode pagar por ela.

No plano das diferenças, nos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, as regras dirigidas aos empregados também radicalizam as diferenças entre os espaços internos e externos aos muros, de forma mais evidente, se comparados ao Residencial Acapulco de Catanduva. Seus moradores estabelecem uma contraposição com os espaços públicos, que combinam uma mistura maior de sujeitos

socioeconomicamente diferentes (isso não quer dizer que haja integração), o que implica exposição às inevitáveis confusões de funções e *status* social.

As conformações arquitetônicas, que não são neutras, acirram as posições hierárquicas e discriminatórias entre trabalhadores e moradores dos espaços residenciais de São José do Rio Preto, desde as entradas, separadas entre eles, até os controles pelos quais passam todos os dias os trabalhadores. Isso os diferencia do Residencial Acapulco, que não possui entradas separadas entre trabalhadores e moradores. Além disso, alguns entrevistados mencionaram “brechas” (como no caso das falas de Karen, a seguir¹⁰²), o que compareceu de maneira menos significativa entre os entrevistados de São José do Rio Preto.

Por exemplo, eu tenho uma amiga, que trabalha comigo, e ela tem amigos aqui no condomínio, um dia ela estava comentando que ela tem um sonho de..., ela namora, enfim, de construir num condomínio, e ela comentou sobre a questão da segurança, você vê, ela veio com o namorado um dia à noite, veio buscar um rapaz para sair com eles, então veio com um carro bom, acho que uma *Mitsubishi*, um negócio assim, um carro bom, novo, não é? *Aí* entrou, e falaram que iriam na casa do fulano, tudo bem, a portaria anunciou, porque assim você viu na hora que você entrou, telefona e tudo bem, aí eles entraram. Na segunda vez que eles vieram, tinha trocado o porteiro, e ele estava junto com o morador, aí o morador falou assim para ele [*para o amigo*]: “ó vamos fazer um teste, fala boa noite para o porteiro e não fala nada onde você vai”. E o cara [*porteiro*] liberou ele para entrar. Entendeu? Então ele passou com aquele carrão. (Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

[Mas o porteiro viu o morador dentro do carro]

Não viu, porque o morador estava no banco traseiro e o carro tinha insulfilmado. Então, ele passou, falou boa noite, e o porteiro achou que fosse morador. Eu até comentei com o síndico, falei: olha precisa tomar mais atenção em relação a isso, **só pela aparência já deixou entrar**. (Grifo nosso. Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

Essa diferença acentua uma particularidade de um espaço residencial fechado de uma cidade média nos limiares, cuja vivência cotidiana e funcionamento do sistema de

¹⁰² Além da “brecha” em relação à segurança do residencial, a fala de Karen reforça as possibilidades de sujeitos conhecidos morarem no mesmo espaço residencial fechado, no contexto de Catanduva, o que pode ser considerado como mais uma particularidade desses espaços residenciais fechados de uma cidade média nos limiares, em contraposição a um sistema de controle e segurança mais rígido que predomina nos espaços residenciais fechados de cidades médias e das metrópoles.

segurança, apesar de ter como “modelos/referências” práticas dos espaços residenciais fechados produzidos em cidades médias e metropolitanas, revelam a impossibilidade de segui-los de maneira rígida, tanto pelas diferenças entre as estruturas físicas dos empreendimentos, como pelas relações sociais predominantes caracterizadas por um menor nível de complexidade.

Tais diferenças se expressam no interior dos muros dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto de maneira mais evidente, em relação ao Residencial Acapulco, em Catanduva. As regras e controles sobre os trabalhadores da primeira cidade evidenciam maiores esforços em produzir e estabelecer uma hierarquia de funções e de posições, tendo como objetivo uma separação entre os *iguais* (moradores) e os *outros*¹⁰³, utilizando, além de separações físicas, artifícios de distanciamento e controle, por meio de regras que delimitam as funções e posições como um mecanismo de cristalização das diferenças (SVAMPA, 2001), uma vez que a identidade social, almejada pelos entrevistados, define-se e afirma-se nessas diferenças (BOURDIEU, 2008, p. 164).

Os esforços de delimitar as posições dentro desses espaços residenciais fechados, de maneira mais intensa em São José do Rio Preto, são resultantes de relações simbólicas entre sujeitos de classes sociais diferentes. Expressam diferenças de posição, segundo uma lógica sistemática, que conformam marcas de distinção (BOURDIEU, 2007, p. 14), as quais, ao mesmo tempo, constituem para si mesmos e para os outros sua posição na estrutura social. Essas marcas se tornam mais evidentes nos espaços internos, o que revela os esforços e as estratégias em se conformar um estilo de vida distintivo, a partir do espaço em que vivem.

Atribuímos a diferença em relação à Catanduva à maior possibilidade dos moradores e funcionários se conhecerem nessa cidade, o que ameniza a necessidade de distinções e controles, uma vez que “cada um sabe o seu lugar e o lugar do outro”, numa espécie de “contrato social”, entendido como a metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental (SOUZA, 2002, p. 7).

Desse modo, começamos a identificar diferenças, no âmbito comparativo, com São José do Rio Preto, pela maior presença de valores que permeiam as relações sociais em uma cidade média nos limiares, ligados ao conhecimento entre os moradores (ainda

¹⁰³ Nesse caso, os outros são os trabalhadores pobres cuja entrada pode ser cada vez mais controlada. São empregadas domésticas, pedreiros, entregadores, prestadores de serviços como eletricitas, jardineiros, etc.

que superficial), com o menor número de funcionários no Residencial Acapulco, tanto encarregados da segurança como da limpeza e jardinagem.

As estruturas dos espaços de uso coletivo do Residencial Acapulco são menores em comparação aos dos empreendimentos pesquisados de São José do Rio Preto e não possuem equipamentos, como academias e pistas de caminhadas, os quais necessitam de serviços especializados, portanto, de mais empregados nos espaços internos, o que exige regras destinadas a essas demarcações de posições, segundo as estratégias de distinção presentes nesses empreendimentos. Como resultado da comparação, evidencia-se uma diferença entre os espaços residenciais fechados localizados em cidades médias com diferentes tamanhos e graus de complexidades, sobretudo das relações socioespaciais.

No plano das tendências identificadas nos espaços residenciais fechados das duas cidades, os empregados reproduzem, de forma similar, na prática, os códigos de classificação de seus padrões (CALDEIRA, 2000, p. 258). A representação de quem possa ser morador ou não tende a ser incorporada pelos funcionários, como compareceu no relato de Karen. A importância das aparências na sociedade contemporânea, amplamente constatada por diferentes pesquisadores, é assim reafirmada.

O esforço para delimitar as posições de cada um dentro desses espaços residenciais fechados está associado ao processo de constituição de uma classe média que deseja “desfrutar” de um estilo de vida distintivo que intensifica, sobretudo, conflitos já existentes nos espaços externos aos muros, elaborando regras internas que legitimam, ao mesmo tempo em que escondem sob uma cortina de fumaça, esses conflitos que são inerentes à cidade, uma vez que: “o urbano poderia ser definido como lugar da expressão dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio, onde se estabelecem os signos da separação”, nos termos de Lefebvre (1999, p. 160).

Parece que você está dentro de um outro mundinho, parece que você não participa lá de fora, é essa sensação, passou a cancela, parece que você entrou no mundo da vida real, do cotidiano, da correria, aqui fica tudo meio que num isolamento, silêncio, em outro ritmo. (Ana, educadora física, 49 anos, Damha V, São José do Rio Preto)

Eu acredito que, assim, da parte de dentro dos muros, existe uma fiscalização mais veemente, porque tem seguranças, tem câmeras, o muro para mim significa segurança, pro lado de dentro. Pro lado de fora, não sei o que acontece. Então acho que é isso, o muro significa segurança, não o muro físico em si, mas o conjunto de coisas lá dentro, porque você veja, todas as casas têm muros nas ruas, e mesmo assim minha mãe não se sentia segura, entendeu? É pelo sistema lá dentro. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Diante do exposto, evidencia-se que a segurança valorizada pelos entrevistados equivale, em grande medida, às estratégias de vigilância em relação aos empregados e aqueles que acreditam que podem romper uma “ordem interna” estabelecida, regida pelas regras e sistemas de controle.

Nesse sentido, muros e sistemas de vigilância ratificam essas lógicas, porque não são apenas barreiras materiais e conjuntos técnicos, mas expressão e condição de novos valores de representações da cidade que orientam práticas espaciais, por meio da reprodução da ideia de segurança, em oposição à cidade, identificada como violenta ou perigosa (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 301).

Porém, apesar de haver uma tendência de esses empreendimentos serem espaços homogêneos de moradia, independentemente da cidade em que são instalados, as evidências empíricas nos revelam elementos que necessitam ser analisados, sobretudo porque o espaço urbano e as relações sociais já existentes não são neutros, para compreender a lógica e a dinâmica que se dá nesses espaços residenciais fechados, as quais são igualmente importantes avaliar em seus papéis na geração de padrões socioespaciais (GOTTDIENER, 2010, p. 66).

2.4 Diferenças e semelhanças entre as estratégias de distinção: o espaço urbano de uma cidade média e de uma cidade média nos limiares

As diversas intensidades de delimitações das posições dos diferentes sujeitos sociais, sobretudo entre moradores e empregados, no interior dos espaços residenciais fechados de Catanduva e São José do Rio Preto, também possui uma relação com a configuração espacial de cada cidade e com suas lógicas de produção do espaço urbano.

Embora não seja pertinente desconsiderar a existência de combinações das maneiras de morar nas cidades médias, que caracterizam espacialmente as diferentes formas que o processo de segregação assume no espaço urbano, constatamos que, em

Catanduva, uma cidade média nos limiares, ou seja, com menor nível de complexidade interna, essas combinações são mais significativas para compreender o papel que esses empreendimentos fechados de moradia exercem no contexto intraurbano e as implicações das estratégias de distinção, tanto nos espaços internos quanto externos aos muros.

Nas cidades médias nos limiares, a velocidade da obsolescência de alguns modos de morar é menos acelerada em relação a uma cidade média, principalmente nos casos de Catanduva e São José do Rio Preto, como demonstra a presença de edifícios de alto padrão nas áreas centrais e pericentrais e de casas em bairros “abertos” destinados majoritariamente para os segmentos de renda mais elevada, inclusive com preços mais altos dos imóveis em relação ao Residencial Acapulco, em Catanduva. Estes continuam a ser valorizados pelos entrevistados dessa cidade, em maior proporção, quando comparado aos entrevistados de São José do Rio Preto, em relação aos imóveis em bairros abertos, que são cada vez mais desvalorizados, em função da valorização crescente dos imóveis comercializados nos espaços residenciais fechados.

Quando comparamos as cidades médias com espaços metropolitanos, os menores preços da terra urbana - combinados à maior disponibilidade de áreas loteáveis e os custos de vida e de construção comparativamente menores - facilitam o acesso a esse tipo de produto imobiliário para a classe média, conforme demonstrado nas pesquisas de Sposito (2004 e 2006) e Sobarzo (2006). Essa lógica também se aplica, ainda que em menor proporção, às cidades médias nos limiares, uma vez que o ritmo de implantação por parte do setor imobiliário e, por conseguinte, do consumo desses *habitats* é menos acelerado em relação às cidades médias. Assim, a produção do espaço ocorre, em geral, não por causa apenas dos processos econômicos, mas sobretudo por causa de uma articulação conjunta Estado-setor imobiliário, que forma a vanguarda das transformações espaciais, como evidencia Gottdiener (2010, p. 241).

Nestas últimas, o impacto gerado pela implantação de espaços residenciais fechados, sobretudo em função do tamanho do mercado consumidor, acarreta um processo mais acelerado de obsolescência das formas de morar (e consumir) que predominaram no modelo centro-periferia, quando a segregação possuía outra lógica de produção do espaço urbano, ainda que as combinações com outros usos e práticas não tenham deixado de existir.

Se, por um lado, o acirramento de posições entre os diferentes sujeitos sociais é mais evidente no contexto dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto -

indicando mecanismos que se diferenciam -, por outro lado, há aqueles que se assemelham no contexto das duas cidades investigadas, norteados por lógicas semelhantes que regem as estratégias de distinções e controle inerentes a esses empreendimentos e ao estilo de vida distintivo almejado pelos moradores, independente do espaço urbano no qual são produzidos.

O registro de informações sobre dias e horários de entrada e saída dos trabalhadores, um completo “relatório do empregado”¹⁰⁴ que é feito em cada portaria, demarcando o tempo em que é permitida sua permanência nos espaços internos, é uma das estratégias comum a todos os espaços residenciais fechados pesquisados nas duas cidades, embora existam diferenças entre os empreendimentos.

O relato de Carlos sobre a ronda dos seguranças no período noturno evidencia um controle mais rígido no Recanto Real, que também foi mencionado por entrevistados do Damha IV e Village Damha I. De motocicleta, os funcionários “responsáveis” pela segurança percorrem as vias e, nesse período, por não haver controle (olhares) dos próprios moradores, eles portam um equipamento que os obriga a registrar-se em intervalos programados¹⁰⁵, como comprovação de que estão trabalhando.

A busca por distinção social e convivência, ainda que individualizante, entre seus pares, são dimensões relevantes nas escolhas desses espaços fechados para moradia, de maneira mais evidente entre os entrevistados de São José do Rio Preto, em relação ao Residencial Acapulco, de Catanduva. As estratégias de controle dos empregados e funcionários são um desdobramento das relações econômicas nas condições e posições dos sujeitos sociais, portanto, esses mecanismos estruturam, sobretudo, as relações simbólicas entre esses sujeitos (BOURDIEU, 2007, p. 25).

Ao mesmo tempo em que há esse acirramento dos mecanismos de controle sobre os *outros* nos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, reforçamos sua radicalização nos empreendimentos do Grupo Damha¹⁰⁶ e no Residencial Quinta do

¹⁰⁴ “Eles têm um controle e o controle de todos os pedreiros que entram e saem e de todos os funcionários. Então, se você tem um funcionário e, no final do mês, você quer um relatório da entrada e saída, você tem o relatório desse empregado” (Regina, funcionária pública, 41 anos, Catanduva).

¹⁰⁵ Esse controle integra um conjunto de normas e regras que permeiam a relações socioespaciais entre moradores e não moradores no interior desses espaços residenciais fechados. Esse tipo de controle também foi verificado nas pesquisas de Dal Pozzo (2014) e Sposito e Góes (2013), o que reforça nosso argumento de que essas normas reproduzem lógicas semelhantes, independentemente da cidade onde estão localizados. Esses aspectos comuns também decorrem do consumo de equipamentos e sistemas de segurança, ou seja, há um mercado em expansão, que atua em diferentes cidades e têm nos espaços residenciais fechados alguns de seus principais clientes.

¹⁰⁶ Assim também verificado nas pesquisas de Sposito e Góes (2013, p. 238), foi nos espaços residenciais fechados implantados pelo Grupo Damha que se depararam com práticas discriminatórias mais patentes.

Golfe, o que é valorizado pelos moradores, mas envolve conflitos, uma vez que as posições hierárquicas entre os sujeitos nem sempre podem ser tão bem demarcadas.

[Em que horários os guardas fazem a ronda?]

Só de noite, de dia eles ficam também, mas nem é por questão de segurança, acho que é por causa de pedreiro, assim... *Aí* tem as câmeras que foram colocadas também, e eles ficam atentos. Outro dia fui de bicicleta numa obra minha, depois das sete da noite, eles viram a bicicleta e acharam que era pedreiro que tinha ficado *né*, a hora que eu saí [*da obra*], tinha três guardinhas na porta, eles ficaram olhando, um chamou o outro e não tinha coragem de entrar *pra* ver. Eu ouvi uns barulhos, saí *lá* fora, tinha os três, que se assustaram, “não, eu sou moradora, a obra é minha, eu só vim deixar uns recados para os pedreiros”, “mas você mora onde?”, eles ficaram perguntando “o que essa menina *tá* fazendo na obra uma hora dessa?” (Amanda, 26 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

[E como são as regras do condomínio em relação aos empregados diários?]

A minha (*empregada*) tem a carteirinha, funcionário que vem toda semana tem carteirinha, então ela nem interfona quando ela chega, ela passa na portaria de serviços, passa a carteirinha. Em todos os Damhas, tem as entradas se serviço e entrada social, quando eu vou ver minhas obras, eu entro pela entrada de serviços. Meu tio morava no seis [*Damha VI*], e eu era arquiteta dele, e às vezes eu esquecia e entrava na [*portaria*] social e eles ficavam bravos, porque tinha que entrar pela de serviço. (Amanda, 26 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

A referência a determinado espaço, como ocorre na fala de Amanda, quando comenta que “em todos os Damhas tem as entradas se serviço e entrada social”, ultrapassa a simples forma de indicar a localização da regra, evidenciando que ela pode ser um recurso que sinaliza várias formas de distinção socioespacial. Assim como ocorreu com alguns entrevistados dos Residenciais Gaivota e Recanto do Lago, localizados próximos aos empreendimentos do Grupo Damha (Figura 5), que, antes de informar o nome do espaço residencial fechado em que moravam, já ressaltam a informação, “fica próximo dos Damhas”.

Esse aspecto revela uma maneira de valorização, a partir de uma carga simbólica de distinção, existente entre os entrevistados. Além de demonstrar uma consciência, no âmbito da “cultura de consumo” (FEATHERSTONE, 1995, p. 123), de que existe uma comunicação por meio do espaço onde mora e onde ele se localiza na cidade, expressam um conjunto de elementos que serão interpretados e classificados em termos de

presença ou ausência de gosto, distanciamento das classes populares e aproximação do estilo de vida da elite.

O poder simbólico do Grupo Damha e, de maneira mais recente, do Residencial Quinta do Golfe se consolida a partir da produção de subjetividades comercializadas pelo mercado imobiliário, cuja eficácia e alcance se confirmam quando são reproduzidas pelos entrevistados de São José do Rio Preto. Em uma cidade com número elevado de espaços residenciais fechados, apenas morar em um deles não é distinção suficiente, é necessário ainda indicar em qual deles.

As ações do Grupo Encalso Damha precisam ser levadas em conta quando se busca compreender o processo de urbanização na área leste de São José do Rio Preto, que se iniciou após a implantação do Parque Residencial Damha I, em 1996, seguido do Residencial Jardins, Residencial Márcia, Residencial Damha IV, Residencial Damha V e Residencial Damha VI, implantados pelo grupo Encalso, e os espaços residenciais fechados de outras incorporadoras, sendo: Recanto do Lago, Residencial Vista Alegre, Village Rio Sena, Residencial Gaivota I e Residencial Gaivota II.

A intensificação da produção desses empreendimentos voltados aos segmentos de alto e médio poder aquisitivo evidenciam interesses fundiários e imobiliários de maximização dos lucros e promovem uma aceleração da expansão territorial urbana nas áreas periféricas da cidade, do ponto de vista geográfico, bem como engendram lógicas de produção do espaço urbano que o tornam cada vez mais segmentado e complexo. Assim se produz tanto um processo de reestruturação da cidade, caracterizado por novas lógicas locacionais segundo os interesses de valorização imobiliária dos agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1995), quanto uma segmentação das práticas de sociabilidade e das representações sociais¹⁰⁷.

Nesse sentido, a incorporadora teve participação direta na produção de nove espaços residenciais fechados, sendo seis deles dos segmentos Damhas e outros três

¹⁰⁷ As quais são compreendidas à luz da Teoria das Representações Sociais, segundo as concepções de Sandra Jovchelovitch, no âmbito da Psicologia Social com interfaces com as Ciências Sociais, cuja principal contradição presente em suas análises é a relação indivíduo-sociedade e como esta relação se constrói (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 63). A partir dessa perspectiva, entendemos as representações sociais como “saberes sociais construídos em relação a um objeto social, que elas ajudam a formar,..., ou seja, [como] a vida pública dá origem a representações que se tornam, elas mesmas, constitutivas do objeto que originariamente as formou” (JOVCHELOVITCH, 1995, p.33-34), enquanto um fenômeno mediador entre o indivíduo e a sociedade. Combinado a isso, a dimensão espacial se insere. Por sua vez, a atividade psíquica, a qual é desdobrada pela autora, envolve uma mediação entre o sujeito e objeto-mundo, em que este último reaparece sob forma de representações, recriado pelo sujeito, que, por outro lado, é ele mesmo também recriado pela sua própria relação com o mundo (p. 77), não estando o sujeito nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la (p. 78).

Villages Damhas, que, como já comentado, consiste em empreendimentos que se diferenciam pelos preços dos lotes, alguns atributos físicos internos, localização e, por conseguinte, são diferentes também em relação ao poder de produzir subjetividades.

O conjunto dos empreendimentos Damha, em São José do Rio Preto, localiza-se ao sul da Rodovia Assis Chateaubriand, a leste do terceiro lago artificial da Represa Municipal¹⁰⁸, cujo acesso é feito pela Avenida Miguel Damha. O conjunto dos Villages Damha se localiza ao norte da Rodovia Assis Chateaubriand, conforme mostra o mapa da Figura 6.

De acordo com algumas narrativas, este primeiro conjunto de empreendimentos¹⁰⁹ exerce uma concorrência em relação aos localizados na área sul da cidade (também de alto e médio padrão). Os empreendimentos, sobretudo do segmento Damha, caracterizam-se por um conjunto de aspectos objetivos e subjetivos que os consolidam como “referências” aos demais. Essa influência também se estende para a escala interurbana, conforme indicaram alguns relatos dos moradores do Residencial Acapulco, de Catanduva, que utilizaram os empreendimentos Damhas de São José do Rio Preto, para exemplificar o estilo de vida ideal no interior de espaços residenciais fechados, o que discutiremos mais adiante.

Já no contexto de Catanduva, o primeiro empreendimento do Grupo Damha está em fase de consolidação¹¹⁰. As ações diferenciadas desse agente produtor do espaço urbano, entre as duas cidades pesquisadas, mostram que, apesar de movidos por lógicas semelhantes de produção do espaço voltadas à reprodução do capital, as intensidades dos ritmos de investimentos se diferenciam de maneira mais presente e impactante proporcionalmente ao mercado consumidor desses novos *habitats* e a capacidade de sua absorção, em São José do Rio Preto, onde é evidente um ritmo mais acelerado nessa produção, em comparação a Catanduva.

¹⁰⁸ Segundo Dal Pazzo (2014), a represa municipal, construída ainda na década de 1950, foi submetida a um plano de paisagismo e “revitalização” no final da década de 1980, a partir do qual foram “construídos” três lagos. O maior deles, o Lago III, é contíguo ao Residencial Damha I e ao Residencial Damha II.

¹⁰⁹ Os quais são diferenciados por suas maiores dimensões e por possuírem mais atributos físicos nos espaços internos em relação ao segundo conjunto, o que, combinado ao *marketing* que promoveu a venda desses espaços, produz, de maneira significativa, subjetividades e representações sociais que os distingue dos demais.

¹¹⁰ Lançado em agosto de 2008, mas com venda de terrenos em 2013/2014.

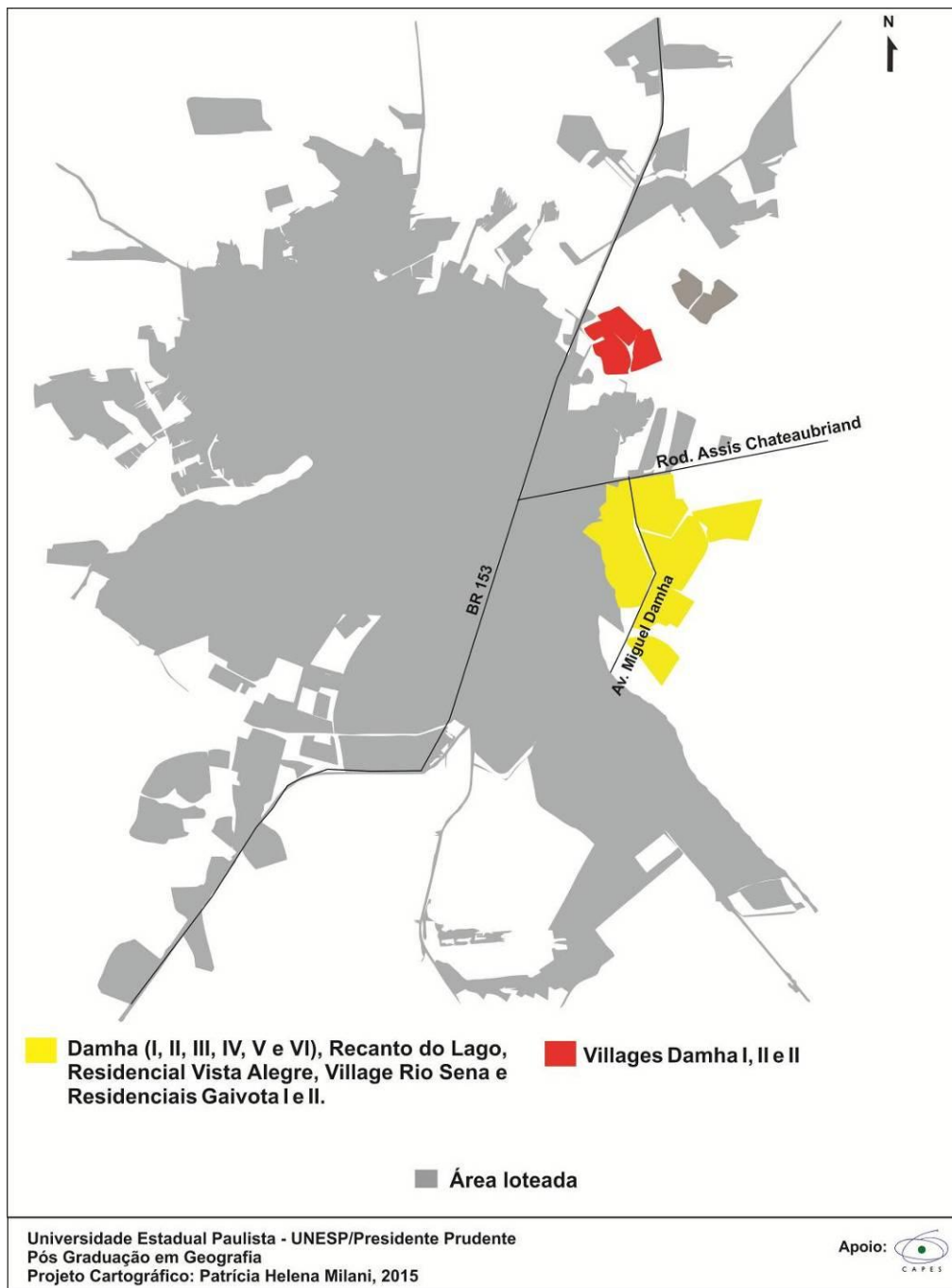


Figura 5: São José do Rio Preto. Localização dos empreendimentos na área leste da cidade.

As iniciativas do Grupo Damha têm sido fundamentais para estimular a realização de obras de paisagismo e implantação de infraestruturas de lazer públicas, como a pista de caminhada e ciclismo, combinada a um projeto de arborização e iluminação na área leste de São José do Rio Preto, como mostram as imagens da Figura 6.



Figura 6: São José do Rio Preto. Entorno dos espaços residenciais fechados do Grupo Damha. Fotos: Patrícia Helena Milani, fevereiro de 2014 e abril de 2016.

Num processo concomitante de valorização imobiliária dos empreendimentos. Nesse sentido, corroboramos a proposição de Gottdiener (2010, p. 235), segundo a qual as mudanças são um resultado dialético de fatores políticos, culturais e econômicos, que se manifestam através da linha de frente dos padrões de desenvolvimento imobiliário que congregam a intervenção do Estado, formas de acumulação de capital e a manipulação dos mercados de terra.

A concentração de poder econômico dos cidadãos que passam a ocupar essas áreas, combinada a esses produtos imobiliários, tem uma correlação com poder político, já que os agentes privados produtores do espaço urbano possuem um poder de influência sobre as ações públicas. Nos termos de Gottdiener (2010, 236), “os incentivos políticos e imobiliários pavimentam o caminho para esse aspecto particular da reestruturação espacial”. Ainda segundo o autor, necessidades econômicas e fenômenos socioespaciais não estão apenas relacionados dialeticamente, não estão ligados apenas por algum aspecto apriorístico da necessidade funcional ou da lógica de capital.

Essa área também é caracterizada pela instalação, com intensificação recente, de empreendimentos comerciais, tanto de capitais locais, como de franquias¹¹¹, destinados majoritariamente aos moradores desses espaços residenciais fechados. Esses estabelecimentos (Figura 7) tendem a se concentrar ao norte da Avenida Miguel Damha, bem como integram dois pequenos centros comerciais localizados na Avenida Silvio Della Roveri, com farmácia, padaria, sorveteria, salão de beleza, academia, entre outros.



Figura 7: São José do Rio Preto. Estabelecimentos comerciais ao entorno dos empreendimentos da área leste.

Fotos: Patrícia Helena Milani, abril de 2016.

Retomando as últimas narrativas dos entrevistados, o caso de Amanda, moradora do Residencial Damha IV, complexifica algumas relações que fogem ao domínio das regras. A entrevistada, que, nos horários comerciais, prestava um serviço para seu tio, morador do Damha VI, deveria entrar pela portaria de serviços, mas, em seguida, indagamos à Amanda o que ela faria se fosse visitar o tio em horário comercial. Após pensar sobre o assunto, ela respondeu que entraria pela portaria de visitantes, mas, ao responder, percebeu a incoerência da situação posta, embora, de certa maneira, ela já tivesse sido naturalizada.

Em uma perspectiva semelhante, porém com menos intensidade em relação aos empreendimentos do Grupo Damha, devido, sobretudo, a sua recente implantação, o Quinta do Golfe (área sul da cidade) exerce, como compareceu nas falas de alguns

¹¹¹ Franquias de alimentação, como McDonalds e Subway.

entrevistados de São José do Rio Preto, um poder simbólico que se relaciona a um estilo de vida valorizado por essa classe média, com elementos que consideram ainda mais exclusivos (e excludentes), estimados por alguns entrevistados e por Junior, morador entrevistado do Quinta do Golfe, como vias internas mais largas, maiores distâncias entre as casas, já que os lotes possuem um tamanho maior em relação aos demais residenciais pesquisados da cidade¹¹², um número mais elevado de funcionários da segurança, bem como um sistema mais rígido e amplo de vigilância, com câmeras em todas as vias internas.

Verificamos também, além da representação positiva dos empreendimentos e dos principais atributos que os caracterizam, uma valorização do entorno, tanto dos empreendimentos do Grupo Damha quanto do Quinta do Golfe, ou seja, os entrevistados elaboram uma representação positiva dessas áreas, que são de uso público, mas que apresentam características ligadas aos espaços fechados, como vigilância e o principal público frequentador, de maneira mais expressiva, constituído pelos moradores dos espaços residenciais fechados da área¹¹³.

Como exposto, na área frontal aos empreendimentos Damha, localiza-se a represa municipal, onde foi instalada (pelo poder público) a pista de caminhada e outros equipamentos voltados ao lazer e à prática de exercícios físicos, como mostram as imagens (Figura 6). Na área frontal ao Quinta do Golfe, há um lago com pista de caminhada, cujo entorno gramado foi valorizado por alguns entrevistados, moradores de outros empreendimentos, principalmente porque esses espaços externos mantêm elementos e lógicas que se assemelham aos dos espaços internos desse espaço residencial fechado, como evidenciam as narrativas de Ariane e Marcelo, moradores dos residenciais Las Palmas e Recanto do Lago, respectivamente.

Só pra correr eu utilizo um condomínio que abriu faz pouco tempo, que chama Quinta do Golfe, e tem uma praça muito legal e uma avenida junto com o condomínio que você pode acessar, qualquer pessoa pode, não precisa morar no condomínio. É uma avenida muito gostosa, tem a praça, um lago. Ou eu vou na represa, que é um lugar próprio pra correr, fazer exercícios e caminhar. (Ariane, 28 anos, dentista, Las Palmas, São José do Rio Preto)

¹¹² Ver Quadro 1.

¹¹³ Tal representação dos frequentadores dessas áreas públicas foi produzida pelos entrevistados, mas não chegou a ser confrontada com uma pesquisa empírica sobre os mesmos.

Muita gente faz atividade física ali, eu gosto, porque gosto de ver gente, porque ali não tem baderna, bagunça, é monitorado pelos guardas municipais ali, então quem vai lá, vai para exercício mesmo, bater papo, vai para isso mesmo, então acaba não chocando, choca quando mistura. Por exemplo, se forem lá para escutar música e tomar cerveja, aí choca, porque o pessoal tá caminhando, então não tem isso lá, é puramente para isso. Ali vai muitas academias, os *personal* das academias levam os alunos, se você passar lá, pode reparar que tem vários grupos, tem turmas grandes de ciclistas, de quarenta, cinquenta ciclistas que vai, é um lugar bem agradável, extremamente bem iluminado, **bem vigiado, tem muita segurança lá, a região é muito nobre, então há uma preocupação muito grande com isso, a cobrança é grande ali.** (Grifo nosso. Marcelo, 41 anos, engenheiro, Recanto do Lago, São José do Rio Preto)

Conforme verificado mais adiante, por mais que não haja estreitamento das relações de vizinhança, a maioria dos entrevistados, sobretudo de Catanduva, e com menor expressividade no caso de São José do Rio Preto, valoriza um suposto “conhecimento” entre moradores. No contexto do residencial Quinta do Golfe, esse interesse é ainda menos significativo, na medida em que há uma valorização das maiores distâncias entre as casas, portanto, entre os moradores, elemento que comparece mais de uma vez ao longo da entrevista com Junior.

A despeito das evidências de que há intensidades diferentes das medidas de controle, entre os espaços residenciais fechados da pesquisa, elas são prioritariamente dirigidas a empregadas domésticas, jardineiros, demais prestadores de serviço, pedreiros e seus ajudantes. Em relação a esses últimos, foi verificada uma preocupação maior dos moradores nos residenciais mais novos, em que o número de casas em construções ainda é grande, principalmente no Residencial Acapulco, Damha IV e Village Damha I, nos quais há lotes a venda e obras em andamento.

De ponto negativo, eu acho que, por enquanto, são as construções, aqui é muito legal, mas *tá* tendo muita construção, então é muito pó, é a única coisa. Eu *tô* com uma construção do lado, minha casa *tá* todinha fechada. Mas isso, eu acho que faz parte, a vizinha sofreu com a minha também, quando eu construí. (Sandra, 53 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Apesar da prática de fechar as janelas e portas da casa, também movida por uma relação de desconfiança com os trabalhadores, que aparece de forma subjacente na fala de Sandra sob o alibi da sujeira, verificamos que as relações discriminatórias no

Residencial Acapulco são menos patentes quando comparadas aos espaços residenciais fechados pesquisados de São José do Rio Preto.

Estes últimos possuem um número maior de equipamentos (inclusive de lazer), que caracterizam os espaços internos, o que, por conseguinte, resulta na produção de regras relacionadas aos seus usos, uma vez que, como valorizado em diversas falas, são de uso exclusivo dos moradores e convidados. Se não fosse assim, consideram que haveria degradação da imagem do restaurante, academia e pista de caminhada, o que aumentaria a possibilidade do encontro entre os diferentes (patrões e empregados), contradizendo o proposto pelo estilo de vida distintivo que valorizam, substanciado por práticas de negação à diferença, valorização de espaços exclusivos e demarcação das posições hierárquicas de cada sujeito, especialmente entre moradores e trabalhadores. Outra particularidade embutida nesse último aspecto é o maior número de famílias residentes nos espaços fechados de São José do Rio Preto, em relação ao Residencial Acapulco, o que implica também um número maior de empregados que adentram todos os dias.

No âmbito da estabilidade que alguns entrevistados almejam, também ligada à segurança que valorizam, evidencia-se em Catanduva, conforme indicado pelas mudanças nas relações de vizinhança, maior contentamento com essas relações. Mesmo que sejam baseadas sobretudo nas aparências, elas permitem um “controle” dos espaços internos aos muros pela “visibilidade dos corpos” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 243), pelo fato de “conhecerem” os moradores e grande parte dos trabalhadores que adentram cotidianamente, conforme explicitado adiante. O que se evidencia no contexto dos entrevistados de São José do Rio Preto são reforços voltados aos controles sobre os trabalhadores e visitantes, que poderiam garantir a estabilidade almejada, mas, como isso se faz por meio dos sistemas de segurança e regras destinadas a eles, acabam por acirrar conflitos cotidianos.

Algumas permanências que perpassam as relações de vizinhança foram observadas no contexto do Residencial Acapulco¹¹⁴, as quais caracterizam relações de cidades médias nos limiares, de maneira mais significativa do que verificado nos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, enquanto cidade média, com maior nível de complexidade intra e interurbana. A combinação entre a permanência

¹¹⁴ Neste momento, para favorecer uma comparação entre os aspectos elencados entre uma cidade média e uma cidade média nos limiares, não levamos em conta os conflitos de vizinhança, que não deixaram de existir, mesmo sob a permanência de alguns valores no Residencial Acapulco, de Catanduva.

desse valores entre alguns entrevistados e o menor tamanho do Residencial Acapulco possibilita maior conhecimento – mesmo que aparente entre os moradores -, gerando um “controle próprio”, que funciona de maneira complementar aos sistemas de segurança, no interior desse espaço residencial fechado. Tal aspecto foi pouco evidente na vivência cotidiana nos espaços internos entre os entrevistados de São José do Rio Preto, nos quais predominam as pressões sobre a administração e os funcionários da segurança para que assumam a responsabilidade pela manutenção da segurança e da “ordem” interna.

Sem perder de vista que, nos diferentes espaços residenciais fechados das duas cidades da investigação, a rigidez varia no controle de acesso de não residentes, e mesmo havendo “brechas” nesses controles, reiteramos que o foco maior é sempre nos trabalhadores, como tendência geral nas cidades.

Apesar dessa diferença entre a rigidez dos controles, o caráter difuso da violência, presente na maioria das narrativas entre os entrevistados de Catanduva e São José do Rio Preto, assim como verificado nas pesquisas de Sposito e Góes (2013) e Magrini (2013) também em cidades não metropolitanas, reafirma o papel da mídia como produtora de parte significativa dessas representações sobre a violência, que contribui para uma incorporação, por parte dos entrevistados, da insegurança advinda dos fatos ocorridos na metrópole.

Ainda que muitos dos relatos de violência se relacionem aos noticiários, há alguns de suas próprias experiências, porém vivenciados em outras cidades, como, por exemplo, Vivian, que morava em São Paulo; Marcelo em Goiânia; e Carlos em Belém, os quais fazem uma transposição espaço-temporal da experiência vivida em cidades metropolitanas.

Nunca fui assaltado, minha esposa já foi assaltada umas oito ou dez vezes, já foi sequestrada duas vezes, com faca, lá em Belém. Eu convivo com isso porque eu ligo, eu assisto dois, três jornais por dia, televisivos, então assusta a gente, não quer dizer que o Brasil é Rio Preto, não quer dizer que é São Paulo, mas eu morei em cidades violentas pelo Brasil, eu morei, trabalhava na Força Aérea, então eu nunca fui vítima, mas eu vejo isso, eu sinto isso, num país, num estado, numa cidade que acontece. Eu tive a oportunidade de ir para outros países, aqui em Rio Preto eu *to* melhor que em Belém, Belém é uma insegurança absurda, aqui tem segurança, você vai pra outros países, você sente mais segurança ainda. Você sente que é um pouco do nosso país isso, você assiste, eu tava assistindo uma vez jornal no Canadá, eu praticamente achei ridículo, a polícia fazendo uma abordagem na casa de um cara suspeito, apertando a campainha, falei,

no Brasil já entra rasgando a porta, você sabe que é bandido, lá aperta a campainha com a mão na arma assim, eu falei: que isso? Essa violência nossa não tem que achar que é da vida, isso é do Brasil, é de outros países piores, mas existem muitos países melhores, mas muito. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Num planeta aberto à livre circulação de capital e mercadorias (BAUMAN, 2007a, p. 12), o que acontece em determinado lugar tem um peso sobre as pessoas que vivem em diferentes lugares, inclusive naqueles que esperam ou supõem viver. Não há mais a condição de pleno encaixe entre tempo e espaço, como nas formas de vidas “tradicionais”¹¹⁵, no atual período histórico, podendo haver um descompasso entre as duas dimensões. O que compõe o local não é mais somente um conjunto de forças locais. Por mais que vivamos em um lugar situado geograficamente, o nosso tempo é influenciado por vetores mundiais e algumas determinações da vida local são oriundas de uma escala mais ampla (WERLEN, 2000). Desse modo, segundo Giddens (1991, p. 15), constituem-se as descontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais, nas quais espaço e tempo coincidiam amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social eram dominadas por atividades localizadas, marcadas pela “presença” (GIDDENS, 1991, p. 27).

As articulações de escalas que permeiam algumas narrativas como a de Carlos envolvem aspectos subjetivos relacionados a mudanças globais¹¹⁶, às quais os sujeitos estão cada vez mais conectados.

Além da influência exercida pelos noticiários em relação às representações acerca da violência, comparecem nas narrativas fatos ocorridos com familiares e amigos, sendo reproduzidos para justificar a escolha pelo espaço residencial fechado e valorizar a segurança interna. Porém, assim como acontece com outras questões da pesquisa, as contradições se evidenciam, haja vista as narrativas de Júnior, morador do espaço residencial Quinta do Golfe, que deixa explícito o uso da segurança como um álibi, a partir do segundo trecho citado em seguida, que confirmou a opção da família pelo Quinta do Golfe por uma questão econômica e pelo empreendimento se distinguir, por seus atributos físicos e simbólicos, em relação aos outros da cidade. Sua narrativa reafirma ainda uma presentificação verificada no contexto da investigação no que se

¹¹⁵ Consideramos a tradição, nos termos de Giddens (1991, p. 44), a qual é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes.

¹¹⁶ Em condições de modernidade, nos termos de Giddens (1991, p. 83), uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana.

refere, sobretudo, à negação da hipótese, assim como afirmado pela maioria dos entrevistados, de morar fora dos espaços residenciais fechados, em bairros “abertos”.

Meus pais escolheram por segurança, é um lugar muito tranquilo, tem os vigias, a portaria vinte e quatro horas. Teve uma época da vida deles que eles viajavam muito, então se sentiam mal de deixar a casa fechada e, quando chegar, encontrar alguma coisa que não queriam, ou melhor, não encontrar o que queriam [risos]. Eu lembro que nós moramos, quando eu era criança, minha mãe contava história direto de amigas que havia sido assaltada e isso foi motivando a gente a mudar. Nessa época éramos pequenos, eu e minha irmã, meus pais optaram pelo Green Park [condomínio fechado vertical] porque tinha uma área de lazer grande, quadras, segurança, lazer [...], acho que isso motivou eles a **sempre continuar em condomínio**. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Acho que foi mais um investimento econômico mesmo, porque a gente estava querendo mudar de casa, vimos alguns condomínios para ir e lá foi o lugar que financeiramente era viável, viável no sentido que iria ter mais retorno ao longo do tempo, numa valorização. A gente sabia que queria algum condomínio, só estava querendo escolher qual, a segurança lá nos chamou atenção, **mas o fator definitivo foi o financeiro, com certeza** [...]. (Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Embora algumas determinações da vida cotidiana sejam deliberadas em escalas mais amplas, não podemos desconsiderar as relações que essas determinações possuem com a realidade espaço-temporal de cada cidade, combinadas às práticas, experiências vividas por cada sujeito e suas representações sociais, que tanto reforçam como particularizam certas determinações, uma vez que as representações sociais não apenas surgem através de mediações socioespaciais, mas tornam-se, elas próprias, uma forma de mediação social¹¹⁷ (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 81). O resultado não é necessariamente um conjunto generalizado de mudanças atuando numa direção uniforme, mas consiste em tendências (GIDDENS, 1991, p. 72).

Algumas narrativas, sobretudo entre os entrevistados de Catanduva, são exemplares dessa relação entre as determinações advindas de escalas mais amplas e a experiência vivida. A passagem que segue reforça a “tranquilidade” como característica mais veemente de uma cidade média nos limiares, já que esse elemento não compareceu entre os entrevistados de São José do Rio Preto.

¹¹⁷ Consideramos na investigação que muitas práticas espaciais são uma materialização da produção simbólica dos sujeitos sociais e concreticidade das representações sociais na vida social (Jovchelovitch, 1995, p. 81).

Não foi a busca por segurança que me motivou, nunca ocorreu nada comigo, e eu morava em apartamento também, e minha mãe sempre morou no centro quando a gente era solteira e nunca aconteceu nada, graças a Deus, **eu acho que Catanduva é mais tranquilo...** (Grifo nosso. Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

Entre os entrevistados de São José do Rio Preto, conforme discutiremos mais adiante, a tendência de separação entre os diferentes segmentos socioeconômicos se estende para além do morar, de forma mais significativa, se comparada à Catanduva. As práticas de consumo, substanciadas pela maior oferta de serviços especializados destinados aos segmentos médio e alto, que se concentram na área sul e leste de São José do Rio Preto, combinadas ao maior mercado consumidor em relação à Catanduva, alimentam um processo marcado pela evitação dos espaços frequentados pelos segmentos populares, como o centro tradicional, o que se diferencia do contexto de Catanduva.

Esse aspecto exerce influência nas representações que os entrevistados elaboram das cidades e de seus diferentes espaços. Os entrevistados de São José do Rio Preto fazem de maneira mais evidente uma hierarquização espacial, sejam eles de consumo ou de moradia, e retroalimentam uma segmentação combinada às práticas espaciais, que reforçam uma separação física e simbólica entre essas diversas áreas da cidade.

Isso é menos evidente entre os entrevistados de Catanduva, onde ainda não se observa uma polarização entre duas áreas da cidade¹¹⁸ (norte e sul, como em São José do Rio Preto), sendo a frequência e o uso do centro tradicional, entre os entrevistados, como espaço de consumo dos diferentes segmentos socioeconômicos, uma importante característica das práticas espaciais de consumo nesse contexto de produção de representações e hierarquizações dos espaços da cidade. Isso resulta em ritmos menos acentuados de implementação de estratégias de distinção na escala intraurbana, quando comparado a São José do Rio Preto, e leva-nos a compreender o processo de fragmentação socioespacial em Catanduva, a partir das práticas espaciais desses sujeitos que articulam escalas, no âmbito da rede urbana, como discutiremos adiante.

Outro aspecto é o poder simbólico que exercem sobre os demais de São José do Rio Preto¹¹⁹, de maneira mais evidente, os empreendimentos do Grupo Damha e o

¹¹⁸ Processo também verificado nas cidades de Ribeirão Preto e Presidente Prudente, segundo pesquisa de Dal Pozzo (2014).

¹¹⁹ Mais recente, o empreendimento Quinta do Golfe exerce um poder simbólico entre alguns entrevistados, como revelou a narrativa de Carlos, porém, os itens mais valorizados não foram os de

residencial Quinta do Golfe, embora este último ainda com menos expressividade¹²⁰ nas narrativas, em relação ao primeiro. Os empreendimentos do Grupo Damha e o Quinta do Golfe possuem os mais rígidos e discriminatórios sistemas de segurança, principalmente se comparados aos implementados em residenciais mais antigos da cidade. Tendem a ser referência para alguns empreendimentos, tanto para as incorporadoras quanto para moradores/consumidores desses *habitats* fechados, que pressionam a administração por mais rigidez nesses sistemas. Isso se verifica de maneira mais evidente em São José do Rio Preto, que de fato possui em seu espaço urbano outros empreendimentos, nos quais os aparatos de segurança desempenham um importante papel nas estratégias de distinção, evidenciando ritmos mais acelerados desse acirramento em relação ao espaço residencial fechado pesquisado em Catanduva.

Essa combinação de elementos objetivos e simbólicos caracteriza as diferenças, no âmbito dos sistemas de segurança e das estratégias de distinção socioespacial, entre os empreendimentos pesquisados em uma cidade média e uma cidade média nos limiares, cuja complexidade do espaço intraurbano é menor. A intensidade com que se produzem esses espaços residenciais fechados e o êxito por eles alcançado em cada cidade, maior em São José do Rio Preto, gera diferenças pertinentes para se compreender o cotidiano dos moradores e as mudanças nas práticas em relação aos diferentes espaços da cidade e, portanto, da sua produção, delineando relações de evitação a alguns e permanência em relação a outros.

No que tange as tendências, tanto em Catanduva quanto em São José do Rio Preto, o estilo de vida distintivo em constituição visa, por um lado, ao afastamento socioespacial em relação às classes populares e, por outro, a uma aproximação da elite, engendrando um sistema de diferenças em que o espaço desempenha papel estratégico, uma vez que seus atributos físicos, além de produzir subjetividades, definem as escalas das comparações e estratégias de diferenciação. Estas, por sua vez, integram um

segurança, mas atributos que retroalimentam fortes estratégias de distinção social, como grandes lotes, campo de golfe, luxuoso centro de convivência, entre outros.

¹²⁰ Embora os empreendimentos do Grupo Damha sejam caracterizados por elementos menos exclusivos em relação à Quinta do Golfe, como tamanho e preços dos lotes, sistemas de segurança e suntuosidade das instalações arquitetônicas, inferimos que os primeiros são mais citados pelos entrevistados por serem equivalentes aos que moram, ou seja, estarem - ainda que um reserve particularidades em relação ao outro - em um nível hierárquico semelhante, tanto do ponto de vista econômico quanto simbólico, o que favorece as comparações. Isso não acontece em relação à Quinta do Golfe, a qual possui elementos com custos mais altos e é representada pelos entrevistados que a citaram como o empreendimento do mais “alto nível” da cidade até agora. Assim, o empreendimento é mais citado como um “sonho de consumo” do que utilizado nas falas para delinear comparações, o também reforça a caracterização da classe média pesquisada, que almeja, mas não tem acesso, a todos os produtos consumidos pela elite, nesse caso, de moradia.

movimento de simultaneidade que, ao serem produzidas, produzem espaços de distinção.

Capítulo 3. ENTRE *FRONTEIRAS E PONTES*: PRÁTICAS ESPACIAIS DOS MORADORES DE ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS

Partimos da premissa de que os muros podem ser concebidos não apenas como limites físicos, mas também como barreiras simbólicas que separam o interior e o exterior dos espaços residenciais fechados no âmbito das práticas e das relações socioespaciais cotidianas. Novos significados que modificam as práticas dos moradores podem ser elaborados, envolvendo relações contraditórias entre dentro e fora, antes e depois, mudança e permanência, espaço e tempo, expressando não somente um novo modo de morar na cidade, mas o estabelecimento de formas particulares de relações com o espaço exterior.

Essas mudanças, inclusive de significado, podem reforçar práticas e elaborar representações sociais voltadas à construção de um estilo de vida distintivo próprio desses espaços residenciais fechados. Embora esse assunto tenha sido discutido no Capítulo 2, ele será retomado neste capítulo devido a sua importância no contexto da investigação, com desdobramentos e novos aspectos relevantes para a construção da tese.

Sposito e Góes (2013, p. 232), ao definir os sentidos que os muros assumem na cidade contemporânea, partem da crítica à concepção de Sabatini e Brain (2008), para os quais os muros dos espaços residenciais não evidenciam uma intensificação do processo de segregação socioespacial, mas assumem o papel de amenizá-lo, uma vez que essas urbanizações fechadas impulsionam grupos médios e altos a morarem em áreas populares, nas periferias.

Considerando o conceito empregado na pesquisa de segregação socioespacial, entendido sempre como um processo, adotamos o pressuposto de que a opção por residir em espaços residenciais fechados pelos sujeitos entrevistados é a sua forma mais proeminente. Isso fica mais evidente quando comparado às formas como tal processo se expressa pela lógica centro-periferia¹²¹, de maneira que os sujeitos sociais dessa classe média residiam majoritariamente no entorno do centro tradicional, em apartamentos, conforme explicitado ao longo da pesquisa.

No processo atual, a separação espacial é radicalizada por muros e sistemas de segurança, que impedem a livre circulação dos diferentes sujeitos sociais no espaço

¹²¹ É importante não perder de vista que a lógica centro-periferia não desapareceu, mas não é mais suficiente para explicar o processo atual de segregação socioespacial que se tornou mais complexo.

urbano. O fato de os segmentos de médio e alto poder aquisitivo ocuparem a periferia das cidades evidencia uma mudança de conteúdo do par centro-periferia, que estruturou a cidade durante todo o século XX. Pensar nesse fato como uma aproximação entre os diferentes segmentos socioeconômicos, segundo a proposta de Sabatini e Brain (2008, p. 9), seria simplificar e naturalizar um processo social de acirramento da separação espacial entre eles.

Por considerarmos as dimensões objetiva e simbólica da segregação, assim como Sposito e Góes (2013, p. 234), confirmamos a importância do simbolismo exercido pelos muros. Porém, ainda propomos um desdobramento a partir das propostas das autoras, que enfatiza a presença e a valorização dos muros e seus complementos associados à tranquilidade e a segurança. Se, por um lado, os signos do urbano são os signos que permitem a reunião, como a rua e a praça (LEFEBVRE, 1999, p. 111), por outro, os signos que representam e são valorizados nas narrativas de nossos entrevistados acerca dos espaços residenciais fechados são aqueles que fortalecem a distinção e separação da cidade, embora não desconsiderem as relações que mantêm com ela.

Nessa interpretação, levamos em conta a proposição de Lindón (2006, p.387) de que as práticas e os espaços onde se realizam diferem substancialmente quando ocorrem dentro ou fora de um lugar. Entendemos que os muros expressam mais que um processo de privatização da cidade, evidenciando mudanças nas relações socioespaciais dos moradores desses espaços residenciais fechados, que diferenciam os espaços interiores dos exteriores.

Conforme já foi mencionado, os entrevistados em Catanduva foram os moradores do Residencial Acapulco e, em São José do Rio Preto, moradores dos residenciais Damha IV e V, Gaivota I, Las Palmas, Recanto do Lago, Recanto Real e Village Damha I e Quinta do Golfe.

Por apreendermos as práticas espaciais através da linguagem, compreendemos essa comunicação como uma versão interpretada do vivido, isso porque a experiência, ao ser comunicada, é moldada pelas palavras. As palavras sempre vão omitir alguns aspectos e ressaltar outros, de maneira que a versão contada não é idêntica à vivida. A versão contada carrega valores e perspectivas de quem está narrando. Simultaneamente, os sujeitos constroem os significados das experiências vividas, que também podem ser construídos na e a partir da narração, possibilitando o estabelecimento de *fronteiras e pontes*.

Os termos *fronteiras* e *pontes* são utilizados no texto com sentidos metafóricos, uma vez que concebemos as falas também como uma instância móvel em matéria de demarcação e/ou ampliação¹²². A *fronteira* é entendida como limite que coloca em evidência continuidades e descontinuidades manifestadas no processo de produção do espaço (SERPA, 2013, p. 178); ela mesma é um espaço que provoca uma dicotomia entre o que está dentro e o que está fora, desempenhando papel tanto objetivo quanto simbólico nesse contexto.

As respostas dos entrevistados que mais subsidiaram este capítulo e o seguinte foram aquelas referentes a atividades cotidianas, quando questionamos sobre as práticas espaciais, especialmente no que se referem às suas alterações após a mudança para o espaço residencial fechado. A partir desses questionamentos, eles espacializaram (dentro e fora) e temporalizaram suas respostas (antes e depois), pois falaram sobre as práticas internas no espaço residencial fechado, mas também fora dele, em movimentos contraditórios, nos quais as narrativas ora reforçam, ora anulam a presença dos muros, conformando imaginações geográficas do espaço que são antagônicas (MASSEY, 2008, p. 132). As continuidades e descontinuidades permeiam as falas, tanto no que diz respeito à dimensão espacial quanto à temporal, em uma relação de entrelaçamento entre as duas. Assim se reafirma que a “vida é tanto espacial quanto temporal” (MASSEY, 2008, p. 56), já que são dimensões co-implicadas, em que uma não se reduz à outra.

As narrativas dos entrevistados contêm alguma diversidade de práticas espaciais e relações sociais que caracterizam, acima de tudo, a complexidade do processo de segregação socioespacial, quando levamos em conta a escala do cotidiano¹²³ dos sujeitos. Estes nos deram respostas diferentes para os mesmos questionamentos, uma vez que as dimensões dos planos da vida cotidiana que relacionam são diferentes¹²⁴. É válido também atentar para as marcas que os sujeitos imprimem às suas interpretações e às suas existências. De acordo com nossa interpretação, isso ocorre sobretudo porque as experiências espaciais vividas se diferenciam.

¹²² Para essa compreensão, apoiamo-nos em Certeau (1994).

¹²³ Apesar de nossa atenção para essa escala, não descuidamos das articulações inter-escalares, procurando evitar os perigos reducionistas de uma resposta única e linear às questões propostas desde o projeto de pesquisa.

¹²⁴ Mesmo porque os sujeitos sociais são em si mesmos entrecruzamentos de relações às quais estão ligados, quer pelos significados já dados a estas relações e que os constituem enquanto pessoas sociais, quer pelos significados que eles agenciam e narram (KOFES, 2001, p. 25).

As formas linguísticas, as expressões usadas, conferem particularidade ao multiforme que é a vida cotidiana. As palavras escolhidas imobilizam o vivido, assim, quando interpretamos fragmentos de linguagem, é possível captarmos momentos da vida social, apreender um instante dentro do fluxo (LINDÓN, 2007), considerando o movimento que a caracteriza. Essa multiplicidade do espacial é uma pré-condição para o temporal, e as multiplicidades das duas dimensões juntas apontam para uma condição de abertura para o futuro (MASSEY, 2008, p. 135). Se, por um lado, em um processo de *devir*, o espaço, seja dentro ou fora dos muros, é uma construção cotidiana, por outro, a pesquisa evidencia mais uma tendência à presentificação do que uma abertura ao *devir* espacial, haja vista que, ao falarem de planos e projetos, os sujeitos entrevistados concebem o futuro aprisionado ao presente, o que é uma característica dessa classe média que tem mais interesse nas permanências do que nas mudanças da realidade. Por mais que alguns sujeitos expressem insatisfação e mencionem propostas de mudança, são pontuais e apenas reformistas, sobretudo alterações nos espaços em que vivem, cada vez mais privados, de acesso restrito. Essa classe social tem interesse na manutenção efetiva da sociedade com os elementos que a caracterizam no período atual.

Nos trechos de entrevistas citados mais abaixo, as informações entre colchetes foram inseridas em algumas falas, em especial na fala de Lucas, quando a linguagem não verbal era muito importante para compreender as respostas. Em algumas situações, elas próprias respondiam a questão, uma vez que os encontros com sujeitos, no momento da entrevista, são instâncias comunicativas nas quais se mobiliza tanto a linguagem verbal quanto a não verbal (LINDÓN, 2012), quando uma alimenta a outra, até mesmo reafirmando o dito. Isso ocorreu, por exemplo, em uma situação em que um morador estava descrevendo a boa relação que tinha com seu vizinho, quando o vizinho passou pela via e se cumprimentaram com as mãos¹²⁵; depois, o morador retomou a entrevista, referindo-se aos gestos entre eles, como justificativa do que estava relatando.

Nem todos responderam sobre a rotina associando-a com trabalho, mas todos associaram as rotinas diárias com os deslocamentos pela cidade, seja casa/trabalho/escola dos filhos ou casa/espços de consumo. Conforme introduzido no Capítulo 1, essa multiplicidade de respostas dada para um mesmo questionamento é o que denominamos polifonia (LINDÓN, 2005, p.5), aspecto que vai se consolidando ao

¹²⁵ A entrevista estava sendo realizada na varanda defronte a casa de Carlos, morador do Residencial Recanto Real, de São José do Rio Preto.

longo da pesquisa, a partir da multiplicidade de direcionamentos que caracteriza as respostas, embora existam tendências.

Ainda que consideremos a construção discursiva de um *nós*, pautada numa distinção entre aqueles que moram nos espaços internos, e os *outros*, nas narrativas, emerge uma multiplicidade de *nós*, que também influencia nas práticas cotidianas que produzem o espaço (MASSEY, 2008, p. 219) para além de sua materialidade. A polifonia se relaciona com o “espaço vivido” (LEFEBVRE, 2006), às diversas experiências espaço-temporais de cada sujeito entrevistado, ainda que estejam inseridas na dinâmica urbana e se alinhem às tendências identificáveis. Essas tendências perpassam as falas e se relacionam com a dimensão do “espaço concebido” (LEFEBVRE, 2006).

Partindo da crítica que Lindón faz em relação a alguns estudos sobre o movimento residência/trabalho, entendemos, no âmbito da Geografia Urbana, que esses percursos fazem parte de um movimento que integra a dinâmica da cidade, mas, sobretudo, integra a vida cotidiana dos sujeitos sociais de forma tão relevante que compareceram fortemente nas respostas, ganhando maior relevância quando vistos para além do deslocamento em um espaço/tempo cartesiano (LINDÓN, 2006), com os sentidos que atribuímos a eles, que nem sempre são coletivos e variam entre os sujeitos sociais.

Nas suas falas, os sujeitos particularizam tais práticas, descrevem sua rotina segundo seus deslocamentos em relação às compras de supermercado, para atividades laborais; fazem também uma relação com os deslocamentos entre casa, trabalho e escola dos filhos; outros narraram suas rotinas, segundo as atividades repetitivas, como horários marcados, que são realizadas durante os cinco dias “úteis” da semana, o que evidencia uma separação entre as atividades de lazer e a rotina (ligada ao trabalho), uma vez que nenhum morador detalhou sobre o lazer em resposta a esse questionamento.

A partir dos depoimentos dos entrevistados, foi possível identificar as *fronteiras* e as *pontes* que delineiam em suas práticas espaciais cotidianas entre os espaços internos e externos dos muros, e nesse processo reafirmam práticas e representações sociais que substanciam o estilo de vida distintivo almejado por eles. Os muros e os aparatos de segurança não foram citados na maioria das narrativas quando descreveram suas atividades cotidianas, que incluem, de forma inerente, entrar e sair todos os dias do espaço residencial fechado e, por conseguinte, passar pelo sistema de segurança e pelas formas de identificação, que variam entre os empreendimentos pesquisados.

Por meio da fala, os limites físicos tornaram-se *pontes*, possibilitando a passagem para espaços exteriores aos muros, como bem revela a fala de Letícia, que, ao valorizar em diversos momentos a localização do residencial em que mora¹²⁶, Recanto Real (Figura 2, página 35) em relação aos seus lugares de frequência¹²⁷, constrói uma *ponte*: “depois do almoço, saio pela portaria de serviços aqui, pego por cima e num instantinho”... Esse trecho da narrativa de Letícia evidencia que a portaria de serviços desempenha papel de *fronteira* apenas para os trabalhadores, que nela precisam identificar-se diariamente.

Eu tenho uma empresa, trabalho fora, meu marido trabalha com construção, a minha filha estuda aqui na escolinha que a gente já até colocou ela numa escolinha aqui pertinho, do lado, então fica meio na mão, fica mais fácil. Nós voltamos almoçar todo dia em casa, fica tranquilo, devido ao fato da localização do condomínio, como estou te falando, porque, se fosse lá do outro lado da cidade, provavelmente eu não viria almoçar em casa, até ir e voltar, a gente perde muito tempo, aqui não, aqui estou próxima. Inclusive depois do almoço saio pela portaria de serviços aqui e pego por cima [*apontando com a mão*], é num *instantinho*... Eu trabalho com revenda de roupa e às vezes eu vou para fábrica, às vezes eu vou para as lojas, no Rio Preto Shopping e no Iguatemi, então aqui ficou tudo meio que na mão para mim, por isso a escolha por esse ponto mesmo. (Letícia, 50 anos, empresária, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Nem sempre os muros têm os mesmos significados e eles mudam de acordo com as práticas espaciais às quais são relacionados. Nesse sentido, a narrativa de Marta (e as seguintes citadas), moradora do Residencial Acapulco (Catanduva), exemplifica as rotinas referenciadas a partir dos deslocamentos e horários de trabalho da escola dos filhos, mas, em nenhum momento nas descrições, assim como os demais¹²⁸, mencionaram muros, portaria, distância em relação à mesma e sua influência nos movimentos e atividades do dia a dia, embora a ênfase no uso do carro também esteja a eles relacionada, mas não exclusivamente.

¹²⁶ Letícia valoriza a localização do Recanto Real principalmente em relação aos espaços residenciais fechados localizados na área leste da cidade, os quais a moradora considera “longe”.

¹²⁷ Apesar das diferentes ligações com diversos objetivos da vida particular, a prática cotidiana do deslocamento não se restringe aos limites dos muros e nem poderia, uma vez que lá não há estabelecimentos comerciais, escolas, serviços, enfim, o que evidencia as particularidades de nossa realidade de pesquisa em relação aos estudos sobre as metrópoles, como realizados por Caldeira (2000), por exemplo.

¹²⁸ Exceto Letícia, que falou sobre a portaria de serviços, como uma “linha” de passagem que, para ela, demarca os espaço interiores dos exteriores dos muros, sem tornar-se “fronteira”.

Minha rotina não mudou nada, porque a escola é até mais perto em relação de onde eu morava, porque eles estudam no Colégio. (Marta, empresária, 38 anos, Acapulco, Catanduva)

Lucas, assim como o marido de Marta, ambos moradores do Residencial Acapulco, e, em poucas ocasiões, o marido de Débora, moradora do Residencial Village Damha I (São José do Rio Preto), não retornam à casa para almoçar, mesmo afirmando que as distâncias são curtas e o acesso é fácil¹²⁹, o que não acontece com a maioria das moradoras entrevistadas, que retornam para casa no horário do almoço todos os dias, depois da escola dos filhos.

Em relação a esse aspecto, poucas alterações foram descritas, tanto entre os entrevistados de São José do Rio Preto, quanto de Catanduva, a partir da mudança para o espaço residencial fechado, devido, sobretudo, à mobilidade garantida por carros individuais e ao fato de as distâncias nas cidades não metropolitanas serem percorridas em menores intervalos de tempo. Por conseguinte, os entrevistados possuem, tanto em relação ao contexto metropolitano quanto de maneira singular, entre as duas cidades, representações sociais diferentes de espaço-tempo. As diferenças espaciais entre as conformações dos espaços urbanos de cada cidade têm influência direta nas diferenças temporais e, portanto, na maneira como se vive nessas cidades, o que se expressa também no movimento simultâneo em que o espaço urbano é produzido.

O Residencial Acapulco está localizado na periferia de Catanduva (Figura 4), resultando em um relativo aumento das distâncias nos trajetos diários dos entrevistados, principalmente quando comparado à localização dos apartamentos na área central de Catanduva, nos quais, com a exceção de Célia e Sandra, todos moravam anteriormente.

Quando percorremos o trajeto entre a área central de Catanduva e o Residencial Acapulco, não vemos rupturas do ponto de vista da morfologia urbana, porém, constatamos um intervalo temporal que não integrava os trajetos cotidianos de Lucas e de sua família. Assim, identificamos variações de tempo e espaço nos percursos entre as áreas centrais de cada cidade em relação aos espaços residenciais fechados pesquisados, o que nos possibilitou comparações discutidas mais adiante.

¹²⁹ Mais uma vez, evidencia-se a relatividade do que os entrevistados consideram perto e longe, haja vista as diferentes distâncias (Mapa 3) entre as áreas centrais e o Village Damha I e o Residencial Acapulco, onde moram as entrevistadas.

Fazemos tudo de carro [se mostrou um pouco “desconfiado” com a pergunta e, quando eu insisti na mesma pergunta, ele respondeu novamente: “tudo de carro”. Percebendo que Lucas não estava à vontade para responder sobre essa questão, estava sentindo-se até incomodado, pois não entendia por que eu queria saber sobre um assunto que para ele é tão “banal”¹³⁰, comecei a falar sobre rotinas, sobre o tempo que algumas pessoas levam ao virem almoçar em casa, se isso acontecia na casa também, dinamizando o assunto, ao que Lucas respondeu:] Eu não almoço em casa por causa do meu serviço, mas minha mulher vem, porque aqui é tudo de fácil acesso, tanto para o centro, quanto para outro qualquer lugar da cidade, tem acesso rápido e fácil. Também tem o ônibus, se caso não quiser ... numa precisão. Mas é tudo de fácil acesso, daí ao centro é cinco minutos de carro, quer ir para um lugar da cidade, você pode pegar uma estrada aqui que desce aqui [apontando com a mão] e já pega outra avenida ali em baixo. (Lucas, 32 anos, comerciante, Acapulco, Catanduva)

Isso confirma que a cidade não se produz somente no sentido material, mas também pela vida social e simbólica: “a vida urbana se encontra imbricada com as formas espaciais” (LINDÓN, 2006, p. 19). Não podemos apreender nem a dimensão material do espaço, nem as construções simbólicas que integram a produção do espaço urbano, apenas com um “sobrevoo”, sem um mergulho mais profundo no plano dos sujeitos e de suas vivências cotidianas na cidade. Daí a opção pela escala do cotidiano, que possibilita uma aproximação entre os diferentes pontos de vista dos sujeitos sociais, entre as polifonias no conjunto das falas e das tendências que engendram, sem perder de vista a articulação entre escalas.

Para Célia, o Residencial Acapulco é um “pouco longe”¹³¹ dos lugares que frequenta, mas, em seu relato, quando o compara com as distâncias em relação às outras cidades, como São José do Rio Preto e São Paulo, considera que elas não são grandes, evidenciando tanto a relatividade das opiniões sobre perto e longe¹³², diretamente relacionadas à complexificação das relações entre espaço e tempo, quanto a importância das referências adotadas e a influência exercida, sobretudo por São José do Rio Preto, já que utiliza como exemplo os espaços residenciais fechados na área leste da cidade

¹³⁰ Compartilhamos com Lindón (2006) a ideia de que, nos estudos da vida cotidiana, questões aparentemente banais expressam dimensões da vida social que merecem uma análise, por isso, insistimos no assunto, mesmo mudando algumas palavras e expressões durante a entrevista.

¹³¹ É notável a alteração da visão que se tem da cidade e também do que é central, próximo ou longe, quando se mora em espaços residenciais fechados, que tendem a localizações mais afastadas dos centros tradicionais das cidades (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 122).

¹³² Proximidade ainda mais valorizada no contexto de Catanduva, sobretudo porque, nas áreas centrais, encontram-se as principais atividades de comércio e serviços, contexto que se diferencia de São José do Rio Preto.

(como o Damha IV e V), o que acaba também por aproximar as opiniões dos moradores das duas cidades pesquisadas.

Pra ir pra cidade, a gente já tem uma certa idade [*risos*], não dá para ir nem de bicicleta e nem de moto, tem que ser de carro e a pé é um pouco longe. Se fosse uma cidade mais fresca *né*, acho que dava até para caminhar, mas a gente usa carro, isso que eu acho ruim, qualquer coisa, tem que ir de carro. Nós almoçamos em casa, somos aposentados, mas quem trabalha talvez já fique por lá. Se bem que ainda aqui, eu falo longe, mas é perto se comparado com São Paulo, é super perto. Quando eu trabalhava em Rio Preto, eu tinha amigas que moravam no Damha e trabalhávamos na [*Rua*] José Munia, e às vezes não voltavam porque o horário era curto. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Célia ainda explicita uma prática de combinações de horários, retomada adiante, para ir à “cidade”, o que revela uma representação de descontinuidade do espaço residencial fechado em relação à cidade e ao que ela representa. Por sua vez, para Amanda, moradora do Damha IV, que atende seus clientes em canteiros de obras, São José do Rio Preto é uma cidade “muito grande”, por isso, organiza e divide os horários e dias da semana entre os deslocamentos pela cidade e o trabalho no escritório, que fica na própria residência¹³³.

Bom, hoje meu escritório ainda é em casa, eu comprei minha sala agora, mas é dois anos pra ficar pronta. Eu acordo, trabalho aqui em casa mesmo, ando de bicicleta ou aqui dentro. Não sei se você viu, aqui na frente tem uma pista, é bem movimentada de manhã e no final do dia, aí, ou eu acordo mais cedo, umas seis e meia e vou de manhã, ou eu deixo pra ir no final do dia. Aí geralmente eu trabalho o dia inteiro em casa, saio pra um compromisso ou outro, *tô* me organizando agora, um dia na semana eu saio pra atender clientes, intercalo tudo, fico doida na cidade.

Rio Preto é muito grande, se eu for atender um cliente ali, eu perco a tarde, então, de segunda, quarta, quinta e sexta, eu trabalho o dia inteiro em casa, aí terça é o dia de atender cliente, aí eu fico o dia inteiro na rua. Aí quando a semana *tá* muito puxada, tem muito cliente, eu abro a sexta também. (Amanda, 26 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

Apesar das polifonias que caracterizam as respostas em relação às distâncias, percursos e delimitações de *fronteiras* e *pontes* entre os moradores do Residencial Acapulco e dos oito espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, elas nos revelam semelhanças entre as duas cidades, sobretudo quando comparadas ao contexto

¹³³ Trata-se de caso excepcional, uma vez que costumam ser espaços exclusivos de moradia e lazer.

metropolitano¹³⁴. Mas, quando comparamos uma cidade média¹³⁵ e uma cidade média nos limiões, algumas diferenças se revelam.

Os entrevistados do Residencial Acapulco não alteraram seus lugares de frequência (restaurantes, escola dos filhos, lojas, supermercados...), após a mudança para o espaço residencial fechado, situado em uma área da cidade diferente daquela na qual residiam anteriormente. As mudanças relatadas relacionam-se aos dias e horários, mas não aos espaços, o que também compareceu em algumas narrativas dos entrevistados de São José do Rio Preto, evidenciando, ainda, uma fragmentação temporal do espaço, porém estes narraram mais que mudanças de horários.

O que identificamos em São José do Rio Preto, que se diferencia de Catanduva, foram, sobretudo, mudanças em relação aos espaços de consumo¹³⁶, uma vez que aqueles ligados à rotina de trabalho e à escola dos filhos continuam sendo os mesmos.

As distâncias não limitam os deslocamentos dos que possuem carros, mas podem condicioná-las, o que chega a ocorrer nas duas cidades, conforme revelam as falas de Amanda e Célia, moradoras dos residenciais Damha IV e Acapulco, respectivamente, pela combinação de dias e horários¹³⁷ para atender às necessidades nos espaços exteriores aos muros. Em uma condição similar de combinações de horários, Rubens, ao fim da entrevista, falou sobre sua tarefa de apanhar a filha na escola para ir almoçar em casa e do tempo de aproximadamente uma hora e meia que permanece no trabalho para esperar a garota¹³⁸.

¹³⁴ Para essa comparação, pautamo-nos principalmente em Caldeira (2000). As principais comparações da pesquisa não são das duas cidades da investigação em relação ao contexto metropolitano, mas sim de uma cidade média em relação a uma cidade média nos limiões, porém, conforme discutido no texto introdutório, pretendemos avançar na proposta de Caldeira (2000) acerca do conceito de “enclaves fortificados”, principalmente para identificar as especificidades das cidades não metropolitanas.

¹³⁵ Para reforçar algumas especificidades das cidades médias, no contexto da pesquisa, sem desconsiderar as particularidades de São José do Rio Preto, apoiamo-nos em Sposito e Góes (2013), cuja pesquisa teve como recorte espacial as cidades médias de Marília, Presidente Prudente e São Carlos, no Estado de São Paulo, conforme já mencionamos.

¹³⁶ Delineando conexões com alguns *shopping centers*, de que trataremos mais adiante.

¹³⁷ Esse aspecto foi ressaltado por Amanda como uma estratégia de economia, além de tempo, também de combustível do carro.

¹³⁸ “Olha, acho que é igual a noventa e nove dos brasileiros [risos], muito corrida, até para a criança é corrida, fazemos tudo de carro, eu tenho moto também, se não é de carro, é de moto, a pé de lá não dá pra fazer nada, sem chances. Eu deixo minha filha na escola, naquela correria de sempre, venho para o trabalho, minha esposa vai trabalhar, ou vai na academia, e depois vai trabalhar, eu faço a mesma coisa, à tarde vou pra academia, chego em casa umas oito, oito e meia da noite. Vou almoçar em casa, fico só o tempo do almoço em casa, eu tenho que voltar almoçar em casa porque eu tenho que levar minha filha, obrigatoriamente eu tenho que deixar ela na escola e levar ela pra casa, então não tem jeito de escapar disso daí” (Rubens, 42 anos, funcionário público, Catanduva).

Eu acho que aqui, apesar de ter muita coisa perto, ainda é... O que a gente é muito acostumado é de se programar pra sair de casa, porque lá era mais perto de tudo, então tipo “vamos no mercado?” “vamos”, aí voltava *pra* casa, “aí vamos num sei aonde? Depois vamos na costureira?”, aqui não, igual eu falei, tem esses serviços básicos, mas a prefeitura é no centro, banco não tem nenhum aqui perto. Então essas coisas a gente se programa, eu e meu pai, tipo, todo mundo tem carro aqui em casa, mas pra economizar gasolina, então já vai junto, “ah você vai lá perto, já vê isso pra mim”. A gente se programa *pra* sair de casa, porque é tão longe que... a gente já combina *pra* economizar gasolina. Isso foi o que mais mudou. (Amanda, 26 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

A gente tem que programar quando vai sair [*do condomínio*]. Sair para fazer isso, isso e isso, porque não dá pra você ir e voltar, ir e voltar, eu acho meio longinho. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Essas mudanças nas práticas cotidianas de deslocamento se evidenciaram também entre os entrevistados dos espaços residenciais fechados Damha V, Recanto do Lago e Village Damha I, de São José do Rio Preto, e entre os entrevistados do Residencial Acapulco. Porém, este último, conforme podemos verificar no mapa e considerando as diferenças estruturais entre os espaços urbanos¹³⁹, não está descontínuo da malha urbana, quando comparado aos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto. Contudo, por ser localizado em uma área periférica de Catanduva, os entrevistados produziram uma representação de descontinuidade espacial em relação à cidade, também relacionada aos menores intervalos espaço-temporais de deslocamento a que estão familiarizados, em relação aos entrevistados de São José do Rio Preto.

Essas características físicas nutrem a produção de representações desses espaços de moradia em descontinuidade em relação à cidade, como demonstra as falas de Amanda e Célia. Representações que modificam algumas práticas e produzem outras, gerando mudanças em relação ao antes e depois. Evidencia-se uma relação simultânea em que a representação do espaço descontínuo é produzida e reproduz práticas que a reforçam.

São representações que se confirmam mesmo entre os entrevistados dos Residenciais Las Palmas e Recanto Real, nos dias atuais, contíguos ao tecido urbano (conforme indica o mapa da Figura 2 – página 35) e mais bem servidos de meios de

¹³⁹ A distância do Residencial Acapulco ao centro tradicional de Catanduva é de aproximadamente dois quilômetros; por sua vez, a distância dos residenciais Village Damha I e Damha IV do centro tradicional de São José do Rio Preto é de aproximadamente nove quilômetros. Porém, os entrevistados de ambas as cidades não mencionaram qualquer problema de acesso aos pontos do território que desejam frequentar, devido ao uso do automóvel individual.

consumo em relação aos demais espaços residenciais pesquisados de São José do Rio Preto. Mesmo assim, as descontinuidades entre os espaços internos e externos aos muros se revelam, no plano simbólico, também para os quatro entrevistados, Carlos, Letícia, Maíra e Ariane, além de ser um aspecto permanente nos depoimentos dos entrevistados dos demais espaços residenciais fechados, localizados nas áreas periféricas.

Em outras narrativas, Letícia valoriza a proximidade física com espaços da cidade. Do seu ponto de vista, o Residencial Recanto Real, onde mora, oferece duas vantagens: “moramos em condomínio fechado e estamos próximos aos lugares que frequentamos na cidade”. Há uma valorização da “separação social” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 130) propiciada por esses novos *habitats* e da proximidade das áreas mais bem equipadas da cidade.

Se, na descrição dos deslocamentos diários, para os entrevistados, os muros significam pontos de passagem – *pontes* – que nem são citadas quando descrevem esses movimentos, a localização dos espaços residenciais fechados no tecido urbano adquire proeminência, seja para valorizar, como fazem os moradores do Recanto Real, ou para desvalorizar, como é o caso dos moradores do Damha IV, Damha V e Village Damha I, por exemplo, cujas distâncias das áreas centrais são maiores. Os trechos das narrativas, respectivamente, de Vivian e Ana, moradoras do Village Damha I e Damha V, são exemplares, “como onde eu moro é muito longe das coisas” e “porque eu acho muito longe”, de maneira que esse aspecto comparece no decorrer das entrevistas mais de uma vez.

A ausência de outras funções, além da residencial e de lazer, nos espaços residenciais fechados que pesquisamos tanto em Catanduva como em São José do Rio Preto é fator importante para explicar o sentido dos muros como *pontes*, construído nas falas dos entrevistados. Por um lado, eles não mencionam nem os muros, nem os sistemas de segurança, quando descrevem suas atividades cotidianas realizadas entre espaços internos e externos. Por outro lado, os muros acirram *fronteiras* físicas e simbólicas, quando as narrativas constroem limites que separam os espaços interiores dos exteriores de três modos: a) para delimitar um estilo de vida distintivo em construção dos espaços internos; b) para manter um controle sobre os trabalhadores que entram cotidianamente e c) para manter um distanciamento dos *outros*, sobretudo, dos

pobres e perigosos¹⁴⁰. Dessa maneira, as práticas cotidianas desses sujeitos atribuem e sobrepõem sentidos e significados (LINDÓN, 2006) atrelados ao imaginário e suas representações.

Alguns processos articulados com escalas mais amplas se evidenciam nesse sentido, em um movimento de simultaneidade (LEFEBVRE, 1991) que interfere nos valores e práticas espaciais desses sujeitos sociais. Mesmo que eles nunca se imponham completamente, produzem tendências. A busca por exclusividade, que implica uma separação – física e simbólica – entre os espaços internos e externos aos muros, a tendência à negação do encontro com a diferença e as imprevisibilidades da cidade são processos que permeiam as narrativas, tanto de Catanduva, quanto de São José do Rio Preto.

Na próxima seção, trataremos de novas evidências que possibilitam ampliar as análises acerca das descontinuidades espaço-temporais entre o antes e o depois dos entrevistados se mudarem para os espaços residenciais fechados e das tendências identificadas.

3.1 Fronteiras e descontinuidades: “tudo que a gente puder fazer para não sair daqui, a gente acha melhor”

A linguagem do cotidiano articula múltiplas vozes em cada narrativa. Quando alguém realiza certa prática, coloca em jogo uma forma socialmente compartilhada dentro de um mundo social que influencia tanto a forma de executar essa prática no espaço como de expressá-la (LINDÓN, 2012). Para alguns moradores que entrevistamos, o cotidiano não passou por alterações com a mudança para o espaço fechado, para outros, sim. Essas diferenças conformam a polifonia no conjunto das narrativas, sobretudo porque a elaboração de cada relato se relaciona com uma dimensão particular da vida cotidiana e os espaços a que se referem.

Alguns fatores influenciam as respostas, como, por exemplo, a idade, a atuação profissional, se possui filhos, a idade dos filhos, etc. Porém, também pode ocorrer uma naturalização das mudanças; assim, embora alguns sujeitos opinem que nada ou quase nada mudou, em outros momentos da entrevista, narram mudanças, algumas mais

¹⁴⁰ Verifica-se, nesse contexto, que os espaços podem tornar-se relevantes de maneiras diferentes para cada grupo social, podendo inclusive orientar oportunidades de acesso ou exclusão; na maioria das vezes, é através de constituições de espaços que se negociam relações de poder e de dominação (LÖW, 2013, p. 29).

valorizadas que outras. As famílias com crianças tendem a enfatizar mais as mudanças, sobretudo relacionadas a elas, em relação àquelas que não possuem.

Quando os sujeitos narram suas experiências espaçotemporais, tendem a exemplificar com algumas práticas e casos ocorridos, como Regina, que fala das novas relações de vizinhança, para comprovar uma suposta confiança¹⁴¹ conquistada. Ela contou que costuma deixar os filhos sob os cuidados de uma vizinha¹⁴², valorizando um sentido mais amplo de segurança¹⁴³, à qual os moradores atribuem a opção por um espaço residencial fechado.

[O que mudou, nessa rotina, quando mudaram para esse loteamento?]

Muda, muda bastante. Porque a gente que, como aqui, eu tenho duas crianças, às vezes, se eu quero ir ali comprar rapidinho alguma coisa, eu aviso a portaria, então eu sei que as crianças estão seguras aqui, no bairro aberto eu não faria jamais isso, levo junto. Então, às vezes de manhã aqui, se eu preciso sair rápido, do jeito que eles estão dormindo, eles ficam, e tem gente também que tem criança pequena e vai trabalhar, como a Dona Marisa que me avisa, “olha a Mi tá dormindo”. Então ela deixava a chave, eu ia lá, olhava até que a empregada não chegava. Isso tem demais aqui. Isso não tem mais em bairro aberto de jeito nenhum, é muito difícil. Aqui, quando as crianças decidem fazer a noite do pijama, então elas vão dez, onze horas com seu travesseiro na outra casa. Então isso, em bairro aberto, você não consegue, e se você sai, tem que levar, qualquer horário, tem que levar. (Regina, funcionária pública, 41 anos, Acapulco, Catanduva)

Para os que afirmaram haver mudanças cotidianas, diferentes dimensões são acionadas, escapando da linear relação entre cotidiano e rotina e indo além dos horários e trajetos ligados ao trabalho e ao estudo. Nesse contexto de mudanças, os entrevistados construíram mais *fronteiras* do que *pontes*, nos sentidos metafóricos dos termos. Falaram, sobretudo, de tranquilidade e lazer, como Célia, que destacou a caminhada que agora faz nas vias internas¹⁴⁴, sem considerar em sua narrativa os limites dos muros para

¹⁴¹ Compreendemos confiança como uma crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema (GIDDENS, 1991, p. 41).

¹⁴² Essas, entre outras práticas, são particularidades dos entrevistados no Residencial Acapulco (Catanduva), quando comparados aos entrevistados de São José do Rio Preto, conforme discutimos mais adiante nas relações de vizinhança.

¹⁴³ Evidenciando outras dimensões relacionadas à segurança para além daquela ligada ao crime, conforme desenvolvemos mais adiante.

¹⁴⁴ O Residencial Acapulco não possui pista de caminhada, mas Célia se diz à vontade para caminhar nas vias internas, reforçando uma representação negativa da rua enquanto espaço público e valorizando características internas, como a pouca movimentação de carros.

a atividade física e as mudanças no caráter da vida pública, na qual parte da sociedade se separa, por exclusividade residencial e distância espacial, de outros dotados de *status* socioeconômicos diferentes. Desse modo, o espaço social da vida pública da cidade se torna cada vez mais fragmentado (GOTTDIENER, 2010, p. 248).

Olha, eu acho que mudou para melhor, porque lá [*onde morava anteriormente*] eu tinha que sair pra ir caminhar num conjunto, aqui eu já caminho aqui mesmo e é gostoso, é bem arborizado, eu gosto de meditar, então lá embaixo tem umas árvores. Em relação às compras, tudo é feito na cidade, como era também, porque o Parque Iracema [*bairro em que morava*] não é uma região de comércio também, eu tinha que ir para o centro da cidade, então ficou a mesma coisa. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

As caminhadas exemplificam a transferência de práticas antes realizadas em espaços públicos¹⁴⁵ para espaços privados (interior do residencial) construídos como ambientes homogêneos, principalmente do ponto de vista socioeconômico. Nesse sentido, há tendencialmente uma diminuição da possibilidade das interações anônimas (Caldeira, 2000, p. 313), própria das ruas e parques, embora isso não queira dizer que deixaram de existir.

Em complemento a isso, a intensificação das “novas tecnologias de informação e comunicação/NTICs” (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 121), as quais propiciam uma ampliação das possibilidades de solucionar demandas sem sair de casa, também influenciam na transformação de práticas externas em internas. Embora essa mudança não seja exclusiva dos moradores de espaços residenciais fechados, ela reforça a constituição de *fronteiras* no âmbito da investigação. A fala de Selma é exemplar nesse sentido:

Antes, por exemplo, também não sei se foi com o tempo que foi mudando, mas antes a gente tinha a mania de pegar as contas e pagar tudo em banco, agora a gente paga tudo via internet, mas eu não sei se isso é pelo fato de eu estar mais distante [*das agências bancárias*] ou se é porque a gente foi mudando para isso. Tudo que a gente puder fazer para não sair daqui, a gente acha melhor, pelo fato de “ai vou pegar o carro, vou ir *lá*, até eu ir e voltar”, então tudo que a gente puder fazer aqui em casa, a gente faz. E aqui a gente tem também a academia, dentro do condomínio, tem o restaurante também, **então parece que a gente acaba se acomodando em ficar aqui dentro, se você não quer fazer academia e quer caminhar, a gente caminha**

¹⁴⁵ Célia afirmou que, antes de se mudar para o Residencial Acapulco, realizava a prática na “pista de caminhadas”, um espaço público localizado no entorno do Aeroporto de Catanduva, para o qual convergem cidadãos de diversas áreas da cidade.

aqui dentro do condomínio. (Grifo nosso. Selma, dona de casa, 42 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Alguns dos espaços residenciais fechados pesquisados possuem atributos que não são comuns a todos eles. Esse é o caso daqueles que possuem academia de ginástica e restaurante, por exemplo, como o Village Damha I e o Recanto Real, cujos moradores entrevistados afirmaram que praticamente não frequentam outro restaurante, tampouco outra academia, além da menção às aulas de futebol para as crianças no Village Damha I e de ginástica para os moradores do Residencial Gaivota I e do Damha IV. Dentre os espaços que deixaram de frequentar em função dessa transformação, figuram também os públicos. Se, por um lado, verificamos o intenso uso da academia e restaurante – entre os entrevistados dos residenciais que possuem esse serviço internamente – por outro, tivemos poucas evidências do estabelecimento de alguma sociabilidade a partir deles.

A despeito das transformações de práticas externas em internas, consideramos que ocorrem sobretudo ressignificações¹⁴⁶ de espaços e relações sociais no interior dos residenciais fechados; estas são de forma mais evidente entre os entrevistados dos Residenciais Village Damha I e Recanto Real, que tendem a reproduzir com maior frequência a (nova) realidade posta, de tendências instituídas (LINDÓN, 2012) em um processo de presentificação, do que a revelar mudanças.

Esse aspecto permite constatar que alguns atributos físicos dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto desencadeiam um processo mais intenso de interiorização e constituição de *fronteiras* em relação aos entrevistados do Residencial Acapulco de Catanduva, principalmente por este último não possuir nenhum atributo que seja incomum aos demais, ou seja, além dos espaços privados de uso coletivo, como *playground*, área de lazer e as próprias vias internas, o uso que predomina é apenas o residencial.

Maurício, morador do Residencial Acapulco, apontou mudanças em outra dimensão. Seu foco foram as práticas internas de sua casa, como o hábito de todos se sentarem à mesa para comer, instigando-nos a indagação: por que não faziam isso antes?

[...] no apartamento a gente comia praticamente todo dia fora, agora a gente tem o hábito de sentar todo dia à mesa para comer. Nós tínhamos só um animal no apartamento, agora nós temos dois. As

¹⁴⁶ De maneira semelhante, García e Peralta (2016) identificaram, no âmbito das “urbanizações multifamiliares fechadas” de Cali (Colômbia), a ordenação simbólica desses espaços e a reconfiguração de seus significados, através de experiências diretas e indiretas dos moradores entrevistados.

mudanças são significativas. (Maurício, 36 anos, advogado, Acapulco, Catanduva)

Em uma primeira interpretação que leva em conta o fato de essa prática estar se tornando um hábito, de acordo com seu comentário, isso se deve ao fato de tanto ele quanto sua família não saírem de casa para comer com a mesma frequência de quando moravam em apartamento no centro da cidade. Quando procuramos transpor essa relação linear de causa e efeito, apreendemos indícios, a partir da vida prática, de que o processo de interiorização aprofunda-se nos espaços residenciais fechados, chegando à dimensão da própria casa, aspecto também comum entre os entrevistados de São José do Rio Preto.

Os efeitos desse processo vão muito além dos muros dos espaços residenciais fechados, com projeção no âmbito da cidade, na qual os encontros com as diferenças estão diminuindo e sendo cada vez mais desqualificados, como reforça o depoimento de Karen, tanto do ponto de vista da quantidade quanto da qualidade, impulsionando uma “implosão da vida pública” (CALDEIRA, 2000).

Quando eu morava no apartamento, tinha uma praça bem perto, a Praça da Matriz, mas eu não gostava de ir, porque o Natan [*filho de Karen*] corria demais e também porque aqui no centro da cidade já está assim: você para o carro e, em cinco minutos, já vai alguém te pedir para olhar o carro. Ou então, você está passando, alguém vem te pedir alguma coisa, e com criança é complicado isso, então eu evitava sair com ele. Eu saía mais de carro, ia na minha mãe, ia no meu sogro, na casa da minha irmã. Eu evitava ir em praça, e aqui a gente mudou, meu filho, nossa, aproveita muito aqui, as crianças gostam demais. Ainda agora ele vai fazer cinco anos, eu ainda não deixo ele sozinho, mas de vez em quando meu marido *tá* jogando tênis na quadra lá em baixo, aí eu fico ali fora olhando. Além do que, aqui, os carros passam mais devagar, aí deixo ele mais livre. (Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

Mas a vida cotidiana se (re) produz tanto nas tendências homogeneizantes quanto na heterogeneidade do vivido, uma vez que não se pode desconsiderar que esse processo não é absoluto e varia entre os sujeitos sociais, que sobrepõem a tendência ao fechamento às práticas que se mantêm nos espaços públicos. Isso se percebe nas falas contrapostas que se referem às diversas experiências espaçotemporais e, por conseguinte, aos diferentes significados que os espaços internos e externos conformam para cada um, substanciando uma polifonia no conjunto de narrativas.

No que se refere às mudanças e às discontinuidades espaçotemporais entre o antes e o depois de se mudarem para o residencial, Vivian, moradora do Village Damha I, valorizou tanto a liberdade (sempre relativa e segmentada) dos filhos que saem sozinhos de casa, “lógico, dentro do condomínio”, como as relacionou com o aumento da necessidade e uso do carro, uma “prática estandardizada” (LINDÓN, 2012, p. 608) entre os entrevistados. Vivian se deu conta disso quando o filho, de quatro anos, disse que sentia falta de caminhar. Ela nos contou que, quando possível, vão caminhando até o restaurante do próprio condomínio, o que implica percorrer e frequentar espaços exclusivos para moradores e visitantes, onde os encontros acontecem entre seus “pares”, num caso exemplar de uma “apropriação limitada” (SOBARZO, 2006, p. 209), por se tratar de uma apropriação que não é realizada no espaço público, por conseguinte, não dá conta da diversidade da cidade, já que limita o convívio entre as diferenças que são próprias dela. Evidencia-se certa perda ou redução da experiência espacial na cidade, assim como verificado na pesquisa de García e Peralta (2016).

Quando morávamos em prédio, as crianças maiores pegavam o elevador sozinhas e desciam pro parquinho, e hoje eles saem de casa sozinhos, lógico, dentro do condomínio e naquela quadra [*em que moram*] porque são muito pequenos, mas eles andam sozinhos. Mas teve uma mudança, que meu filho de quatro anos comenta, eu acho muito engraçado, ele não quer andar de carro, aí, quando vamos sair, ele pergunta “é de carro?” A gente fala que é, ele fala que não quer ir de carro, quer ir a pé. Então começamos a perceber que a gente anda muito de carro, a gente pega o carro para tudo [*falou com ênfase*], isso é uma coisa que eu acho ruim em condomínio, qualquer coisa que tem que fazer, tem que pegar o carro, “acabou o leite”, tem que ir de carro para comprar um leite, e como onde eu moro é muito longe das coisas... Bom, tem um mercado no São Deucleciano, que é um bairro popular lá perto, mas entre ir lá e andar um pouco mais, às vezes eu ando pouco mais e vou para outro lugar. Então isso a gente achou que mudou, sim. Meu filho pede muito para ir a pé nos lugares. Às vezes a gente vai a pé até o restaurante do condomínio, é algo diferente, geralmente não se tem, então a gente vai a pé até lá e volta e, em casa, na minha rotina, por exemplo, claro que eu fazia muita coisa de carro, mas eu ia ao banco a pé, na padaria, na feira, farmácia. Às vezes meu marido ia trabalhar de metrô, então a gente andava mais a pé do que a gente anda aqui, aqui a gente anda muito de carro. (Vivian, professora universitária, 44 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Quando saem para espaços exteriores aos muros, onde as diferenças existem, o constante uso do carro não possibilita a observação de um espaço urbano diverso, já que tendem a ver só outros veículos (LINDÓN, 2006, p. 29). De diferentes maneiras, tanto dentro como fora do espaço residencial fechado, o isolamento é favorecido, reduzindo a

exposição ao meio cada vez mais representado como hostil que é, em última instância, todo espaço público.

A narrativa da moradora evidencia uma mudança inerente a esses espaços residenciais fechados, ainda que não decorrente apenas deles, bastante naturalizada pelos entrevistados, segundo a qual o carro passa a ser uma “segunda casa” (LINDÓN, 2006, p. 29). A própria localização desses espaços em relação aos espaços comerciais, de serviços etc., que permanecem concentrados nas áreas centrais das cidades¹⁴⁷, instituem a necessidade do carro. Mesmo quando vão aos estabelecimentos comerciais próximos, como também relatou Rosí, moradora do Village Damha I, onde costuma fazer compras de alimentos¹⁴⁸, utilizam o carro.

[O que mudou, nessa rotina, quando mudaram para esse loteamento?]

Mudou muito, eu praticamente não vou mais para a cidade, eu tenho tudo no bairro, não no condomínio, mas no bairro em que o condomínio se localiza. Mas dentro do condomínio, não faço nada, nem caminhada, que vou fazer na represa. Eu faço compras nas quitandinhas ali do bairro, mas vou de carro, mas dentro do condomínio, faço pouca coisa, não sei o nome de nenhum vizinho. (Rosí, professora universitária, 46 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Exceto o Residencial Las Palmas¹⁴⁹, de São José do Rio Preto, os demais possuem uma conformação arquitetônica produzida a partir da ideia do uso do carro, haja vista as grandes distâncias desde a portaria até as casas. Além disso, todas as portarias possuem entrada apenas para carros; exceto no caso da portaria de serviços dos empreendimentos de São José do Rio Preto, que são separadas das entradas dos moradores e visitantes.

Em um dos trabalhos de campo realizados em Catanduva, para entrevistar Sandra, caminhamos pelo lado de fora, desde o início dos muros do Residencial Acapulco até a sua entrada. Na portaria, passamos por uma calçada estreita, por onde

¹⁴⁷ Apesar desse quadro estar em rápido processo de mudança em São José do Rio Preto, com a abertura de diversos espaços comerciais e de serviços no entorno dos espaços residenciais fechados (assunto discutido mais adiante), o que diminui as distâncias entre a casa e alguns locais de frequência, o uso do carro não se altera, pelo contrário, é cada vez mais frequente e indispensável.

¹⁴⁸ No bairro São Deocleciano, em São José do Rio Preto, onde se localiza o Village Damha I, está em curso a instalação de empreendimentos comerciais de pequeno porte, principalmente destinados à venda de alimentos, como pequenos mercados e varejões.

¹⁴⁹ Consideramos o Residencial Las Palmas o menor dentre os pesquisados (com 42 casas), comparado aos demais (ver Quadro 1), onde as distâncias entre a portaria e as casas são menores.

entram também as empregadas domésticas, uma vez que o Residencial Acapulco não possui portaria separada para as empregados e prestadores de serviços que adentram caminhando¹⁵⁰, como evidenciam as imagens da Figura 8.



Figura 8: Catanduva. Imagem do entorno e portal de entrada do Residencial Acapulco. Fotos: Patrícia Helena Milani, janeiro de 2014.

Na portaria, fomos recebidos com uma expressão de surpresa e a pergunta do funcionário: “você vieram a pé?”. Isso evidencia a raridade da ocorrência do fato, tanto pela pergunta, quanto pela expressão facial, já que não são lugares para os quais as pessoas caminham ou pelos quais passam. Após nossa identificação, a ligação para a casa de Sandra e sua autorização é que pudemos entrar no Residencial Acapulco, sob o olhar de estranhamento do porteiro, que tende a reproduzir na prática os códigos de classificação de seus patrões (CALDEIRA, 2000, p. 258). Caminhamos até a casa de Sandra por aproximadamente dez minutos¹⁵¹, que também ficou intrigada com nossa chegada e cuja primeira expressão foi “não ouvi o carro chegando”.

Além de esses espaços serem conformados para o uso do carro e da naturalização/incorporação inexorável do seu uso pelos moradores entrevistados, o *status* social a ele associado também é um elemento importante. É nesse sentido que inicialmente apontamos que o uso inerente do carro pelos sujeitos entrevistados e todos os desencadeamentos que isso acarreta, sobretudo em relação a um alto grau de mobilidade. Isso, por um lado, reforça tanto mais um elemento que caracteriza o estilo de vida distintivo valorizado por eles quanto uma descontinuidade em suas práticas

¹⁵⁰ Aqueles que entram de carro, principalmente pedreiros, passam pela entrada de visitantes após as identificações.

¹⁵¹ Ressaltando que o Residencial Acapulco, com 265 lotes, é relativamente menor que alguns pesquisados em São José do Rio Preto, como o Residencial Gaivota I, com 686 terrenos (ver Quadro 1), em que as distâncias entre a portaria e as casas, exceto as localizadas próximas à entrada, são ainda maiores.

espaciais em relação a alguns espaços da cidade e, por outro, a conformação de continuidades em relação à outros espaços, sobretudo com os *shopping centers*.

A partir dessa relação entre o espaço de moradia e os outros locais que frequentam, esses sujeitos organizam seus espaços e tempos, sendo o carro um objeto “meio” para a efetivação dos deslocamentos cotidianos. No período contemporâneo, há uma diversificação e ampliação da vida privada (PROST, 1992, p. 76), que não se limita ao âmbito doméstico, incorporando também os meios de sair dele, especialmente o automóvel, que conquista e “estrutura” as cidades brasileiras, impõe sua lei ao cotidiano e contribui fortemente para consolidá-lo.

Enquanto meio de transporte, o carro é uma porção de sua existência social, mas tem dupla realidade, sensível e simbólica, prática e imaginária. O carro também é símbolo de posição social e de prestígio. Nele, alguns traços têm significado de conforto, poder, prestígio e velocidade. Ao uso prático, sobrepõem-se o consumo dos signos, o discurso a seu respeito se alimenta de retórica e envolve o imaginário (LEFEBVRE, 1991, p. 112-13), o que tem particular importância no caso brasileiro.

Os bens são duplicados pelas distinções simbólicas na maneira de usufruí-los, por meio do consumo simbólico, ou ostentatório, que privilegia tanto a maneira quanto a forma da ação do objeto em detrimento de sua função¹⁵² (BOURDIEU, 2007, p. 16), agregando-se ao processo de produção de subjetividades, que se pode encontrar em todos os níveis da produção e do consumo (GUATTARI, 1986, p. 16). O uso do carro também é mais um elemento, consideradas suas dimensões material e, sobretudo, simbólica, que alimenta a constituição de um *habitus* (BOURDIEU, 2007) dessa classe social; em outras palavras, a constituição do estilo de vida distintivo que valorizam e constroem.

No âmbito do espaço público, o uso do carro surte efeitos especialmente nas ruas, que, aos poucos, perdem o sentido original, tornando-se até mesmo “endoidecedoras”, nas palavras de Sennett (1998, p. 28). Porém, entendemos que as ruas onde prevalece a circulação de automóveis não se tornam sem sentido, mas assumem outro sentido, mais esvaziado de vida pública e mais caóticas, o que serve de justificativa para estratégias de evitação a algumas delas, principalmente pelo demasiado trânsito, uma vez que a “tecnologia da movimentação moderna substitui o

¹⁵² Bourdieu (2007, p.16) dá o exemplo de um carro caro que anda depressa demais, porém, não tem espaço interno, sendo, antes de qualquer coisa, um símbolo.

fato de estar na rua por um desejo de eliminar as coerções da geografia” (SENNETT, 1998, p. 28).

De maneira similar ao que fizemos no Residencial Acapulco, realizamos uma experiência durante trabalho de campo no Village Damha I, em São José do Rio Preto, porém, saímos caminhando do residencial após a entrevista, até o final dos muros, pelo lado externo, conforme mostram as imagens na Figura 9. Depois, ainda esperamos um ônibus por aproximadamente quarenta minutos, sob o olhar de estranhamento do porteiro e, após sua sugestão, chamamos um táxi devido aos poucos horários de transportes coletivos naquela área da cidade, uma vez que os passageiros diários são, em sua maioria, as empregadas domésticas dos residenciais. A fala do funcionário e nossa experiência evidenciam as condições de mobilidade a que estão submetidos os que trabalham nesses espaços quando dependem do transporte coletivo, além do seu uso como forma de controle por parte dos patrões, uma vez que as possibilidades de deixar o trabalho são condicionadas pelos horários dos ônibus¹⁵³. A narrativa de Ana, moradora do Residencial Damha V, em relação à sua empregada, que veio até a sala nesse momento da entrevista, é exemplar nesse sentido.

Ela mora no Bairro Vetorasso, ela vem de ônibus [nesse momento Ana chama a empregada para a sala onde estávamos para confirmar o nome do bairro] e olha, a Cláudia adorou também quando nós viemos para cá, ficou fácil para ela [em tom de brincadeira]. Imagina, ficou muito longe, muito mais difícil de chegar. (Ana, educadora física, 49 anos, Damha V, São José do Rio Preto)

A partir das imagens e observações de campo, podemos considerar algumas características do espaço externo dos residenciais fechados que se repetiram ao longo das pesquisas de campo¹⁵⁴ e que confirmam, dentre outros aspectos, a necessidade do uso do carro e o fato de serem voltados para o interior e não para a rua. O entorno é destinado para a circulação dos moradores e visitantes, o que se expressa, por um lado, na desconsideração em relação ao uso desses espaços (externos) por pedestres e pelos trabalhadores que usam o ponto de ônibus, por exemplo, cuja imagem demonstra a ausência de uma cobertura e bancos de espera, sendo sinalizado apenas com uma placa,

¹⁵³ Isso também foi observado por Sposito e Góes, especialmente nos empreendimentos do Grupo Damha, em São Carlos (2013, p. 238).

¹⁵⁴ A exceção foi o caso do Residencial Recanto Real, contíguo à malha urbana consolidada de São José do Rio Preto, em que alguns aspectos não se repetem, devido principalmente à sua localização em um eixo – Av. Juscelino Kubtscheck - que interliga áreas comerciais, com intensa movimentação. Nesse aspecto, há semelhança com o Residencial Las Palmas.

bem como a ausência de árvores que impossibilitam um conforto térmico. Por outro lado, a boa infraestrutura de iluminação e pavimentação das ruas indicam os investimentos públicos nessas áreas destinadas aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, confirmando que a ação do Estado no processo de valorização dessas áreas faz-se de forma bastante efetiva.



Figura 9: São José do Rio Preto. Residencial Village Damha I, portal de entrada e ponto de ônibus na calçada frontal.

Fotos: Patrícia Helena Milani, agosto de 2014.

Sobretudo a última imagem demonstra a grande extensão da área murada que, para pedestres, torna as distâncias enormes, fazendo com que as ideias de longe e perto, nesse caso, se referenciem em outros parâmetros (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 129).

Dois outros elementos são particulares ao Residencial Village Damha I, em relação aos demais pesquisados em São José do Rio Preto e ao Residencial Acapulco (Catanduva). Primeiro, a maior porosidade entre o interior e o exterior (somente) na fachada do espaço residencial, pelo emprego de grades, ao invés de muros, permitindo a visibilidade nessa área. E o segundo, é o único empreendimento pesquisado que possuía concertinas clipadas¹⁵⁵ sobre os muros, quando o visitamos.

Refletindo sobre as continuidades e descontinuidades espaçotemporais relacionadas ao antes e depois dos entrevistados se mudarem para os espaços residenciais fechados, concluímos que as mudanças vão além da rotina estritamente ligada a horários e tarefas diárias, numa cotidianidade que abarca outras práticas que passaram por mudanças, principalmente ligadas às descontinuidades espaciais elaboradas pelos entrevistados de Catanduva e São José do Rio Preto, que separam os espaços internos dos externos aos muros.

As polifonias presentes no conjunto das narrativas são reveladoras, principalmente das diferentes intensidades da construção de *pontes e fronteiras* e, em decorrência, da alteração de suas relações com os demais espaços urbanos, sobretudo pela influência dos elementos físicos que caracterizam os espaços internos, os espaços externos e a localização de cada espaço residencial fechado no conjunto da cidade. Ressaltar as diferenças reforça o reconhecimento de que o processo de segregação socioespacial não é homogêneo e pode assumir características e ritmos diferentes, inclusive numa mesma cidade (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 253).

Mais *fronteiras* foram construídas pelos entrevistados moradores dos espaços residenciais fechados com academia e restaurante, que diminuiriam a frequência a outros espaços urbanos para realização de práticas de esporte e lazer. Nos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, de maneira mais específica, o Village Damha I, Recanto Real e Damha IV, os moradores aprofundam mais as separações entre o interior e o exterior dos muros do que ocorre no Residencial Acapulco (Catanduva), que tem uso predominantemente residencial, uma vez que os espaços de uso coletivo são pouco usados, conforme veremos em tópico seguinte. Além disso, práticas que revelam

¹⁵⁵ À moda das trincheiras de guerra, dos campos de concentração e das penitenciárias, cujo caráter ostensivo é ainda mais evidente que outros equipamentos, como cercas elétricas.

permanência nos diversos espaços urbanos, mantidas depois da mudança, sobretudo no centro tradicional de Catanduva, foram significativas entre as narrativas, para compreender as *pontes* que caracterizam as práticas espaciais que pouco levam em conta os sistemas de segurança dos empreendimentos.

Buscando explorar as possibilidades advindas da comparação entre uma cidade média e uma cidade média nos limiares, indagamos sobre as diferenças e semelhanças na dinâmica desses espaços residenciais fechados no contexto de cada uma delas, uma vez que a intensidade de constituição de *fronteiras* e *pontes* se diferencia entre os sujeitos entrevistados nas duas cidades.

As permanências das práticas de consumo no centro tradicional¹⁵⁶ de Catanduva, narradas pela maioria dos entrevistados do Residencial Acapulco, evidenciam uma particularidade em relação às práticas de consumo dos entrevistados de São José do Rio Preto. Essa diferença torna mais evidente o processo de separação, embora não absoluto e com ritmos diferentes, entre os segmentos socioeconômicos e as distintas áreas de consumo das cidades médias que, portanto, caracterizam as diferenças entre o processo de fragmentação socioespacial em São José do Rio Preto e Catanduva. Ainda que essa problemática seja desenvolvida no Capítulo 4, constatamos a impossibilidade de compreendermos a presença mais significativas de *pontes* no contexto das narrativas dos entrevistados de Catanduva em comparação aos de São José do Rio Preto, sem levar em consideração as práticas de consumo desses sujeitos sociais.

A implantação dos primeiros espaços residenciais fechados em São José do Rio Preto remonta à década de 1970 e o Rio Preto Shopping Center, o primeiro a ser instalado na cidade, a 1988. Em Catanduva, o Garden Shopping, o único *shopping center* da cidade, foi instalado em 1995 e o Residencial Acapulco¹⁵⁷ em 2003, ou seja, há uma diferença temporal que deve ser levada em conta para a compreensão das diferenças entre as dinâmicas e práticas espaciais que dão conteúdo à produção material de cada espaço urbano.

Embora exista uma proximidade temporal relativa entre as instalações do Rio Preto Shopping Center e do Garden Catanduva Shopping (1988 e 1995 respectivamente), ela não resulta em uma semelhança no processo da formação de

¹⁵⁶ Essa questão será retomada no Capítulo 4, acerca das práticas de consumo dos entrevistados de Catanduva nos *shopping centers* de São José do Rio Preto, o que exige uma análise a partir de articulações de escalas, no âmbito da rede urbana.

¹⁵⁷ O primeiro a ser instalado na cidade, seguido do Residencial Luminar, em 2008, e Village Damha em 2013, ambos em fase de consolidação.

novas centralidades, tampouco em seu predomínio nas lógicas que orientam o movimento das determinações socioespaciais urbanas (SPOSITO, 2006, p. 182). Há diferença entre os empreendimentos, tanto no que diz respeito ao tamanho – número de lojas, conforme mostra o Quadro 2, na página 45 –, como em relação a localização deles no espaço urbano de cada cidade, aspectos que exercem influência inclusive no êxito, ou não, desses empreendimentos, seja na escala intra, seja na interurbana.

Entretanto, uma análise do ritmo dessas implantações em São José do Rio Preto indica que o processo de mudança do par centro-periferia tem se tornado mais significativo a partir dos anos de 1990 (SPOSITO, 2006, p. 181), havendo, portanto, uma “defasagem temporal”¹⁵⁸ entre as implantações dos primeiros empreendimentos (década de 1970) e as novas dinâmicas de produção do espaço urbano, com efetiva definição de novas estruturas e mudanças das práticas espaciais dos cidadãos, sobretudo de moradia e consumo.

Levando em conta a complexidade que caracteriza as relações espaçotemporais, a pesquisa revelou que as diferenças entre as duas cidades produzem e são produtos das ações de agentes econômicos, especialmente do mercado imobiliário. Isso é combinado às práticas espaciais e representações sociais dos seus moradores que, por meio do uso e da apropriação, geram distintas dinâmicas que possibilitam a reorientação de lógicas capazes de reorganizar a estrutura urbana e influenciar nos ritmos dessa reorganização, o que ocorre de maneiras que guardam diferenças entre Catanduva e São José do Rio Preto.

Por um lado, há tendências que se combinam entre as duas cidades, evidenciando-se em práticas que eram realizadas em outros espaços, como caminhadas, que passaram a ser executadas nos espaços internos aos muros, o que reduz não somente em quantidade, mas em qualidade, os encontros entre cidadãos de diferentes classes sociais. Isso implica a necessidade de problematizarmos a relação de interação com os outros, pensando na sociabilidade e na qualidade desses contatos (SARAVÍ, 2008, p. 96). Nesse sentido, as *pontes* estão mais presentes nas narrativas dos entrevistados de Catanduva, uma vez que neutralizam os muros e aproximam os espaços internos dos demais espaços urbanos, permitindo a livre passagem para diversas atividades e conectando lugares com um fio narrativo, quando os entrevistados narram suas

¹⁵⁸ Segundo Sposito (2006, p. 182), sempre há essa defasagem temporal entre a origem de um fenômeno, como a implantação de espaços residenciais fechados e *shopping centers*, por exemplo, e as repercussões resultantes da apropriação desses novos espaços.

experiências vividas sem mencionar os muros e os sistemas de segurança. Embora essa seja uma característica que também comparece no contexto de São José do Rio Preto, em Catanduva é mais significativo.

Por outro lado, constatamos que os entrevistados, tanto moradores dos espaços fechados de São José do Rio Preto como de Catanduva, representam os muros como fronteira física quando se referem à proibição de entrada dos *outros*¹⁵⁹, considerando também o controle sobre os trabalhadores que entram cotidianamente. A fronteira simbólica é valorizada quando os entrevistados atribuem aos espaços internos papel importante na construção de um estilo de vida distintivo, substanciando um *habitus* (BOURDIEU, 2007) próprio desses espaços residenciais fechados, como a presença da empregada doméstica, o uso do carro, investimentos em educação dos filhos e a busca por exclusividade, todos eles atualmente associados à classe média e a elite, conforme analisado no Capítulo 2.

Além disso, como demonstra Bauman (2007, p. 16), reconhecemos que a sociedade contemporânea está obcecada com a firmeza¹⁶⁰ de suas fronteiras e com a segurança dos indivíduos que vivem dentro delas, enquanto é justamente essa segurança da vida dentro das fronteiras que gera um “domínio ilusório”. Mas isso se impõe como modelo, como é próprio da dominação de classe na sociedade capitalista.

Para finalizar essa seção, recorreremos a uma ideia de Saraví, que tanto nos ajuda a compreender as tendências observadas nas práticas espaciais e representações sociais dos entrevistados, quanto abre novas perspectivas de análise para o tópico seguinte, no qual trataremos das relações de vizinhança, que também conformam *fronteiras e pontes*.

[...] a segregação urbana deve ser inserida no âmbito dessa discussão sobre sociabilidade urbana contemporânea. [...] como a organização do espaço urbano, a distribuição dos sujeitos socialmente posicionados nesse espaço condiciona e é condicionada, reflete e responde aos desafios que coloca essa nova sociabilidade urbana à construção e interação, ao encontro e à evitação do outro¹⁶¹. (Saraví, 2008, p.97)

¹⁵⁹ Pedintes, vendedores ambulantes, moradores de rua...

¹⁶⁰ Werlen (2000, p. 18) compreende que os mecanismos de desençaixe propostos por Giddens (1991), que estão estendendo o campo das possibilidades das decisões pessoais de uma forma considerável, levam também a inseguranças no nível pessoal, sob essas condições, a necessidade de “identidades” estabilizadoras está aumentando.

¹⁶¹ Tradução nossa de: la segregación urbana debe enmarcarse en esta discusión en torno a la sociabilidad urbana contemporánea. [...] como la organización del espacio urbano, la distribución en el de sujetos socialmente posicionados, condiciona y es condicionada, refleje y responde, a los desafíos que plantea esta nueva sociabilidad urbana, a la construcción e interacción, al encuentro y la evitación con el otro.”

3.2 Relações de vizinhança entre *fronteiras* e *pontes*

Com vistas a manter e aprofundar o debate sobre as mudanças, as permanências e a conformação de *fronteiras* e *pontes*, nesta seção verticalizamos a análise ao âmbito dos espaços internos dos residenciais, para analisar as práticas ligadas às relações de vizinhança e as suas ressignificações¹⁶² a partir da vida cotidiana.

Os espaços entre muros destinados aos encontros e reuniões, seja entre os moradores e/ou entre moradores e seus convidados, como os salões para as festas¹⁶³ e as quadras de vôlei de areia, por exemplo, têm pouco uso, tanto segundo as narrativas dos entrevistados quanto evidenciam as imagens da Figura 10. O uso dessas áreas¹⁶⁴ para as comemorações de aniversários dos filhos, cujos convidados eram parentes e amigos e não moradores, foi citado por alguns.

Por um lado, segundo opinião dos entrevistados, os equipamentos mais utilizados são os restaurantes, presentes apenas nos residenciais Recanto Real e Village Damha I, conforme ressaltado, que não intensificam a sociabilidade entre moradores, já que vão com seus familiares e convidados, e as academias, presentes tanto nos dois anteriores, como no Village Damha I, Gaivotas, Damhas V e IV e no Quinta do Golfe. No caso das academias¹⁶⁵, tampouco encontramos indícios do aumento da sociabilidade e da conformação de *pontes* entre os entrevistados que, apesar de frequentarem esses espaços, procuram os horários de menor movimento, para o uso de alguns aparelhos com “exclusividade”, embora nem sempre isso seja possível, conforme comentaram.

¹⁶² As ressignificações abordadas no texto referem-se aos novos sentidos que as relações de vizinhança assumem a partir da vida prática nesses espaços residenciais fechados, que nem sempre coincidem como o propósito do “novo” estilo de vida.

¹⁶³ Essas áreas possuem características em comum entre os espaços residenciais fechados pesquisados, o que se modifica são as estruturas arquitetônicas, as quais são valorizadas nas falas de alguns entrevistados para comparar e distinguir o residencial em que vivem dos demais.

¹⁶⁴ Para seu uso, em todos os espaços residenciais da pesquisa, é necessário seguir algumas regras, como a reserva antecipada e a identificação dos convidados na portaria, o que gera conflitos e acarreta algumas estratégias dos moradores para amenizá-las, como deixar uma lista com os nomes dos convidados na portaria; nesse contexto, vemos a reconstituição de espaços de convívio, mas sob formas limitadas (PROST, 1992, p. 126).

¹⁶⁵ Dentre os espaços residenciais fechados pesquisados de ambas as cidades, apenas os empreendimentos do Grupo Damha possuem nos *sites* imagens mais detalhadas dos espaços internos, reforçando a utilização do *marketing* para evidenciar os atributos físicos e sustentar uma construção das representações sociais positivas desses espaços.



Figura 10: São José do Rio Preto e Catanduva. Espaços internos dos residenciais fechados.
 Fonte: Patrícia Helena Milani, fevereiro e agosto de 2014; abril de 2016.

Por outro lado, parte das diferenças que identificamos entre os entrevistados do Residencial Acapulco em relação aos de São José do Rio preto, estão relacionadas à ausência de restaurante, academia e pista de caminhada. Embora seja importante evitar qualquer determinismo espacial, algumas características físicas específicas de cada residencial, somadas a outros elementos como “valores” sobre os quais os entrevistados falaram, engendram práticas e diferenças entre os espaços residenciais fechados das duas cidades.

Há indícios de uma permanência maior das relações no âmbito familiar¹⁶⁶ e dos amigos já existentes antes da mudança do que um estreitamento das relações de vizinhança. No entanto, a polifonia também no âmbito dessas relações caracteriza alguns direcionamentos que não podem ser desconsiderados. Nesse sentido, precisamos de mais elementos para avançar nas discussões.

¹⁶⁶ Com início no século XIX, essa tendência de valorização das relações familiares emergiu em um momento de traumas do capitalismo, o que levou muitos a se protegerem contra os choques de uma nova ordem econômica. A família constituiu um desses escudos (SENNETT, 1998, p. 35). Frente às diversas faces das desregulamentações, seja no âmbito econômico, político e/ou social, na contemporaneidade, a privacidade e a estabilidade também se reforçam nas relações familiares (BAUMAN, 2006).

As narrativas que evidenciaram uma descontinuidade espaçotemporal desencadeada pela mudança para o residencial fechado, no que diz respeito às relações de vizinhança, foram produzidas de maneira mais significativa pelos entrevistados de Catanduva. O Residencial Acapulco passou a ser representado como uma parcela da cidade na qual os entrevistados se reconhecem e se sentem reconhecidos pelos outros moradores, bem como reconhecem a possibilidade de estabelecerem relações de confiança.

Dentre os principais fatores, como explicitou Célia, estão as semelhanças, do ponto de vista socioeconômico, e a *oportunidade* de se relacionarem entre seus “pares”, o que parece ser um elemento decisivo para a escolha e para a satisfação dos que ali residem. A segurança almejada também é relacionada a esse aspecto.

[Nota que sua relação com os vizinhos mudou, em relação ao local onde morava antes? De que maneira?]

Sim, mudou, porque onde eu morava era um outro nível, digo o pessoal que morava na minha rua, então não dava muito para ter essa... Conversava e tudo mais, mas aqui é uma coisa mais... Todo mundo num padrão mais ou menos igual do que *lá* no centro. Apesar de não ser um alto padrão aqui, mas é um padrão médio, consigo manter uma melhor relação, você pode até trazer alguém para sua casa e *lá* você não podia, infelizmente. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Alguns entrevistados fizeram um “resgate seletivo” (SVAMPA, 2001) do velho modelo de socialização de bairro, mas só retornam a certos valores, os laços de confiança e segurança, desconsiderando outras relações associadas a uma heterogeneidade social. Nesse sentido, compreendemos que a busca por uma identidade social é parte de um processo de constituição simbólica, no qual sujeitos sociais lutam para dar sentido ao mundo (JOVCHELOVITCH, 2002, p. 65), porém, no contexto investigado, esse reconhecimento se dá sobretudo pelas semelhanças socioeconômicas, tendendo à negação da diversidade enquanto característica fundamental da vida na cidade. O espaço que os moradores compreendem como provedor da igualdade é, na verdade, o oposto, espaço no qual a desigualdade se torna ainda mais explícita.

Sim, mudou para melhor, é a mesma coisa que se as crianças tivessem vivendo há, vamos falar assim, há vinte anos atrás. Com menos violência, com menos perigo nas ruas. Aqui elas têm oportunidade de viver um pouquinho do que às vezes nós vivemos quando criança. (Lucas, 32 anos, comerciante, Acapulco, Catanduva)

Completamente, mudou bastante. Eu vejo que é uma oportunidade para eles [filhos] de convivência, de sair de computador, de sair do mundo virtual e ir para o mundo real. Contato com as pessoas, as brincadeiras de pé no chão, de correr na rua, de ter um cachorro dentro de casa, que para eles está fazendo muito bem. (Marta, empresária, 38 anos, Acapulco, Catanduva)

Apesar da questão formulada na entrevista ser referente às mudanças nas relações de vizinhança, dentre as três respostas citadas, apenas Célia respondeu diretamente sobre isso. Lucas e Marta se voltaram para as práticas, principalmente dos filhos, que agora podem efetivamente brincar nas “ruas”, conforme explicitado nas palavras de Svampa (2001, p. 88): “a vida cotidiana em uma urbanização privada aparece associada à liberdade e a vantagem de poder viver com as crianças ao ar livre”. Denominam de rua os espaços de circulação circunscritos aos muros, porém esse retorno à rua é ilusório, uma vez que as vias internas dos condomínios correspondem à negação da rua, ou o que se mostra o contrário dela (MAIA, 2006, p. 166), já que valorizam as menores possibilidades de imprevisibilidades, encontros com “diferentes”, mesmo que isso não seja absolutamente possível. As vias internas reafirmam a segregação, a não apropriação pelos demais habitantes da cidade.

Duas entrevistadas, Marta (citada acima) e Sandra¹⁶⁷, elaboraram uma dualidade substanciada pela existência de um “mundo real” e um “mundo virtual”, que remete à perspectiva de Baudrillard (1991) que, ao fazer uma crítica radical da realidade, considera que se esvaziou do real, sendo composta de simulações e simulacros de ordens e categorias diferentes.

O imaginário era o álibi do real, num mundo dominado pelo princípio de realidade. Hoje em dia, é o real que se torna álibi do modelo, num universo regido pelo princípio de simulação. E é paradoxalmente o real que se tornou a nossa verdadeira utopia – mas uma utopia que já não é da ordem do possível, aquela com que já não pode senão sonhar-se, como objeto perdido. (BAUDRILLARD, 1991, p. 153)

Por “mundo real”, as entrevistadas compreendem as novas práticas das crianças, como jogar bola na “rua”, andar de bicicleta, ter amizades com outras crianças (moradoras do residencial), enfim, práticas que não se restringem aos aparelhos

¹⁶⁷ O meu filho viveu num mundo virtual, porque ele não tinha... Agora eu vejo a meninada aqui dez horas da noite, eles estão aí pra rua, eles estão lá em baixo jogando bola no campo. Então a meninada que mora aqui tão voltando ao que era, o que eu vivi, eu vivia assim, a gente brincava na rua, subia em árvore e aqui eles fazem tudo isso, eu acho muito legal ver isso. (Sandra, 53 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

eletrônicos, porém, desconsideram dois limites significativos: dos muros e dos sujeitos com quem convivem, ou seja, das relações que se restringem socioespacialmente.

Elementos que caracterizam a cidade e as relações sociais, como as negociações, os confrontos e os acordos, necessários para a vida na cidade, são desqualificados¹⁶⁸ por alguns entrevistados do Residencial Acapulco, e as negociações que ocorrem nos espaços internos aos muros tendem a ser controladas pelas regras¹⁶⁹ e/ou intermediadas pelo síndico. Assim, podemos considerar essa nova realidade descrita por Marta como “real”? É possível pensarmos na distinção entre “mundo real” e “mundo virtual” num cotidiano que é parcialmente vivido entre muros e rodeado por sistemas de controle que criam uma “realidade” interna? Ou a eficácia está na simulação, nunca no real, mas em uma hiper-realidade (BAUDRILLARD, 1991)? Então o real e o imaginário se confundem e a fascinação estética está em toda a parte (FEATHERSTONE, 1995, p. 101).

A ausência de muros e grades na frente das casas¹⁷⁰, no interior dos espaços residenciais fechados, tende a simular uma liberdade, a existência de *pontes* que possibilitam um estreitamento das relações de vizinhança, por meio de um maior contato entre os moradores, simultânea à valorização do privado, indicando uma socialização controlada e superficial, em um espaço tempo permeado de simulações. A Figura 11 mostra imagens dos interiores de alguns espaços residenciais pesquisados.

¹⁶⁸ Aspecto menos evidente nas narrativas expostas, porém explícito no decorrer das entrevistas.

¹⁶⁹ Nesse momento, não tratamos dos conflitos, que são retomados posteriormente.

¹⁷⁰ Em todos os espaços residenciais fechados que pesquisamos, é proibida a construção de muros e a instalação de grades na frente das casas.



Figura 11: Catanduva e São José do Rio Preto. Interiores dos espaços residenciais fechados. Fotos: Patrícia Helena Milani, janeiro, agosto de 2014 e abril de 2016.

Algumas narrativas como – “aqui elas têm oportunidade de viver o que nós vivemos quando éramos crianças, a menina que mora aqui está voltando ao que era, ao que eu vivi”; “jogam bola aqui atrás na rua; lá em baixo jogam bola no campo” –, além de manipular e deslocar objetos no tempo e no espaço, respectivamente, acionam uma nostalgia em que o passado é selecionado e empregado em usos presentes, delineando uma rede de signos artificiais imbricados inextricavelmente com os elementos reais, que constroem espaços vividos com sentido, em outros momentos e lugares, agora fantasiosos e idealizados, como se, no passado, as relações sociais fossem sempre permeadas de amizade e confiança. Assim, revelam o esforço dos entrevistados em recuperar alguns dos “referencias” (LEFEBVRE, 1991) perdidos.

A distribuição dos sujeitos socialmente posicionados condiciona e é condicionada, reflete e responde aos desafios que podem sinalizar para essa “nova sociabilidade urbana” (SVAMPA, 2001), marcada pela tendência, de um lado, de evitação ao *outro*, não morador, e, de outro, por uma valorização das relações de vizinhança, conforme apontam os entrevistados do Residencial Acapulco que, de maneira mais evidente se comparada aos entrevistados de São José do Rio Preto,

fizeram menção ao retorno ao passado e às relações que permanecem nas cidades médias nos limiares.

No plano comparativo, as relações socioespaciais desenvolvidas no interior dos espaços residenciais fechados se diferenciam em quantidade e qualidade entre os localizados em São José do Rio Preto e em Catanduva. Com base nesse pressuposto, questionamos: A partir do conjunto das narrativas dos entrevistados de Catanduva, é possível pensar em “novas formas de sociabilidade” (SVAMPA, 2001) no interior desses residenciais fechados? Nesse caso, quais seriam as diferenças e semelhanças entre as conformações de *pontes e fronteiras*, no âmbito das relações de vizinhança, em se tratando de duas cidades com diferentes tamanhos e níveis de complexidade? Como ponto de partida para a análise das relações em ambas as cidades, seria pertinente caracterizar um modo de socialização realizado dentro de um espaço controlado, cercado por muros e sujeitos sociais tendencialmente homogêneos, sobretudo do ponto de vista socioeconômico.

Os entrevistados relataram as breves conversas que têm durante as caminhadas pelas vias internas do Residencial Acapulco¹⁷¹, em Catanduva, quando encontram outros moradores. Mesmo que não seja o vizinho que mora ao lado de sua casa, são conhecidos porque residem no mesmo espaço fechado, produzindo o reconhecimento num espaço particular e, durante uma mesma ação, a caminhada. Portanto, sabe-se quem é e o que está fazendo, ainda que esse reconhecimento não se cristalice em interações fortes na maioria das vezes.

Após a entrevista com Regina, ela nos levou de carro até a área central de Catanduva, insistindo na impossibilidade de fazermos o trajeto caminhando¹⁷². Isso possibilitou que andássemos de carro por algumas vias internas do Residencial Acapulco. Enquanto conduzia vagarosamente, ela apontava¹⁷³ com a mão algumas casas, principalmente nas quadras mais próximas da sua, descrevendo as famílias (empregos, filhos, escolas...). Todavia, ao sair do residencial, após cumprimentar os seguranças na guarita¹⁷⁴ e continuar com os elogios à vida entre muros, contou-nos que

¹⁷¹ A maioria dos entrevistados relatou essa prática nas vias internas, uma vez que não há uma pista exclusiva para as caminhadas, nem academia, conforme já descrevemos, o que difere dos residenciais pesquisados de São José do Rio Preto.

¹⁷² Reforçando a inerência do uso do carro para os entrevistados, assim como descrito no tópico anterior.

¹⁷³ Segundo Lindón (2008), o caminho dos relatos e dos discursos no qual pretendemos penetrar requer abrir-se ao estudo a linguagem verbal, mas também a linguagem gestual, que acompanha a anterior.

¹⁷⁴ Essa ação de Regina, entre outras nesse mesmo sentido, evidencia a criação de um universo cotidiano em que muitas relações pessoais são racionalizadas por um conjunto de regras pragmáticas, tendentes a assegurar a maior rentabilidade de cada ação (RITZER, 1996 *apud* ALONSO, 2005, p. 114).

o fato de os moradores se conhecerem, não somente “de vista”, mas saberem alguns detalhes sobre a vida privada de cada um, gera certa “disputa”.

Regina afirmou que essa concorrência comparece nas conversas cotidianas, durante as caminhadas, e é ligada principalmente ao consumo, relacionado a carros, escola dos filhos (preços das mensalidades, materiais escolares, uniformes, etc.), mobília da casa, roupas, enfim, aos inúmeros subsistemas (LEFEBVRE, 1991) que estão imbricados na vida cotidiana dos sujeitos e que, além disso, evidenciam o crescimento da dimensão simbólica da economia, fazendo crescer exponencialmente o mundo das aparências (ALONSO, 2005, p. 74) e desenvolvendo a linguagem do consumo como forma de comunicação social. Ainda é preciso ressaltar que as escolhas desses elementos (bens de consumo) são vistos como indicadores da individualidade do gosto e do senso de estilo (FEATHERSTONE, 1995, p. 119) desses sujeitos sociais.

Isso deve ser compreendido no âmbito das possibilidades mais recentes de ampliação do consumo que não atinge apenas as classes populares (batalhadores e ralé)¹⁷⁵, mas também a classe média que, simultaneamente, vê no consumo maneiras de distinção social e conformação do estilo de vida distintivo. Esse aspecto se combina a outros, que vêm caracterizando uma cidade média nos limiões, ao favorecer um maior controle de vizinhança, já que alguns detalhes da vida cotidiana (privada) são postos em público, justamente pela atual importância assumida pelo consumo e pelas disputas decorrentes. Esse aspecto foi menos verificado nas narrativas dos entrevistados de São José do Rio Preto.

A autonomização do aspecto econômico das ações nunca se realiza de maneira tão perfeita a ponto de fazer com que as ações mais diretamente orientadas para fins econômicos sejam totalmente desprovidas de funções simbólicas (BOURDIEU, 2007, p. 230).

¹⁷⁵ Utilizamos esse termo com base nas propostas de Bourdieu (2008) e nas noções desenvolvidas por Souza (2009, 2010 e 2013), acerca da “ralé”, compreendida como os “muito precarizados” socialmente, ou seja, uma classe caracterizada pela incapacidade estrutural na sua socialização familiar – sempre de classe – de dispor dos estímulos afetivos e das pré-condições psíquicas, cognitivas e emocionais que possibilitam a incorporação do “conhecimento útil” necessário à reprodução do capitalismo competitivo (SOUZA, 2013, p. 60). Já os “batalhadores”, são também considerados pelo autor precarizados socialmente, porém com maiores recursos e possibilidade de ascensão social e incorporação de certo capital cultural para o trabalho.

É necessário enfatizar que tratar de uma economia dos bens culturais não implica o reducionismo de subordinar a produção de bens e estilos de vida à economia; adotar a abordagem de Bourdieu significa, reconhecer a autonomia de práticas específicas que precisam ser compreendidas em termos de dinâmica interna, processos e princípios estruturantes que operam no interior de um campo específico e funcionam de modo análogo a uma economia. (FEATHERSTONE, 1995, p. 125)

As práticas de consumo exprimem a posição social daqueles que o praticam, por serem características de um grupo de determinado *status* (BOURDIEU, 2007, p. 230). Inferimos que essa “competição” mencionada por Regina, em um certo sentido, seja uma forma de se diferenciar, num contexto tendencialmente homogêneo. Em outro, revela que as dimensões simbólicas tendem a cobrir e totalizar qualquer prática aquisitiva, como pontua Alonso¹⁷⁶ (2005, p. 51).

No contexto de São José do Rio Preto, tal esforço também se evidencia na fala de Vivian (citada mais adiante), moradora do Residencial Village Damha I, que tanto se esforça para se diferenciar a partir de certos elementos, como a árvore a ser plantada na frente da casa, quanto mostra seu descontentamento pela homogeneidade entre muros, viabilizada pela existência de normas para edificações próprias dos residenciais fechados. Assim, o planejamento se adianta, buscando evitar que, internamente, a diferenciação apareça tanto do ponto de vista arquitetônico quanto econômico e social (SPOSITO, 2013, p. 9), de forma a substituir o caos da espontaneidade por uma racionalidade coerente, fazendo reinar a ordem homogênea (LEFEBVRE, 1999, p. 161).

Mais uma vez, observa-se uma “apropriação limitada” (SOBARZO, 2006, p. 209). Embora seja possível haver relações entre os moradores, a homogeneidade limita a possibilidade da criação de uma identidade; o que esses espaços propiciam é o idêntico e não a identidade (SOBARZO, 2006, p. 212), com a repetição exaustiva dos mesmos estilos arquitetônicos, cores, gramados, etc.

A despeito dos evidentes esforços para conferir coerência às suas narrativas, os entrevistados do Residencial Acapulco revelam contradições no âmbito das questões relacionadas às possibilidades de estreitamento das relações de vizinhança.

¹⁷⁶ O autor faz uma análise do consumo na fase atual, que denomina “pósfordista”, como uma nova forma de regulação. Segundo ele, a fragmentação, a individualização, a virtualização e a globalização são as dinâmicas que caracterizam o consumo nesse período, com mercados segmentados, desemprego estrutural, tendências à vulnerabilidade social, oferta diferenciada e estratificada, inclusive com a personalização de bens e serviços, adaptação e permanente renovação de nichos comerciais, etc. (ALONSO, 2005, p. 67).

[Você conhece seus vizinhos?]

Conheço. (Lucas, 32 anos, comerciante, Acapulco, Catanduva)

Conheço. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

[Costuma realizar atividades conjuntas com eles?]

Sim, saímos, almoçamos juntos, jantamos. (Lucas, 32 anos, comerciante, Acapulco, Catanduva)

Então, não. Aqui eu também sinto essa falta de estar mais junto, de fazer alguma coisa na rua, porque as noites são tão frescas, dava até pra todo mundo ficar conversando na rua, mas as pessoas são mais individualistas hoje em dia. É cada um dentro da sua casa, é porque trabalham também, então voltam cansados, querem ficar... Aqui na frente, moram dois jovens, têm filhinho pequeno e tudo mais, aqui do lado não, já é um casal que tem filho grande, mas as pessoas ficam dentro de casa, eu também acabo ficando dentro de casa, eu pinto, eu não gosto de assistir televisão, eu vejo filme só. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Agrupando as falas em duas vertentes, vemos que alguns entrevistados realizam atividades conjuntas com vizinhos, outros não, como exemplifica a fala de Célia. Estes últimos descreveram anteriormente mudanças nas relações de vizinhança com discontinuidades entre o antes e o depois da mudança para o residencial fechado. Assim, notamos que essas mudanças nem sempre equivalem a uma aproximação, com efetivação de atividades conjuntas. Entretanto, algumas particularidades em relação aos primeiros, os quais afirmaram manter atividades com vizinhos, devem ser discutidas.

Quando realizamos a entrevista com Lucas (janeiro de 2014), ele ocupava a posição de síndico do Residencial Acapulco, o que influenciou suas respostas, mesmo aquelas que não se relacionavam com o cargo e suas atribuições. Suas narrativas foram mais de um síndico morador do que de um morador síndico. Alguns elementos de valorização, tanto dos espaços internos quanto das relações entre os moradores, perpassam suas respostas, enfatizando características desse estilo de vida, que inclui, sobretudo, boas relações de vizinhança. Quando essa questão de fato foi colocada na entrevista, ele nos falou sobre as atividades que realiza com vizinhos, demonstrando satisfação em enfatizar mais alguns elementos de diferenciação com o “bairro aberto”: “Sim, saímos, almoçamos juntos, jantamos”.

Ao término, quando solicitamos a recomendação para uma próxima entrevista, ele indicou dois moradores, os quais afirmou serem amigos de jantares, dentre outras

práticas conjuntas. Contudo, durante essa conversa, Lucas explicitou que tinha relações de amizade com esses moradores desde antes da mudança para o Residencial Acapulco, evidenciando que as relações de vizinhança valorizadas eram derivadas de vínculos sociais já existentes. De forma semelhante, Maurício relatou práticas com conhecidos desde antes da mudança.

Depende, vizinhos da mesma rua não, mas vizinho do quarteirão da frente sim, eles jantam em casa, de domingo troca panela, um vai na casa do outro e assim vai. (Maurício, 36 anos, advogado, Acapulco, Catanduva)

Por sua vez, a fala de Regina sobre atividades conjuntas com vizinhos se diferencia das narrativas de Lucas e Maurício, recolocando nossos questionamentos acerca da existência de uma nova sociabilidade nos espaços internos aos muros em Catanduva, a partir da existência de mais *pontes* que *fronteiras*, ainda que internamente, na condição de uma cidade média nos limiares. Nos últimos instantes da narrativa, Regina valorizou relações ainda mais seletivas, uma vez que, para ela, não é somente (como se isso não bastasse) a semelhança do ponto de vista econômico que favorece as “boas” relações entre os moradores, mas também a “empatia geracional” (SVAMPA, 2001, p. 138), assim como similaridades de rotina, opiniões, preocupações e interesses. Descarta-se, desse modo, relações que tenham que lidar com as diferenças, mesmo nos espaços entre muros, onde elas são mais evitáveis do que seriam nos espaços públicos.

Costumamos fazer caminhadas, chega, assim, no final da tarde, a gente chega quase nos mesmos horários, então, uma está lavando o carro, a outra já vai, pega uma cerveja, a outra já pega um amendoim e a gente acaba sentando na calçada, papeando e fazemos churrasco, aniversário, as crianças principalmente, é muito comum, são tudo da mesma idade, então, se alguém tem algum evento, compromisso, pode deixar na casa de uma vizinha, então a gente vai revezando, se vai no cinema, acaba chamando todo mundo e vão todos. Mas depende das pessoas também, tem alguns aqui e é só bom dia e só, então **eu acho que você acaba atraindo as pessoas com o mesmo estilo de vida.** (Grifo nosso. Regina, funcionária pública, 41 anos, Acapulco, Catanduva)

No entanto, os entrevistados que indicaram a inexistência de atividades conjuntas com seus vizinhos afirmaram conhecê-los, haja vista a fala de Célia, que manifesta um desapontamento em relação ao que esperava ser a vida no Residencial

Acapulco, do ponto de vista das relações sociais. Contraditoriamente, ela valoriza uma diferença significativa em relação aos espaços externos, a “confiança” que sente em chamar um vizinho do residencial para uma visita, mesmo que isso nunca tenha acontecido.

Apesar do descontentamento da moradora em relação a essa ausência de maior contato¹⁷⁷, o “valor”, para ela e alguns entrevistados do Residencial Acapulco, está na possibilidade; assim, a não concretização do fato tem um peso menor. Esse também é o caso de Sandra, que, mesmo não realizando nenhum tipo de prática conjunta com os vizinhos, mostra-se satisfeita em “conhecer todo mundo”, valorizando uma tendencial sociabilidade no Residencial Acapulco. Mesmo que sustentadas por uma superficialidade restrita aos momentos da caminhada e aos encontros informais nas vias¹⁷⁸, para ela, essas relações sociais, tipicamente urbanas, continuam a ser significativas.

[Costuma realizar atividades conjuntas com eles?]

Não, não. Não porque a maioria trabalha, aí a Célia [vizinha] trabalha também, porque ela tem um restaurante, ela e o marido são muito dez, mas eles também não param, eles viajam, tem o restaurante que eles estão sempre lá. Às vezes a gente está aqui fora, a gente bate um papo, tem a filha dele que mora aqui do lado que é uma graça também. O pessoal eu conheço aqui, em volta eu conheço todos, e mais pra longe também [risos]. (Sandra, 53 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Constatamos que essas relações sociais de vizinhança são mais valorizadas entre os entrevistados de Catanduva, o que reafirma diferenças, nesse sentido, entre uma cidade média nos limiares, cujas permanências de alguns valores são mais significativas, quando comparada à São José do Rio Preto, uma cidade média.

Ao narrar suas caminhadas, Sandra, assim como outros entrevistados do Residencial Acapulco, menciona as saudações, os cumprimentos, trocas de palavras, que dão a sensação de ser conhecido e reconhecido (PROST, 1992, p. 116), alimentando algumas práticas espaciais e relações que sustentam um “contrato social” (SANTOS, 2002), as quais reconhecem que os compromissos com o rosto são, em geral, importantes como uma maneira de gerar confiabilidade (GIDDENS, 1991, p. 90). A

¹⁷⁷ O que também compõe as ressignificações abordadas mais adiante.

¹⁷⁸ Lembrando que as vias não foram projetadas como espaços de convívio, mas apenas de circulação interna.

partir desse ponto de vista, Giddens (1991) discute as relações de reencaixe, referindo-se a processos por meio dos quais compromissos sem rosto não mantidos ou transformados por presença de rosto (GIDDENS, 1991, p. 91). Contudo, no contexto da investigação, essas relações mais representam a valorização de permanências do que relações de reencaixe.

Porém, não há a consolidação de uma vida em comunidade, tampouco, como veremos adiante, o estreitamento de relações de vizinhança. Os vínculos sociais preexistentes entre os entrevistados de Catanduva não se romperam com a mudança para o espaço residencial fechado, tendo sido até favorecidos, porque agora têm casas “espaçosas” para a realização de jantares, almoços com familiares e amigos, o que não se modifica em relação à tendência que permeia as relações de vizinhança nos loteamentos “abertos”. Isso se explica porque, no período atual, *habitus* e estilos de vida têm se constituído sem o desenvolvimento paralelo de novas formas de cidadania social que sejam capazes de institucionalizar formas de vida, práticas de consumo ou normas de convivência que não sejam derivadas do individualismo e particularismo aquisitivo (ALONSO, 2005, p. 78).

Para ampliar o debate, as narrativas dos entrevistados de São José do Rio Preto oferecem elementos para comparação. Suas narrativas envolvem estratégias para caracterizar um novo estilo de vida distintivo, no qual, de forma geral, há pouca valorização das novas relações de vizinhança. Indicam continuidades em relação ao antes e depois de se mudarem para os espaços residenciais fechados e a conformação de mais *fronteiras* internas, no âmbito dessas relações.

Um exemplo disso é Ariane, moradora do Residencial Las Palmas, que inscreveu suas representações em descontinuidade e em continuidade. Descontinuidade com as relações que sua mãe mantinha com os vizinhos, em uma cidade pequena próxima a São José do Rio Preto, com as quais procurou romper. Continuidade em relação à prática que já havia adotado antes, de somente cumprimentar cordialmente seus vizinhos. A entrevistada fez referência a um estilo de vida identificado com os espaços residenciais fechados, mesmo que, contraditoriamente, as relações de vizinhança sejam valorizadas por outros moradores.

[Nota que sua relação com os vizinhos mudou, em relação ao local onde morava antes? De que maneira?]

Não, não mudou nada, nunca gostei de relações com vizinhos. Porque eu não gosto de vizinhos dentro da minha casa, essa convivência dentro de casa, porque, quando eu morava com meus pais, minha mãe tinha muito isso, de vizinho vim almoçar, jantar em casa, de pedir coisa emprestada e eu não gosto. *Pra mim é bom dia, boa tarde e boa noite só, já está bom.* (Ariane, 28 anos, dentista, Las Palmas, São José do Rio Preto)

Por sua vez, Amanda, embora aparentemente se contraponha a muitos outros entrevistados, não se diferencia tanto assim de Ariane. Ela expressa uma descontinuidade, referindo-se às boas relações de vizinhança existentes entre seus anteriores vizinhos de apartamento, com os quais mantinha relações de amizade, realizava atividades conjuntas, estimuladas, sobretudo, pela proximidade. Além de assinalar algum grau de idealização do passado¹⁷⁹, sua narrativa, por um lado, problematiza a tese de Sennett (1998) acerca da necessidade de algum distanciamento para favorecer os contatos, e, por outro, reforça o processo de “transformação da intimidade”¹⁸⁰ (GIDDENS, 1991, p. 143), que se expressa pelo próprio distanciamento trazido pelos mecanismos de desencaixe das relações sociais. No espaço residencial fechado, para a entrevistada, essas relações são praticamente inexistentes e o que permanece são apenas os cumprimentos.

Mudou, vizinho de prédio era vizinho mesmo, era assim, que nem a gente vê em filme, de emprestar um tomate, de quando eu era menor, eu lembro de minha mãe ter compromisso e pedir que a vizinha que olhasse eu e meu irmão. A gente ia almoçar juntos no salão de festa, era amigo mesmo. Aqui não tem disso, a gente não tem vizinho amigo. Eu acho que no prédio é tão porta com porta, tipo, você abre a porta e já encontra o vizinho, aqui já não *né*, você entra no carro, você não vê ninguém. (Amanda, 26 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

Para Marcelo, morador do Residencial Recanto do Lago, não houve mudanças. A permanência está relacionada às boas relações de vizinhança que sempre manteve. A fala de Letícia é uma exceção por identificar mudanças positivas, caracterizadas pelo estreitamento das relações de vizinhança. São casos exemplares da polifonia que caracteriza o conjunto das falas dos entrevistados sobre esse tema e, mais uma vez, da

¹⁷⁹ Valorizando os “referenciais” (LEFEBVRE, 1991), que acreditavam existir nos passado.

¹⁸⁰ Segundo a concepção de Giddens (1991, p. 144), nas relações de intimidade do tipo moderno, a confiança é sempre ambivalente e a possibilidade de rompimento está sempre mais ou menos presente.

heterogeneidade de suas práticas que, mesmo assim, são indicativas de tendências relacionadas às sociabilidades urbanas.

Não, sempre tive relação com todos, tanto quanto as crianças, minha esposa. (Marcelo, engenheiro, 41 anos, Recanto do Lago, São José do Rio Preto)

Mudou sim, lá [*edifício residencial que morava antes*] eu conversava com um ou outro, mas não é tanto como aqui, e aqui você *pra* conversar, lá, às vezes, conversa no elevador. (Letícia, empresária, 50 anos, Recanto Real, São José do Rio Preto)

As observações dos espaços entre muros são importantes, pois nos possibilitaram a comparação do que foi visto com o que foi dito, informações que ora se combinam, ora se contrapõem. No Residencial Recanto Real, após as etapas de identificação na portaria, adentramos e nos dirigimos à casa de Letícia. Ao chegar, em poucos minutos, o segurança, que fazia sua ronda pelos espaços internos de moto, avisou que Letícia estava na casa de uma “conhecida”, há duas quadras dali, e nos conduziu até lá.

Seguindo a direção indicada pelo funcionário, fomos caminhando e encontramos Letícia, o marido e a filha de quatro anos, na calçada, conversando com outra moradora (também mãe de uma criança). As duas crianças brincavam, enquanto os pais combinavam um almoço. Agradecemos então ao funcionário. Fazendo um gesto afirmativo com a cabeça, ele acelerou a moto e continuou seu trabalho que, conforme testemunhamos, ia além dos serviços de segurança, exercendo outros tipos de controles e “bisbilhotices”, como saber onde a moradora estava naquele momento, por exemplo.

Essa observação confirmou a narrativa de Letícia de que “para pra conversar” com outros moradores “na rua”, porém, não sabemos se isso é tão frequente quanto ela afirmou, já que buscava valorizar esse estilo de vida distintivo entre muros, conformando “um outro mundo” e reforçando os sentidos simbólicos que alguns entrevistados atribuem aos mesmos.

Nossa observação corrobora também a fala de Regina, entrevistada de Catanduva, sobre a valorização das relações com alguns moradores que possuem características em comum, como o fato de ter filhos pequenos, tendência identificada no interior dos espaços residenciais fechados, seja em uma cidade média, seja em uma cidade média nos limiares.

No âmbito das ressignificações, a partir da vivência cotidiana, as narrativas de alguns entrevistados de São José do Rio Preto são reveladoras da capacidade que as práticas espaciais e representações possuem de particularizar o que se vende e os discursos embutidos nesses produtos imobiliários¹⁸¹. Conjuntamente com os espaços privados de uso coletivo, a ideia de estreitamento de relações de vizinhança entre muros também é comercializada, mesmo que nem sempre se efetive.

Comprovando que os sujeitos sociais não podem ser compreendidos apenas como “suportes de estruturas investidas de poder” (BOURDIEU, 2007, p. 296), reforça-se o caráter de *devir* espacial (MASSEY, 2008) por meio de um estilo de vida distintivo no interior desses espaços residenciais fechados em construção cotidiana, o qual é inacabado, por um lado, e, por outro, caracteriza-se pela presentificação, ou seja, por um futuro que mantém as características do presente, nos termos de Jameson (1996, p. 291), o que interessa particularmente a essa classe média, como evidenciamos. Essa relação com o presente inclui elementos anteriormente incorporados à experiência do “futuro” e bloqueia, ou impede, qualquer visão global deste último, como um sistema diferente, radicalmente transformado.

[Utilizam as instalações de lazer que o condomínio possui?]

Lá dentro *só* tem o parquinho e a piscina, minha menina vai sozinha, mas o pequeno *só* vai se eu for, e eu *só* vou quando estou muito afim, mas enrolo ele até [*risos*], porque *ai* tenho que me trocar, tem que ir junto, então... Não vamos tanto assim, a gente sai mesmo. (Vivian, 44 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

[Mas, qual a frequência dessa utilização?]

De vez em quando a gente almoça no restaurante de domingo, as crianças vão muito ao parquinho, andam de bicicleta por lá, a gente utiliza menos, porque chega em casa e acaba não tendo tempo. Quando mudamos para *cá*, eu e meu marido falávamos “nossa, já pensou, no fim de tarde, aqui, olhando *pro* lago, tomando alguma coisa”, mas não... isso nunca aconteceu, ainda não deu tempo. (Vivian, 44 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

¹⁸¹ Para comprovar isso, basta recorrer às propagandas e anúncios dos espaços residenciais fechados, com imagens de famílias-modelo, crianças com cachorros e grupos de amigos compartilhando momentos em espaços verdes e coletivos, dispostos nos cenários ideais dos residenciais. Os anúncios costumam explorar representações próprias do imaginário coletivo, que idealizam um ritmo de vida tranquilo no qual os mecanismos de controle reforçam a segurança almejada (SVAMPA, 2001).

As narrativas podem omitir alguns aspectos e ressaltar outros, haja vista que o Residencial Village Damha I, em que mora Vivian, possui mais equipamentos¹⁸² destinados ao uso e práticas das crianças, além do “parquinho” e da piscina, como também possui equipamentos para os adultos, estes desconsiderados na narrativa da moradora, o que evidencia seu desuso.

O “valores” (LEFEBVRE, 1991) simbólicos embutidos e vendidos – como as relações de vizinhança – nesses espaços residenciais fechados, são produzidas pelas lógicas de mercado (GUATTARI, 1986, p. 34), que exercem um poder subjetivo sobre seus produtos. Por um ponto de vista, concebemos os sujeitos sociais na condição de consumidores dessas subjetividades, mas, por outro, é possível identificar ressignificações a partir da vida cotidiana (LINDÓN, 2012), possibilitando pensá-los também enquanto produtores de suas próprias subjetividades. Dessa maneira, a polifonia também é produzida devido às diferentes trajetórias pregressas dos entrevistados, numa coexistência de múltiplas trajetórias (MASSEY, 2008, p. 100) que substanciam experiências espaçotemporais vividas de maneiras diferentes, produzindo tanto relações de (re)produção do instituído como de ressignificações dos espaços e subjetividades comercializados.

Na concepção de Guattari (1986), há dois tipos de relação: uma de alienação e opressão, em que o sujeito se submete à subjetividade, tal como a recebe, e uma relação de expressão e de criação, havendo uma reapropriação das subjetividades elaboradas pelo mercado e um processo de singularização.

No contexto da investigação, não foi possível identificar processos de singularizações, conforme a proposição do autor; pelo contrário, as tendências ressignificadas se fortalecem sob a lógica da “sociedade do consumo” (LEFEBVRE, 1991), inclusive evidenciamos uma produção de subjetividades que fortalece o individual. Daí o avanço dos serviços personalizados, exclusivos, “feitos para você”, que alimentam o estilo de vida proposto pelo mercado imobiliário, valorizando, além do privado, também o exclusivo. Haja vista a casa “espaçosa” para receber familiares, o jardim privado, a piscina particular, a cozinha *gourmet*.

Do objeto isolado, passamos, assim, ao sistema de objetos, do bem simples ao conjunto de mercadorias que se mostram imprescindíveis para compor a casa,

¹⁸² Inclusive campo de futebol, com aulas dessa modalidade: “vem um professor de fora dar aula dentro do condomínio, de terça e quinta das 7 às 8, para crianças de quatro a sete anos, depois de oito a treze anos é outro horário” (Selma, 42 anos, dona de casa, Village Damha I, São José do Rio Preto).

evidenciando a transição das necessidades aos desejos, e da funcionalidade no uso à funcionalidade na representação, no âmbito do sistema social de aspirações¹⁸³ (ALONSO, 2005, p. 51).

Esses produtos imobiliários são consumidos , nas duas cidades pesquisadas, predominantemente por sujeitos sociais já proprietários de imóveis, como já explicitado, em uma substituição da satisfação controlada das necessidades humanas, pelos caprichos do mercado (GIDDENS, 1991). As estratégias de reprodução do capital criam, portanto, produtos para vender novas formas de morar ligadas ao novo e moderno¹⁸⁴, como desejo e aspiração para o segmento econômico que possui capacidade financeira para consumi-los (SOBARZO, 2006, p. 204).

Mesmo considerando as diferenças que vão se caracterizando durante a pesquisa, sobretudo por tratarmos de uma cidade média e uma cidade média nos limiares, sempre atentamos para as semelhanças, para as tendências que podem ser identificadas. O processo de individualização tem em comum nas duas realidades urbanas, ainda que em ritmos diferentes, sua conformação, em contraposição a um discurso que propõe uma vida coletiva entre muros. Ainda que discursos do *marketing* imobiliário sejam reproduzidos em algumas narrativas, ele próprio veicula a tendência da individualização, com o emprego de palavras como “exclusivo” e “reservado”, por exemplo. Tanto a vida cotidiana, que se desdobra nos espaços internos aos muros, quanto as retóricas do *marketing* constroem *fronteiras* entre as relações sociais estabelecidas nesses *habitats*.

As narrativas dos entrevistados de São José do Rio Preto sobre relações de vizinhança podem ser divididas em dois grupos. Há um grupo que não mantém nenhum tipo de relação de vizinhança e outro que, assim como alguns entrevistados do Residencial Acapulco, conservam seus vínculos sociais anteriores à mudança. Dentre esses vínculos, alguns que já existiam e também vieram para o mesmo empreendimento, como, por exemplo, Letícia, que mora no mesmo espaço residencial fechado que a sua sogra, o Residencial Recanto Real, em São José do Rio Preto. Porém, esses casos foram menos significativos do que os constatados no Residencial Acapulco, em Catanduva.

¹⁸³ O estímulo da demanda e a demanda associada cada vez mais a amplas cadeias de aquisições complementares revela que a produção da demanda passa a ser tão necessária quanto a produção da oferta (ALONSO, 2005, p. 52).

¹⁸⁴ Porém, quando refletimos sobre a forma como, aparentemente, alcançamos a modernização a partir da implantação desses novos *habitats* urbanos, reforçamos elementos estruturais do nosso passado, referentes ao tipo de urbanismo que embasa a implantação dessas áreas urbanas fechadas (SPOSITO, 2003, p. 10).

A cidade de Catanduva, por possuir apenas um espaço residencial fechado consolidado, tem maior possibilidade de sujeitos previamente conhecidos morarem no mesmo, os quais tendem a compartilhar os mesmos estilos de vida e valorizar a relação com sujeitos socioeconomicamente semelhantes. Esse quadro se diferencia do contexto de São José do Rio Preto, em que a maior quantidade de espaços residenciais fechados diminui tal possibilidade e revela uma realidade mais complexa no âmbito da investigação.

Os entrevistados de São José do Rio Preto que não mantêm relações com vizinhos também não nos contaram detalhes da vida privada de alguns, da maneira como os entrevistados do Residencial Acapulco fizeram. Isso se deve a uma maior valorização das relações de vizinhança verificada no contexto de Catanduva, em relação a São José do Rio Preto, combinada a dois aspectos referentes à conformação espacial de cada espaço residencial fechado; porém, isso não significa que haja o estreitamento dessas relações, exceto daquelas já existentes.

[Você conhece seus vizinhos?]

Não. Falo “oi” pra moça da frente, que não sei como se chama, e eu tenho uma vizinha que é aficionada por cachorros e que pede para passear com minha cachorra e que eu acho ótimo, então só, essa eu sei o nome porque ela passeia com minha cachorra, e uma colega de trabalho que sei ela mora lá, e mais uma colega de trabalho também, mas nem nunca fui à casa delas. (Rosí, 46 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Conforme já mencionamos, por não possuir academia e pista de caminhada¹⁸⁵, os entrevistados do Residencial Acapulco realizam as caminhadas nas vias internas, o que aumenta as possibilidades dos encontros, conversas¹⁸⁶ e uma visibilidade constante dos corpos (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 243), potencializada pela ausência de grades e muros na frente das casas. Essa visibilidade também assegura um “controle” sobre os outros moradores. O menor tamanho¹⁸⁷ do Residencial Acapulco, comparado aos pesquisados de São José do Rio Preto, possibilita ainda que as caminhadas abarquem grande parte do espaço interno aos muros.

¹⁸⁵ Como a maioria dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto que pesquisamos.

¹⁸⁶ Potencializando as “bisbilhotices”, nas palavras de Mayol (2013, p. 51), que equivalem a práticas como analisar os comportamentos, interpretar os acontecimentos e produzir questionamentos como: quem é quem e faz o quê? Onde as crianças estudam? Quem são os novos moradores?

¹⁸⁷ Exceto em relação ao Residencial Las Palmas, conforme Quadro 1.

No contexto de São José do Rio Preto, de maneira mais evidente que em Catanduva, as relações que se estabelecem durante as caminhadas nas vias internas utilizam apenas linguagens corporais, com acenos de mãos, embora, em alguns casos, até mesmo isso não aconteça, como evidencia a fala de Ana. Nos termos de García e Peralta (2016, p. 89), o que mais prevalece nesse contexto é uma certa anomia, com desinteresses e encontros não focalizados.

Então até gostaria, estava comentando com meu marido esses dias, está difícil de você fazer amizade hoje, de você conhecer. Mudou aqui na frente, a casa estava fechada e é um casal também sozinho, eu acho que o filho é casado, tem uma netinha que vem de vez em quando, mas se você sai e topa com ele na rua, ele não fala um bom dia, não olha na cara, a gente fala “puxa vida”, está na porta da sua casa, é natural que se fala um bom dia, boa tarde. E eu falo que a gente não teve sorte, nem o da frente, nem o do lado também nem olham, a menina passa assim, faz a curva aqui da esquina numa velocidade, que eu falo, gente, se tiver criança na rua, pega. Aqui do outro lado, é pelo menos mais bem educado, se passa passeando com o cachorro, fala boa noite. (Ana, educadora física, 49 anos, Damha V, São José do Rio Preto)

Além disso, a prática de caminhar com os cachorros também chama atenção entre os entrevistados das duas cidades, o que, inclusive, em alguns casos, é motivo de conflitos, conforme veremos. Assim como verificado por García e Peralta (2016), essa ação implica um uso repetitivo, ainda que não intenso, do lugar, e mais uma possibilidade de interações entre os moradores, mas isso não acontece necessariamente, conforme constatamos.

Natália, moradora do Residencial Gaivota I, quando passeia com a cachorra nas vias internas, faz observações – de modo semelhante aos entrevistados de Catanduva – que lhe permitem falar sobre a “mistura” que é seu condomínio, mas não fala sobre aspectos da vida privada de nenhum outro morador, apenas sobre suas impressões, já que essas caminhadas mais possibilitam observações do que interações. Ela refere-se a uma heterogeneidade, do ponto de vista da idade dos moradores, porque, no âmbito socioeconômico, a tendência é de homogeneidade, aspecto que foi naturalizado pela moradora e corroborado em outras narrativas.

[Costuma realizar atividades conjuntas com eles?]

Não, porque a vida é muito corrida por enquanto. Tem um casal de idoso na frente da minha casa e do outro é um casal homossexual, *aí* a outra vizinha, eu tenho a impressão que ela não mora em Rio Preto, eu acho que ela tem duas casas, porque ela fica um período *lá*, *aí* em outro período a casa fica sem ninguém, a casa fica vazia, então eu não vejo nada, e do outro lado não tem casa ainda. Tem bastante gente de idade, pelo menos na minha quadra, do outro de cima é um casal de aposentado. Eu dou volta todo dia com a minha cachorra. Na quadra de cima, tem criança em quase todas as casas, é que na minha quadra mesmo é mais gente de idade, então é bem misturado. (Natália, 30 anos, advogada, Gaiotas, São José do Rio Preto)

Os entrevistados de São José do Rio Preto revelam, de maneira mais expressiva em relação ao contexto de Catanduva, as ressignificações (LINDÓN, 2012) e como as práticas espaciais podem modificar os sentidos dos espaços. Apesar da proposta de estreitamento das relações de vizinhança, até mesmo (re)produzidas nos primeiros momentos das entrevistas, ao longo delas, os entrevistados não confirmam o estreitamento dessas relações, nem mesmo sugerem sua valorização, mas reafirmam vínculos preexistentes com sujeitos não moradores.

[Costuma realizar atividades conjuntas com eles?]

Sim, isso sempre, como agora a gente combinou *pra* sábado fazer churrasco junto, isso a gente faz bastante, assim, **com alguns que já temos amizade**, a gente combina sempre e faz com a mãe dessa daqui [*a filha da vizinha estava brincando na sala com a filha da moradora*]. Às vezes meu marido sai para andar de moto, eu almoço *lá*. Ontem à noite fiz esfiha aqui, ligo para minha sogra pra *vim* comer e a gente junta rápido, *tá* tudo pertinho, é muito bom isso. (Grifo nosso. Letícia, 50 anos, empresária, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Não, o **único vizinho que eu tenho ligação é com o meu parente**, só, nenhum outro aqui e vejo que é uma coisa comum, ninguém tem. Parece que é diferente desses lugares, dos bairros onde as pessoas moram dez anos, ficam amigos. Aqui nesses condomínios, parece que não tem isso, não, nesse aqui a impressão que eu tenho é que o pessoal se junta *lá* e não nas casas, se junta no restaurante, mas ninguém vai na casa de ninguém, não. Olha o silêncio, raramente eu vejo uma casa fazendo festa, movimento diferente, aqui em Rio Preto, nesse condomínio, é raro. (Grifo nosso. Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Nada, absolutamente. Eu faço isso na minha casa, **mas com meus amigos de fora do condomínio**, meus convidados. (Grifo nosso. Rosí, 46 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Ao terminar sua narrativa com risos e, de certa maneira, conferindo-lhe tom de ironia, Vivian desvalorizou¹⁸⁸ algumas práticas de seus vizinhos, como os churrascos nas calçadas das casas. Utilizou a expressão “churrasco na laje” para fazer uma analogia com uma prática dos segmentos populares. O que está subjacente é que essa prática não combina com aquele espaço de moradia, com seu estilo de vida, cuja proposta é ser elitizado. Vivian buscou, assim como em outros momentos da entrevista, estabelecer uma relação entre as características pertinentes à condição econômica e social, cujos traços distintivos são associados ao estilo de vida que deseja e valoriza naquele espaço de moradia. Há, portanto, a construção do *habitus* como fórmula geradora que permite justificar/julgar práticas e produtos (classificáveis) em um sistema de sinais distintivos (BOURDIEU, 2008, p. 162-3).

[Costuma realizar atividades conjuntas com eles?]

Nenhuma. A gente não, mas eles sim, eu já... Mais pra frente um pouco da minha casa tem um amiguinho da minha filha, eu conheço a mãe e tudo, e tem uma “patota” lá que faz churrasco final de semana, vejo que alguns vizinhos se reúnem e a gente nunca foi convidado, então a gente não vai. Mas vejo que sempre tem por *lá*, uma vez meu marido falou que era dia do piquenique, *ai* chegamos no condomínio, um monte de gente fazendo piquenique, então *lá* na área coletiva tinha gente fazendo piquenique. Na época da copa do mundo, já punham o churrasco na calçada, parece churrasco na laje, mas nunca fomos chamados para participar [*risos*]. (Vivian, 44 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

No âmbito das ressignificações, Vivian afirma que, antes da mudança, durante as visitas ao Residencial Village Damha I, elaborava algumas expectativas de como seria a vida ali, como exemplifica a passagem:

¹⁸⁸ Práticas para as quais ela nunca foi convidada e talvez isso seja parte do motivo da desvalorização.

Eu ia visitar essas casas nos Damhas e eu via mais adolescentes, claro que assim, eu *tô* falando do que eu via. E uma vez eu fui numa casa que tinha uma faxineira, aí eu perguntei: “tem muita criança aqui no condomínio?” e ela: “não, é um silêncio, dos lados são *só* senhores...”, como se fosse uma grande vantagem, porque eu não queria nada disso, quero crianças entrando e saindo de dentro de casa toda hora... (Vivian, 44 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Retomando o questionamento inicial, evidenciamos que não há a conformação de nova sociabilidade, de *pontes* nos espaços internos que possibilitam estreitamentos de relações de vizinhança, tanto de Catanduva, quanto de São José do Rio Preto; porém, as narrativas permitem apreender sentidos importantes e particularidades entre as duas realidades urbanas investigadas, no que se refere a essa questão.

Por um lado, há aqueles que afirmam não manter nenhuma relação de vizinhança entre muros porque conservam e valorizam vínculos constituídos anteriormente, reforçando as *fronteiras* mesmo nos espaços internos aos muros. Dentro dessa dimensão, emerge uma diferença entre as duas cidades investigadas, na medida em que a probabilidade de os sujeitos serem (previamente) conhecidos e vizinhos é maior em Catanduva, em sua condição de cidade média nos limiares, o que ajuda a explicar o maior estreitamento dessas relações no âmbito do Residencial Acapulco, e a menor evidência de ressignificações na vida cotidiana, ainda que elas compareassem, como no caso do descontentamento mencionado por Célia.

Há aqueles, tanto em São José do Rio Preto quanto em Catanduva, que evidenciaram um estreitamento de relações com outros (poucos) moradores, com famílias que compartilham, além da semelhança socioeconômica, afinidades em outras dimensões da vida cotidiana, sobretudo aqueles que possuem filhos ainda na infância. Porém, o que se verifica no interior desses espaços é uma socialização privada e não a formação de comunidades.

Por outro lado, as diferenças, tanto no âmbito de cada espaço residencial pesquisado quanto no plano comparativo entre as duas cidades, desmistificam a ideia de que somente a proximidade espacial e a ausência de muros na frente das casas sejam suficientes para favorecer relacionamentos mais estreitos e a constituição de *pontes*. O espaço urbano em que se localizam tais empreendimentos não é neutro, exercendo papel na permanência ou na mudança de alguns valores, que se diferenciam entre os entrevistados das duas cidades, tanto no âmbito das relações socioespaciais de vizinhança quanto em relação à cidade.

A maioria dos entrevistados de Catanduva fez uma associação linear entre viver em um espaço residencial fechado e estreitar relações de vizinhança, valorizadas no âmbito de uma cidade média nos limiares, e do estilo de vida que representam como ideal entre muros. Não sabemos se essas relações são vivenciadas da maneira como nos relataram, mas o fato de serem valorizadas de forma mais significativa importa, sobretudo, no contexto da investigação comparativa.

Além disso, parece que, para alguns, “saber quem são” é mais relevante que as próprias relações concretas. Por meio de um conhecimento apenas de quem são, ou parecem ser, apreendemos, por uma perspectiva, relações sociais entre esses moradores mediadas por imagens, em uma sociedade caracterizada pelo deslizamento do “ter” para o “parecer”¹⁸⁹ (DEBORD, 1997), e, por outra, um estreitamento de relações preexistentes, sobretudo familiares.

Como temos visto, há diferenças entre as conformações espaciais dos empreendimentos e também dos espaços urbanos das duas cidades que atuam de maneira significativa na permanência e na mudança de alguns valores. No contexto de São José do Rio Preto, está em curso um processo mais intensificado de fechamento e individualização sobre a vida privada, em relação a Catanduva.

Mas, em ambas as cidades, algumas práticas que eram realizadas em público ou em espaços de usos coletivos¹⁹⁰, agora são realizadas em ambientes privados – a vida privada passa a se desdobrar e se sobrepor sobre a pública, em algumas dimensões do cotidiano.

Mudanças nos padrões arquitetônicos das casas dessa classe média produzem alterações qualitativas sociais e espaciais, sobretudo porque mais espaço em casa significa outras maneiras de viver em casa (PROST, 1992, p. 71) e, por conseguinte, na cidade. Embora esse último aspecto esteja presente nas narrativas dos entrevistados de Catanduva, é entre os de São José do Rio Preto que ele é mais significativo, constituindo uma das principais mudanças no estilo de vida desses sujeitos, por meio de uma interiorização de práticas de lazer, o que reforça a constituição das *fronteiras* também em relação aos espaços internos de uso coletivo.

Na medida em que nos afastamos física e demograficamente das realidades metropolitanas, vemos que, em cidades médias, os mesmos produtos imobiliários não se

¹⁸⁹ Dimensão tão valorizada na sociedade contemporânea, embora todos estejam cada vez mais iguais, vestindo jeans, bebendo Coca-Cola, portando telefones celulares, etc. (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 254).

¹⁹⁰ Um exemplo é a presença da piscina em cada casa, antes esses sujeitos frequentavam os clubes das cidades para essas práticas, locais privados, mas de uso coletivo.

apresentam na mesma intensidade e sob a mesma diversidade de formas. Assim como verificado na pesquisa de Sobarzo (2006, p. 204) sobre a cidade de Presidente Prudente, em São José do Rio Preto, os exemplos de “enclaves fortificados” de maior importância para a compreensão da dinâmica urbana contemporânea são os espaços residenciais fechados e os *shopping centers* (ainda que estes tenham particularidades em relação aos metropolitanos), uma vez que a consolidação de centros empresariais ainda é pouco significativa e grandes parques temáticos não existem.

No contexto das cidades médias nos limiares, as diferenças são ainda mais significativas nesse aspecto, tanto em relação à metrópole quanto, em menor proporção, às cidades médias, uma vez que a presença de apenas um *shopping center* e um espaço residencial fechado consolidado em Catanduva significa mais que particularidades da estrutura urbana em relação às cidades de maior tamanho e complexidade, evidenciando singularidades de práticas e usos da cidade, sobretudo as ligadas à moradia e ao consumo.

O centro tradicional¹⁹¹ da cidade constitui importante espaço de consumo para os entrevistados de Catanduva, na escala intraurbana. A frequência com que andam pelas ruas dessa área é maior em relação ao *shopping center* da cidade. Isso os diferencia dos entrevistados de São José do Rio Preto, mas a pesquisa revelou outras questões importantes que serão discutidas adiante.

Apesar de alguns relatarem idas ao centro tradicional da cidade, suas narrativas reiteraram a preferência pelos *shopping centers*¹⁹², ou seja, por espaços privados, para práticas de consumo e lazer. A menor opção em termos de lojas, supermercados, academias, restaurantes¹⁹³ e escolas é evidente no contexto urbano de Catanduva, o que revela maior possibilidade de encontros entre os próprios moradores do Residencial Acapulco ou com sujeitos de diferentes segmentos socioeconômicos nos espaços externos, ou seja, na cidade.

Uma vez que São José do Rio Preto possui espaços – de consumo, lazer, estudos e moradia – cada vez mais exclusivos para os segmentos de médio e alto padrão econômico, os impactos na produção do espaço urbano são maiores, sobretudo porque o

¹⁹¹ Essa discussão será desenvolvida no capítulo 4.

¹⁹² Algumas pesquisas em andamento vinculadas ao projeto temático chegaram a resultados semelhantes, especialmente de Castro (2015), que reafirma, por meio de informações qualitativas e quantitativas, uma lógica de consumo em São José do Rio Preto baseada em *shopping centers*.

¹⁹³ No contexto de Catanduva, de forma diversa a São José do Rio Preto, alguns entrevistados narraram a frequência também a pequenos estabelecimentos de bairros, como o “Espetinho”, mencionado por Regina, onde encontra não somente moradores do Residencial Acapulco, mas também de outras áreas da cidade.

mercado consumidor desses serviços também é maior, assim como a apropriação segmentada pelos diferentes sujeitos sociais, do ponto de vista socioeconômico, bem como a complexidade dessa cidade média em relação às cidades pequenas e médias nos limiares, no âmbito da rede urbana.

Nas cidades médias, esse aspecto retroalimenta de maneira mais incisiva a desigualdade socioespacial e a negação crescente da vida pública praticada nos espaços públicos. Assim, a convivência com a diferença, as negociações e imprevisibilidades inerentes à cidade não desaparecem, mas surgem novas combinações de usos e apropriações dos diferentes espaços, sobretudo de consumo.

O que se verifica em Catanduva são ritmos mais lentos de separação entre os diferentes segmentos socioeconômicos no espaço intraurbano, que se expressa de forma mais evidente pela segmentação das áreas de moradia, mas a permanência de algumas práticas em espaços abertos de consumo é significativa¹⁹⁴.

Ainda que prevaleça uma homogeneidade do ponto de vista socioeconômico, o que, antes de se mudarem, consistia para as famílias um dos aspectos que possivelmente anulava possibilidade de conflitos nos espaços internos aos muros, a realidade vivida e ressignificada a partir das relações socioespaciais revela o contrário. É desse tema que trataremos na seção seguinte.

3.2.1 Conflitos nos espaços internos: “tem gente que não tem o comportamento adequado para morar num condomínio”

De maneira semelhante à ressignificação da vida prática frente à proposta de um estreitamento das relações de vizinhança, também se constata que o cumprimento das regras não ocorre como o esperado, ou seja, sem conflitos e imprevisibilidades, no interior dos espaços residenciais fechados. Desencadeia-se tanto o descontentamento dos moradores entrevistados, sobretudo em função de expectativas anteriormente elaboradas, quanto conflitos, igualmente decepcionantes¹⁹⁵.

Foram relatados conflitos no âmbito das relações entre moradores e em relação aos sujeitos que entram cotidianamente para trabalhar, porém, nesta seção, tratamos dos

¹⁹⁴ O que se modifica quando operamos em uma articulação de escalas, conforme discutido no Capítulo 4.

¹⁹⁵ Esse aspecto corrobora os resultados de pesquisa de Sposito e Góes (2013, p. 244) em espaços residenciais fechados de Marília, Presidente Prudente e São Carlos e reforça uma complexificação dos processos de decodificação (significados e uso de bens) em relação aos propósitos imaginados pelos publicitários (FEATHERSTONE, 1995, p. 123).

primeiros, que têm tendências comuns nos espaços residenciais fechados das duas cidades. Mas há também tentativas de encobrimento, uma vez que os conflitos são narrados ao mesmo tempo em que os entrevistados valorizam um conjunto mais amplo e rigoroso de regras do que o previsto pelo estatuto¹⁹⁶.

Os principais conflitos (e mais frequentes) são decorrentes do descumprimento das regras sobre limites de velocidade dos veículos e a presença de animais domésticos nas vias, sem coleiras. Porém, sua intensidade varia entre os espaços residenciais fechados pesquisados, bem como existem conflitos mais evidentes em alguns deles.

A ausência de grades e portões na frente das casas¹⁹⁷ foi aspecto valorizado no início das entrevistas¹⁹⁸ e, numa primeira aproximação, pensamos que seria um aspecto favorável à constituição de *pontes* nos espaços internos aos muros, ou seja, uma conformação arquitetônica que estimulasse um estreitamento entre as relações de vizinhança. Mas o que se revela é o oposto, um elemento gerador de conflitos descritos pelos entrevistados, devido a uma “sociabilidade compulsiva” (SVAMPA, 2001, p. 149).

Uma vez eu estava aqui à noite. Meu marido estava ali fora com meu filho, aguando as plantas, e eu estava fazendo alguma coisa na cozinha, de camisola, aqui dentro de casa e eu escutei uma conversa aqui [*apontou para a porta de entrada da casa*] e aqui, você está vendo, é tudo integrado, e ele [*o vizinho*] foi entrando, procurando meu marido, mas ele não tem intimidade, e eu fui lá pro quintal. Aí eu fiquei muito brava com meu marido, daí ele falou [*o marido*], “mas ele tem costume”, aí eu falei, “não, mas não é assim, porque a porta está aberta”. A gente mora num condomínio, minha casa não tem portão, se tivesse portão, eu estaria com ele fechado. (Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

A descrição de Karen confirma a tese de Sennett (1998, p. 29) de que os sujeitos são tanto mais sociáveis quanto mais tiverem entre eles barreiras tangíveis, certa distância da observação íntima por parte do outro subsidia uma maior sociabilidade. Mas, por outra perspectiva, contrapõe-se à narrativa de Amanda – moradora do

¹⁹⁶ Sobre as regras, ver quadro de Sistemas de Segurança e Regras no Anexo I.

¹⁹⁷ As casas possuem muros nas laterais e nos fundos, sendo este último um espaço eminentemente privado, onde se localiza a área de lazer, com churrasqueira, piscina, em algumas casas, integradas à cozinha. A parte da frente, pelo contrário, tem uma função ostentatória (PROST, 1992, p. 127), fica à vista e seus jardins se voltam para o simulacro de “rua” que são as vias internas.

¹⁹⁸ “Foi quando eu conheci aqui, o corretor nos trouxe até aqui, eu fiquei encantada, nós gostamos de tudo do condomínio” (Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva). “Me agrada aquele estilo americano de viver, todas as casas numa mesma rua, num mesmo bairro, sem portão, sem grade” (Maurício, 36 anos, advogado, Acapulco, Catanduva).

Residencial Damha IV – que valorizava a proximidade dos apartamentos para o estreitamento das relações de vizinhança, conforme já mencionamos.

Devido às constantes ocorrências de conflito gerado por esse tipo de prática, alguns entrevistados do Residencial Acapulco mencionaram as orientações que dão aos filhos sobre práticas que sejam mais “adequadas” quando se vive em um espaço residencial fechado. A liberdade representada pela imagem e pelo imaginário que os sujeitos elaboraram antes de se mudar nem sempre condiz com a realidade vivida, evidenciando a relevância de compreender o espaço enquanto praticado (MASSEY, 2008, p. 97). Ao explicar ao filho que ele só pode brincar no seu próprio jardim, Karen constrói, mesmo entre muros, limites e novas *fronteiras* da vida privada (PROST, 1992, p. 19). Ao reforçar a importância do espaço privado de cada um, prepara os filhos para esse estilo de vida, fundindo uma estética baseada na visibilidade e no isolamento social (SENNETT, 1998, p. 27).

De negativo aqui é essa questão de você não ter portão e tem pessoas que não sabem onde começa e termina, porque tudo é uma questão de você ensinar. Para meu filho, por exemplo, eu falo: “filho, não é porque é tudo aberto que... ali é a casa da Maria, aqui é a nossa casa, aqui é a frente da nossa casa”. Já expliquei que não pode brincar na garagem do vizinho, ficar brincando no jardim do vizinho, não pode. (Karen, professora, 40 anos, Acapulco, Catanduva)

Mas esse tipo de conflito é mais frequente no contexto de Catanduva, em sua condição de cidade média nos limiares, na qual há maior permanência dos valores discutidos anteriormente. A presença dos moradores das vias internas nos finais de tarde para as caminhadas favorece os encontros, ainda que pontuais, e observações de dimensões da sua vida privada, como as “entradas” indevidas, nas casas de conhecidos.

Isso revela a presença de um controle de vizinhança (PROST, 1992), valorizado entre os entrevistados de Catanduva como integrante do estilo de vida desses espaços residenciais fechados e como forma de segurança que almejam. Mas esse mesmo aspecto é desvalorizado quando se ultrapassam os “limites” da vida pública.

No interior do Residencial Acapulco, evidencia-se uma mudança na transição entre público e privado, que se torna menos nítida pela ausência dos muros na frente das casas. Porém, isso não quer dizer que esses limites deixam de existir, pelo contrário, as práticas espaciais dos moradores acirram *fronteiras*, mesmo com essa configuração arquitetônica. Além disso, pelo fato de efetivar a privatização das vias internas e

espaços de lazer, esses empreendimentos, tanto de Catanduva quanto de São José do Rio Preto, eliminaram a inter-relação casa-rua inerente à cidade, entre espaço privado/espaço público, vida privada protegida pelos muros da casa/vida pública aberta aos outros, porém, aí a vida pública não tem o mesmo caráter, pois outro muro a separa dos demais espaços urbanos (SOBARZO, 2006, p. 206).

A proximidade entre os moradores e o síndico também é aspecto específico do Residencial Acapulco. Ela se combina a um maior controle mútuo em relação ao cumprimento das regras e à manutenção da ordem nos espaços internos, através dos “olhares” de uns sobre os outros, além de se relacionar aos controles de vizinhança mais típicos das cidades médias nos limiares, com níveis menores de complexidade que se refletem nas relações socioespaciais dos sujeitos. Foram descritas situações¹⁹⁹ em que os moradores recorrem ao síndico para resolver problemas com vizinhos, conformando um espaço onde os conflitos podem ser administrados por um tipo de mediação que seria inexistente caso morassem na “cidade aberta”, na qual as negociações teriam que ser diretas.

Esses fatos sugerem que a dificuldade frente às negociações não se restringe ao espaço público, entre “diferentes”, mas atinge amplas dimensões, inclusive nesses espaços privados, cujas relações de vizinhança são valorizadas em vários momentos da entrevista. Ao se esquivarem das práticas de negociação, revelam as fragilidades dessas relações sociais, que poderia ser caracterizada como uma “leucemia” do político (BAUDRILLARD, 1991, p. 86), ao mesmo tempo em que desmistificam a existência de uma comunidade interna (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 249).

Isso foi pouco significativo entre os entrevistados de São José do Rio Preto, que valorizam o anonimato e, ainda de maneira mais significativa, as *fronteiras*, inclusive entre muros, e atribuem a função de vigilância aos sistemas de segurança, contratados para isso. Mas os conflitos também caracterizam a vida cotidiana, conforme indica a fala de Carlos, morador do Residencial Recanto Real.

¹⁹⁹ Relatos tanto do síndico, Lucas, quanto dos próprios moradores entrevistados do Residencial Acapulco. Depois de desligarmos o gravador, Lucas nos contou muitos casos em que ele teve que intervir para “resolver” situações de conflito, dentre elas, relatou sobre uma moradora que enviou uma mensagem de texto em seu celular, com a seguinte frase: *A lâmpada queimada no poste em frente a minha casa irá fazer aniversário de um mês, vamos comemorar?* O entrevistado mostrou a mensagem de texto em seu celular. Esse, dentre outros fatos, evidenciam que o desejo de separação em relação à sociedade e seus pactos implicam uma diminuição de práticas políticas de alguns moradores.

Aqui tem drogas, eles usam drogas às vezes perto do lago, em terreno, em lugar meio assim, eu já vi sim, tem, é comum, tem muitos jovens, então é comum, tenho certeza que tem, já percebi alguns que estavam lá perto do lago. Tem sim, tem jovens que usam droga aqui, já senti até o cheiro. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Os relatos de casos de moradores que ultrapassam os limites de velocidade²⁰⁰ foram recorrentes em São José do Rio Preto, mas os relatos sobre os jovens fazendo uso de drogas ilícitas nos espaços entre muros só ocorreram nessa cidade. A primeira dimensão que ajuda a compreender essa diferença é temporal, haja vista que o Residencial Recanto Real foi lançado em 1992 e o Residencial Acapulco em 2003. Os relatos dos moradores do primeiro residencial mostram que, entre as famílias com filhos, a predominância é de adolescentes²⁰¹, ao contrário do Residencial Acapulco, em que há presença mais significativa de crianças. No que se refere ao abuso de velocidade, citado de maneira mais frequente em São José do Rio Preto, ele deve-se, dentre outros fatores, à dimensão espacial e à limitação do controle dos próprios moradores²⁰².

Outros conflitos que se diferenciam são referentes às visitas e ao uso que fazem dos espaços coletivos. Por serem maiores em relação ao de Catanduva, os espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto têm, conseqüentemente, um número de visitantes maior, o que gera conflitos mais significativos. Em alguns residenciais, como o Recanto Real, foi decidido em reunião condominial que cada morador pode levar dois convidados para jogar futebol na quadra. A segunda narrativa evidencia outro conflito²⁰³, mas confirma a mesma tendência.

[...] um morador chama dez, vai acabar isso, agora se você quer levar alguém, é um ou dois. Se você quer trazer alguém pra jogar bola, é um, só entra um, deram uma cortada há um mês. Antes, quem ia jogar uma pelada, chamava dez, vinte pessoas, agora, na última reunião, recebi um papel dizendo que pode receber um ou dois pra jogar bola, pra ir na piscina um ou dois, tem que avisar, tem que ir lá na portaria e falar: “final de semana vou levar um parente na piscina”, tão fazendo

²⁰⁰ Esse descumprimento ficou mais evidente entre os entrevistados de São José do Rio Preto. Em todos os espaços residenciais fechados visitados, vias internas possuíam obstáculos como lombadas e placas de sinalizações. Nos empreendimentos do Grupo Damha (Damha IV e Village Damha I), além de obstáculos e sinalizações, havia cavaletes em um dos lados das vias internas principais. Segundo uma moradora, essa foi uma medida mais extrema em relação aos descumprimentos dos limites de velocidade estipulados.

²⁰¹ Não propomos uma relação linear entre presença de jovens e uso de drogas.

²⁰² Conforme o Quadro 1.

²⁰³ O fato narrado por Carlos é específico do Residencial Real, uma vez que esse empreendimento se localiza, conforme foi descrito, contíguo à malha urbana, próximo às áreas com atividades de comércio e lazer.

isso agora, porque muita gente andou reclamando. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

Tem uma boate aqui perto, bem na esquina, saiu do condomínio, cinquenta metros, trinta metros à esquerda, eu não sei o nome, é de quinta, sexta e sábado, aí tem amigos que tem aqui dentro, os moleques não tem onde estacionar o carro, entra aqui, fica largando aqui dentro do condomínio, aí o condomínio quer acabar com isso. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

A tendência que identificamos a partir das entrevistas, principalmente de São José do Rio Preto, é de negação de situações que escapam a qualquer tipo de regulação e controle dos moradores, o que tende a ser ao contrário da cidade, garantido nos espaços entre muros, cujas lógicas favorecem a negação das diferenças e engendram estratégias para eliminar os múltiplos “devires do espaço” (MASSEY, 2008, p. 254), enquanto surpresas e imprevisibilidades. Isso mostra uma tendência a conceber o futuro mais como uma continuação do presente do que um *devir*, pela incapacidade de imaginar qualquer tipo de futuro desvinculado a uma representação rematada do presente (JAMESON, 1996, p. 292), reafirmando esse aspecto que caracteriza os entrevistados de classe média.

Ao mesmo tempo em que ocorre tal exacerbação dos mecanismos de controle e constituição de *fronteiras* internas, há uma mercantilização das sanções (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 251), com o pagamento de multas pelos pais quando os seguranças registram casos como uso de drogas por jovens, ou ainda a adoção de práticas acobertadoras, como mostra a narrativa de Carlos: “fica só entre a família, porque é difícil para o síndico, por exemplo. Ele que vai chamar a polícia, pegou o filho do vizinho dele, ou então fui eu que entreguei o filho do meu vizinho, então ninguém tem coragem”.

O convívio com os diferentes²⁰⁴ e o exercício da negociação são práticas cada vez mais ausentes, temidas e rejeitadas, especialmente pelas crianças, que já nasceram nesses espaços, ou para aqueles que se mudaram muito jovens, o que implica preocupação em relação ao futuro da cidade (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 264). Assim como no Residencial Acapulco, as dificuldades de negociações entre os próprios moradores evidenciaram-se entre os entrevistados de São José do Rio Preto, porém,

²⁰⁴ Mesmo as atividades ligadas aos espaços externos aos muros são executadas em instituições e espaços privados (escolas, academias, *shopping centers*, etc.). No caso do Village Damha I, aulas de futebol são dadas na sua quadra.

além de levar os conflitos à administração, incentivam a elaboração de novas regras. Estas são vistas por alguns como “soluções” e/ou “alternativas”, o que, em certos casos, estimula a ocorrência de novos conflitos²⁰⁵.

[...] uma vez eu fui atrás porque eu queria plantar uma quaresmeira na frente da casa nova, olho a árvore, porque eu acho deslumbrante, *aí* falei “será que pode plantar essa árvore?” Perguntei se existia regra escrita em algum lugar sobre as árvores que eu poderia plantar, fui falar com a gerente... E ela falou que não tinha nada por escrito, mas que não podia ser muito grande a árvore, e que iria pensar sobre isso. [...] as árvores *lá* tem tudo a mesma cara, como as casas. E eu não quero nenhum das árvores que estão lá, mas vai ter que ser uma daquelas, *fazer o quê*, vai ficar tudo igual mesmo... (Vivian, professora universitária, 44 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Além do misto de descontentamento e conformismo explicitado frente à homogeneidade que tende a predominar internamente – inclusive, mas não apenas – em função das regras, após a entrevista, Vivian comentou que a regra sobre as espécies de árvores que podem ser plantadas foi um dos assuntos em pauta na reunião do condomínio. A partir dela, certamente seria elaborada uma regra referente a isso, reforçando a previsibilidade e a negação do novo que permeia as lógicas internas desses espaços residenciais fechados e os esforços para anulá-los, seja por meio da criação de novas regras, seja pelo acirramento dos sistemas de controle internos, produzindo um espaço cada vez mais homogêneo, conforme certas regras de estilo (DUNKER, 2015).

Em um contexto no qual ninguém está realmente seguro quanto aos padrões adequados de comportamento, uma das soluções consiste em criar, tomar emprestado ou imitar comportamentos socialmente representados como “adequados” e “verossímeis” em seus contatos (SENNETT, 1988, p. 70). Mas não há unanimidade, o que gera desaprovação das práticas que consideram “não adequados à vida em condomínio”, como explicitado por Karen, moradora do Residencial Acapulco: “acontece que tem gente que não tem o comportamento adequado para morar num condomínio, porque eu reclamei com relação ao lixo uma vez com a empregada da vizinha, que deixava tudo amontoado no canto da calçada”.

²⁰⁵ Principalmente em relação às regras relacionadas aos trabalhadores de alguns espaços residenciais fechados, conforme veremos adiante. Salientamos também que, ao contrário do que foi identificado por Sposito e Góes (2013, p. 247), tanto nos residenciais de Catanduva quanto nos de São José do Rio Preto, os entrevistados não relataram casos envolvendo violência.

No âmbito das semelhanças e tendências identificadas, principalmente por comparecer de forma evidente nas entrevistas das duas cidades, o que se destaca são os conflitos ocasionados por moradores “que não sabem viver em condomínio”, segundo opinião dos entrevistados. Projeta-se assim um *habitus* (BOURDIEU, 2007) que se contrapõe ao da “cidade aberta”, ao mesmo tempo em que a influencia. A busca por distinção²⁰⁶ ultrapassa a aquisição de bens e o consumo também se cristaliza em tipos específicos de estilo de vida (BOURDIEU, 2007, p. 16), que se liga tanto à posse quanto à maneira de usar esses bens.

Ainda que a ideia para esses espaços residenciais fechados seja de um estreitamento das relações de vizinhança, alimentada pela retórica do marketing imobiliário e reproduzidos por alguns entrevistados, sobretudo de Catanduva, o que vemos, ainda que de maneira mais significativa em São José do Rio Preto, é a constituição de *fronteiras* nos espaços internos aos muros, acirradas pelos conflitos cotidianos entre os moradores, resultando tanto em práticas dos sujeitos moradores cada vez mais independentes uns dos outros quanto no estreitamento de relações sociais preexistentes, com familiares e amigos.

Embora tenha ficado evidente que se, por um lado, existe uma retórica de que esses moradores podem se constituir enquanto um conjunto em relação aos *outros*, por outro, o cotidiano vivido expressa o oposto, um processo de individualização inclusive sobre os interesses desses moradores em relação à medidas administrativas, por exemplo, como revelaram várias narrativas acerca da pouca ou nenhuma participação dos moradores nas reuniões de condomínio. Isso se expressa na dificuldade e até mesmo na impossibilidade da conformação de uma esfera pública²⁰⁷ nos espaços privados, internos aos muros.

Em contraposição ao que se vende de maneira conjunta nesses empreendimentos, os espaços coletivos são pouco usados pelos moradores, como revelou a pesquisa, e o que se evidencia são conexões com espaços de consumo atrelado ao lazer. Nesse sentido, os *shopping centers* assumem papel importante para a continuidade das discussões e análises.

²⁰⁶ A narrativa de Vivian evidencia uma busca por distinção também na escala do próprio espaço residencial fechado. Esse tema é desenvolvido no tópico seguinte.

²⁰⁷ A esfera pública compreendida como um espaço comum a todos em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria (JOVCHELOVITCH, 1995, p. 71).

Capítulo 4. CONEXÕES E DESCONEXÕES ENTRE ESPAÇOS RESIDENCIAIS FECHADOS E *SHOPPING CENTERS*

Frente à intensificação do processo de implantação de empreendimentos murados e vigiados com câmeras de segurança – para moradia e consumo –, elegemos como dimensão empírica do processo, além dos espaços residenciais fechados analisados até o momento, os *shopping centers*, uma vez que o consumo atual dos sujeitos sociais constitui um elemento primordial para o desenvolvimento da tese.

Nosso objeto de pesquisa são as práticas espaciais dos sujeitos que habitam os espaços residenciais fechados em suas relações com os espaços de consumo igualmente recentes e privados, ligando as novas formas de habitar às novas formas de consumir.

A hipótese que vimos desenvolvendo é que a conformação desses espaços, no contexto de São José do Rio Preto e Catanduva, combinados aos anseios da classe média, substancia a produção de um estilo de vida distintivo por meio do habitar *a* e consumir *na* cidade, ou seja, a espacialidade²⁰⁸ da vida cotidiana desempenha um papel importante nestes processos de produção da distinção socioespacial, sendo o espaço urbano uma dimensão estratégica para que ela se efetive. Aliado a isso, operamos no plano comparativo do processo de fragmentação socioespacial entre cidades médias com diferentes graus de complexidade, além de considerar as articulações escalares entre elas, a partir das práticas desses sujeitos.

Buscando comprovar essa hipótese, identificamos as práticas espaciais e representações sociais dos entrevistados, moradores de espaços residenciais fechados, nas relações que estabelecem com os *shopping centers*, no caso de Catanduva, tanto na própria cidade, quanto em relação aos *shopping centers* de São José do Rio Preto, ou seja, no âmbito da rede urbana. Além disso, lógicas comuns entre esses espaços, vistas por meio de anúncios publicitários, foram alvo de atenção, especialmente porque os sujeitos sociais se identificam com elas, incorporando elementos que se combinam ao estilo de vida distintivo.

O espaço urbano, com seus lugares, condensa um conjunto de valores, normas, símbolos e imaginários que se objetivam na materialidade da cidade (LINDÓN, 2007, p. 36); além disso, o espaço urbano é, simultaneamente, produto e produtor das

²⁰⁸ O entendimento de que a mudança social não pode ser explicada satisfatoriamente sem uma reconceitualização das categorias relativas ao componente espacial da vida social é chamada de “virada cultural” (LÖW, 2013, p. 17), a qual reforça a compreensão de que o espaço precisa ser pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais.

representações sociais, mediadas pelas práticas. Com base nesses pressupostos, consideramos importantes as representações sociais produzidas pelas conexões e desconexões entre os espaços residenciais fechados e os *shopping centers*, elaboradas pelos entrevistados, segundo sua experiência socioespacial.

Direcionamos nossa atenção primeiramente para a cidade de São José do Rio Preto, considerando um universo maior de análise em relação à Catanduva, com base nas narrativas dos entrevistados. Os *shopping centers* em questão são o Rio Preto Shopping Center, Plaza Avenida Shopping e Iguatemi Rio Preto, todos localizados na área sul, e o Shopping Cidade Norte, localizado na área norte da cidade, conforme mostra o mapa da Figura 12.

As distâncias entre os três *shopping centers* situados na área sul, em relação aos espaços residenciais fechados investigados, são menores quando comparados ao Shopping Cidade Norte. Este último foi incluído na pesquisa com o objetivo de demonstrar que a localização espacial dos empreendimentos exerce influência, mas não é determinante na escolha dos entrevistados, haja vista o alto grau de mobilidade, por disporem de veículos particulares, e as menores distâncias percorridas em curtos intervalos de tempo, quando comparadas à realidade metropolitana.

Além disso, a inclusão do Shopping Cidade Norte possibilita a identificação de conexões e desconexões com os espaços residenciais fechados que ultrapassam as determinações das curtas ou longas distâncias porque se ligam a outros elementos que também exercem poder, sobretudo simbólico.

Em uma perspectiva semelhante a de Sarlo (2009, p. 13-31), levamos em conta na investigação: 1) a homogeneidade estética (e arquitetônica) dos *shopping centers*, sua caracterização como espaço de conexões, diretamente relacionados à globalização; 2) a alternativa ao espaço público por eles representada e, em última instância, a própria cidade, enquanto opção livre (quase totalmente) de desordens, de insegurança, de surpresa (instabilidade), de sujeira, de intempéries, numa demonstração de que o mercado é capaz de garantir aquilo que o Estado não consegue mais (ou não conseguiu nunca e que, mais recentemente, tornou-se intolerável); 3) sua capacidade de gerar desejos, através de imagens, garantindo apenas satisfação parcial via consumo, mas plena satisfação via acesso visual (ver e ser visto), como um “desejo dirigido”, aparentemente sem tensão, e pela participação de diferentes grupos de frequentadores – incluindo aqueles que podem consumir suas mercadorias e aqueles que não podem; 4) “o shopping é o paraíso das classes médias ... a essas classes médias se dirigem as

mensagens institucionais” (SARLO, 2009, p.33).

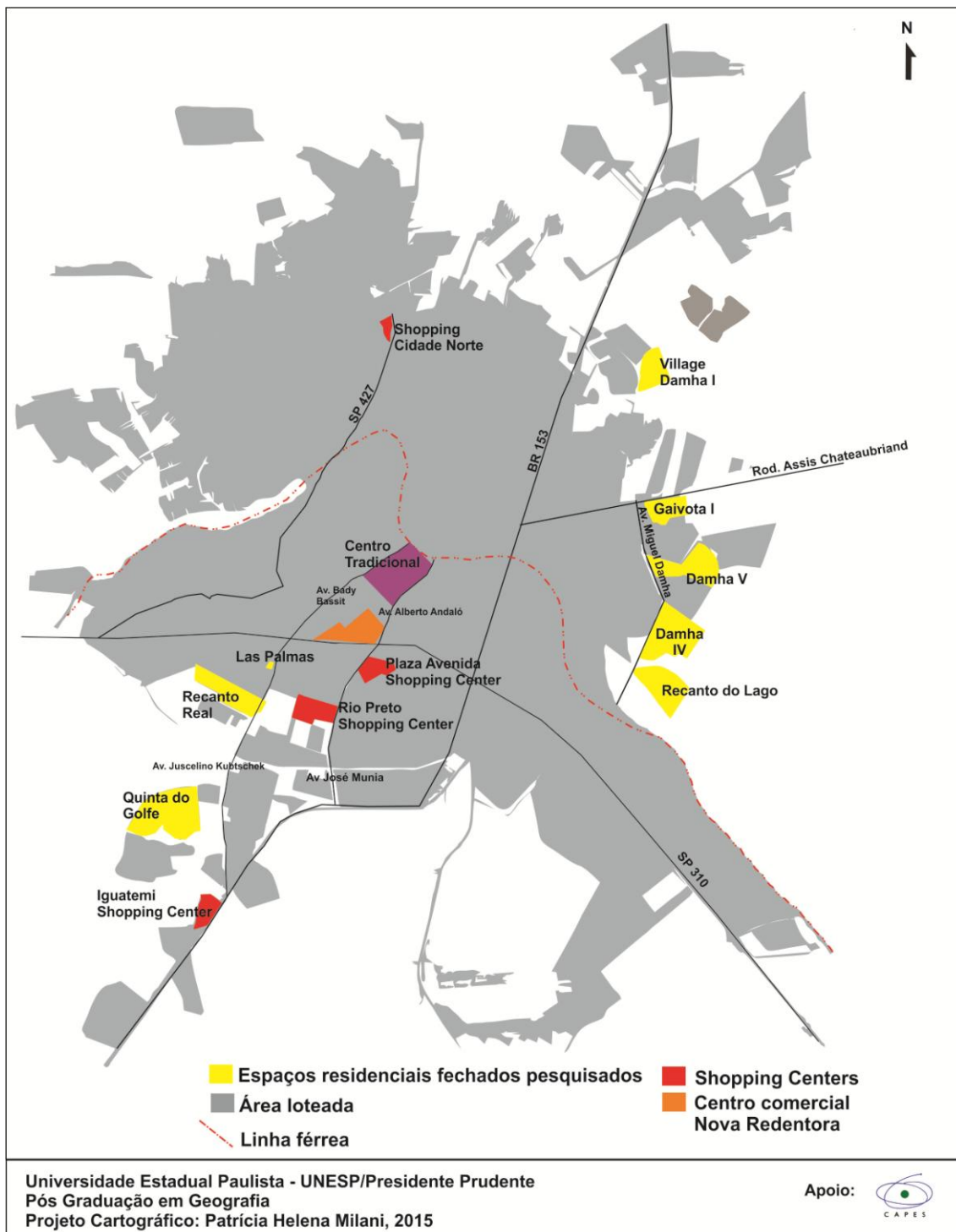


Figura 12: São José do Rio Preto. Espaços Residenciais fechados e equipamentos urbanos pesquisados.

Parte das representações dos *shopping centers* valorizadas pelos entrevistados devem-se ao férreo controle exercido nesses espaços sem que isso se revele, ou seja,

mantendo-se a ilusão de independência e liberdade de forma similar ao que ocorre no interior dos espaços residenciais fechados, ambos conformando um “domínio ilusório” (BAUMAN, 2007). Poderíamos considerar que tudo isso ocorre quando a insegurança se torna preocupação central na cidade? Parece que sim e, segundo Sarlo (2009, p. 23), é uma resposta: “não sou a cidade, sou melhor que a cidade”.

Dentre os motivos que ajudam a compreender o êxito desses espaços de consumo nas cidades não metropolitanas, de modo similar ao ocorrido com os espaços residenciais fechados, além da insegurança como uma preocupação central para a maioria dos entrevistados, defendemos a tese de que a busca por distinção socioespacial, que motiva a opção pelos novos *habitats*, delinea conexões e desconexões, por meio de representações sociais e práticas de consumo e lazer, com determinados *shopping center*. Assim se engendra, no plano do cotidiano, o processo de fragmentação socioespacial na produção do espaço urbano, com diferenças significativas entre uma cidade média e uma cidade média no limiars.

Nesse sentido, optamos por compreender o processo de fragmentação tanto do ponto de vista material, das práticas, quanto de suas dimensões subjetivas e simbólicas, por meio dos valores que realizam, revelam e conduzem a vida urbana (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 300). A partir dessa proposição, procuramos verificar a possibilidade do uso do conceito de fragmentação socioespacial nos dois diferentes contextos urbanos investigados.

A noção de fragmentação surgiu no final dos anos de 1980 na literatura dedicada à cidade. Essa noção associa componentes espaciais, como desconexão física, descontinuidades morfológicas e sociais, por meio das lógicas exclusivas e políticas, através da dispersão de atores e autonomização de dispositivos de gestão e regulação urbana. Em uma perspectiva histórica, a noção de fragmentação foi utilizada para analisar os processos de rompimento da cidade enquanto unidade (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 35-38).

A partir da inserção dos *shopping centers*, enquanto dimensão empírica da pesquisa, torna-se evidente uma separação nas práticas também no âmbito do consumo, de modo mais significativo em São José do Rio Preto, configurando uma crescente complexidade que resulta das articulações entre dimensões da vida urbana. Isso reafirma a importância de se caracterizar o processo de fragmentação socioespacial, inclusive para não enfraquecer o conceito de segregação, que se volta ao uso residencial do solo.

4.1 O contexto de São José do Rio Preto

O processo de reestruturação da cidade de São José do Rio Preto teve início de maneira significativa na década de 1990, quando empreendimentos como os espaços residenciais fechados destinados para os segmentos de médio e alto poder aquisitivo e os *shopping centers* começaram a ser produzidos de maneira mais intensa nas áreas sul e leste da cidade, com destaque para a atuação do Grupo Damha, como explicitamos anteriormente.

Esses centros comerciais produzem novas centralidades na escala intraurbana e, além disso, ampliam os papéis que a cidade exerce na escala da rede urbana, num processo de reestruturação urbana e da cidade²⁰⁹. Isso não nos interessa somente pela localização desses novos empreendimentos, mas atentamos para os novos espaços onde o consumo se realiza, para seus conteúdos e para a articulação entre escalas que se reafirma tanto no âmbito das práticas espaciais dos sujeitos pesquisados quanto das lógicas multiescalares desses espaços que se combinam. Isso porque a maioria das lojas dos *shopping centers* pertence a cadeias de lojas que podem ser encontradas em qualquer cidade, assim como o próprio projeto arquitetônico desses espaços de consumo se assemelham por toda parte (GIDDENS, 1991), ainda que reservem particularidades.

Neste aspecto, mais uma vez são identificadas permanências no espaço urbano de Catanduva, mais evidentes se comparadas a São José do Rio Preto, uma vez que, além de possuir um espaço residencial fechado consolidado, a principal centralidade²¹⁰ no contexto intraurbano continua sendo exercida pelo centro tradicional, e o único *shopping center* – Garden Shopping – está localizado em área contígua ao centro tradicional²¹¹.

O empreendimento não gerou uma nova centralidade que superasse à exercida pelo centro, tampouco uma reestruturação da cidade, a ponto de engendrar mudanças significativas na lógica tradicional do par centro-periferia, ao contrário do que ocorreu em São José do Rio Preto.

²⁰⁹ Com base em Sposito (2007, p. 3), consideramos estruturação ou reestruturação urbana as dinâmicas atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas, por sua vez reestruturação da cidade as dinâmicas e processos que ocorrem na escala intraurbana.

²¹⁰ A centralidade é entendida como a condição e expressão de central que uma área exerce e representa; por sua vez, área central, incluindo o centro tradicional, são os espaços que ancoram a constituição de centralidades (SPOSITO, 2013, p. 73).

²¹¹ Ver mapa da Figura 3, na página 36.

De maneira preliminar, evidenciam-se mais diferenças que semelhanças entre os entrevistados das duas cidades, no que se refere às conexões e desconexões entre seus espaços fechados de moradia e *shopping centers* no contexto intraurbano, o que muda de expressão quando há articulação de escalas, conforme discutido adiante. As tendências identificadas se revelam no plano de representações negativas similares sobre os espaços públicos de consumo, bem como pela busca por distinção socioespacial entre os entrevistados de Catanduva e São José do Rio Preto, embora de maneira mais intensa nesta última.

O Rio Preto Shopping Center e o Plaza Avenida Shopping²¹² estão localizados respectivamente na Avenida Brigadeiro Faria Lima e Avenida José Munia. O primeiro foi inaugurado em 1988 e o segundo em 2007. Essa diferença temporal entre esses dois empreendimentos explica, dentre outros fatores, suas estruturas arquitetônicas²¹³ e localização, que nos dias atuais é contígua à malha urbana consolidada.

Ao longo das referidas avenidas, há um *mix* de comércio e serviços (agências bancárias, restaurantes, farmácias, postos de combustíveis, hospitais, clínicas médicas, etc.), tendencialmente destinados a atender o mercado consumidor dos moradores da área sul, mas não se pode desconsiderar o papel que esses eixos comerciais exercem na escala interurbana.

O Shopping Iguatemi Rio Preto foi inaugurado em abril de 2014, na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, no extremo sul da cidade. Nessa área, diferente da localização dos outros dois *shopping centers*, predominam os espaços residenciais fechados, habitados pelos segmentos de médio e alto poder aquisitivo. Isso contribui para a intensificação da representação desse espaço de consumo como “exclusivo” de maneira mais explícita, se comparado aos outros dois, mas há outros aspectos que necessitam ser discutidos.

A partir das narrativas dos entrevistados, combinadas às observações nesses espaços de consumo, evidencia-se em São José do Rio Preto, de maneira similar ao que ocorre entre os espaços residenciais fechados, que a estratégia de distinção não é apenas consumir em um *shopping center*, mas importa a escolha de qual deles e se a maneira de chegar até eles²¹⁴ é adequada a esse propósito, o que se viabiliza com a ampliação da

²¹² Outras características desses *shopping centers* podem ser vistas no Quadro 2.

²¹³ Menor padronização e rompimento entre os espaços internos e externos são algumas características que evidenciam as mudanças de tendências das infraestruturas verificadas no Plaza Avenida Shopping e no Iguatemi, empreendimentos mais recentes, em relação ao Rio Preto Shopping.

²¹⁴ Pela seleção de vias de acesso rápido.

sua presença em São José do Rio Preto. A Figura 13 mostra imagens externas dos três *shopping centers* da área sul.



Figura 13: Rio Preto Shopping Center, Plaza Avenida Shopping e Iguatemi Rio Preto, respectivamente.

Fotos: Patrícia Helena Milani, fevereiro e abril de 2014.

Identificamos combinações e contrastes entre as práticas nos espaços residenciais fechados em que residem os entrevistados e fora deles. No caso das combinações, elas estabelecem conexões que caracterizam um processo de “espelhamento” entre lugares (LINDÓN, 2007, p. 43), reforçam os significados atribuídos aos espaços em que residem e as práticas comandadas por valores subjetivos e ideológicos que expressam o desejo de dispor desses novos espaços, considerados como “indicadores da modernidade” (SOBARZO, 2006, p. 204). Desse modo, elementos que caracterizam os espaços residenciais fechados também foram relatados quando nos falaram sobre os *shopping centers* que preferem, contrapostos aos espaços públicos, principalmente ao centro tradicional, como espaço de consumo.

A superação do centro tradicional como lugar de todos, segundo Sposito e Góes (2013, p. 301), como continente de práticas econômicas, políticas e sociais em que as diferenças se defrontam, dificulta a compreensão da cidade como totalidade, sempre relativa, mas capaz de favorecer identidades territoriais ou sentimentos de pertencimento a um dado espaço urbano. Contudo, as respostas variam entre os entrevistados, pois cada um, apesar de compartilhar lógicas semelhantes, descreve práticas espaciais e representações particulares ligadas às diferentes vivências da cidade, portanto, além de tendências, conforma-se uma polifonia no conjunto das narrativas.

Com vistas à identificação de conexões e desconexões entre as práticas de consumo e lazer dos moradores dos espaços residenciais fechados de São José do Rio Preto, começamos por classificar os entrevistados em três grupos: a) um grupo composto pelos entrevistados cujas práticas de consumo estão ligadas aos *shopping*

centers; b) outro grupo que evidencia práticas ligadas aos *shopping centers* sobrepostas à permanências em relação ao centro tradicional e, por fim, c) um pequeno grupo que mencionou maior frequência em outras áreas de centralidade, especialmente na Nova Redentora, combinadas ao consumo nos *shopping centers*. Assim, além do *shopping center*, alguns entrevistados elaboram uma representação positiva do centro comercial que se consolida na Nova Redentora, exercendo papel de centralidade sobretudo na escala intraurbana²¹⁵. O depoimento de Amanda é exemplar nesse sentido.

No shopping, até a gente fala que aqui em Rio Preto tá mudando, tá ficando com esses conceitos de cidade grande. As grandes butiques, as grandes marcas chiques, caríssimas mesmo, estão tudo no bairro da Redentora, um bairro chique que tem aqui, é tipo uma [rua] Oscar Freire de São Paulo. É onde tem as clínicas mais *chicosas*, os restaurantes mais chiques, as lojas, as grandes grifes, tudo indo *pra* Redentora. Mas eu prefiro ir no shopping, no Rio Preto Shopping, que é o antigo. (Amanda, 26 anos, arquiteta, Damha IV, São José do Rio Preto)

De acordo com a narrativa, o centro comercial da Nova Redentora, embora sejam áreas comerciais “abertas”, distingue-se do centro tradicional de São José do Rio Preto. Enquanto o segundo passa por um processo de popularização, o que não é particular dessa cidade²¹⁶, as atividades comerciais da Nova Redentora tendem a atender, como afirma Ariane, “a classe média alta”.

Eu prefiro lojas na cidade, assim... não no centro, em bairros mais nobres, que tem lugar pra estacionar, é fácil. O shopping seria minha segunda opção e o centro minha última opção. Eu vou no centro comercial da Redentora, quem frequenta é mais classe média alta. (Ariane, 28 anos, dentista, Las Palmas, São José do Rio Preto)

Tal processo de popularização das atividades comerciais do centro tradicional está ligado à consolidação dos *shopping centers* e de outros centros comerciais, também de alcance interurbano, que geram uma diminuição da diversidade e das lojas que se dirigem de forma progressiva aos segmentos de menor poder aquisitivo, embora não se perca o dinamismo que caracteriza essa área historicamente. Combinado a isso, as

²¹⁵ Nas observações de campo, encontramos indícios de que essa área comercial exerce também centralidade na escala da rede urbana.

²¹⁶ Essa realidade também se repete nas cidades médias de Presidente Prudente, Marília e São Carlos, de acordo com Góes (2013, p. 11). Em pesquisas com moradores de espaços residenciais fechados nas três cidades, foi notável a perda de significado das áreas centrais e, por vezes, também de tradicionais espaços públicos de lazer, cujo papel passa a ser ocupado pelos *shopping centers*, em registro simbólico e espacial crescentemente hegemônico.

principais marcas associadas aos grandes capitais comerciais nacionais e internacionais passam a se localizar nos novos centros comerciais, assim como foi identificado por Sposito, Góes, Sposito e Bellet (2015, p. 24).

Isso não quer dizer que essas novas áreas comerciais sejam utilizadas exclusivamente pelos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, mas, pelos relatos das moradoras citadas, há uma representação de exclusividade a elas vinculada, inclusive a partir de comparações, como aquela feita por Amanda, entre as lojas do centro comercial da Nova Redentora, em São José do Rio Preto, e a Rua Oscar Freire²¹⁷, na cidade de São Paulo.

O centro comercial que se conforma na Nova Redentora situa-se em uma área contígua ao centro tradicional da cidade, no qual predominam edifícios residenciais habitados pelos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, clínicas médicas privadas, restaurantes e lojas elitizadas, principalmente em função das marcas e preços dos produtos comercializados. Apesar de não ser um espaço murado, alguns entrevistados constroem *fronteiras* simbólicas e “lógicas de separação” (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 35) entre aqueles que podem e não podem pagar pelos serviços e produtos comercializados na área. Esse espaço é representado como um modelo oriundo da metrópole, elitizado e exclusivo, um centro reprodutor de “conceitos de cidade grande”, “chique”²¹⁸, de acordo com Amanda.

Identificamos, nas falas citadas, indícios que tornam o processo de segmentação socioespacial mais evidente, uma vez que a opção por residir em espaços residenciais fechados expressa e reproduz uma radicalização das diferenças e, sobretudo, das desigualdades socioeconômicas (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 289), engendrando práticas, representações sociais e novos elementos que se combinam e se sobrepõem num processo de acirramento das separações, as quais produzem uma cidade não apenas segregada, mas em processo de fragmentação socioespacial. Além disso, reforça a ideia de que classes sociais diferentes têm modos de vida e concepções diferentes sobre a natureza das relações sociais, que formam a matriz na qual ocorre o consumo (FEATHERSTONE, 1995, p. 124).

²¹⁷ Centro comercial que reúne lojas sofisticadas, voltadas para segmentos de alto poder aquisitivo. Nessa área, não há circulação de transportes públicos, o que evidencia a coibição da presença de sujeitos dos segmentos de baixo poder aquisitivo.

²¹⁸ Apesar de algumas narrativas, além da feita por Amanda, valorizarem aspectos de São José do Rio Preto que se assemelham com espaços metropolitanos em relação ao espaço e tempo, os discursos permanecem vinculados ao cotidiano de cidades não metropolitanas. Nesse sentido, é significativo que avaliem o aumento das distâncias e do tempo destinados aos deslocamentos como algo negativo.

A abertura de novos *shopping centers* e centros comerciais elitizados, combinada ao êxito dos espaços residenciais fechados em São José do Rio Preto, complexifica os conteúdos da periferia, bem como novas clivagens socioespaciais que se somam às preexistentes, em que as práticas de apropriação da cidade entre os cidadãos se dão cada vez mais em espaços fechados, estabelecendo “relações assimétricas” (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 39) entre as partes da cidade, de maneira mais evidente entre a área sul e a área norte.

Na pesquisa realizada por Dal Pozzo (2014, p. 175), as práticas espaciais de consumo dos moradores de alguns espaços autosssegurados de Presidente Prudente²¹⁹ revelaram um expressivo uso e consumo de algumas parcelas da cidade, sobretudo nas suas proximidades mais imediatas, o que difere do contexto de São José do Rio Preto. Apenas uma parte pouco significativa das práticas de consumo dos entrevistados, que caracterizaram um consumo mais imediato, são realizadas nas áreas comerciais próximas aos espaços residenciais fechados²²⁰, uma vez que eles afirmaram sua preferência pelas áreas comerciais cujos serviços e produtos atendem aos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, sobretudo os *shopping centers* da área sul e o centro comercial da Nova Redentora. Nesse sentido, constata-se uma mudança mais significativa das práticas de consumo, pautadas na busca por exclusividade, em relação à Presidente Prudente, também considerada uma cidade média.

Mas a pesquisa de Dal Pozzo (2014, p. 176) demonstrou também que os entrevistados de Presidente Prudente, moradores de espaços residenciais fechados da área sul, tendem a frequentar pouco a área norte, na qual, de forma semelhante a São José do Rio Preto, prevalece a ocupação dos segmentos populares, reforçando práticas de evitamento e estigmatização socioespacial. A particularidade, nesse aspecto do aprofundamento da segmentação do espaço urbano, consiste na presença do Shopping Cidade Norte (com aproximadamente 100 estabelecimentos comerciais), na área norte de São José do Rio Preto, ou seja, mesmo possuindo um empreendimento comercial que poderia atrair fluxos de consumidores das diversas áreas da cidade, não é isso que a pesquisa revela.

²¹⁹ Central Park Residence, Jardim Morumbi, Jardim João Paulo II, Parque Residencial Damha e Parque Residencial Damha II.

²²⁰ Como exemplo, há o caso de Vivian, moradora do Village Damha I, a qual nos contou que eventualmente consome nos estabelecimentos comerciais localizados no Bairro São Deucleciano, bem como os entrevistados dos residenciais Damha IV e V em relação aos estabelecimentos comerciais recentemente instalados nas proximidades, na Avenida Miguel Damha.

Pelo contrário, o que se reafirma são dinâmicas e práticas que aprofundam o nível de segmentação do consumo no e do espaço urbano de São José do Rio Preto e, conseqüentemente, confirmam tendência a um redimensionamento do processo de fragmentação socioespacial, de forma também verificada por Dal Pozzo (2014, p. 196) que, ao comparar São José do Rio Preto e Presidente Prudente, constata seu aprofundamento na primeira cidade. Assim se reforça a nossa tese acerca das diferentes expressividades que o processo assume em cada espaço urbano. Apesar das lógicas comuns, o espaço constituído também é meio de produção, gerando ritmos e intensidades que ora se assemelham, ora se diferenciam.

A expansão dessas formas de morar e consumir não gera o desaparecimento de outras formas e espaços, mas sim uma recombinação de usos. Nessa sobreposição, as representações positivas e negativas de determinadas áreas de consumo são formuladas, haja vista as narrativas de Selma e Débora. Suas práticas espaciais revelam a maior complexidade dos processos em curso, porque nem todos os espaços urbanos tornam-se radicalmente segmentados, sendo possível constatar semelhanças e diferenças, quando levamos em conta a escala de atuação dos sujeitos sociais.

Pra vestuário, a gente usa bastante o centro, que é mais em conta. Agora vamos no Iguatemi, não sei... pela novidade, porque o Iguatemi é recente, mas também porque é um shopping gostoso para andar com criança. O Rio Preto [Shopping], a gente não é muito fã, achamos um shopping pequeno, não gosto muito das lojas de lá. A gente prefere mais o Iguatemi, e para cinema também é mais o Iguatemi, eles [seus filhos] gostam muito de cinema. (Selma, 42 anos, dona de casa, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Tem alguns lugares que eu costumo comprar desde sempre, por exemplo, minha mãe é costureira e nós sempre compramos tecidos nas mesmas lojas, que estão lá no centro da cidade, então, se eu precisar comprar um tecido, eu não consigo pensar em outro lugar, apesar que eu acho que não existem lojas de tecidos nos shopping, né? Também as lojas de cosméticos... ou eu compro no supermercado. Mas eu sempre acho que os preços são mais interessantes no centro, então, sempre que eu vou ao centro, eu aproveito e passo nas lojas de cosméticos, algumas coisas eu continuo fazendo no centro da cidade. Os shopping tem suas especificidades, por exemplo, as lojas de departamentos dos shopping, tem algumas coisas que eu preferencialmente vou comprar lá. (Débora, 41 anos, professora universitária, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Os *shopping centers* da área sul de São José do Rio Preto, sobretudo o Iguatemi Rio Preto, representado como o mais exclusivo, não é frequentado só pelos segmentos

de médio e alto poder aquisitivo. Esse fato é reforçado pela combinação de lojas “exclusivas”, devido, sobretudo, aos preços dos produtos, com outras destinadas também aos segmentos mais populares, como as lojas de departamentos (Quadro 5), indicando que as atividades comerciais desenvolvidas nesses espaços, em cidades não metropolitanas, também necessitam do consumo dos segmentos de menor poder aquisitivo. Nesse sentido, diferentes segmentos sociais são também consumidores diferentes²²¹, ainda que práticas de “fazer economia” tenham sido relatadas pelos sujeitos de classe média, o que pode implicar consumir em tais lojas²²².

Ao mesmo tempo em que as distâncias são mais curtas nas cidades não metropolitanas, conforme já mencionamos, as opções são mais limitadas em relação a tal contexto. O menor número de opções também é um dos fatores para que se imponha uma maior “mistura social” (GÓES, 2013, p. 7). Haja vista que a maioria das narrativas sobre os espaços que frequentam para consumo – os *shopping centers* – pautam-se, assim como ocorre em relação aos espaços residenciais fechados, em diferenciações baseadas nos dois pares: dentro (dos residenciais fechados) e fora (o restante da cidade), *nós*²²³ (os moradores dos espaços residenciais) e os *outros* (os que representam perigo e incômodo, sobretudo devido a suas diferentes condições socioeconômica).

²²¹ O que amplia uma série de desigualdades que se convertem em uma hierarquia de estilos de vida e modos de consumo (ALONSO, 2005, p. 75).

²²² A fala de Débora, citada acima, demonstra que as lojas de departamento não são frequentadas apenas pelos segmentos populares.

²²³ A emergência do Eu em oposição ao mundo externo ocorre em relação estreita com as transformações mentais que permitem a representação das coisas e, portanto, o desenvolvimento do pensamento simbólico, nos termos de Jovchelovitch (1995, p. 75).

Lojas	Segmentos
Tok & Stok, Caminado, Cecília Dale, Coqueluche, Fom	Artigos para o lar
Le Postiche	Bolsas
Ri Happy, U2 Games	Brinquedos
Rosa Chá, Vilalara, Arezzo, Capodarte, Melissa, Dumond, Jorge Bischoff, Laura Prado, London Store, My Shoes, Carmen Steffens, Milano, SideWalk	Calçados - feminino, masculino e infantil
M Martan	Cama, mesa e banho
Cacau Show, Chocolates Brasil Cacau, Fabrica di Chocolate, Fini, Kopenhagen, Qoy Chocolate Experience, Cia das Paletas, Chiquinho Sorvetes, Freddo, Ice by Nice, Café do Ponto, Grão Expresso, Scada Café, Starbucks	Docerias, sorveterias e cafés
Baked Potato, Burger King, Griletto, Jin Jin Wok, Lug's, Mc Donald's, Montana Express, Old Dog Dogueria, Patroni Pizza, Risotto Mix, Subway, Vivenda do Camarão	<i>Fast Food</i>
Bushido, Empório Santa Therezinha, Maremonti, Outback Steakhouse, Sí Senhor	Restaurantes
Costantini, Pandora	Joalheria e relojoarias
Golfe Sport Wear, Le Lis Blanc, Rosa Chá, Shoulder, Sidewalk, Thelure, Brands Store, Brookfield (Donna, Jr.), Dudalina, Flor Linda, Canal Concept, Estivanelli, Via Veneto, 2in, Hering Store, I Like, John John Denin, Lupo, Marisa, Mojave, Osklen, Renner, Riachuelo, Surf Track, Youcom, Zara, C&A, Cavalera e Colcci.	Moda – feminina, masculina e infantil
Track & Field e Corpo Atleta	Moda esportiva
Loccitane Au Brésil, O Boticário, Quem disse Berenice? Alergoshop, The Body Shop, The Beauty Box.	Perfumaria e cosméticos

Quadro 5: Franquias do Iguatemi Rio Preto, por segmento.

Fonte: *Site* do empreendimento - [www. http://iguatemi.com.br/saojosedorio preto](http://iguatemi.com.br/saojosedorio preto). Acesso em: 24 jun. 2015 e pesquisa de campo em abril de 2014.

Carlos justifica sua opção pelo *shopping center* a partir de uma diferenciação desse espaço de consumo com o centro tradicional, representado como espaço inseguro e associado a imagens negativas, o que implica a sua estigmatização e a perda de seu valor social (GARCÍA e PERALTA, 2016, p. 92). O morador elabora seu raciocínio com base em “valores” semelhantes àqueles discutidos por Sarlo (2009) para explicar o sucesso dos *shopping centers*.

A prioridade minha é shopping, depois o centro comercial, primeiro porque o shopping é mais perto, segundo é porque, na cidade [*centro tradicional*], quando você vai comprar alguma coisa... O shopping dá mais opções, você deixar o carro num lugar e você vê tudo, tudo na mesma temperatura, mesma segurança, o tratamento é melhor, é mais fácil de comprar. Na cidade você já paga *pra* deixar o carro, é mais barato as coisas, mas, é...eu acho que é mais cansativo, assim, anda mais pra achar as coisas, o atendimento não é tão bom, é...você vai num provador não é a mesma coisa, eu acho, eu pago mais pelo shopping, mas eu prefiro, além do que o shopping costuma trabalhar com produtos melhores. No centro é muita gente, já está sujeito a outras coisas, algum probleminha, um assalto, uma coisinha assim, o centro já... quer dizer, é gostoso, eu gosto de passear no centro, eu vou com o neném, as vezes compro uma coisinha lá que não... sempre você acha, tem mais variedade, mas dificilmente eu falo “vou lá no centro comprar uma roupa”, não, dificilmente. Eu compro alguma coisa, aparece aquelas lojas de 1,99, às vezes você acha uma coisa, na Americanas, você acha algumas coisinhas, algumas promoções. (Carlos, 49 anos, aposentado, Recanto Real, São José do Rio Preto)

O fato de ter “muita gente” no centro tradicional compareceu como uma característica negativa em todas as respostas dos entrevistados que manifestaram preferência por consumir exclusivamente nos *shopping centers*. Isso se deve, principalmente, à presença significativa dos segmentos populares no centro tradicional, o que engendra representações negativas dessas áreas e práticas de negação ao encontro com a diferença e os imprevistos, próprios da cidade. Além disso, reafirma-se uma linear e preconceituosa ligação entre pobreza e violência que produz estereótipos e qualificações totalizadoras (WERLEN, 2000, p. 18). Nesse sentido, a fala de Ariane é exemplar.

É um perigo de ser assaltado, que acontece muito no centro. Segundo é o trânsito, que eu não suporto, e terceiro é o estacionamento. Positivo são os valores, os preços mais acessíveis, mas eu sempre procuro outros lugares e não o centro, que é minha última opção. (Grifo nosso. Ariane, 28 anos, dentista, Las Palmas, São José do Rio Preto)

O aspecto valorizado referente aos menores preços dos produtos comercializados na maioria das lojas situadas no centro tradicional, também presente em outras narrativas (de Selma, por exemplo), combinado com as estratégias de economia de combustível²²⁴ e busca por promoções, são reveladores de característica importante das classes médias a que já fizemos referência: os esforços para fazer economia.

²²⁴ Como descreveram Célia e Amanda nas narrativas acerca da combinação de horários para sair de casa, devido ao aumento das distâncias: “a gente tem que programar, sair para fazer isso, isso e isso, porque não dá pra você ir e voltar, ir e voltar, eu acho meio longinho” (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva). “Todo mundo tem carro aqui em casa, mas pra economizar gasolina, então já vai junto, ah,

Essas práticas indicam que a classe média também exerce um papel de “tropa de choque dos ricos”, nos termos de Souza²²⁵. Segundo ele, o capitalismo no Brasil é extremamente concentrado por uma elite e a classe média se esquece que ela própria é explorada por todo tipo de bens e serviços encarecidos que paga a essa pequena elite. Tal exploração comparece quando descrevem seus esforços para sustentar um estilo de vida que se identifica com a elite, combinado às opções de economia, numa relação entre os “gostos de luxo” e os “gostos de necessidade”, num misto de mudanças/redefinições e permanências de práticas espaciais ligadas ao consumo: uma mescla realista de manipulação e liberdade de compra, de impulso e reflexão, de comportamento condicionado e uso social dos objetos e símbolos da sociedade moderna (ALONSO, 2005, p. 99).

Segundo Bourdieu (2008, p. 168), o princípio das preferências é o gosto como necessidade tornada virtude. A teoria que transforma o consumo em uma função simples da renda tem fundamento, já que a renda contribui para determinar a distância da necessidade. Segundo o autor, o verdadeiro princípio das diferenças que se observam no campo do consumo, e muito além dele, é a oposição entre os gostos de luxo (ou de liberdade) e os gostos de necessidade. Quanto maior o capital econômico e cultural, maior será a distância pelo “necessário” e a proximidade pelo “gosto”, por conseguinte, maior a liberdade de escolha do que e onde consumir.

Essa combinação de práticas é favorecida nas duas cidades, pela proximidade espacial e temporal (para os entrevistados) entre as áreas em que comercializam produtos e serviços com preços que se diferenciam, ainda que essas distâncias sejam menores em Catanduva. Mesmo que a busca por fazer economia seja o que move essas práticas, essa proximidade possibilita uma efetivação dos “gostos de necessidade”, estes, em nosso contexto de pesquisa, não podem ser definidos pela falta e/ou por uma relação de privação, mas são caracterizados por essa possibilidade de escolha frente à necessidade/opção pela economia.

youê vai lá perto já vê isso pra mim, a gente se programa pra sair de casa, porque é tão longe que a gente já combina pra economizar gasolina. (Amanda, 26 anos, arquiteta, São José do Rio Preto).

²²⁵ Fala também referente à entrevista cedida pelo pesquisador no programa “Jogo do Poder”, pela emissora CNT, em 24 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lqUbAB6oBe8>.

4.2 Espaços de consumo e o processo de fragmentação socioespacial

O consumo e parte das práticas de lazer realizadas nos *shopping centers* integram esse estilo de vida distintivo que se expressa socioespacialmente como um novo *habitus* (BOURDIEU, 2007) do consumo, para o qual os entrevistados procuram espaços “exclusivos” em outros âmbitos da vida urbana, além da residência. Em uma perspectiva similar à de Sposito e Góes (2013, p. 299), compreendemos que, além dos trajetos e percursos, nossos entrevistados buscam espaços com os quais se identificam socioeconomicamente, constituindo diversas formas de integração espacial que os mesmos segmentos sociais articulam entre si, sem propiciar de maneira efetiva o encontro com o outro.

A localização dos dois *shopping centers* no espaço urbano, Iguatemi Rio Preto e Cidade Norte, nas áreas sul e norte, respectivamente, é uma condição para sua instalação. Além disso, os elementos físicos que os caracterizam, os símbolos e signos utilizados para sua representação, revelam o público consumidor que buscam atrair, sobretudo pela presença ou ausência de lojas de *griffes* e franquias. Mesmo que isso não seja absoluto, conforme já mencionado, os dois empreendimentos produzem espaços de consumo para diferentes segmentos socioeconômicos, assim naturalizam a segmentação que, além de expressar, aprofunda o processo de fragmentação socioespacial nessa cidade.

A maior parte é da zona norte [*público que frequenta o Shopping Cidade Norte*]. Porque se você for perguntar para o pessoal do centro, pessoal da zona sul, eles quase nunca foram nesse shopping. (Luciana²²⁶, arquiteta, 28 anos, São José do Rio Preto)

Fomos uma vez [*no Shopping Cidade Norte*], nos perdemos mesmo com GPS, chegamos lá, o shopping é aberto, então o ar condicionado não funciona direito, aliás nem sei se tem ar condicionado. (Vivian, professora universitária, 44 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

²²⁶ Luciana é arquiteta e atua em projetos na cidade de São José do Rio Preto, entrevistada como “agente bem informada” por pesquisadores do Projeto Temático, ao qual essa pesquisa se vincula. Não é moradora de espaço residencial fechado.

Essa segmentação entre as áreas sul e norte de São José do Rio Preto comparece explicitamente nas falas dos entrevistados moradores da área sul. Segundo Dal Pozzo²²⁷ (2014, p. 168), na área norte de São José do Rio Preto, concentra-se grande parte dos loteamentos considerados irregulares e, acentuadamente, com condições precárias, não apenas em termos de padrões construtivos das habitações, mas também pela carência de infraestrutura e serviços urbanos, embora não desconsideremos que haja espaços segregados em outras áreas da cidade.

Ao falar sobre os *shopping centers* de São José do Rio Preto, Vivian citou apenas os três empreendimentos da área sul da cidade e, quando indagamos sobre o Shopping Cidade Norte, destacou elementos que o desvalorizam, delineando desconexões com esse espaço de consumo, do mesmo modo como fez com o centro tradicional, devido, principalmente, à presença de segmentos populares.

Eu gosto de um shopping center, que é o Plaza, aqui tem o Plaza, o Rio Preto e o Iguatemi. Eu gosto do Plaza porque ele é mais vazio. O Iguatemi eu acho muito longe, o Rio Preto é muita “muvuca”, então é um shopping que eu gosto de ir, para comprar. O centro da cidade, eu fui umas duas ou três vezes até hoje, uma das vezes, fomos comprar nem lembro o que e rodamos iguais loucos aquele centro, foi horrível. Já fui no centro, mas não é o meu espaço não, se tiver que ir, eu vou de novo, mas não é um lugar que prefiro para fazer compras, porque é um lugar bem popular, então a gente geralmente vai em shopping mesmo. (Vivian, professora universitária, 44 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Os símbolos e signos ligados a esses segmentos em ambos os espaços, com os quais os sujeitos entrevistados não se identificam, também foram mencionados. Esse aspecto confirma a necessidade de se levar em conta a inerência da estrutura das classes sociais na produção do espaço urbano, uma vez que os esquemas sociais de classificações (bom, ruim...) reforçam espaços de distinção, fortalecendo uma lógica de produção do espaço fragmentado. Esse sistema de classificação é produto da incorporação de uma estrutura socioeconômica pelo sujeito social, que se impõe através da experiência de uma determinada posição nessa estrutura (BOURDIEU, 2008, p. 166).

Outro aspecto que chama atenção na fala de Vivian é o fato de terem “se perdido” quando foram ao Shopping Cidade Norte, indicando uma representação de

²²⁷ Análise baseada nos mapas de Inclusão e Exclusão Social, gerados com uma base metodológica desenvolvida no âmbito do CEMESPP.

rompimento da cidade, enquanto uma unidade, e, além disso, conferindo maior visibilidade para as diferenças (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 40), pela fratura das práticas espaciais que se expressa em São José do Rio Preto.

Essa representação de uma divisão entre as duas áreas da cidade foi reforçada em outras narrativas de entrevistados da área sul e da área leste, onde se implantaram os empreendimentos do Grupo Damha. Tal representação pauta-se numa identificação com a área sul, quando se referem ao norte da cidade, reafirmando o papel estratégico do espaço urbano nas práticas de distinção social e a estigmatização dos moradores da área norte. Apesar de não se relacionar às questões acerca do consumo, a fala que segue exemplifica essa representação fragmentada da cidade.

[Em que bairro mora sua empregada?]

Na zona norte, o bairro eu não sei, a gente chama de zona norte onde as pessoas de classe C e D moram. (Ariane, 28 anos, dentista, Las Palmas, São José do Rio Preto)

Por conseguinte, as imagens que seguem mostram os elementos utilizados para indicar qual segmento socioeconômico cada espaço fechado de consumo busca atender, haja vista o maior estacionamento para motos, o portal de entrada pouco suntuoso, do ponto de vista arquitetônico, e sistemas de segurança mais evidentes nas imagens do Shopping Cidade Norte, como evidenciam as imagens da Figura 14.

O oposto se evidencia nas imagens do Shopping Iguatemi Rio Preto que, tanto dentro quanto fora, congrega elementos valorizados pelos segmentos de maior poder aquisitivo, que com eles se identificam de forma ainda mais evidente do que nos outros dois *shopping centers*, Rio Preto Shopping e Plaza Avenida, sobretudo pela conexão com redes invisíveis viabilizada pela presença de franquias e das principais *griffes* femininas, masculinas e infantis, conforme mostra o Quadro 5, na página 189.



Figura 14: São José do Rio Preto. Shopping Cidade Norte.
Fotos: Patrícia Helena Milani, fevereiro 2014.

As conexões entre os espaços residenciais fechados pesquisados e os *shopping centers* da área sul de São José do Rio Preto e as desconexões com Shopping Cidade Norte são reforçadas por meio de elementos semelhantes que se combinam ao estilo de vida distintivo dos seus moradores. As imagens e textos publicitários também têm o poder de produzir subjetividades (GUATTARI, 1986), que valorizam e acirram as distinções sociais, principalmente no caso do Iguatemi Rio Preto. Esse aspecto ajuda a compreender as desconexões produzidas pelos entrevistados com o Shopping Cidade Norte, que não dispõe de símbolos e signos com os quais se identificam, pelo contrário, já que tentam se parecer cada vez mais com a elite e buscam um distanciamento dos segmentos populares, tanto espacial quanto simbólico.

Com implantação recente, o Iguatemi Rio Preto recorre a novas tendências arquitetônicas, mais modernas, com áreas de integração entre os espaços internos e externos²²⁸ (Figura 15), estacionamento coberto para automóveis, menor padronização,

²²⁸ Áreas denominadas de “*open mall*”, contendo grandes espaços abertos voltados ao exterior e, no seu interior, grandes claraboias nos corredores principais, permitindo, assim, certa permeabilidade, não

principalmente entre as mesas e cadeiras dos restaurantes, na intenção de produzir espaços diferentes, mesmo num ambiente homogêneo. Assim, sobretudo, investe em simulações (BAUDRILLARD, 1991).



Figura 15: São José do Rio Preto. Shopping Iguatemi.
Fotos: Patrícia Helena Milani, abril 2014.

As conexões entre os espaços residenciais fechados e determinados *shopping centers* também podem ser verificadas nos elementos utilizados pelos anúncios desses empreendimentos. Para isso, recorreremos a trechos de textos e chamadas dos *sites* do Iguatemi Rio Preto²²⁹ e do Grupo Damha²³⁰, bem como algumas capas e imagens veiculadas na revista bimestral “Estilo Damha”, distribuída nos empreendimentos fechados e espaços estratégicos da cidade, como clínicas médias de luxo, portarias de edifícios de apartamentos de segmentos de alto e médio padrão, escritórios de arquitetura e engenharia, etc.

Rodeado por condomínios fechados de alto padrão e totalmente **compatível com o perfil da atual e futura vizinhança**, está localizado em uma região que corresponde a 20% do consumo das famílias das classes A e B, possui potencial de **consumo qualificado com segurança**. (Grifos nossos)

seguindo o padrão de “caixa fechada”, típico dos primeiros *shopping centers* (BORGES e GÓES, 2015), como verificamos principalmente no Rio Preto Shopping.

²²⁹ Disponível em: www.iguatemi.com.br/saojosedoriopreto; acesso em: 20 maio 2015

²³⁰ Disponível em: www.damha.com.br; acesso em: 20 maio 2015. O anúncio inclusive faz referência a assuntos debatidos anteriormente, ligados ao estilo de vida proposto, como a possibilidade de estreitamento de relações de vizinhança, controle e distinção social entre moradores e trabalhadores dos espaços internos.

Com um arrojado projeto urbanístico, **perfeito para a integração de seus moradores**, os Residenciais Damhas consolidaram um novo estilo de viver, ideais para pessoas que valorizam a qualidade de vida e os momentos de lazer na companhia da família e dos amigos. Das quadras de tênis ao campo de futebol, do playground ao circuito de cooper, das quadras poliesportiva e de vôlei de areia ao centro de convívio, o condomínio foi projetado para proporcionar o **máximo bem-estar** a seus moradores.

Para quem se preocupa com a segurança, o Damha também oferece **portarias com entradas independentes (social e de serviço)** monitoradas por câmeras e com controle de acesso... (Grifos nossos)



Figura 16: Imagens da Revista Estilo Damha.

Fonte: www.damha.com.br/revista. Acesso em maio de 2015.

A valorização de alguns elementos que tendem a reforçar o estilo de vida e o público a que se destinam esses empreendimentos se evidencia no anúncio e nas imagens da revista – família, requinte, casas luxuosas com áreas de lazer, jardim –, enfim, elementos também valorizados na maioria das narrativas dos entrevistados

conformam um “conjunto de valores simbólicos” estimulados por um potente aparato de criação de imagem e aspirações (ALONSO, 2005, p. 51).

Os aspectos utilizados na publicidade, até mesmo a maneira de organizar as páginas, são estratégicos. As cores, os sorrisos, as imagens, a própria escrita publicitária têm uma função metafórica, “tornar apaixonante” o desinteressante, transcrever o cotidiano no imaginário (LEFEBVRE, 1991, p. 96) e, principalmente, os textos introduzem, em cada vida cotidiana, todas as vidas cotidianas possíveis e alguma coisa a mais: a vida de artistas famosos. Featherstone (1995, p. 123) cita uma investigação sobre anúncios publicitários feitas no Canadá, na qual se notou que, nos últimos anos, os anúncios que continham informações sobre o produto deram lugar a outros que incorporaram um imaginário mais frouxo, associado ao estilo de vida.

Nesse mesmo sentido, os discursos usados para comercializar os espaços residenciais fechados²³¹ propõem mais que um produto e sim um estilo de vida²³², que se apresenta como uma alternativa à vida na cidade, especialmente no seu espaço público, representado como deteriorado pelos anúncios imobiliários e pelos entrevistados, que (re)produzem essas retóricas, capazes de propiciar justificativas simbólicas para suas decisões (BOURDIEU, 2007). O *marketing* não planeja somente as vendas, mas a vida inteira dos consumidores (ALONSO, 2005, p. 110), o próprio consumo também é uma produção simbólica, já que depende dos sentidos e valores que os grupos sociais dão aos objetos e às atividades de consumo.

[...] é uma atividade social quantitativa e qualitativa central em nosso atual contexto histórico. Não só porque a ele se dedicam grande parte de nossos recursos econômicos, temporais e emocionais, mas também porque nele se criam e estruturam grande parte de nossas identidades e formas de expressão relacional. É um campo de luta pela significação dos sujeitos [...] que produz e reproduz poder, dominação e distinção. (ALONSO, 2005, p. 30).

Embutida nesse estilo de vida, encontra-se a proposta de separação daqueles considerados socialmente inferiores e, como afirmam os agentes imobiliários, o fator-

²³¹ As estratégias dos empreendedores não se distinguem segundo o tamanho e a complexidade dos espaços urbanos em que se inserem, ainda que as especificidades decorrentes desses aspectos sejam significativas quando se analisa o impacto delas na estruturação das cidades e nas práticas de seus moradores (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 107).

²³² A preocupação com o estilo de vida, segundo Featherstone (1995, p. 123), sugere que as práticas de consumo, o planejamento, a compra e a exibição de bens e experiências de consumo na vida cotidiana não podem ser compreendidos simplesmente mediante concepções de valor de troca e cálculo racional instrumental.

chave para garantir isso é a segurança nos espaços residenciais fechados e nos *shopping centers*, sendo a privatização do espaço valorizada pelos segmentos de médio e alto poder aquisitivo, por razões de “exclusividade e segurança” (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 44). Isso se materializa em cercas e muros, guardas em serviço 24 horas (dia e noite), controlando as entradas e um conjunto de instalações e serviços que objetivam manter os *outros* do lado de fora (BAUMAN, 2007, 82).

Além dos artistas presentes nos anúncios, ligados a uma representação hegemônica e ideal, há uma relação de identificação com aqueles que optam por morar nesses *habitats* fechados e frequentam os *shopping centers*, evidenciando que as imagens são o meio de ligação de todas as mercadorias (DEBORD, 1997, p. 105). Nesse sentido, tal combinação de elementos com a qual a classe média se identifica produz representações similares entre esses espaços residenciais fechados e os *shopping centers*.

Assim se estabelecem conexões através das práticas espaciais, que são fundamentadas e dão fundamento ao imaginário das “cidades inseguras” (MAGRINI, 2013), ligadas à ideia de segurança e exclusividade como valores centrais, que pode ser caracterizado como um “novo imaginário urbano” (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 45). Esse também é um valor estratégico da publicidade: atingir cada um em função dos outros, nos seus anseios de prestígio social reificado (BAUDRILLARD, 2010, p. 72).

4.2.1 “Eu nem passo pela cidade”

O aumento dessa distância espaçotemporal dos entrevistados, sobretudo de São José do Rio Preto, em relação aos principais estabelecimentos comerciais e de serviços da cidade, seja do centro tradicional, sobre os quais evidenciam menor uso e uma desvalorização, seja dos *shopping centers*, pelos quais revelam interesse, é visto como ponto negativo pela maioria dos entrevistados, mas, por outro lado, eles adotam medidas que amenizam tais distâncias, como o uso permanente do carro e deslocamentos pelas vias rápidas, como avenidas e rodovias que contornam a cidade.

Além do uso de veículo particular, o que comparece, embora subjacentemente em alguns relatos, e mais evidente em outros, é que, mesmo em um núcleo familiar, o uso do carro é individual, ou seja, cada família possui mais de um veículo, o que potencializa os deslocamentos urbanos daqueles que moram nesses espaços residenciais fechados, bem como o direito de escolha dos trajetos a serem percorridos e dos horários

em que eles se realizam, de tal modo que cada um gera seu próprio espaço-tempo, conforme já observado em pesquisas sobre outras cidades médias (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 127).

O fato de os entrevistados relatarem a opção por outras vias, inclusive, rodovias²³³ e avenidas, por possibilitarem uma circulação mais rápida, integra sua busca por exclusividade em outras dimensões do cotidiano, para além do morar e consumir, e a negação ao encontro e à imprevisibilidade das ruas da cidade, tendência que se (re)produz nos espaços internos aos muros.

Os entrevistados que falaram de desvantagens relacionadas à descontinuidade espacial, discutida no Capítulo 3, compensavam com a valorização dos atributos físicos e das construções simbólicas dos espaços residenciais fechados em que moram. Revelam assim, o desejo de facilidades de acesso às áreas onde se concentram atividades comerciais e de serviços e, ao mesmo tempo, de distância da cidade (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 124), ou das suas características que representam como negativas, em um alto grau de articulação espacial (conectividade e fluidez espacial) e baixo grau de integração territorial (baixa interação social e poucos laços de compartilhamento territorial), evidenciando uma opção por, paradoxalmente, pertencer e não pertencer à cidade (SPOSITO, 2003).

A linguagem faz o cotidiano, ela também é o cotidiano, por isso tem o poder de enfeitá-lo de retórica e de imaginário. Para Lefebvre (1991, p. 131), a linguagem pode tornar-se, no transcorrer do cotidiano, uma negação da cotidianidade ou até mesmo criar uma outra, aparentemente melhor e sem contradições, aspecto que comparece nas entrevistas. Por meio dela, os moradores elaboraram seu cotidiano²³⁴, e, nesse processo, ainda que breve durante a entrevista, tem o poder de enfeitar ou até mascarar elementos que evidenciariam contradições do e no cotidiano. Em algumas falas, isso ocorre de forma mais intensa, principalmente entre os moradores que reiteraram, diversas vezes,

²³³ No contexto de São José do Rio Preto, os entrevistados citam a utilização das Rodovias Assis Chateaubriand e BR 153, as quais facilitam a acessibilidade para as áreas centrais. Em Catanduva, os entrevistados citam a Rodovia Comendador Pedro Monteleone. O afastamento territorial dos espaços residenciais fechados combina-se com localizações ao longo de rodovias ou de vias de acesso a esses eixos de circulação interurbana, facilitando a acessibilidade ao conjunto da cidade aos que habitam esses empreendimentos residenciais fechados (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 126).

²³⁴ A maioria dos entrevistados demorava alguns minutos para responder as questões relacionadas à rotina e ao cotidiano, alguns nos perguntaram o que tinha de importante para queremos saber sobre “coisas banais”, outros fizeram uma expressão de não estar compreendendo o porquê dos questionamentos. Para compreender tais reações, são importantes as proposições de Debord (1997, p. 108) sobre a “sociedade do espetáculo”, na qual o vivido individual da vida cotidiana separada fica sem linguagem, sem conceito, sem acesso crítico ao seu próprio passado, não registrado em lugar algum. Ele não se comunica. É incompreendido e esquecido em proveito da falsa memória espetacular do não memorável.

as vantagens do novo estilo de vida distintivo – em construção – nos espaços residenciais fechados. A possibilidade e o uso de eixos viários que não passam pelas áreas mais densamente movimentadas da cidade é uma dessas vantagens.

Nesse âmbito, quando Marcelo, morador do residencial Recanto do Lago, descreve as vantagens e desvantagens dos *shopping centers* de São José do Rio Preto que frequenta, desconsiderando em seu depoimentos a existência do Shopping Cidade Norte, explicita uma valorização de escolhas que negam a cidade.

Olha, no Plaza [*shopping*], a localização é positiva, estacionamento, tem área *vip* com custo, benefício muito legal, que é barato e tem manobrista, é coberto, não tem perigo de chuva, tem o aberto, mas tem o coberto. Não tem muita “muvuca”. A praça de alimentação é bem montada, tem bons pontos lá dentro, é climatizado, tem *wi-fi* e tal. Pontos negativos, ainda por que está em reforma, poucas lojas, assim em termos de lojas de nome mesmo, quando eu procuro uma marca, eu já sei se tem no Plaza, se tem no Rio Preto ou se tem no Iguatemi, por exemplo. **O Iguatemi está conseguindo praticamente fechar as marcas, conseguindo ter todas as marcas**, isso é um ponto positivo do Iguatemi. Se você quer roupa tem, artigo para casa tem, tem boas lojas de decoração, Tok Stok, Camicado, se você quer alguma loja diferenciada tem, pontos de alimentação diferente, hoje tem o Outback, tem o empório Santa Terezinha que inaugurou semana passada, que é fantástico. Então tem uns **valores agregados**, um pouquinho *melhor* lá, mais altos, estacionamentos cobertos também, só é um pouquinho mais distante, mas que, para mim, eu pego a rodovia, a BR 153, *tô* em casa, vou pelo anel viário e vou embora, **nem passo pela cidade**. (Grifos nossos. Marcelo, 41 anos, engenheiro, Recanto do Lago, São José do Rio Preto)

A fala evidencia uma intensificação do processo de fragmentação socioespacial em São José do Rio Preto, já que, além do morar e consumir em espaços cada vez mais exclusivos, o morador, assim como outros entrevistados, evidencia uma valorização de trajetos que também são seletivos e exclusivos para aqueles que possuem carros e maiores níveis de mobilidade na cidade, possibilitando escolhas que descartam a circulação em áreas com maior intensidade de fluxo, o que justamente caracteriza a cidade e é representado por eles como um aspecto negativo. Sobre isso, Lefebvre (1999, p. 124) frisa com propriedade:

A diferença é incompatível com a segregação, que a caricatura. Quem diz “diferença”, diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si só, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade.

Além disso, a fala de Marcelo revela como esses segmentos médios estão cada vez mais conectados ao global²³⁵, às “tendências globalizadoras” (WERLEN, 2000, p. 13). Por meio das práticas de consumo²³⁶, o entrevistado expressa uma concepção da vida que cumpre as funções de distinção e revela-se como um consumidor também de “ilusões” (DEBORD, 1997, p. 33), envolvido na lógica da mercadoria-signo para transpor significados anteriormente isolados e criar justaposições novas que efetivamente renomeiam os bens, sendo associados ao luxo e beleza (FEATHERSTONE, 1995, p. 122).

A narrativa também revela que o próprio conceito de funcionalidade tem sido modificado, já que o sobredimensionamento simbólico, a motivação programada, a aspiração de integração a grandes grupos de referências sociais, mediante o consumo de objetos e marcas validadas por uma nova cultura de consumo (ALONSO, 2005, p. 52) é evidente, consolidando um caráter organizador de tempo, espaço e estilo de vida; dessa forma, o consumo se converte em signos distintivos dessa classe média, assumindo importância, nesse sentido, não somente pelo que se consome, mas por onde a prática do consumo se dá.

Porém, não há uma conexão por meio das práticas e representações dos entrevistados com todos os *shopping centers* e sim com aqueles que oferecem atributos que se combinam com o estilo de vida distintivo também proposto nos espaços residenciais fechados. Isso possibilita concluir que, se os elementos que influenciaram na opção pelos espaços residenciais fechados ligam-se à busca por segurança combinada à distinção social, a busca por distinção tem maior peso na opção pelos *shopping centers* da área sul, entre os entrevistados de São José do Rio Preto.

²³⁵ O que envolve, de diversas formas, novos aspectos nas inter-relações entre sociedades, culturas e espaços (WERLEN, 2000, p. 7), assim como nos termos de Löw (2013, p. 17), a globalização não conduz apenas a uma mudança social, mas a uma mudança mental, isto é, à redefinição de conceitos e modelos que devem ajudar a entender o mundo.

²³⁶ Para Alonso (2005, p. 75), tal consumo liga-se a uma “economia global” e às novas tecnologias, mobilidade internacional, alto nível aquisitivo, alto capital relacional, etc., que lhe são próprias.

A fala de Rosí confirma que a possibilidade de encontros com os diferentes, seja no centro tradicional ou mesmos nos *shopping centers* da área sul, é sempre representada como negativa.

[no centro] fica andando e trombando nas pessoas, também não gosto, aí você entra nas lojas, as lojas também estão sempre cheias de pessoas olhando tudo, eu sou antissocial mesmo, eu não gosto desse tipo de coisa, sabe? Eu gosto de entrar, comprar, sair e ir embora, tem gente que gosta de ver, ficar olhando... eu não gosto. Pra ser muito sincera, acho que vou ao centro umas três vezes por ano, muito pouco, eu só vou em casos assim extremos: “preciso ir pra fazer tal coisa”, comprar tecido por exemplo, que é uma coisa que praticamente só tem no centro. (Rosí, professora universitária, 46 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Eu não vou ao shopping fazer compra de sexta feira, porque aí está lotado e você fica trombando nas pessoas, eu saio para fazer para fazer compra, eu acho que passear é outra coisa, passear é sentar num bar, tomar cerveja, passear é ir a um show, passear é você ir ao Sesc, passear é fazer outra coisa, pra mim ver vitrine não é passear. (Rosí, professora universitária, 46 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

A tendência de evitação à “muvuca”, a “muita gente”, nas palavras de alguns entrevistados, se desdobra nos espaços internos dos *shopping centers*²³⁷, o que produz uma divisão temporal das práticas de consumo nesses espaços, revelando desconexões espaciais e temporais. Evidencia-se, assim, a necessidade de levarmos também em conta o “uso social” do consumo (ALONSO, 2005, p. 30), ou seja, de conceber o consumo como uma forma concreta, desigual e conflituosa de apropriação material e de utilização dos sentidos dos objetos e signos que se produzem em um campo social e espacial, por parte dos grupos sociais com capitais, não somente econômico, mas também simbólico e social distintos.

A proposta de “uso social” do consumo (Alonso, 2005) nos possibilita analisá-lo de duas perspectivas: como reprodução da estrutura social, por um lado, e, por outro, como estratégia de ação, uma vez que as maneiras pelas quais o consumo se objetiva para os grupos sociais resulta em usos sociais num marco espacial e temporal

²³⁷ Principalmente no Rio Preto Shopping que, dentre os três *shopping centers* da área sul, é representado pelos entrevistados como o menos exclusivo. Isso se deve, sobretudo, a sua importante centralidade – no âmbito desses empreendimentos de São José do Rio Preto – na escala interurbana, bem como, conforme verificamos nas observações de campo, dentre os três, é o único em que se realizaram os “rolêzinhos” (janeiro de 2014). O termo “rolêzinhos” designa o encontro em *shopping centers*, de jovens oriundos das periferias, combinados através de redes sociais, com o intuito de ocupar o espaço e realizar atividades típicas da faixa etária.

determinado. Isso nos remete aos sistemas econômicos de acumulação e às práticas espaciais dos sujeitos que, em suas estratégias, reproduzem, aumentam ou exploram capitais de todo tipo, associados a cada posição social (ALONSO, 2005, p. 31), num processo de diferenciação socioespacial na cidade.

Eu prefiro o shopping, eu uso pouco, mas uso, mas também não tenho um consumo frequente. Mas o shopping é **pela facilidade de estar tudo lá**, vou muito ao banco, porque minha agência é lá. (Grifo nosso. Ana, educadora física, 49 anos, Damha V, São José do Rio Preto)

Positivo do Plaza é **porque ele é um shopping que nunca tem ninguém**, eu tenho até medo dele fechar porque eu frequento tanto ele, eu gosto de andar, não tem ninguém... E ele fica num lugar muito fácil pra mim, eu acho que aquele shopping poderia dar certo. (Grifo nosso. Ana, educadora física, 49 anos, Damha V, São José do Rio Preto)

Tal “evitação”, que desencadeia uma segmentação temporal, ocorre porque os encontros com sujeitos sociais de segmentos socioeconômicos diferentes, por mais que diminuam nesses espaços privados, ainda são inevitáveis. Isso reafirma que as barreiras físicas e simbólicas ligadas às tendências de isolamento social não são absolutamente impermeáveis, suas fissuras nos permitem enxergar a fragilidade da coesão social e as tensões desencadeadas por uma profunda desigualdade (SARAVÍ, 2008, p. 109).

As tentativas de evitação ao encontro com outros cidadãos, principalmente de segmentos populares, implicam a busca constante por espaços e serviços exclusivos, como a narrativa de Ana enfatiza. Rosí relatou algumas permanências em relação às práticas de consumo no centro tradicional, como já citamos, combinadas àquelas nas áreas comerciais do entorno do Residencial Village Damha I, no Bairro São Deucleciano, mas explicitou, sobretudo, a busca por exclusividade e distinção, que se realiza em algumas lojas dos *shopping centers*, de maneira mais evidente no Iguatemi Rio Preto. Mesmo assim, há diferenças em comparação às narrativas de outros entrevistados, uma vez que ela não associa esse espaço fechado de consumo com lazer, combinação valorizada em muitas falas.

Tudo que eu preciso, talvez eu precise de poucas coisas, mas tudo que eu preciso, eu tenho ali perto [*do residencial*], supermercado, quitanda, açougue, lavanderia, manicure... No centro a gente fica andando e trombando nas pessoas, também não gosto, aí você entra nas lojas, as lojas também estão sempre cheias de pessoas olhando tudo, eu sou antissocial mesmo, eu não gosto desse tipo de coisa, sabe? Eu gosto de entrar, comprar, sair e ir embora. *Pra* ser muito

sincera, acho que vou ao centro umas três vezes por ano, muito pouco, eu só vou em casos assim extremos “preciso ir pra fazer tal coisa”, comprar tecido por exemplo, que é uma coisa que praticamente só tem no centro. (Rosí, professora universitária, 46 anos, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Além disso, os *shopping centers* são espaços que articulam escalas, já que a presença de serviços interconectados, sobretudo franquias, é uma de suas principais características; associam possibilidades de compras, ócio e facilidades no pagamento com o uso do cartão de crédito e a presença de caixas eletrônicos, aspecto que aparece nas falas dos entrevistados por meio de combinações de elementos em que comodidade, segurança e praticidade passam a ser sinônimos e a adequar-se mais com o estilo de vida dessa classe média, em detrimento de práticas de consumo realizadas em espaços “abertos”, contrapondo-se, sobretudo, ao centro tradicional. Nos termos de Alonso (2005, p. 123), o triunfo social dos *shopping centers* é a combinação em um tempo e um espaço reduzido de uma enorme quantidade de símbolos culturais, uma rede de elementos materiais e simbólicos que atraem as práticas de consumidores.

Os *shopping centers* também consolidam um caráter familiar, aspecto que compareceu em muitas narrativas de entrevistados possuem filhos. Num uma época difícil para o ajuste dos tempos de cada geração familiar, os *shopping centers* conseguem estabilizar em seu espaço diversificado a ideia de um consumo familiar complementar num espaço-tempo concreto, contemplando os ritmos de vida dos diferentes membros da família (ALONSO, 2005, p. 119).

Eu acabo optando mais pelo shopping por questão de comodidade, lugar pra estacionar, ambiente agradável, mais opções perto uma das outras. No centro, no geral, tem mais opção, mas primeiro você tem que achar um lugar para parar o carro, tem que pagar pelo estacionamento, e tem que caminhar bastante para encontrar uma coisa x, às vezes tem que atravessar o calçadão para ir numa determinada loja, acaba sendo menos viável, tem tanto opção quanto o shopping, mas **o shopping acaba trazendo um ambiente mais completo no geral.** (Grifo nosso. Júnior, 25 anos, desenvolvedor de sistemas, Quinta do Golfe, São José do Rio Preto)

Olha, minha esposa com as crianças é mais shopping mesmo, por causa da liberdade das crianças mesmo, a gente senta e eles vão andar, vão no cinema, vai nisso naquilo e a gente fica mais à vontade. (Marcelo, 41 anos, engenheiro, Recanto do Lago, São José do Rio Preto)

Como confirma Marcelo, a diversidade de produtos e serviços permite atrair e fomentar o consumo familiar nos *shopping centers*, enquanto espaço controlado e com lógicas que se assemelham às do espaço residencial fechado, diferenciando-se dos espaços públicos, como indica a fala de Selma, com uma combinação e distinção socioespacial que reforça nosso argumento de que a “segurança” valorizada pelos entrevistados é um alibi para justificar práticas e representações sociais de um estilo de vida distintivo, que tende à individualização, liberdade e subjetivação das percepções e dos modos de consumo (ALONSO, 2005, p. 122).

Não sei se porque a gente mora aqui, que é mais... A gente já tem a segurança de morar num lugar assim fechado, o shopping, por ser também parecido entre aspas o ambiente, andar tranquila, porque se eu sair daqui e ir para o centro, eu sinto uma grande diferença, é tudo aberto, a gente já não tem tanta segurança no centro, já tem um certo receio. No centro a gente fica mais “armada”, se você entrar num banco no centro, quando sai e na hora que está sacando dinheiro, você fica mais ligada se tem alguém olhando, se você vai ao shopping não tem muita preocupação de sacar e ficar olhando, a gente anda mais solta, mais livre, como aqui dentro [*do condomínio*]. No centro, embora tenha a guarda municipal, a gente sempre vê, mas, mesmo assim, a gente não se sente segura, o meu incômodo maior no centro é essa coisa de muita gente. (Selma, 42 anos, dona de casa, Village Damha I, São José do Rio Preto)

Isso se deve também à enorme capacidade de normatizar os comportamentos, tanto nos espaços internos dos *shopping centers*, quanto nos espaços interiores dos residenciais; por conseguinte, de unificar a diversidade, de converter o pessoal em social e, sobretudo, de diminuir a possibilidade de imprevistos, conflitos e simultaneidades, aspectos marcantes nos espaços públicos. Dessa maneira, os *shopping centers* consolidam um modo de vida: “uma ordem objetivada de representações que sanciona a conduta individual, separando o interno do externo, a segurança do perigo” (ALONSO, 2005, p. 126).

Algumas características dos *shopping centers*, elencadas por Sarlo (2009, p. 33), foram pouco reconhecidas quando os entrevistados falaram dos espaços internos do Rio Preto Shopping e do Plaza Avenida Shopping, como a homogeneidade estética²³⁸, por exemplo, frente aos novos elementos que caracterizam o Iguatemi Rio Preto, como os

²³⁸ Esse fato mostra as rápidas mudanças que a sociedade contemporânea vivencia, como um culto ao efêmero, produzindo uma rápida obsolescência dos objetos e das necessidades, em plena contradição com o culto (e a exigência) da estabilidade, do equilíbrio, do rigor durável (LEFEBVRE, 1991, p. 92).

chamados *Life Style Malls*²³⁹, ou seja, *shopping centers* com um pouco mais de natureza e com luz natural (BORGES e GÓES, 2015), bem como os espaços abertos voltados ao exterior (Fotos B, C e D da Figura 17). Outros meios foram empregados para relativizar os limites rígidos entre espaços privados e públicos, contrapondo-se aos modelos anteriores, em que a arquitetura desses empreendimentos não possibilitava contato com o exterior, com o clima e a luminosidade natural, que só apareciam como simulacros (ALONSO, 2005, p. 118). Porém, continua sendo representado como uma alternativa ao espaço público, já que permanece um espaço controlado e, por isso, valorizado pelos entrevistados, além da comodidade e facilidade das compras, também pela segurança e, principalmente, pelas possibilidades de evitação aos encontros com os diferentes (mesmo que seja pela opção de horários), reafirmando a constituição de um estilo de vida distintivo e a conformação de um *habitus*, em que a posição social se materializa em práticas espaciais distintas e, simultaneamente, as práticas reforçam as posições sociais e a produção fragmentada do espaço urbano.

Embora a análise acerca do processo de fragmentação socioespacial em São José do Rio Preto não tenha se esgotado, na próxima seção incluímos o contexto de investigação de Catanduva para ampliar as reflexões e possibilitar a identificação de diferenças e semelhanças entre a produção do espaço urbano de uma cidade média e uma cidade média nos limiares, a partir do processo de fragmentação.

4.3 A articulação de escalas e o processo de fragmentação socioespacial em Catanduva

Em Catanduva, levando em conta o universo mais restrito em comparação a São José do Rio Preto, as análises das práticas espaciais e representações sociais se referem aos entrevistados do Residencial Acapulco, em suas relações com o Garden Shopping. Porém, outras relações se evidenciaram a partir de práticas dos sujeitos entrevistados que articulam escalas, as quais são fundamentais para se compreender o conteúdo socioespacial do processo de fragmentação que está em curso.

²³⁹ O conforto, as cores, a aceleração da moda, a estilização e reestilização permanente dos objetos, a obsolescência planejada e a combinação dessas dimensões com a presença cada vez maior dos meios de comunicação constrói um “regime de significação integrado”, um “estilo internacional” (ALONSO, 2005, p. 52), em que a busca por reconhecimento social pelos sujeitos que frequentam, dos diferentes segmentos econômicos, é permanente.

Conforme mostra o mapa da Figura 17, o Garden Shopping está localizado em uma área contígua ao centro tradicional, o que favorece as conexões com essa área. Apesar disso, parte dos frequentadores diferencia as duas áreas nos horários em que as lojas do centro estão abertas, sendo possível verificar uma continuidade de público entre os dois espaços comerciais apenas nos horários de almoço, quando alguns trabalhadores²⁴⁰ das lojas do centro tradicional vão caminhando ao *shopping center* e se dirigem à praça de alimentação.

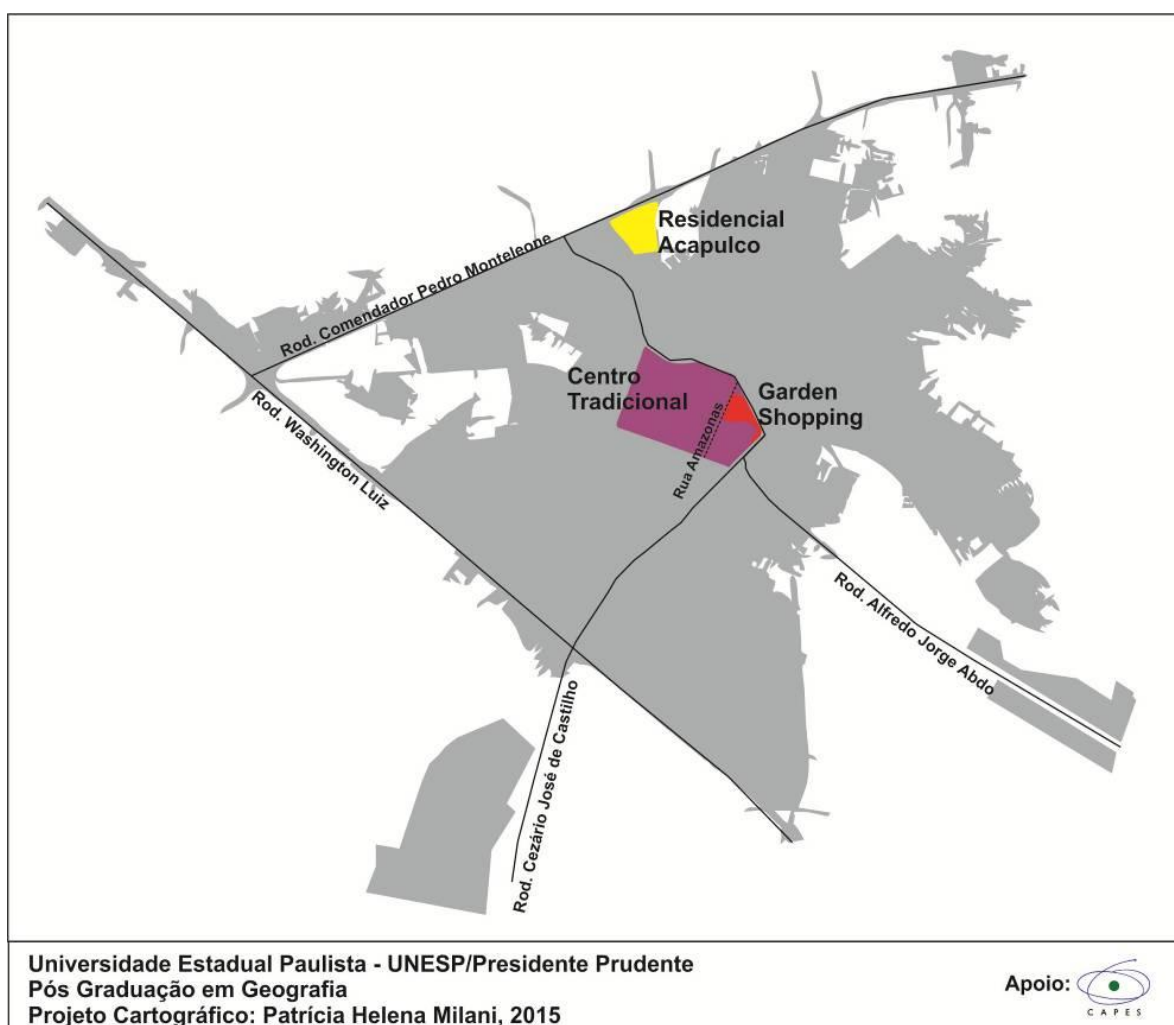


Figura 17: Catanduva. Espaço residencial fechado pesquisado e equipamentos urbanos.

Com base nas observações das práticas espaciais dos cidadãos²⁴¹, no Garden Shopping e no entorno, inicialmente elaboramos a hipótese da existência de uma

²⁴⁰ Isso foi verificado em nossas observações de campo, uma presença significativa de sujeitos com uniformes de trabalho, especialmente de lojas e serviços localizados no centro tradicional.

²⁴¹ Nosso foco permanece nas relações que os entrevistados, moradores do Residencial Acapulco, estabelecem com o *shopping center*, mas, por apresentar especificidades em relação ao contexto de São

centralidade única, que envolve uma continuidade de fluxos do centro tradicional com o Garden Shopping. Mas chegamos a uma negação dessa hipótese, uma vez que a continuidade entre esses dois espaços se estabelece de maneira intensa nos horários de almoço²⁴² pelos trabalhadores, mas não pela maioria dos consumidores. Diante disso, vimos a necessidade de problematizar o conceito de “enclaves fortificados” desenvolvido por Caldeira (2000, p. p. 258-9), especialmente quando se refere aos *shopping centers*.

Os enclaves fortificados incluem conjuntos de escritórios, *shopping centers*, e cada vez mais outros espaços que têm sido adaptados para se conformarem a esse modelo, como escolas, hospitais, centros de lazer e parques temáticos. Todos os tipos de enclaves fortificados partilham algumas características básicas. São propriedades privadas para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem as regras de inclusão e exclusão. [...] são espaços autônomos, independentes do seu entorno, que podem ser situados praticamente em qualquer lugar [...], eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis.

Com base nas narrativas, observações de campo, mapas e imagens do Residencial Acapulco e do Garden Shopping de Catanduva, são evidenciadas diferenças em relação ao contexto de São José do Rio Preto e ao metropolitano, analisado por Caldeira (2000). A combinação entre elementos arquitetônicos e espaciais, como a localização, ajuda a compreensão desses empreendimentos e seus diferentes níveis de rompimento com a cidade. Quando os *shopping centers* se abrem diretamente para a rua, há amenização do caráter de enclave do empreendimento. Tomamos o Garden Shopping Center, de Catanduva e o Rio Preto Shopping e Iguatemi Rio Preto para as comparações.

De um lado, são evidentes, no Garden Shopping, elementos arquitetônicos²⁴³ que caracterizam um rompimento, ainda que relativo, com a área em que se localiza, mas, de

José do Rio Preto, vimos a necessidade de compreender alguns aspectos da área onde se localiza o *shopping center*, que não rompe com as atividades comerciais do centro tradicional.

²⁴² Sem desconsiderar que, nesse momento, os trabalhadores do centro tradicional são consumidores do *shopping center*, mas nos referimos ao universo mais amplo do consumo, para além da alimentação.

²⁴³ O Garden Shopping possui uma combinação de tendências que caracterizam esses empreendimentos, relacionadas a tempos diferentes, como áreas de “*open mall*”, mas com padronização, principalmente das mesas e cadeiras da praça de alimentação.

outro, há uma considerável permeabilidade entre o interior e o exterior imediato de suas estruturas, principalmente pela Rua Amazonas, lateral do empreendimento (Mapa da Figura 18). Contudo, do ponto de vista das práticas espaciais, não pode ser ignorado o papel desempenhado pelo espaço destinado ao estacionamento, que se insere entre a rua e a entrada do *shopping center*, bem como a presença de grade, cancelas e máquinas que recolhem os *tickets* do estacionamento, controlando a entrada e saída dos carros. Do ponto de vista frontal do empreendimento, esse rompimento com a rua ocorre de maneira mais sutil, em função da presença do McDonalds, entre a grade que separa a rua e o empreendimento.

Embora de maneira menos radical, se comparado a outros empreendimentos, e mesmo levando-se em conta a continuidade espacial com o centro tradicional de Catanduva, o Garden Shopping caracteriza-se como um enclave no contexto em que se insere, uma vez que os estacionamento e grades separam a entrada do empreendimento da rua, bem como a presença dos seguranças na porta, de câmeras de vigilância, porta eletrônica, mudança de iluminação e temperatura evidenciem as delimitações entre o interior e o exterior desse espaço de consumo, entre o espaço privado e o espaço público. Isso corresponde à caracterização de “fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. [...] são espaços autônomos, independentes do seu entorno” (CALDEIRA, 2000, p.259).

A despeito desses limites e de tal caracterização, ainda existem significativas conexões com o espaço exterior imediato, possibilitadas pela localização espacial do empreendimento e pela inexistência de exclusividade da maioria das lojas e produtos comercializados para segmentos de alto e médio poder aquisitivo. O Quadro 6 demonstra a menor presença de franquias, em relação ao Iguatemi Rio Preto.

Lojas	Segmentos
Lessô, Nextênnis	Calçados - feminino, masculino e infantil
Lojas Americanas	Departamento
Cacau Show, Fabrica di Chocolate, Chiquinho Sorvetes,	Docerias, Sorveterias e cafés
McDonalds, Burger King, King Potato, Risoto Mix, Suco e Bagaço	<i>Fast Food</i>
Fogão Brasil	Restaurantes
Morana, Ouromil	Joalheria e Relojoarias
Adjí, Barred's, Colombo, Hering, Lupo, M. Officer, Marisa, Mr Kitsch	Moda – feminina, masculina e infantil
Corpo Atleta	Moda esportiva
O Boticário	Perfumaria e cosméticos

Quadro 6: Franquias do Garden Shopping, por segmento.

Fonte: *Site* do empreendimento – www.gardenshopping.com.br. Acesso em 24 de jun. 2015 e pesquisas de campo.

Diante disso, identificamos diferenças importantes entre o Garden Shopping de Catanduva e o Rio Preto Shopping, mas, sobretudo, em relação ao Iguatemi Rio Preto, o que evidencia que a ideia de homogeneidade associada ao *shopping center* é verdadeira como um princípio, mas quando o foco se volta para a realidade empírica, é necessário relativizá-la, ou seja, é possível identificar uma heterogeneidade dentro da homogeneidade, o que se torna relevante no contexto da pesquisa justamente porque os aspectos que relativizamos são aqueles que mais atraem os sujeitos sociais – os sistemas de controle e segurança – conforme mencionaram nas entrevistas. São esses aspectos que, por conseguinte, pautam a representação social desses espaços como mais exclusivos (e excludentes).

De maneira similar ao que verificamos no Garden Shopping, embora com menor grau de amplitude, o Rio Preto Shopping, mesmo estando (atualmente) em continuidade com o espaço urbano constituído, inclusive evidenciando impactos no entorno no sentido de uma valorização das áreas e estímulos às atividades comerciais do ponto de vista das práticas espaciais, é preciso levar em conta que, entre a entrada do Rio Preto Shopping e a rua, também há um amplo estacionamento que precisa ser percorrido, mesmo que seja pela rampa, quando se chega caminhando. O estacionamento passa a ser uma barreira e não pode ser considerado um espaço de transição, uma vez que este teria como princípio a agradabilidade do ambiente; longe de ser uma barreira, o espaço de transição deve ser convidativo para a permanência e não apenas para a passagem, haja vista a área frontal do Garden Shopping, de Catanduva, onde se localiza o

McDonalds²⁴⁴, como evidencia a Figura 18. Além dessa barreira entre o Rio Preto Shopping e o entorno imediato²⁴⁵, elementos como mudanças de luminosidade, temperatura e lógicas de consumo que se diferenciam de outras áreas da cidade, as quais os sujeitos sociais de certa maneira naturalizaram, também consistem em fatores de rompimento com o entorno.

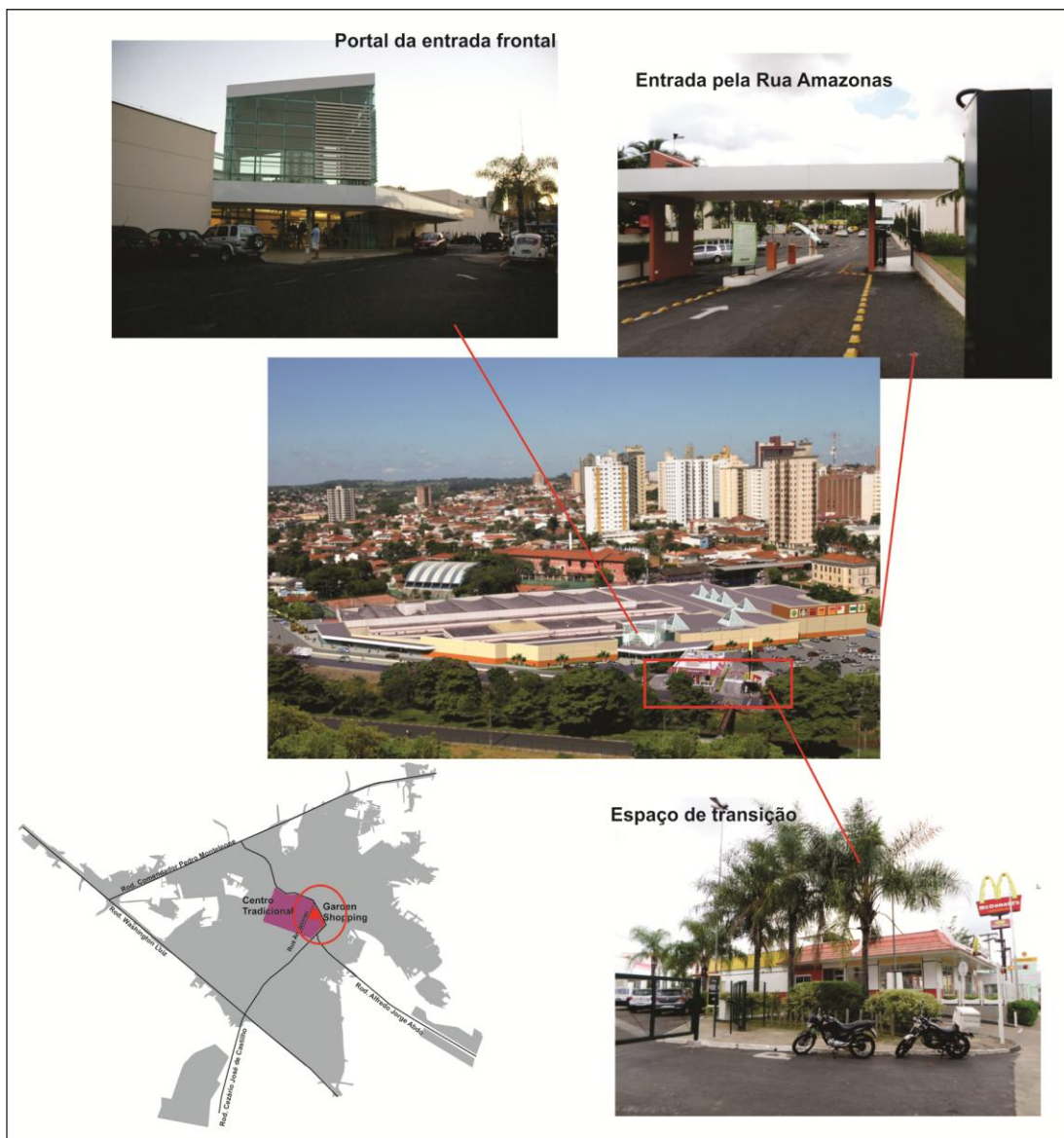


Figura 18: Imagens do Garden Shopping Center, Catanduva.
Fotos: Patrícia Helena Milani, janeiro de 2014.

²⁴⁴ Mesmo que se insira na lógica mercantil e não favoreça a sociabilidade entre os que frequentam, são espaços em que as pessoas permanecem, ainda que por tempos curtos, ao contrário das áreas de estacionamento, que são puramente de passagem.

²⁴⁵ Isso não significa que ela não é transposta, o que queremos evidenciar é que as barreiras são artifícios utilizados para demonstrar que aquele espaço de consumo tende a se diferenciar das lógicas que regem o comércio em áreas abertas. A conformação espacial e arquitetônica dos *shopping centers* é, acima de tudo, uma mensagem aos frequentadores.

Por sua vez, o Iguatemi Rio Preto expressa de maneira mais radicalizada seu caráter de enclave, como demonstra sua própria localização descontínua em relação ao espaço urbano na área sul da cidade. Complementarmente, outros elementos, como o projeto arquitetônico mais suntuoso, exclusivamente voltado para o interior, reforçam o rompimento com o entorno, no qual predominam os espaços residenciais fechados, como evidencia a Figura 19. Dentre esses elementos, merece destaque o emprego de sistemas férreos de controles internos que, no entanto, são dissimulados. A combinação desses elementos reforça o caráter de enclaves fortificados desses empreendimentos, os quais guardam diferenças entre eles e explicitam em níveis diferentes a separação e a distinção em relação à cidade.

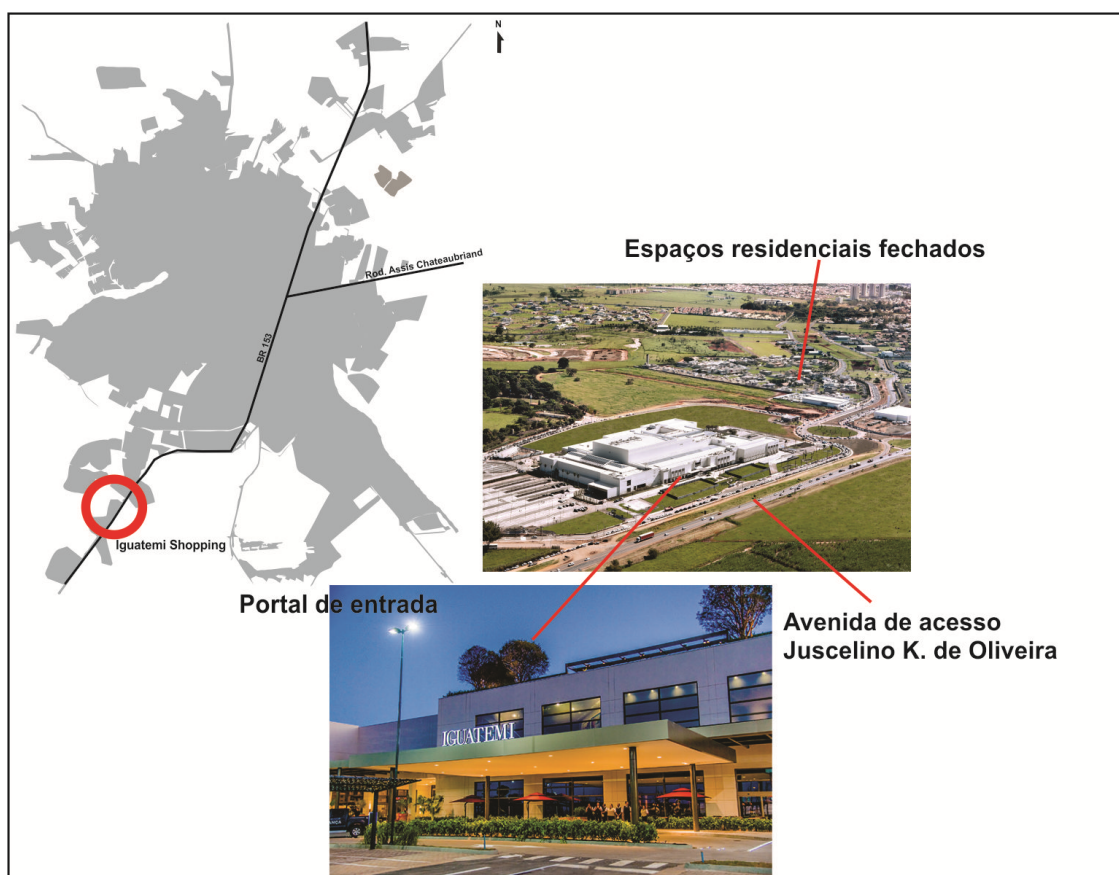


Figura 19: Imagens do Iguatemi Rio Preto.
Fotos: Patrícia Helena Milani, abril de 2014.

O que a pesquisa revela, considerando as diferenças entre os espaços de consumo investigados, é a necessidade de identificar elementos que se combinam e ajudam a compreender esses espaços como enclaves fortificados para melhor contextualizar o processo de fragmentação socioespacial nessas cidades. A partir da

necessária relação entre teórico e empírico, compreendemos que as características que compõem o conceito de enclave fortificado de Caldeira (2000) devem ser apreendidas como princípios que nem sempre se objetivam da mesma maneira em todas as realidades.

A ausência de elementos que compõem uma exclusividade com níveis inferiores ao encontrado nos *shopping centers* de São José do Rio Preto, tanto do ponto de vista das lojas como dos elementos arquitetônicos que caracterizam o Garden Shopping, é desvalorizada, ou neutralizada, pelos entrevistados de Catanduva, com base nas conexões estabelecidas pelas práticas, justificadas pelo seu horário de funcionamento e pela associação entre consumo e lazer, como indicado nos depoimentos de Karen e Lucas.

Eu prefiro o shopping, é mais fácil porque tem estacionamento e porque tem várias lojas juntas. (Karen, 40 anos, professora, Acapulco, Catanduva)

Eu vou ao shopping. No meu caso, pelo horário de atendimento, *pra mim*, ir numa loja durante o dia me atrapalha muito. Posso chegar em casa às seis, sete horas da noite, tomar um banho: “ó preciso de uma roupa”. Vou ao shopping, porque as lojas ficam num horário diferenciado. (Lucas, 32 anos, comerciante, Acapulco, Catanduva)

Com vistas à identificação de conexões e desconexões entre o Residencial Acapulco e o *shopping center* da cidade, começamos por classificar os entrevistados em três grupos: a) um grupo composto pelos entrevistados cujas práticas de consumo ocorrem no centro tradicional de Catanduva; b) um grupo que relatou a frequência ao centro tradicional combinada a *shopping centers* de São José do Rio Preto e, por fim, c) um grupo em que as práticas de lazer e consumo estão ligadas ao Garden Shopping, mas também aos *shopping centers* de São José do Rio Preto, cujas narrativas foram fundamentais para compreender o processo de fragmentação socioespacial em cidades médias nos limiares.

No caso de Catanduva, as permanências de práticas de consumo são evidentes, não somente por predominarem no centro tradicional, mas porque algumas vão além disso, conforme explicitou Regina, com o uso da expressão “provinciano”. Tais práticas são reveladoras de uma proximidade entre consumidor e vendedor, que praticamente inexistente nas lojas dos *shopping centers*, principalmente nas de departamento, onde há pouca ou nenhuma relação entre os mesmos.

No centro, porque o shopping aqui é muito limitado, geralmente quando vamos passear que acaba comprando fora, vamos em Rio Preto. Mas é mais no centro mesmo, sempre vou onde é fácil estacionar, por isso já vou lá no Bazar Luciana, onde é fácil estacionar, e o que eu preciso está sempre ali. Mas sempre estão entregando, as lojas que a gente tem conta, cadastro, ligam, sempre querem entregar alguma coisa, deixa as sacolas aí na portaria, “olha, tô te ligando para te deixar uma sacola aí, para provar as roupas”. Aqui tem bastante disso, ainda provinciano. Agora num bairro comum, esquece, nunca te acham e não há ninguém para receber, como aqui tem a portaria. (Regina, funcionária pública, 41 anos, Acapulco, Catanduva)

Outra prática expressiva das permanências que caracterizam uma cidade média com menores níveis de complexidade, do ponto de vista das áreas que os cidadãos frequentam para o consumo, é a preferência relatada pelos entrevistados do Residencial Acapulco pelo Supermercado Maranhão²⁴⁶, a despeito da instalação de novos empreendimentos do gênero, como o Supermercado Extra (no Garden Shopping) e Walmart, na Rua Dr. Cervantes Ângulo, em um eixo de acesso à Rodovia Washington Luiz. Embora tenha sido citada por alguns entrevistados, esta última superfície comercial ainda não exerce maior poder de atração em relação à centralidade já consolidada na cidade pelo centro tradicional, o que reforça a ideia de que a “força da tradição” (ALONSO, 2005, p. 131) tem também um peso comercial.

Olha, eu sou tão tradicional nos lugares que eu vou, supermercado sempre fui em um, aqui no caso de Catanduva, o Maranhão, e é também uma questão de pouca opção, Catanduva não tem muita opção. Mas tem o Extra, o Walmart, mas eu não vou, continuo no mesmo, sou fiel ao Maranhão. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Restaurantes, vamos no Pamplona. Vamos naquele de um bairro, como chama mesmo? Que as crianças adoram ir comer espetinhos, é o “Esquina do Espetinho”, perto da Sebastião de Moraes, é em um bairro mesmo, só que é numa avenida que é bem movimentada, é um lugar que, quando queremos comer um espetinho rapidinho, coisa bem rápida e bem família, então muitas vezes à noite, durante a semana, lá está aberto. (Regina, funcionária pública, 41 anos, Catanduva)

Mesmo residindo em um espaço residencial fechado e valorizando o estilo de vida distintivo a ele relacionado, as duas moradoras reforçam, em seus depoimentos, características que também compareceram em outros relatos citados adiante, de valorização dessas relações denominadas por Regina de “provincianas”. Tais relações

²⁴⁶ Empreendimento do Grupo Maranhão de Catanduva, que atua desde 1969, possuindo três estabelecimentos na cidade e dois em São José do Rio Preto.

ligam-se a um tempo anterior de “culturas tradicionais” (GIDDENS, 1991, p. 44), que contêm e perpetuam experiências de gerações²⁴⁷, evidenciando combinações de práticas espaciais de consumo, que indicam mudanças, mas também permanências que não se dão de maneira igual no contexto de São José do Rio Preto. Nessa cidade, as mudanças pautadas na vivência em espaços residenciais fechados, relatadas por seus moradores, impactam na escolha dos espaços de consumo, para a maioria, bem como numa desvalorização das “tradicionais” áreas e formas de consumo, sobretudo, no centro tradicional da cidade. Em Catanduva, foi evidenciada uma combinação mais significativa entre “velhas” e “novas” formas de consumir a/na cidade, enquanto em São José do Rio Preto, o abandono de “velhas” formas foi predominante.

Ainda que exista, o afastamento socioespacial entre os diferentes segmentos socioeconômicos, é menos significativo no contexto intraurbano de Catanduva em relação ao verificado em São José do Rio Preto. Porém, quando articulamos escalas de análise para compreender as práticas espaciais dos entrevistados de Catanduva que se deslocam para a segunda cidade para compras, identificamos a segmentação que está em curso, na medida em que escolhem os *shopping centers* localizados na área sul, valorizando os mesmos elementos dos entrevistados de São José do Rio Preto.

As falas dos entrevistados de Catanduva evidenciam que as conexões com os *shopping centers* de São José do Rio Preto são relevantes para entender esse processo. A referência crítica ao Garden Shopping é reveladora de tais conexões, que são substanciadas por algumas “amenidades”, como a curta distância entre as duas cidades²⁴⁸, do ponto de vista dos entrevistados, que pode ser percorrida rapidamente nos horários e dias de preferência, pela utilização de automóveis particulares, aumentando suas possibilidades de articulação escalar, não somente em relação a São José do Rio Preto, como demonstram as referências a compras em São Paulo, por exemplo.

²⁴⁷ Por outro lado, a tradição não é inteiramente estática, porque ela tem que ser reinventada a cada nova geração, conforme esta assume sua herança cultural, na concepção de Giddens (1991, p. 44). Segundo o autor, a tradição não só resiste à mudança, como permanece num contexto no qual há, separados, poucos marcadores temporais e espaciais em cujos termos a mudança pode ter alguma forma significativa.

²⁴⁸ Aproximadamente 58 Km.

Vou muito nas lojas de sapato, na Tarô²⁴⁹, bom, para ser sincera, eu compro mais em Rio Preto, no shopping mesmo, ou quando eu vou a São Paulo, mas, por exemplo, eu faço artesanato, então eu uso muito as lojinhas que tem lá no centro da cidade [*de Catanduva*], pra tinta, pra todas essas coisas. Pra roupa, calçado, eu quase não compro aqui. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Tais conexões correspondem parcialmente àquelas identificadas em São José do Rio Preto, baseadas nas imagens e no estilo de vida próprio desses espaços residenciais fechados, no âmbito dos quais *shopping centers* são representados como espaços “seguros” para o consumo, devido às lógicas que se combinam.

Nos shopping, você tem a segurança, o conforto, liberdade, porque você pode caminhar à vontade, coisa que no centro você já não pode. Acho que o conforto é tudo, pode deixar as crianças andarem à vontade, tanto que as crianças vão na frente e aqui dentro [*do Residencial Acapulco*] é a mesma coisa. (Regina, funcionária pública, 41 anos, Acapulco, Catanduva)

Nesse caso, a ênfase na questão da segurança, proporcionada pelo *shopping center* e pelo espaço residencial fechado, chama mais atenção quando se leva em conta as particularidades de práticas características da vida cotidiana de uma cidade média nos limiares, em comparação a cidades de tamanhos e complexidades maiores que, no entanto, são desconsideradas pela entrevistada.

Mas, diferente do que observamos em São José do Rio Preto, as permanências de práticas de consumo nas lojas no centro tradicional de Catanduva decorrem mais das opções limitadas no contexto intraurbano e de uma valorização (relativa) das relações com vendedores e atendentes de determinadas lojas do que de um interesse em “fazer economia”.

Alguns aspectos que os entrevistados representam como negativos, que caracterizam o centro tradicional, compareceram nas narrativas tanto de Catanduva quanto de São José do Rio Preto, como o trânsito excessivo e a falta de estacionamento, porém, há menor preocupação com a segurança e com a distinção social no caso da primeira cidade.

²⁴⁹ Cujos produtos são das marcas Carmen Stefans, Schutz e Santa Lolla, produtos franqueados, destinados tendencialmente para segmentos de médio e alto poder aquisitivo.

O centro hoje está com um problema muito grande de estacionamento, não tem mais lugar *pra* se estacionar, então eu acho um ponto negativo essa coisa do estacionamento. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

No centro, de ruim, é falta de lugar *pra* parar, é estacionamento. (Lucas, 32 anos, comerciante, Acapulco, Catanduva)

Negativo: falta de estacionamento, *pra* mim esse é o ponto crucial. Por que eu vou ao centro? Porque eu vou a pé²⁵⁰, se eu tiver que pegar carro *pra* estacionar, eu vou pensar mais em não ir. Positivo: diversidade de lojas, as lojas aqui são lojas antigas que você já sabe o que vai encontrar, os vendedores são conhecidos, você já sabe como vai ser atendida, você tem uma familiaridade grande nas lojas, a gente encontra isso: esse aconchego, esse é um ponto bem forte do comércio de Catanduva. (Marta, 38 anos, empresária, Acapulco, Catanduva)

Nossa! Lugar de estacionar não acha. Isso é negativo. (Karen, 40 anos, professora, Acapulco, Catanduva)

A principal diferença identificada diz respeito aos demais elementos desvalorizados pelos entrevistados de São José do Rio Preto no centro tradicional, ligados principalmente à presença majoritária dos segmentos populares, já que os segmentos de médio e alto poder aquisitivo optam, de maneira cada vez mais significativa, por outros espaços de consumo na cidade. Por outro lado, em Catanduva, no contexto intraurbano, a principal centralidade continua sendo exercida pelo centro tradicional, tanto para os segmentos de médio como de baixo poder aquisitivo. No seu espaço público, há permanência em relação à concentração do maior fluxo de pessoas, informações, produtos, enfim, a possibilidade do encontro que lhe é própria, mesmo que não consideremos a sua qualidade, entre sujeitos sociais diferentes socioeconomicamente.

Se as conexões estabelecidas através das práticas espaciais dos entrevistados de Catanduva com o Garden Shopping pouco revelam sobre distinção social, quando as conexões ultrapassam a escala da cidade e se referem aos *shopping centers* de São José do Rio Preto, a valorização da distinção social está presente, como demonstra a resposta seguinte:

²⁵⁰ Marta é proprietária e trabalha em um *buffet* localizado no centro tradicional, afirmou que vai às lojas nos intervalos do trabalho.

Gosto das marcas, da variedade de lojas, livrarias, que eu gosto muito de livrarias, e lá no shopping tem algumas que eu gosto, no Rio Preto Shopping. Então eu sempre me resolvo ali no shopping mesmo. (Célia, 59 anos, aposentada, Acapulco, Catanduva)

Revelando conexões entre o Residencial Acapulco de Catanduva e os *shopping centers* de São José do Rio Preto, as práticas de consumo descritas justificam-se não apenas pelo fato de serem espaços fechados, mas também pelas suas estruturas físicas e simbólicas que se relacionam ao estilo de vida que eles valorizam. Nesse sentido, alimentam um *habitus* (BOURDIEU, 2007), tal como fazem os moradores de espaços residenciais de São José do Rio Preto, ligado a espaços de consumo que colocam esses sujeitos em sintonia com movimentos, tendências e referenciais culturais tipicamente metropolitanos (GÓES, 2013, p. 7), que implicam sua incorporação à escala de análise, como importantes centros de difusão, onde ócio e negócio, produção e consumo, necessidade e desejo se mesclam nesse espaço complexo de usos e significados sociais (ALONSO, 2005, p. 117).

Ao articularmos escalas, verificamos que o gosto, propensão e aptidão para a apropriação – material e/ou simbólica – de determinados objetos e práticas é a fórmula geradora que se encontra na origem desse estilo de vida distintivo (BOURDIEU, 2008, p. 165), consumido e valorizado pelos sujeitos entrevistados das duas cidades. Nesse sentido, é significativo que a maneira de se diferenciar no âmbito do consumo, descrita pelos entrevistados de Catanduva, não é frequentar o Garden Shopping, tampouco o Shopping Cidade Norte, mas o Rio Preto Shopping²⁵¹.

O shopping daqui [Catanduva] demorou doze anos para ser construído, então o conceito de anos atrás era outro, o número de automóveis mudou completamente, entendeu? Então ele nasceu velho, quando ele nasceu “mas olha já está tudo errado”, em doze anos muda-se muito, condições do comércio, muda muita coisa. **E aqui em Catanduva tem aquela mentalidade de que quem tem um pouco mais [de dinheiro] vai para Rio Preto no shopping.** (Grifos nossos. Regina, funcionária pública, 41 anos, Acapulco, Catanduva)

A análise comparativa entre uma cidade média e uma cidade média nos limiares possibilitou a apreensão do processo de fragmentação socioespacial, enquanto processo contínuo de produção do espaço urbano, que aprofunda diferenças.

²⁵¹ Quando realizamos grande parte das entrevistas com moradores do Residencial Acapulco, de Catanduva, o Iguatemi Rio Preto não havia sido inaugurado.

Embora essas combinações entre “novas” e “velhas” formas de consumir não deixem de existir em cidades de maior tamanho e complexidade, essa dinâmica em uma cidade média nos limiares reserva suas particularidades na medida em que os lugares e as áreas de frequência permanecem sendo os mesmos (pelo número mais restrito de opções e menores distâncias físicas), o que não ocorre nas cidades maiores, em que há práticas de consumo fora de *shopping centers*, por exemplo, mas que tendem a se dirigir para centros comerciais mais próximos às áreas de residência ou de trabalho, como o centro comercial em vias de consolidação, na área leste de São José do Rio Preto, nas proximidades dos espaços residenciais fechados do Grupo Damha e ao longo das Avenidas Brigadeiro Faria Lima e José Munia, ou em centros comerciais caracterizados por elementos que se diferenciam, tanto do ponto de vista objetivo, quanto subjetivo, do centro tradicional, como o subcentro comercial consolidado na Nova Redentora. De maneira ainda mais complexa e segmentada, essa dinâmica se dá na metrópole, que passa a ser cada vez mais vivida e representada em fragmentos e não mais enquanto uma totalidade.

No contexto da investigação, a fragmentação se expressa espacialmente a partir das práticas espaciais e, portanto, dos sujeitos que produzem esses espaços urbanos. As opções por esses espaços fechados, de moradia e consumo, são dos sujeitos sociais, mas dentro de quais possibilidades de escolha? Consideramos que dentro das possibilidades que são fortemente dirigidas pelos agentes econômicos²⁵², os quais produzem espaços²⁵³ concretos favoráveis a contextos de interação social e estruturas de significações, que atendem aos anseios dessa classe média e correspondem ao estilo de vida distintivo que desejam no período atual²⁵⁴.

É a combinação entre a produção material desses espaços e a busca dos sujeitos sociais de classe média por lugares cada vez mais exclusivos e excludentes que resulta no êxito desses empreendimentos. Além disso, o mercado criou uma demanda por esses

²⁵² Guiados pela necessidade de reprodução do capital no espaço urbano, por meio da comercialização dessa nova forma de morar, destinada àqueles que já possuem casa própria, como se evidenciou entre os entrevistados.

²⁵³ As atividades econômicas em cidades médias, antes preponderantemente afeitas à ação dos capitais de alcance local e regional, passaram a receber vetores econômicos de maior amplitude espacial, promovendo reestruturações de toda ordem, incluso as relativas às práticas dos cidadãos em seu cotidiano de vida nestes espaços (SPOSITO, 2011, p. 11).

²⁵⁴ Haja vista o pouco êxito dos espaços residenciais fechados lançados na década de 1970, em São José do Rio Preto, os quais apenas posteriormente tiveram seus lotes vendidos de maneira mais significativa a partir da década de 1990.

espaços e formas de consumir, por meio de uma intensa produção de subjetividades²⁵⁵, preferências distintivas e novas necessidades de consumo que diferem dos períodos anteriores, das “tradicionais” formas de consumir, embora elas não tenham deixado de existir, lançando foco para a valorização de espaços que expressam conforto e praticidade, combinando-se com a valorização da segurança e da exclusividade, portanto, opondo-se à cidade, cada vez mais representada como violenta ou perigosa.

Nesse contexto se confirma a relevância de pesquisas que caracterizam o processo de fragmentação socioespacial em cidades médias, haja vista que a relação entre urbanização contemporânea e fragmentação tem sido estabelecida pelos estudiosos dos espaços metropolitanos (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 292). A atenção para as diferenças que caracterizam o processo de fragmentação entre cidades médias com diferentes graus de complexidade é desdobramento relevante dessa constatação em relação ao qual os nossos resultados de pesquisa são significativos.

Assim, as práticas de consumo dos entrevistados de Catanduva nos *shopping centers* de São José do Rio Preto reforçam o papel de centralidade que a segunda cidade exerce no contexto da rede urbana e, ao mesmo tempo, revelam que a classe média, a qual possui um importante papel na produção do espaço urbano das cidades pesquisadas, está cada vez mais conectada a um sistema global²⁵⁶ que estrutura muitas preferências de consumo, influenciando em escolhas que transcendem os limites da própria cidade. Dessa maneira, confirma-se o caráter multidimensional e multiescalar da fragmentação (SPOSITO e GÓES, 2013, 297).

Em São José do Rio Preto, dinâmicas como a tendência à extensão e descontinuidade do espaço urbano, juntamente com a proliferação de residenciais fechados que condicionam o processo de fragmentação, são ainda mais evidentes. Além disso, as representações sociais negativas e as práticas de separação em relação aos espaços de consumo dos segmentos populares, sobretudo o centro tradicional, foram predominantes nessa cidade.

Sem perder de vista as relações entre fragmentação espacial e fragmentação social (PRÉVÔT-SCHAPIRA, 2000), constatamos que há variação, conforme o

²⁵⁵ A manipulação comercial das imagens ganha centralidade no atual período, mediante a publicidade, a mídia e as exposições, constituindo performances e espetáculos da trama urbanizada da vida diária, o que determina, portanto, uma constante reativação de desejos por meio de imagens (FEATHERSTONE, 1995, p. 100).

²⁵⁶ Segundo Sposito e Góes (2013, p. 291), grande parte dos enfoques dados à fragmentação tem o objetivo de qualificar as relações entre processos de globalização e alterações nos papéis e formas de estruturação das metrópoles, as quais apoiam as novas lógicas de mundialização da economia e da sociedade.

tamanho e grau de complexidade de cada cidade e de seu espaço urbano, com diferentes ritmos e intensidades dos processos. Nenhuma cidade pode, portanto, ser compreendida como completamente fragmentada, já que os processos variam de acordo com as práticas dos sujeitos sociais que produzem o espaço urbano numa dialética entre sociedade e espaço²⁵⁷. Não se trata de comprovar em qual cidade há maior ou menor fragmentação, mas evidenciar que esse é um processo que exige uma reflexão a partir práticas espaciais dos sujeitos²⁵⁸, as quais produzem e são produzidas pelo espaço urbano em constante relação com as forças oriundas do sistema maior da organização social.

As conexões que se evidenciam nas práticas e representações sociais identificadas em Catanduva pautam-se num imaginário semelhante ao identificado em São José do Rio Preto em relação aos *shopping centers*, com tramas de significados específicos, reconhecidas socialmente, que concebem qualidades a determinados espaços da(s) cidade(s). Tal constatação se contrapõe à ideia de Featherstone²⁵⁹ (1995, p. 120) de que estamos rumando para uma sociedade sem grupos de *status* fixos, na qual a adoção de estilos de vida fixos por grupos específicos, expressos na escolha de roupas, atividades de lazer e bens de consumo, estaria sendo ultrapassada. Ao contrário disso, a pesquisa revela que, no contexto brasileiro, não apenas os produtos consumidos pela classe média, mas também os espaços onde essa prática se efetiva continuam sendo significativos para as estratégias de distinção socioespacial. O espaço torna-se cada vez mais a própria mercadoria, em um nível estratégico para o consumo dessa classe média que almeja exclusividade.

Sendo assim, o estilo de vida distintivo é também composto por um “consumo distintivo” (ALONSO, 2005, p. 67) e isso assume relevância particular no contexto de mudanças em relação ao consumo experimentadas no Brasil, sobretudo a partir dos anos

²⁵⁷ Revelando o duplo caráter do espaço, simultaneamente uma estrutura ordenadora e uma forma de ação, nos termos de Löw (2013, p. 27), as estruturas espaciais precisam realizar-se na ação, mas também estruturam a ação. Nesse sentido a dualidade de ação e estrutura também é a dualidade do espaço; isso significa que estruturas espaciais geram uma forma de ação que, na constituição de espaços, reproduz essas mesmas estruturas espaciais.

²⁵⁸ Por isso corroboramos a crítica de Gottdiener (2010, p. 290). Segundo o autor, o momento atual é aquele em que o espaço absoluto de dominação política e econômica reina de maneira homogênea sobre o espaço social da vida cotidiana. Gottdiener nos chama atenção para a necessidade de um olhar mais apurado para as práticas cotidianas, uma vez que o foco central é na economia e política. Até o momento, não se criou uma linguagem de liberação socioespacial necessária para uma tarefa desse tipo, na medida em que estamos sobrecarregados com as categorias de economia política. Sem o novo vocabulário, segundo o autor, percebe-se que a prática espacial representa um acidente de comportamento coletivo.

²⁵⁹ Não desconsideramos que o autor trata de outro contexto espaço-temporal.

2000²⁶⁰. Os resultados da pesquisa revelam que, ao invés de um movimento de superação dos grupos de *status*, os sujeitos pesquisados buscam reforçar posições sociais e espaciais por meio de um estilo de vida distintivo e de práticas de consumo que se correlacionam com a estrutura de classe. O consumo, portanto, não deve ser compreendido apenas como consumo de valores de uso, de utilidades materiais, mas primordialmente como o consumo de signos (FEATHERSTONE, 1995, 122) e espaços.

A classe média busca alimentar o estilo de vida distintivo pela preferência por espaços de consumo e produtos cada vez mais exclusivos e que se distinguem daqueles consumidos pelos batalhadores (SOUZA, 2012), os quais são classificados cada vez mais como “esteticamente popularizados” (ALONSO, 2005, p. 54). Para essa classe média, a popularização significa essencialmente uma desvalorização.

Além disso, evidencia-se que a introdução de novos gostos ocorre quando os grupos de baixo *status* social imitam os gostos dos grupos de alto *status*, fazendo com que estes reajam à situação, adotando novos gostos que deverão restabelecer e conservar a distância original (FEATHERSTONE, 1995, p. 126). A classe média procura, desse modo, adquirir “bens posicionais” para substanciar o estilo de vida distintivo, em contraposição aos popularizados. Contudo, trata-se de um estilo de vida que é, ao mesmo tempo, distintivo e de massa, quando considerado à escala global. Localmente é distinção, globalmente é identificação e, em ambas, os *shopping centers* e espaços residenciais fechados exercem papel estratégico.

²⁶⁰ Essas mudanças estão diretamente relacionadas ao crescimento da renda e do emprego, decorrentes de dois processos concomitantes: de um lado, expansão da renda interna, via políticas distributivas e aumento dos gastos públicos; de outro a ampliação e reordenamento de fluxos de capitais em busca de novos mercados (POCHMANN, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de espaços residenciais fechados e de novas áreas comerciais e de serviços, especialmente dos *shopping centers*, devem ser compreendidos no âmbito de processos de produção do espaço urbano cada vez mais complexos. Crescentemente voltados ao atendimento de segmentos socioeconômicos diferentes, em áreas descontínuas da cidade, os espaços fechados e controlados com sistemas de segurança, seja de moradia ou de consumo, atendem aos anseios dos sujeitos sociais pesquisados de fortalecer um estilo de vida cada vez mais distintivo, tanto social quanto espacialmente, em relação ao que representam como desvalorizado na cidade e que remete ao modo de vida dos segmentos populares.

A segmentação ultrapassa a forma de produção material do espaço urbano e pode ser verificada também pela dimensão simbólica do processo de fragmentação socioespacial no plano do cotidiano, viés privilegiado na análise, no âmbito desta tese. Nossa escolha recaiu sobre o enfoque das práticas espaciais e representações sociais porque dão conteúdo à cidade, conduzem a vida urbana e reorientam as relações entre espaço e tempo, reafirmando a indubitável dissociação entre eles. Essa perspectiva de análise não apenas revelou a complexidade do processo de fragmentação, mas nos exigiu a incorporação das diferentes articulações escalares para identificar suas diferentes expressões.

Embora o principal foco da investigação não seja a análise das duas cidades como cidades médias, reforçou-se a necessidade de considerar uma pluralidade de níveis de complexidade e diferenças do processo de fragmentação socioespacial que caracterizam cada uma delas. Nesse sentido, adotamos a noção de limiar (BATELLA, 2013), como particularidade que confirma as diferentes possibilidades de leitura dessas cidades.

O processo de fragmentação socioespacial pôde ser verificado em constituição nas duas cidades pesquisadas, nas duas dimensões de análise, objetiva e simbólica. Ainda que em São José do Rio Preto a busca pela separação socioespacial tenha se revelado mais significativa que em Catanduva, essa é uma tendência que evidenciou lógicas de produção contemporânea do espaço urbano, fundamentais a sua compreensão.

Os investimentos no setor imobiliário em Catanduva e São José do Rio Preto, embora com amplitudes diferentes, combinados com a busca pela distinção

socioespacial da classe média, que foram os principais sujeitos pesquisados, reorienta a lógica de estruturação de “tradicionais” e “novas” formas de morar e consumir a/cidade, confirmando a hipótese de que está em curso um processo de fragmentação socioespacial nas duas cidades. No entanto, no trabalho com as entrevistas, o cotidiano e o próprio contexto das cidades médias, ficou evidente uma complexidade maior desse processo de separação, gerando desdobramentos a partir da hipótese inicial. Por isso, nesse esforço final de síntese analítica, pautamo-nos em dois planos: o intraurbano e das articulações escalares entre as duas cidades.

Sob o discurso da segurança, os sujeitos sociais investigados valorizam um estilo de vida distintivo socioespacialmente, consomem esses espaços de moradia, assim como os signos e os símbolos a eles associados, que acreditam se assemelhar ao modo de vida da elite e se distanciar dos segmentos populares; a partir disso, passam a conceber esses espaços fechados de moradia, cada vez mais, como a única forma de morar na cidade.

A intensificação do poder simbólico atribuído aos espaços residenciais fechados está diretamente relacionada à radicalização dos sistemas e medidas de segurança, sobretudo em relação aos empregados e prestadores de serviços que adentram cotidianamente os espaços internos aos muros. Nesse sentido, os empreendimentos do Grupo Damha e o Quinta do Golfe, em São José do Rio Preto, desempenham papel central nas falas dos entrevistados das duas cidades, quando citam elementos de valorização desses espaços de moradia. São considerados modelos, justamente por causa do rigor dos seus sistemas e medidas de segurança²⁶¹, que são, sobretudo, discriminatórios.

Conforme explicitamos ao longo da tese, isso se mostrou mais intenso no contexto de São José do Rio Preto, em que o mercado imobiliário atende a maior demanda por esses espaços residenciais fechados, de maneira também a oferecê-los com atributos que atendam a esses anseios, ou seja, infraestruturas internas cada vez mais concebidas como exclusivas, mas que são, acima de tudo, excludentes. As regras internas e normas de convivência que marcam e hierarquizam as posições diferenciais, entre moradores e empregados, estão entre esses atributos valorizados, inclusive porque não seriam possíveis nos espaços públicos.

²⁶¹ É significativo que apenas um morador do Quinta do Golfe tenha sido entrevistado durante a pesquisa, mesmo assim, a entrevista foi realizada em outro espaço, ou seja, sem as observações de campo que sempre valorizamos.

Apesar de algumas dessas características estarem presentes no Residencial Acapulco de Catanduva, há diferenças, a começar pelo fato de esse ser o único espaço residencial fechado consolidado da cidade. Nele há, além de uma maior valorização das relações entre os moradores, ainda que superficiais, um maior conhecimento dos empregados e prestadores de serviços que adentram aos espaços internos, o que ameniza a necessidade de distinções e controles tão rígidos, como encontrados nos residenciais pesquisados de São José do Rio Preto.

As regras internas tendem a limitar as imprevisibilidades próprias da cidade, as negociações, as simultaneidades inerentes aos espaços públicos. Assim contribuem para a conformação de uma realidade de crise política, em relação à cidade, pela dificuldade de compreensão dos papéis e posicionamentos que os sujeitos sociais devem exercer e assumir em relação aos problemas coletivos.

Foi significativo observar que, nos momentos iniciais das entrevistas (principal base empírica), a insegurança referida era aquela relacionada a roubos e assaltos, mas, no seu decorrer, outros elementos que influenciaram na opção por morar entre muros compareceram, de maneira que houve uma diversificação dos elementos valorizados e a segurança adquiriu um sentido amplo, compondo as tramas do que Magrini (2013) chama de “imaginário das cidades inseguras”.

Mesmo depois da mudança para o espaço residencial fechado, alguns desses elementos que marcam a relação que esses sujeitos estabelecem sobretudo com os espaços públicos continuam presentes nas novas relações com o espaço interno. É o caso das referências aos espaços de uso coletivo, como as piscinas e áreas de lazer, que todos os moradores entrevistados afirmaram não utilizar com frequência, o que identificamos como um processo de interiorização, de construção de *fronteiras* internas, demonstrando que, apesar de o mercado vender um estilo de vida que inclui o estreitamento das relações entre os moradores, principalmente nos espaços coletivos de lazer (privados, intra-muros), a vida prática dos entrevistados nos revela ressignificações dessa lógica do mercado, que tende a acirrar uma tendência, existente tanto dentro quanto fora dos muros, de “declínio da vida pública” (SENNETT, 1998). Não negamos que a segurança referida no início das entrevistas exerça influência na opção por morar nesses espaços fechados, mas foi possível verificar que ela é, acima de tudo, um alibi.

Diante disso, identificamos lógicas semelhantes na escolha dos *shopping centers* como espaços preferenciais de consumo, haja vista que os entrevistados de São José do

Rio Preto valorizam um conjunto de elementos indicativos da busca pela distinção socioespacial, conformando conexões com alguns *shopping centers*, sobretudo o Iguatemi, e desconexões, principalmente com o Shopping Cidade Norte, o que expressa uma segmentação objetiva e simbólica entre as áreas sul e norte da cidade. Assim, os sujeitos pesquisados passam a representar e produzir a cidade de forma fragmentada, e tratam de maneira naturalizada esse processo nas suas falas, durante as entrevistas.

Em São José do Rio Preto, verificamos uma ampliação e diversificação dos conteúdos das áreas periféricas da cidade²⁶², sobretudo a partir da produção dos espaços residenciais fechados, eixos comerciais com a implantação de equipamentos comerciais (e de serviços) e *shopping centers*. A combinação entre investimentos do mercado imobiliário na produção desses espaços residenciais fechados nas áreas leste e sul, destinados majoritariamente aos segmentos de média e alta renda, e o desejo destes de afastamento socioespacial dos segmentos populares, que integra suas estratégias de distinção socioespacial, contribui para reorientar a lógica de estruturação de “tradicionais” e “novas” formas de morar e de consumir a/na cidade, e para a consolidação de novas centralidades.

Na escala intraurbana, a análise comparativa evidenciou lógicas e ritmos diferentes do processo de fragmentação socioespacial, uma vez que as práticas e representações sociais ligadas às formas de uma “urbanização precedente” (PRÉVÔT SCHAPIRA, 2001, p. 38), a tradicional lógica centro-periferia, continuam a ser significativas em Catanduva, com a permanência de práticas de consumo no centro tradicional da cidade. Porém, quando escalas são articuladas por meio da difusão de valores e das práticas de consumo que não se restringem ao espaço intraurbano de Catanduva, novas questões são colocadas.

Nesse sentido, as pesquisas sobre cidades médias de diferentes complexidades implicam a necessidade de pensá-las também a partir de suas relações, haja vista que os próprios entrevistados articulam escalas, através de suas práticas cotidianas, que estão inseridas em movimentos escalares mais amplos. Esse foi um dos resultados mais significativos e reveladores a que chegamos sobre a complexidade do processo de fragmentação socioespacial.

As relações entre lugares se estabelecem por meio das experiências vividas pelos sujeitos sociais, sendo lugares que integram os acervos de experiências espaciais, numa

²⁶² O que também evidenciaram as pesquisas sobre cidades médias de Sposito e Góes (2013) e Dal Pozzo (2014), ainda que com ritmos e intensidades diferentes do processo de reestruturação.

relação simultânea de valorização de alguns espaços e desvalorização de outros. Essas cadeias de evocação de lugares que se combinam, como espaços residenciais fechados e *shopping centers*, no contexto da investigação, formam parte de uma trama de sentidos, de certos imaginários, numa relação de complementaridade.

A partir dessas combinações, há continuidades entre Catanduva e São José do Rio Preto, seja de fluxos de consumidores que se deslocam, sobretudo da primeira para a segunda, seja de influências simbólicas, inclusive geradas pelos espaços metropolitanos, dos espaços de consumo e moradia e do estilo de vida distintivo socioespacialmente, num processo de difusão de valores articuladores de escalas.

A atenção a esses *shopping centers* foi importante para se compreender que o movimento de articulação escalar compõe centralidades que alcançam o âmbito interurbano porque atraem consumidores de outras cidades e são espaços onde se localizam inúmeras franquias e marcas que se globalizam (SPOSITO e GÓES, 2013), que também são fatores de atração da classe média.

Em um esforço de transpor a concepção de hierarquização escalar, algumas questões emergiram ao longo da pesquisa: haveria uma relação linear e proporcional entre a ampliação da escala de análise e a complexidade do processo de fragmentação socioespacial? O menor seria sempre definido pelo maior? Consideramos que nossos resultados de pesquisa ajudam a respondê-las.

Tomando a escala enquanto fundamento de método e considerando, acima de tudo, suas possíveis relações, chegamos à conclusão de que não se trata de comprovar em qual cidade há maior ou menor fragmentação socioespacial, mas de evidenciar que a análise desse processo não pode desconsiderar as práticas espaciais dos sujeitos que articulam escalas em suas práticas cotidianas, dando conteúdo espacial e temporal ao processo de separação.

O movimento de saltar escalas (SMITH, 2000), a partir dessas articulações, é facilitado porque os sujeitos pesquisados em Catanduva dispõem de condicionantes que viabilizam o deslocamento e o consumo em São José do Rio Preto, ou seja, são atributos dessa classe social que resultam em formas diferentes de compor as espacialidades e temporalidades urbanas. Ao saltar escalas, esses sujeitos articulam ideias, valores, elaboram seus discursos e representações sociais sobre as cidades e seus diferentes espaços, de modo a relacioná-los e compará-los de acordo com seus interesses.

É possível confirmar e desdobrar as hipóteses de Sposito e Góes (2013, p. 291), Magrini (2013) e Dal Pozzo (2015) de que a fragmentação socioespacial é um processo

em curso nas cidades médias de diferentes tamanhos e níveis de complexidade. Embora cada pesquisa tenha perspectivas particulares de análise, os resultados da nossa investigação evidenciam ligações cada vez mais estreitas entre os sujeitos sociais pesquisados de ambas as cidades com princípios que norteiam as práticas de consumo em amplas escalas, dos quais muitos são materializados nos *shopping centers*, enquanto espaços fechados de consumo e lazer.

Mesmo assim, os níveis de complexidade da vida social e de suas relações com as formas de configuração e estruturação dos espaços urbanos não se equiparam àqueles observados na metrópole. Tal constatação reitera a importância da pesquisa empírica, especialmente dos contatos com sujeitos sociais e das observações de campo, a partir das quais a confrontação entre teórico e empírico possibilitou o avanço na produção dos conhecimentos sobre o urbano, com a problematização de conceitos, como o de “enclave fortificado” de Caldeira (2000) e de ideias como a de Featherstone (1995) sobre a constituição de uma sociedade sem grupos de *status* fixos, todas elas bastante inspiradas nas realidades metropolitanas.

Diante do conjunto de reflexões realizadas ao longo da pesquisa, por meio das leituras e desdobramentos das ideias dos autores, das análises das entrevistas, das observações de campo e dos resultados alcançados a partir deles, compreendemos que atualmente vivemos um período em que o processo de urbanização desafia o conceito de urbano enquanto “o lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades, enovelam suas situações de modo a engendrar situações imprevistas” (LEFEBVRE, 1999, p. 46). As realidades empíricas pesquisadas não evidenciam uma negação radical ao proposto pelo autor, haja vista as práticas, sobretudo de consumo, que permanecem nos espaços públicos e abertos, mas nos colocam novos desafios para responder aos questionamentos colocados pela complexificação do processo de produção do espaço urbano no contexto brasileiro, a partir de lógicas guiadas pela fragmentação socioespacial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Luis Enrique. **La era del consumo**. Madrid: Siglo XXI, 2005.
- BATELLA, Wagner Barbosa. **Os limiars das cidades médias**: reflexões a partir da cidade de Teófilo Otoni – MG. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT – UNESP, 2013.
- BATISTA, Ricardo Lopes. **Produção do espaço urbano e controle social**: os espaços residenciais populares fechados como novo modelo de moradia. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT – UNESP, 2015.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Trad. Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Antropos, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: o exemplo de Uberlândia. In: **Caminhos de Geografia**. p. 268-288, out/1995. Disponível em: www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html.
- BORGES, Marina C. Costa; GÓES, Eda M. **Uma cidade, um shopping, uma experiência**: o Shopping Iguatemi Ribeirão Preto e as relações reais e simuladas com o espaço urbano. Relatório de Iniciação Científica. Universidade Estadual Paulista. FCT – UNESP, 2015.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____. *O habitus* e o espaço de estilos de vida. In: _____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2008.
- BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalamento e a questão urbana. In: Revista **Geosp** – espaço e tempo, n. 33, 2013, p. 198-220.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: _____.; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CASTRO, André Felipe Vilas de. **Shopping centers e centralidade intraurbana em cidades médias**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT – UNESP, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. In: Revista **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 62-72.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Fragmentação socioespacial em cidades de porte médio paulistas: rede de relações socioespaciais seletivas e consumo segmentado na cidade**. Relatório de qualificação. Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT – UNESP, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Mal-estar, sofrimento e sintonia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GARCÍA, Francisco Adolfo; PERALTA, María del Pilar. Las urbanizaciones multifamiliares cerradas y su entorno urbano: una nueva geografía simbólica en la ciudad de Cali (Colombia). **Revista Eure**, v. 42, n. 126, 2016. p. 77-96.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2010.

GÓES, Eda M. Entre fragmentos e continuidades: os enclaves fortificados e os novos conteúdos da vida urbana. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 8, **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

GUATTARI, Félix. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2 ed. Petrópolis, 1986.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo e Sociedade de Consumo. In: _____. **A Virada Cultural**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JOVCHELOVITH, Sandra. **Representações sociais na esfera pública**. Petrópolis: Vozes, 2000

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho A.; _____. (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 63-85.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LINDÓN, Alicia. El mito de la casa propia y las formas de habitar. **Scripta Nova**. Universidad de Barcelona. vol. IX, n. 194, 2005. p.

_____. La casa búnker y la decosntrucción de la ciudad. **Revista Liminar**. vol. IX, n. 2, 2006. p. 18-35.

_____. Los imaginários urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales. **Revista Eure**. vol. XXXIII, n. 99, 2007 p. 31-46.

LÖW, Martina. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP. vol. 25, n. 2, 2013. p. 17-34.

MAGRINI, Maria Angélica. **Vida em enclaves**: imaginários das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT – UNESP, 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. Lotes e ruas: componentes para análise da produção de loteamentos fechados. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 155-173.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAYOL, Pierre. Morar. In: Certeau, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: morar, cozinhar**. Trad. Epharaim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 12 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MICELI, Sergio. A força do sentido. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011.

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. **Os sentidos da casa própria: condomínios horizontais populares fechados e novas práticas espaciais em Presidente Prudente e São Carlos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia. FCT – UNESP, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRÉVÔT-SCHAPIRA, Marie-France; PINEDA, Rodrigo C. Buenos Aires: la fragmentación en los interstícios de una sociedad polarizada. **Revista Eure**, Santiago, Chile, v. XXXIV, n.103, p. 73-92, dez. 2008.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos murados e condomínios fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 147-168.

SARAVI, G. A. Mundos aislados: segregación urbana e desigualdad en la ciudad de México. **Revista Eure**, Santiago do Chile. vol. XXXIV, n. 103, 2008, p. 93-110.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1998.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículo dos sem teto e a construção da escala geográfica. In: ARANTES, A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 132 – 175.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; _____ (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 199-214.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. A invisibilidade da luta de classes ou a cegueira do economicismo. In: BARTELT, Dawid Danilo (Org.). **A “nova classe média” no Brasil como conceito e projeto político.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2013. p. 55-67.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

_____. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação da cidade. In: MELO, Jayro G. (Org.) **Região, cidade e poder.** Presidente Prudente: GAsPERR/UNESP, 1996, p.111-126.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 609-643.

_____. A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto. **Scripta Nova.** Barcelona: Universidad de Barcelona, n. 146, vol. 7, 2003.

_____. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 2004. 508 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. O Desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Cidades*, vol.3, no. 5. jan-jun 2006. p.143.157.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, v. 1, p. 175-196.

_____. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras.** Belém: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, UFPA, 2009.

_____. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Scripta Nova.** Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de

Barcelona, n. 245(11), vol. XI, 1 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24511.htm>> Acesso em: 27 mai. 2010.

_____; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93

_____; GÓES, Eda Maria; BELLET, Carmen; Sposito, Eliseu Savério. Reestructuración y cambio en dos centros comerciales tradicionales. Visiones comparadas: Presidente Prudente (Brasil) y Lleida (España). In: BELLET, Carmen; MELAZZO, Everaldo S.; Sposito, Maria Encarnação Beltrão; Llop, Josep Maria (Orgs.). **Urbanização, produção e consumo em cidades médias/intermediárias**. Presidente Prudente y Lleida: Edicions de la Universitat de Lleida, 2015. p. 19

SVAMPA, Maristella. **Los que ganaron**: la vida em los countries y barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

WERLEN, Benno. Regionalismo e sociedade política. **Geographia**, v. II, n. 4, 2000. p. 7-25.

ANEXOS

ANEXO I - SISTEMA DE SEGURANÇA E REGRAS

CATANDUVA

Residencial Acapulco	Sistema de segurança	<ul style="list-style-type: none">- Muros- Cerca elétrica sobre os muros- Guarita- Câmeras – na portaria- Ronda noturna
	Regras para os funcionários	<ul style="list-style-type: none">- Empregadas domésticas e pedreiros: cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone e endereço; Confecção de um cartão que deve ser mostrado na entrada.- Horário de permanência das 7às 17 horas.
	Regras para os visitantes	<ul style="list-style-type: none">- O porteiro liga para a casa a ser visitada para confirmar a entrada;- Cadastro na portaria, com nome completo e RG.
	Regras de convivência	<ul style="list-style-type: none">- Limite de velocidade 30 km/h;- barulho até às 22 horas;- o projeto arquitetônico da casa deve ser aprovado pelo condomínio;- não é permitido obras nos finais de semana.
	Outros serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none">- Limpeza das áreas comuns e das vias;- Manutenção dos jardins do próprio residencial.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Residencial Damha IV	Sistema de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Muros; - Portaria com três entradas separadas, para moradores, visitantes e de serviços; - TAG – cartão com acionamento da portaria automático para moradores; - Câmeras – na portaria e nos muros ao redor do residencial; - Ronda 24 horas de moto.
	Regras para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Empregadas domésticas, pedreiros e prestadores de serviços: cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone, endereço e antecedentes criminais; Confecção de um cartão que deve ser deixado na portaria durante a permanência no espaço interno; - Horário de permanência das 7às 17 horas; - Não é permitida a entrada nos finais de semana.
	Regras para os visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na portaria, com nome completo, RG e placa do carro, dados impressos no <i>ticket</i> de entrada, que deve ser devolvido na saída; - O porteiro liga para a casa a ser visitada para confirmar a entrada.

	Regras de convivência	<ul style="list-style-type: none"> - Velocidade dos carros limitada; - barulho até às 23 horas; - o projeto arquitetônico da casa deve ser aprovado pelo condomínio; - não são permitidas obras e entrada de empregadas nos finais de semana; - Multas para quem não obedecer a regra do horário limite dos funcionários.
	Outros serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Limpeza das áreas comuns e das vias; - Manutenção dos jardins do próprio residencial; - Professor de educação física na academia e aulas de danças.
Residencial Gaivota	Sistema de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Muros; - Portaria com três entradas separadas, para moradores, visitantes e de serviços; - Câmeras – na portaria; - Ronda 24 horas; - O porteiro, quando interfone na casa do morador, confirma se é ele, pedindo o nome.
	Regras para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Empregadas domésticas, pedreiros e prestadores de serviços: cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone, endereço; Confecção de um cartão que deve ser deixado na portaria durante a permanência no espaço interno; - Horário de permanência das

		<p>7às 17 horas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não é permitida a entrada nos finais de semana. Obras não são permitidas finais de semana.
	Regras para os visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na portaria, com nome completo, RG e placa do carro, dados impressos no <i>ticket</i> de entrada, que deve ser devolvido na saída; - O porteiro liga para a casa a ser visitada para confirmar a entrada.
	Regras de convivência	<ul style="list-style-type: none"> - Velocidade dos carros limitada; - barulho até às 23 horas; - Multas para moradores que deixam animais de estimação soltos.
	Outros serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Jardinagem das áreas em comum; - Aulas de dança e ginástica para moradores; - Aula de golfe.
Residencial Las Palmas	Sistema de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Muros; - Portaria com três entradas separadas, para moradores, visitantes e de serviços, câmeras de segurança; - Seguranças 24 horas.
	Regras para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Empregadas domésticas têm que fazer o cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone, endereço; - Confeção de um cartão que deve ser deixado na portaria durante a permanência no espaço interno.

	Regras para os visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na portaria, com nome completo e RG; - O porteiro liga para a casa a ser visitada para confirmar a entrada; - Visitante só pode entrar caminhando.
	Regras de convivência	- barulho até às 22 horas.
Residencial Recanto do Lago	Sistema de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Muros; - Cerca elétrica sobre os muros; - Portaria com três entradas separadas, para moradores, visitantes e de serviços, câmeras de segurança.
	Regras para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Empregadas domésticas têm que fazer o cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone, endereço e antecedentes criminais; - Confecção de um cartão que deve ser deixado na portaria durante a permanência no espaço interno; - Ronda noturna.
	Regras para os visitantes	- Cadastro na portaria, com nome completo, RG e placa do carro, dados impressos no <i>ticket</i> de entrada, que deve ser devolvido na saída.
	Regras de convivência	<ul style="list-style-type: none"> - Velocidade dos carros limitada; - barulho até às 22 horas; - Multas para moradores que ultrapassam limite do barulho; - Banheiros e vestiários dos espaços coletivos ficam

		fechados nos horários que há trabalhadores no condomínio.
	Outros serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Professor na academia; - Diversas atividades recreativas para as crianças, principalmente em períodos de férias.
Residencial Recanto Real	Sistema de segurança	<ul style="list-style-type: none"> - Muros; - Cerca elétrica sobre os muros; - Portaria com três entradas separadas, para moradores, visitantes e de serviços, câmeras de segurança; - Ronda noturna com moto e máquinas para controle dos seguranças; - TAG – cartão com acionamento da portaria automático para moradores
	Regras para os funcionários	<ul style="list-style-type: none"> - Todos têm que fazer o cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone, endereço e antecedentes criminais; Confecção de um cartão que deve ser deixado na portaria; - Empregados não podem frequentar áreas de lazer, restaurante e academia sem o patrão.
	Regras para os visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na portaria, com nome completo, RG e placa do carro, dados impressos no <i>ticket</i> de entrada, que deve ser devolvido na saída; - Interfonam para a casa do morador para confirmar a entrada.

	<p>Regras de convivência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Velocidade dos carros limitada; - barulho até às 22 horas.; - Multas para moradores que ultrapassam limite do barulho, limite de velocidade e uso de drogas ilícitas.
	<p>Outros serviços oferecidos</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Jardinagem das áreas em comum; - Coleta de lixo e limpeza das vias.
<p>Village Damha I</p>	<p>Sistema de segurança</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Muros; - Concertina clipada sobre os muros; - Portaria com três entradas separadas, para moradores, visitantes e de serviços, câmeras de segurança; - Ronda noturna; - TAG – cartão com acionamento da portaria automático para moradores.
	<p>Regras para os funcionários</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Todos têm que fazer o cadastro com nome completo, RG, CFP, telefone, endereço e antecedentes criminais; - Confecção de um cartão que deve ser deixado na portaria; - Não podem circular pelas vias além dos trajetos de trabalho; - Horário de permanência das 7às 17 horas. - Não é permitida a entrada nos finais de semana. Obras não são permitidas nos finais de semana.

	Regras para os visitantes	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastro na portaria, com nome completo, RG e placa do carro, dados impressos no <i>ticket</i> de entrada, que deve ser devolvido na saída. - O porteiro liga para a casa a ser visitada para confirmar a entrada.
	Regras de convivência	<ul style="list-style-type: none"> - Velocidade dos carros limitada; - barulho até às 22 horas; - o projeto arquitetônico da casa deve ser aprovado pelo condomínio; - não são permitidas obras e prestações de serviços nos finais de semana. - Multas para quem não obedecer a regra do horário limite dos funcionários
	Outros serviços oferecidos	<ul style="list-style-type: none"> - Limpeza das áreas comuns e das vias; - Manutenção dos jardins do próprio residencial - Aulas de futebol para os meninos; - Professor de educação física na academia.

ANEXO II – ROTEIRO DE ENTREVISTA

A. Perfil

A.1. Idade.

A.2. Profissão.

A.3. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas.

A.4. Renda familiar aproximada.

A.5. Há quanto tempo moram nesse condomínio?

A.6. Onde moravam antes – apartamento ou casa, bairro e cidade, se era próprio ou alugado.

B. Motivação

B.1. Por que morar neste loteamento?

B.2. (Caso tenha mencionado a questão da insegurança, sem tentar explicá-la): A que você atribui esse aumento da violência na cidade?

B.3. Como essa violência aparece no seu cotidiano?

B.4. (Caso não tenha sido mencionada): Houve alguma ocorrência violenta com alguém da sua família ou alguém próximo, que influenciasse nessa decisão?

B.5. (Caso não tenha sido mencionada): Quais são as medidas de segurança adotadas pelo condomínio?

B.6. Você considera adequadas essas medidas?

B.7. Você e sua família adotam medidas de segurança em sua casa, ou depois que mudaram para cá isso não foi mais necessário?

B.8. (Caso não tenha sido mencionada a questão da distinção social): A decisão de morar nesse loteamento tem relação com sua identidade social ou cultural com os outros moradores?

B.9. (Caso não tenha sido mencionada a questão das condições para aquisição do terreno ou da residência): As condições para adquirir o imóvel foram um dos fatores que influenciaram a escolha pela moradia neste loteamento? Poderia descrever como isso ocorreu (forma de pagamento...)?

B.10. Considera que foi um bom negócio? Tem informações sobre a valorização do imóvel? Se fosse adquirir atualmente esse imóvel, teria condições econômicas para isso?

B. 11. Para você, o que significam os muros do condomínio? O que ele representa para você?

C. Cotidiano e cidade

C.1. Descreva a rotina da sua família.

C.2. O que mudou, nessa rotina, quando mudaram para esse loteamento? (o que fazia antes fora, que agora faz aqui dentro?).

C.3. (Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores): E seus deslocamentos pela cidade? São feitos de carro? Para realizar que tipos de atividades? Que locais frequenta?

C.4. (Caso não tenha sido mencionado nas três respostas anteriores): Gostaria que houvesse mais atividades comerciais e de serviços dentro ou perto do condomínio para evitar a frequência a outros espaços da cidade?

D. Lazer e cidade

D.1. Como é o lazer da sua família?

D.2. O que mudou, nesse lazer, quando mudaram para esse loteamento?

D.3. (Caso não tenha sido mencionado nas duas respostas anteriores): Frequentam espaços públicos para o lazer?

D.4. (Caso não tenha sido mencionado nas respostas anteriores): Utilizam as instalações de lazer que o condomínio possui?

D.5. (Em caso de resposta anterior positiva): Qual a frequência dessa utilização?

D.6. (Em caso de resposta anterior negativa): Por que não utilizam?

D. 7. Em que espaços da cidade realiza seu lazer? Por que escolhe esses espaços?

E. Consumo

Poderia informar quais as áreas preferenciais de consumo? Centro principal? *Shopping center*? Subcentros de bairros? Galerias comerciais? Em cidades diferentes da que mora?

E. 1. Poderia citar alguns estabelecimentos que mais frequenta?

E. 2. Por que escolhe estas áreas e estabelecimentos para comprar tais produtos e serviços?

E. 3. Por que não nas outras áreas?

E. 4. Utiliza a internet para compras? Para que produtos e serviços? Por quê?

E. 5. Utiliza o telefone para compras (pizza, gás...)? Para que produtos e serviços? Por quê?

E. 6. Faz compras com vendedores que frequentam os ambientes de trabalho ou em casas de amigos e parentes? De que tipos de produtos e serviços?

E. 7. Prefere comprar em empresas de grandes grupos ou em estabelecimentos menores em que conhece os proprietários?

E. 8. Aqui em *Catanduva/Rio Preto*, você frequenta mais o centro ou o shopping Center? Por quê?

E. 8. Como morador (a) de *Catanduva/Rio Preto*, quando pensa em marcas, lojas e empresas comerciais, de quais você se lembra?

E. 9. Você se desloca especialmente para comprar essa(s) marca(s) ou nessas lojas/empresas?

E. 10. Fale alguns pontos positivos e negativos do centro tradicional da cidade.

E. 11. Para você, quais as diferenças entre o shopping center e o centro tradicional?

E. 12. Para você, existem aspectos semelhantes entre estar no condomínio e estar num shopping center?

F. Vizinhança

F.1. Você conhece seus vizinhos?

F.2. (Em caso de resposta anterior positiva): Costuma realizar atividades conjuntas com eles?

F.3. Seus filhos mantêm relações com as crianças da vizinhança?

G. Visitas

G.1. Você e sua família costumam receber visitas de pessoas que não moram no condomínio?

G.2. (Em caso de resposta anterior positiva): As regras desse condomínio interferem nessas visitas?

H. Serviços

H.1. Há empregados na sua residência?

H.2. (Em caso de resposta anterior positiva): Como as regras do condomínio interferem no cotidiano de seus empregados?

H.3. Em que bairro mora(m) seu(s) empregado(s)?

H.4. Quais são os serviços oferecidos pelo condomínio aos moradores?

H.5. Quais são as despesas decorrentes desses serviços? Considera que são altas, baixas ou condizentes?

I. Regras

I.1. O que mais você pode nos dizer sobre as regras desse condomínio?

I.2. (Caso não tenha sido mencionado na resposta anterior): Há problemas com o cumprimento de algumas regras?

I.3. Você já soube de casos envolvendo problemas de uso de drogas ilícitas, por exemplo?

I.4. (Em caso de resposta anterior positiva): Você notou algum esforço do condomínio, para que esses casos não fossem divulgados?

J. Avaliação

J.1. Você está satisfeito por morar aqui? Destacar pontos positivos e negativos.

J. 2. Você acha que alguma coisa deveria ser mudada no condomínio?


Questões para o síndico

- a. Há quanto tempo você é síndico desse condomínio?
 - b. Quais são suas atribuições, como síndico?
 - c. Foram realizadas reformas físicas no condomínio desde o início de sua gestão? Quais?
 - d. Há planos para novas reformas?
 - e. Qual a frequência da realização de reuniões entre os moradores?
 - f. Quais são os principais assuntos discutidos nas reuniões?
 - g. Há participação dos moradores nessas reuniões?
 - h. Quais são as regras do condomínio, no que diz respeito ao:
 - Trânsito;
 - Entrada e saída de funcionários e trabalhadores das obras;
 - Entrada de visitantes;
 - Uso dos espaços coletivos, incluindo também o uso dos visitantes desses espaços (principalmente nos finais de semana);
 - Regras que dizem respeito aos padrões das construções das casas e implantação de sistemas de segurança particulares.
 - i. Como as regras do condomínio interferem no cotidiano de seus empregados?
 - j. O que mais você pode nos dizer sobre as regras desse condomínio?
 - k. Há dificuldades no cumprimento dessas regras entre os moradores?
 - l. Em pesquisas feitas em grandes condomínios, fala-se em dificuldades com jovens em relação às regras, até com casos de uso de droga. Vocês já lidaram com esse tipo de problema?
 - m. (Em caso de resposta anterior positiva): Houve algum esforço do condomínio para que esses casos não fossem divulgados?
- Pelo fato de ser um loteamento fechado (ou condomínio, se for o caso), você nota se às vezes há alguma dificuldade para definir o que é atribuição dos moradores e o que é atribuição da prefeitura ou de outro órgão do poder público, por exemplo, para definir limites de velocidade, colocar sinalização, fazer a coleta de lixo, resolver casos de conflito entre vizinhos ou ocorrência de pequenos delitos?
- Para você, quais são as maiores dificuldades no trabalho do síndico?

ANEXO III

TICKET DE ENTRADA – RESIDENCIAL RECANTO REAL

PARQUE RESIDENCIAL DAMHA IV
FLAVIO DE SOUZA ARAUJO



0 000002 884479

- OBRIGATORIO PORTAR CONSIGO ESTA IDENTIFICACAO
- DENTRO DA AREA DO LOTEAMENTO DEVERAO SER OBEDECIDAS AS NORMAS IMPOSTAS PELA ASSOCIACAO
- RESPEITE O LIMITE DE VELOCIDADE DE 30 KM/H
- GARDE ESTE TICKET POIS SERA USADO PARA SUA SAIDA

PS_E - 27/02/2014 21:29:07 PORTEIRO: JOEL

ANEXO IV

Quadro: Perfil dos entrevistados – Catanduva – SP

Nome Fictício	Residencial	Número de residentes	Tempo de residência	Local e tipo de moradia anterior	Características da família
Célia	Acapulco	2	3 anos	Parque Iracema – Casa	Possui um filho, casado, também residente do Acapulco.
Karen	Acapulco	4	3 anos	Centro – Apartamento	Dois filhos, de 5 e 1 ano de idade.
Lucas	Acapulco	4	3 anos	Parque Glória – Casa	Dois filhos, de 12 e 2 anos de idade.
Lígia	Acapulco	3	3 anos	Centro - Apartamento	Uma filha de 12 anos
Marta	Acapulco	4	1 ano	Centro - Apartamento	Dois filhos, de 11 e 7 anos de idade.
Maurício	Acapulco	4	1 ano	Centro – Apartamento	Dois enteados, de 19 e 12 anos de idade.
Regina	Acapulco	4	5 anos	Centro - Apartamento	Dois filhos, de 10 e 9 anos de idade.
Rubens	Acapulco	3	3 anos	Centro - Apartamento	Uma filha de 12 anos
Sandra	Acapulco	3	2 anos	Agudo Romão - Casa	Um filho de 27 anos.

ANEXO V

Quadro: Perfil dos entrevistados – São José do Rio Preto – SP

Nome Fictício	Residencial	Número de residentes	Tempo de residência	Local e tipo de moradia anterior	Características da família
Amanda	Damha IV	3	8 anos	Centro - Apartamento	Reside com os pais.
Ana	Damha V	3	8 meses	Centro - Apartamento	Possui uma filha de 27 anos que reside com ela.
Ariane	Las Palmas	2	1 ano	Centro - Apartamento	Não possui filhos
Carlos	Recanto Real	4	1 ano	Belém - Apartamento	Possui um filho de 3 anos e a empregada reside na casa.
Débora	Village Damha I	2	5 anos	Centro – Casa dos pais	Desde que se casou, Débora reside no Village Damha I.
Júnior	Quinta do Golfe	4	3 anos	Residencial Recanto Real - Casa	Júnior reside com os pais e uma irmã de 21 anos.
Letícia	Recanto Real	3	6 anos	Centro - Apartamento	Possui uma filha de 4 anos.
Marcelo	Recanto do Lago	5	1 ano	Centro - Apartamento	Possui três filhos, de 14, 11 e 8 anos de idade.
Natália	Gaivota I	2	1 ano	Bauru - Casa	Desde que se casou Natália reside no Gaivota I.
Olga	Damha V	3	8 meses	Centro - Apartamento	Reside com os pais.
Rosí	Village Damha I	1	2 anos	Centro - Apartamento	Reside sozinha, possui duas filhas que estão casadas e residem em outras cidades.
Selma	Village Damha I	3	6 anos	Centro - Apartamento	Possui um filho de 6 anos.
Vivian	Village Damha I	4	1 ano	São Paulo - Apartamento	Possui dois filhos, de 7 e 4 anos de idade.